



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 112 – QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)
 1º VICE-PRESIDENTE
 Marta Suplicy - (PT-SP)
 2º VICE-PRESIDENTE
 Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
 1º SECRETÁRIO
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 2º SECRETÁRIO
 João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)
 4º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - *RO FD/UE+(1,5,6,7)
 2º - João Durval - (PDT-BA)
 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 6. Em 19.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PPV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vivaldo Régis Romário Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Fernão Camilo Malaquias Líder do PPS - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PPS Ana Amélia (32) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar do Governo (PT/PTB/PSB/PC DO B/PR) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (22,25) Vice-Líderes Aécio Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,25) Vice-Líder do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (21) Ana Rita (27) Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45) Líder do PSD - 10 Alvaro Dias Vice-Líder do PSD Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,95) Líder do DEM - 5 Joé Agripino (21,10,4,4,4,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)	Bloco Parlamentar Minoria (PSD/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (28) Vice-Líderes Cícero Lucena (34) Flexa Ribeiro (7,95) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líder do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,95) Líder do DEM - 5 Joé Agripino (21,10,4,4,4,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Cláudio Eduardo Amorim (37,48) Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Cláudio Mortarido Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (37,48)	Bloco Parlamentar Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gilm Argello (38) Bento Albuquerque (38) Lúcio Viana (38) Líder do PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líderes Sérgio Petecão (11) PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Cláudio Eduardo Amorim (37,48) Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Cláudio Mortarido Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (37,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Cláudio Eduardo Amorim (37,48) Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Cláudio Mortarido Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (37,48)	Bloco Parlamentar Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gilm Argello (38) Bento Albuquerque (38) Lúcio Viana (38) Líder do PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líderes Sérgio Petecão (11) PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Cláudio Eduardo Amorim (37,48) Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Cláudio Mortarido Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (37,48)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011 lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
 2. Senador José Agripino assumiu a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de março de 2011.
 3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011 lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
 4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme Ofício da Liderança do Democratas lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
 5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos de art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 29/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
 9. Ofício da Presidência da República (PR) descreve o Bloco do Governo, conforme OF. GLP/PR N° 1/2011, lido na sessão do dia 08 de março de 2011.
 10. Senador da União e Força (PR) descreve a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
 11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 11,28/2011).
 12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. N° 068/2011 GLPP.
 13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder, do PSD.
 14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
 15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges volta ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 16. Em 28.11.2011, o Senador José Agripino deixa o mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 148 e 149/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
 18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 7/2011, lido na sessão do dia 23 de dezembro de 2011.
 19. Senador Jayme Campos é designado Líder do PR, conforme OF. GLPR N° 1/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
 20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
 21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. GLPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
 22. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
 23. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPRB N° 9/2012, lido na sessão do dia 14 de fevereiro de 2012.
 24. Senadora Lúcia Vânia é designada 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 27. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. GLBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 28. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
 29. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 9/2012, lido na sessão de 13 de março de 2012.
 30. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPRB N° 9/2012, lido na sessão de 13 de março de 2012.
 31. Senadora Lúcia Vânia é designada 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 32. Senador Antônio Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
 36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 30 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
 37. Senador Edvaldo Góis é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
 38. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. GLPR N° 001/2012, lido na sessão de 13 de março de 2012.
 39. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do Bloco Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
 40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
 41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 01/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
 42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 01/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
 43. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder na sessão de deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informe Pleinário a designar o Senador José Agripino como Vice-Líder do DEM. Ministro do Senado, Senador José Agripino, informa que a comunicação será considerada pela Mesa e aguardará a sua formalização para leitura em Pleinário.
 44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nº 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
 45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/2012-GLBAG/SP, lido na sessão de 28 de março de 2012.
 46. Senador José Agripino indicou o Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
 47. Em 10.04.2012, foi lido o expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBAG/SP, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 48. Senador Eduardo Amorim indicou Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/2012-GLBAG/SP, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
 49. Senador Aécio Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Floriano Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spínola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORARIAS		
1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal		
Ata da 18ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2012.....	4	
Ata da 19ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2012.....	46	
1.1.2 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil		
Ata da 20ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2012.....		58
Ata da 25ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2012.....		111
Ata da 26ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2012.....		116
Ata da 27ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2012.....		123

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 18^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18^a Reunião realizada em 28 de junho de 2012, às dez horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauher Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM- MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO), **e os Deputados** Íris Araújo (PMDB-GO), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foleto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Deixou de comparecer por motivo justificado** o Deputado Rubens Bueno (PPS-PR). **Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** os Deputados Paulo Tadeu (PT-DF) e Izalci (PR-DF). Na oportunidade transcorreu a oitiva do senhor Cláudio Monteiro, acompanhado por seu advogado Sandro Rogério Monteiro, OAB/DF 33.245. A seguir, foram chamados, um a um, os senhores Marcello de Oliveira Lopes e João Carlos Feitoza, que amparados pelos HCs 114.134-DF e 114.127-DF, respectivamente, exerceram seu direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propo-
nho a dispensa da leitura e aprovação a Ata da 17^a Reunião da Comissão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva das teste-
munhas Marcello de Oliveira, em decorrência da apro-
vação dos Requerimentos 244, de 2012, do Deputado Onyx Lorenzoni, e 298, de 2012, do Senador Alvaro Dias; do Sr. João Carlos Feitoza, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 26, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, 107, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, e 302, de 2012, de auto-
ria do Senador Alvaro Dias; e do Sr. Cláudio Monteiro, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 30, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, e 102, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

O depoente Marcello de Oliveira Lopes encontra-
-se amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114/134, do DF, que lhe assegura o direito de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu advogado.

O depoente João Carlos Feitoza encontra-se amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114/127, que lhe assegura o direito de permanecer em silêncio e de ser assistido pelo seu advogado.

O depoente Francisco Claudio Monteiro também se encontra amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114.102-DF, que lhe assegura o direito de permanecer em si-
lêncio e ser assistido por seu advogado.

Os depoimentos transcorrerão conforme o item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. Cada depoente disporá de até vinte minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, será interpe-
lado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, e dispondô, cada um, de cinco minutos, asse-
gurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente, os autores dos requerimentos, os mem-
bros titulares, os suplentes, e não menos.

Quero saber se tem alguma questão de ordem.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Pre-
sidente, pela ordem.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
Dois Srs. Parlamentares pediram pela ordem.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) –
Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
Três. O Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Pitiman e o Deputado Leonardo Picciani, que reconheci pela voz.

Então, para uma questão de ordem, o ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, eu quero retomar o debate que nós iniciamos no dia de ontem, porque, com o procedimento até então adotado por uma convenção, aqui na nossa CPMI, que mudou o procedimento que as CPIs, via de regra, utilizavam no Congresso Nacional, na medida em que os depoentes, quando munidos dos *habeas corpus*, eles são imediatamente liberados. Eu continuo insistindo na tese de que é muito importante para a construção do relatório final, para a compreensão da sociedade, para a apresentação de todo o trabalho investigativo que é feito por cada uma das assessorias técnicas de cada Sr. Senador, de cada Srª Senadora, de cada Deputado e Deputada, que nós possamos questionar a testemunha. A testemunha não pode, antecipadamente, adivinhar o que vai ser questionado, de tal forma que, no momento em que a CPI toma como padrão de comportamento, convaciona liberar apenas porque tem *habeas corpus*, na verdade, nós estamos, inclusive, colidindo.

Ainda ontem, o Deputado Miro Teixeira trouxe um julgamento do Supremo Tribunal Federal que chama a atenção para isso. Primeiro, o *habeas corpus* tem que ser dado com muito cuidado, porque senão favorece a ocultação da verdade.

Segundo, o uso do *habeas corpus* está diretamente ligado à prerrogativa constitucional de não produzir prova contra si. Agora, isso não elide o fato de que a pessoa pode, em determinado momento, julgar que a pergunta A, B ou C, feita por qualquer parlamentar, pode inclusive auxiliar a sua defesa.

Então, quero insistir, respeitosamente, Presidente, mas, democraticamente, na manutenção de uma prerrogativa que é deste Congresso Nacional, para que os Parlamentares – e vou lutar por isso aqui dentro e, se for preciso, fora do Congresso Nacional –, para salvaguardar o direito, como Parlamentar, que tenho, investido na condição de juiz e de investigador, pela condição da CPMI, de poder inquirir a todos aqueles que aqui venham, mesmo que essa inquirição signifique uma hora ou duas horas de “reservo-me o direito de ficar calado”. Não tenho nenhum problema com isso; esse é um direito que a testemunha tem, mas quero ter o direito de colocar a investigação que a minha equipe técnica faz, as análises que faço e a opinião que detengo e que represento, porque é disso que vai sair o material que o Sr. Relator vai produzir o nosso relatório ou vai permitir que os parlamentares produzam os seus votos em separado.

Portanto, vou insistir com V. Exª no sentido de que a CPMI possa rever esse ajuste inicial, baseado

inclusive nos argumentos que uso e na tradição. Nas CPMI anteriores – lembro a CPMI dos Correios, lembro a CPMI da Terra, lembro a CPMI dos Bingos, posso lembrar inúmeras CPMI onde os depoentes se valiam do direito, mas o relator e os parlamentares colocavam para a CPMI, compartilhavam informações e levavam a informação e a circunstância, porque aquela pessoa está sentada ali. Porque muitas vezes esta é, na verdade, a única paga que pessoas que muitas vezes saqueiam o erário público acabam tendo, pelos descaminhos que a nossa legislação muitas vezes favorece aqueles que têm dinheiro. Lamentavelmente, a imagem que a sociedade brasileira tem é que pobre vai para a cadeia; rico e colarinho branco é muito difícil. E nós temos que lutar para mudar essa assertiva que hoje já é uma regra na vida pública brasileira, contra a qual me insurjo, eu continuo indignando-me e lutando para mudá-la, Presidente Paulo Teixeira. E peço que V. Exª trabalhe no sentido de que possamos alterar esse rito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas recebo a questão de ordem de V. Exª. Ontem nós demos um passo para esse debate encerrando a discussão. Apenas dizer que quem vai encaminhar essa votação e vai agendá-la será o presidente efetivo, não serei eu. Então, demos já um passo e certamente esse passo não terá efeito na sessão de hoje. Vamos discutir e votar; o que for decidido nós vamos encaminhar.

Mas, só recebendo a questão de ordem de V. Exª, nós já demos um passo, encerrando essa discussão no dia de ontem, dois contrários e dois favoráveis, e agora o presidente efetivo agendará a votação dessa questão.

Recebo a questão de ordem e a passarei ao presidente efetivo, que já poderá agendar a data da votação.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, não abusando da paciência de V. Exª, eu gostaria que V. Exª recolhesse a questão de ordem que fiz no sentido de que, em busca de salvaguardar um direito que tenho enquanto parlamentar, gostaria que a Mesa me respondesse oficialmente sobre o direito que quero exercer, inclusive no dia de hoje, de fazer a inquirição das testemunhas que aqui irão se apresentar.

Só peço a gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Recolho a questão de ordem de V. Exª e decido pela jurisprudência desta própria Comissão. Esta Comissão pactuou um *modus operandi* no início e, portanto, a mudança do *modus operandi* só ocorrerá depois de ser votada. Então, recebo de V. Exª.

Na sessão de hoje, eu conduzirei a reunião conforme acordo pactuado entre os Srs. Parlamentares, inclusive votado entre os Srs. Parlamentares. O que eu não farei é modificá-lo por decisão própria da Mesa. Então, eu o farei... Como nós já iniciamos um proces-

so de debate, inclusive de votação, eu creio que essa decisão nossa já remeteu a uma decisão plenária para a modificação do rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero – vou usar menos de um minuto para isso – lembrar que essa foi uma decisão da Mesa. Eu não tenho memória de uma votação para decidir. Por isso, estou me insurgindo; por isso, estou questionando, porque é muito importante, na luta pelo direito individual, como Parlamentar, que V. Ex^a me responda, da forma como o fez, para que eu possa dar outros passos na busca de defender o direito que vislumbro de poder inquirir toda e qualquer testemunha que aqui esteja presente.

Eu agradeço a resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, há mais dois Srs. Parlamentares que farão questões de ordem.

Eu já comunico que os advogados do Sr. Cláudio Monteiro disseram que, apesar de estar aqui munido de um *habeas corpus*, ele vai falar.

Então, nós teremos uma audiência longa hoje em relação a esse depoente.

Eu passo a palavra ao ilustre Deputado Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadoras, Senadores, Deputados e Deputadas, gostaria de saber, até para dar continuidade à questão de ordem, se essas três pessoas que vão depor hoje vêm como testemunha ou como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, desses três que vêm aqui, dois deles são réus na ação, são indiciados na ação e vêm na condição de réus. Se não me engano, dois deles foram presos, estão presos. É isso? Foram indiciados. E um deles, Cláudio Monteiro, vem na condição da testemunha. Ele vem e quer falar. Ainda que venha com *habeas corpus*, ele vai falar hoje, o Cláudio Monteiro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante isso.

O que eu gostaria de demonstrar? Nunca, na história das CPIs que este Congresso realizou, houve uma indústria tão grande de liminares. É impossível hoje... Precisamos alterar o Brasil sobre as dificuldades que nós aqui estamos tendo com a grande quantidade de liminares, inclusive para testemunhas, fato que não ocorreu no passado.

A minha sugestão à Presidência da Mesa e ao Relator é que nós, do Congresso, façamos um gesto político ao Judiciário. E o gesto político que eu quero sugerir aqui, na questão de ordem, é que uma comissão desta CPI faça uma visita ao Supremo Tribunal Federal, demonstrando as dificuldades que nós estamos tendo, porque – a sociedade também verá –, ao convocarmos uma pessoa como testemunha, é para

colaborar, é para ajudar. A partir do momento em que ele consegue uma liminar para nada falar, isso inviabiliza por completo os trabalhos desta CPI. Com exceção de poucas pessoas que por aqui passaram e vieram com disposição para ajudar, nós avançamos pouco.

O Brasil nos olha, o Brasil nos enxerga e o País responsabiliza todos nós por não estarmos atendendo aos anseios; e não entende, muitas vezes, que esses anseios não são atendidos por uma liminar que vem do Judiciário.

É muito importante que nós possamos fazer esse gesto político de demonstrar que, para a testemunha, ela já vem aqui, automaticamente, sabendo que não pode se incriminar e virar indiciado.

Agora, ela não pode vir aqui com uma liminar de um Ministro, uma liminar que garanta que ele não vai ouvir o que nós temos para falar e que não vai responder. Em todas as CPIs que existiram na nossa história, poucas foram as liminares dadas para a testemunha. Sempre houve negativa. Nesse caso específico desta CPI, todas as liminares pedidas por testemunhas foram concedidas. Cadê a jurisprudência?

Nós precisamos demonstrar isso para o Brasil. As dificuldades que nós estamos passando aqui não dependem só da nossa capacidade de investigar. Quando uma testemunha vem com uma liminar e se acha no direito de sair sem falar nada, está impedindo o nosso trabalho.

Essa atitude, esse gesto político eu peço ao Presidente e ao Relator, para que, juntos, a gente vá ao Presidente do Supremo e leve essa dificuldade que nós aqui estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ainda analisar a questão de ordem de V. Ex^a já, porque inscrevo o Deputado Miro Teixeira para falar sobre esse assunto.

Deputado Miro Teixeira, antes, eu gostaria de passar para o Deputado Leonardo Picciani, que, na ordem de inscrição, já tinha assegurado. Depois, V. Ex^a, a Senadora Vanessa Grazziotin...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós estamos em sessão administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente? Então, o que nós estamos discutindo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós não estamos em sessão administrativa, mas o Presidente dos trabalhos não pode deixar de ouvir as questões de ordem. Eu abri para as questões de ordem e vou, depois, iniciar as oitivas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não poderíamos inverter, chamar as testemunhas, já que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se as questões de ordem forem atinentes, eu não tenho como inverter, mas vou encerrar esta questão em V. Ex^a.

Deputado Leonardo Picciani com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, na verdade, é na mesma direção do tema tratado pelo Deputado Luiz Pitiman e também pelo Deputado Lorenzoni.

Sr. Presidente, eu queria dizer que, com relação ao que traz aqui o Deputado Lorenzoni, que nós já discutimos ontem e vamos, futuramente, deliberar, creio que não cabe a esta Comissão mudar o rito, por uma questão simples: é preciso manter a estabilidade dos atos processuais. Os atos processuais devem ser estáveis, para não suscitar nulidades, não suscitar dúvidas sobre a sua concretização.

Com relação ao que diz o Deputado Luiz Pitiman, os nossos convidados, basicamente, vêm a esta Comissão em três condições: de indiciado, de investigado ou de testemunha.

Evidentemente, o depoimento de quem é indiciado tem o papel inclusive de oferecer ao indiciado, ao investigado uma oportunidade de defesa, e é natural que ele possa se calar, é constitucional que ele não produza prova contra si próprio.

A testemunha vem em outra condição. A testemunha vem sob o princípio da colaboração com a Justiça. Ela deve, aqui, segundo o Código de Processo Penal, prestar esclarecimentos, prestar informações sobre aquilo de que ela tem conhecimento, sobre aquilo que ela sabe sobre o fato. Ela tem esse dever de colaborar com a Justiça.

Então, a meu ver, essa sistemática concessão de *habeas-corpus* à testemunha quer dizer que, sistematicamente, o Supremo Tribunal Federal tem considerado o Presidente desta CPI autoridade coatora.

Eu concordo com o Deputado Pitiman que isso passou do limite, porque esta CPI tem sido zelosa com o cumprimento, com a garantia dos direitos constitucionais, as garantias individuais de todos que vêm aqui. Isso precisa ser de fato esclarecido ao Supremo Tribunal Federal. A testemunha tem que vir aqui e tem que colaborar. Se não me engano, em reuniões anteriores, o Deputado Miro Teixeira falou sobre isso, que ninguém vai a um depoimento, a uma vara judicial munido de *habeas-corpus*. Por quê? Porque se pressupõe que o juiz conhece as garantias constitucionais de quem está indo lá depor. Aqui, nós conhecemos também e não descumprimos a Constituição. Aqui, somos cumpridores da Constituição e das leis. Então, não podemos aceitar o tratamento como se, cumpridores da lei e da Constituição, nós não o fôssemos.

É necessário, Presidente, esse esclarecimento. Eu não vou usar o tempo todo, mas acho que, de fato, está havendo um excesso de liminar, está havendo um excesso de *habeas corpus*, um uso equivocado do instrumento fundamental e importantíssimo que são os *habeas corpus*.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É apenas que eu tenho os inscritos.

V. Ex^a chegou e até eu soei a campanha, quando V. Ex^a chegou, porque é um fato relevante. Mas eu vou passar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o fato Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar por três minutos ao Deputado Miro Teixeira, para suas considerações. Eu quero aqui fazer um apelo, para que possamos... Eu vou, depois, a V. Ex^a; depois, ao Deputado Sílvio Costa; e vou chamar o depoente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – As discussões vão se aprofundando e outras coisas vão nos ocorrendo.

Tenho a impressão de que a consultoria aqui, do Senado, está trabalhando num estudo sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Como aqui foi levantada a possibilidade de irmos ao Supremo Tribunal Federal, eu só adito uma preocupação: eu acho que nós não devemos ir sem antes examinarmos a decisão do Supremo, que é dominante, que é absolutamente dominante. A testemunha só pode dizer que não quer falar, porque não quer se incriminar, depois de ouvir a pergunta. Ela não pode antecipar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui, está meio complicado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela não pode antecipar o exercício desse direito, porque não conhece a pergunta. Mas está dito pelo Supremo Tribunal Federal – deixei cópia dessa *habeas corpus* ontem aí...

Concordo com as regras estáveis não só para o processo, mas para toda a ordem jurídica, o que dá segurança jurídica, mas, quando tratamos de leis adjetivas e matéria penal, temos aplicação imediata. Temos aplicação imediata. Não é que seja retroativo, é que se aplica aos processos que estão em curso, a

partir daquele ato pela nova norma. Como os novos depoimentos não estão tomados – como eu diria o Conselheiro Acácio, eles são novos –, podemos aplicar a nova regra aos futuros.

Eu penso que temos de decidir essa questão antes de aqui estar o Sr. Cavendish, antes de aqui estar o Sr. Pagot. São os dois testemunhos que eu penso que podem acrescentar muita coisa a esta Comissão; os outros, dificilmente, vão acrescentar àquelas provas materiais de que nós já dispomos.

Então, acho que teremos um caminho sereno se aguardarmos esse estudo que já deve estar concluído ou, então, está por ser concluído aqui, da consultoria. Não temos de pedir mais nada ao Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo Tribunal Federal tem essa decisão em *habeas corpus*. E a partir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu concluí, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem, Presidente. Por favor. É um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou também conduzir os trabalhos pela ordem de inscrição.

Então, está com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu só gostaria que V. Ex^a incluísse na pauta da próxima reunião uma alteração dos horários de reunião. As reuniões hoje são terça, quarta e quinta, às 10 horas e 15 minutos da manhã. Que elas fossem mantidas na terça e na quinta e que, na quarta-feira, iniciássemos a partir da 14 horas, porque a maioria dos Deputados e Senadores está perdendo os trabalhos de comissão, é relator de projetos importantes, que estão sendo prejudicados. Então, que isso seja considerado e que, na próxima reunião, seja colocado em pauta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Vou levar o pedido de V. Ex^a ao Presidente efetivo.

Parece-me que a questão da ordem da Senadora Vanessa já foi formulada, não é? Então, passo a V. Ex^a por um minuto, conforme o pedido...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não, Sr. Presidente. Na realidade, veja bem,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...eu também tenho uma série de sugestões a fazer. Eu

acho que nós precisamos discutir um pouco os rumos e algumas providências que considero até urgentes. Entretanto, nós não estamos numa sessão administrativa, nós não vamos decidir nada aqui.

Então não tem por que eu antecipar hoje o que não pode ser decidido. É por isso que abro mão de falar, que é para ganharmos tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último inscrito é o Deputado Silvio, e conheço a brevidade das suas formulações e a sua concisão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou dizer uma coisa para V. Ex^a: se V. Ex^a fosse solteiro... V. Ex^a tem a cara do genro que todo mundo quer ter. (*Risos*.)

Veja, V. Ex^a é muito educado. É porque minha filha já é noiva e V. Ex^a é casado. (*Risos*.)

Mas o meu pedido pela ordem, Sr. Presidente, é o seguinte: eu gostaria que V. Ex^a mantivesse a pauta: primeiro é o Sr. Cláudio Monteiro a falar, e parece que o Marcelo e o João não vão falar. Então V. Ex^a mantém a pauta, porque, pelo menos, o Marcelo e o João vão ficar 4 horas esperando. Então não vamos premiar esse povo, porque a ideia de V. Ex^a era botar o Marcelo e o João, que não vão falar, e premiar eles. Então vamos deixar esse povo de castigo durante 4 a 5 horas, e começar com o Cláudio Monteiro.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou acatar a proposta de V. Ex^a sem acatar os argumentos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, eu quero é que V. Ex^a acate os meus argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas não cabe a mim punir qualquer um que venha a esta CPI.

Eu vou acatar a proposta de V. Ex^a pela angústia de todos os Srs. Parlamentares, com seus horários, com seus compromissos, vôos, etc.

Eu quero, então, chamar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu tinha falado com V. Ex^a – e serei rápido, apenas um minuto.

Sr. Presidente, na duas últimas sessões da nossa CPMI, eu trouxe ao conhecimento dela as dificuldades que estamos tendo com as informações do sistema bancário, que é uma realidade. O Sr. Relator já constatou.

Surpreso, hoje, encontrei na mídia nacional os procuradores de justiça, os promotores trazendo à mídia nacional que eles estão enfrentando o mesmo problema; ou seja, há um descompasso no sistema nacional de informações – e não sei se é no Sisbacen ou em algo análogo –, onde vários bancos, mesmo com determinação judicial federal, não estão entregando os sigilos bancários. Então, existem investigações

em curso atrasadas por mais de 6 meses. Como esta CPMI vai durar 6 meses, vou reiterar o pedido para que a CPMI faça uma ação imediata, na mesma linha de ação que o Deputado Pitiman propôs há pouco, em relação à Presidência, Diretoria do Banco Central, porque alguma providência tem que ser tomada. Não pode nem ordem judicial e muito menos uma CPMI não ser respeitada pelo sistema financeiro brasileiro.

Eu quero ser parceiro da administração desta CPI no sentido de que a gente consiga colocar em ordem, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Eu tenho certeza de que o Relator deve estar com problemas gravíssimos, porque ele tem indícios, ele tem linhas investigativas que não são suportadas pelo sigilo fiscal e bancário quando vai ser feita a compatibilização.

Portanto, nós precisamos de resultados. O Brasil nos cobra e nós temos que cobrar do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Está acatada a questão de ordem de V. Ex^a. Eu vou transmiti-la ao Presidente efetivo e já tem aqui a concordância do Sr. Relator Odair da Cunha.

Peço que seja convidado o Sr. Cláudio Monteiro para fazer uso da palavra.

Quero dizer que ele foi convocado por um requerimento dos Srs. Parlamentares, Deputado Onix Lorenzoni, Requerimento nº 30, de 2012; e do Deputado Rubens Bueno, Requerimento nº 102, de 2012.

Então eu peço que o Sr. Cláudio Monteiro venha ao recinto. (Pausa.)

Quero cumprimentar o Sr. Cláudio Monteiro, que vem acompanhado dos seus defensores, que se quiserem podem me dar os seus nomes para eu anunciar-los.

Sr. Cláudio Monteiro, o senhor disporá de vinte minutos para fazer sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta de V. S^a, por 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o relator, o presidente, os autores dos requerimentos, membros titulares, suplentes e não membros.

Portanto, a palavra está com V. S^a, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Cláudio Monteiro, o senhor vem aqui na condição de testemunha. O senhor conhece os direitos e os deveres de uma testemunha. Peço a V. S^a que possa assinar a declaração de que dirá aqui a verdade e somente a verdade.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço então que a assessoria providencie o termo e, como todos, vamos já iniciar o depoimento e ele assina ao final do mesmo.

Passo então, Sr. Cláudio Monteiro, a palavra para o seu uso regimental de 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Sr. Relator, Srs. Parlamentares. Começo a minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui nesta convocação pelo simples fato de que, em determinado dia do mês de abril, fui surpreendido com uma manifestação de um jornalista indagando-me sobre um rádio que eu havia recebido e que esse rádio era objeto da comunicação entre a minha pessoa e determinado grupo. Fiz uma pergunta naquele dia: Onde está o rádio? Qual a gravação utilizada em que a minha voz aparece utilizando esse rádio? E essa pergunta eu venho fazendo reiteradas vezes ao longo de todo esse período.

Em seguida, fui surpreendido com outra manifestação, a de que eu teria recebido certa quantia em dinheiro e uma mesada mensal. Bom, aí a situação ficou mais grave, porque se o rádio não era possível ser apresentado – mas eu tinha uma prova cabal, porque bastava a Polícia, com 485 dias de escuta, apresentar uma única fala em relação ao recurso – essa é a palavra de alguém contra a palavra de outro.

Sr. Presidente, ao longo de toda a minha vida pública, que iniciei como sindicalista, fui o primeiro presidente fundador do Sindicato dos Policiais Civis do Brasil, ou seja, tenho uma história de vida; fui eleito deputado distrital pela primeira legislatura do Distrito Federal, para a Câmara Legislativa, fui deputado constituinte; fui relator de um dos capítulos da Lei Orgânica do Distrito Federal; e dizem que se eleger uma vez é fácil, renovar o mandato é que é difícil, e eu consegui fazê-lo, fui novamente eleito. Não poderia ter, ao longo de toda essa história de vida, construída nesta cidade, para onde os meus familiares vieram em 1957, para construir a capital do País, ter, de uma hora para outra, a minha vida jogada na lata do lixo e a minha história riscada completamente.

Então, eu agradeço sinceramente a oportunidade de estar aqui, porque a imagem que se tem e colocada pelos meios de comunicação é que eu fiquei como ventríloco, boneco de ventríloco; as pessoas me faziam a pergunta, eu as respondia, só que a resposta não satisfazia e apenas mostravam o balbuciar dos meus lábios, sem que a afirmação fosse ali colocada.

Então, esse é o motivo desse agradecimento.

Tomei a decisão, quando me foi apresentada essa acusação, de deixar o Governo do Distrito Federal, deixar o cargo, porque passei a minha vida inteira apregoando que ninguém, ninguém mesmo, pode se escudar num cargo público para dificultar ou impedir uma investigação. E aí eu não poderia dizer que eu aplico um remédio para os outros e não bebo desse mesmo remédio. Fiz questão de adotar esta medida: deixar o Governo do Distrito Federal para, sem imunidade, sem a prerrogativa do foro, sem nenhum impedimento, a investigação pudesse ser tudo apurado.

Fui contra os meus detratores aos tribunais. Fiz uma ação contra o Sr. Idalberto Matias; uma outra ação contra o Sr. Cláudio Abreu; uma ação contra o Delegado da Polícia Federal; entreguei a quebra dos meus sigilos bancário, fiscal e telefônico à Procuradoria Geral da República, pedindo ao Procurador que tomasse as providências necessárias. Fui ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, solicitei uma investigação sobre todos os meus atos, porque a mim interessa a apuração; a mim, aos meus amigos, aos meus familiares, às pessoas com quem convivo e a quem tenho que dar explicações todos os dias.

Tomei um conjunto de ações que eram capazes de, sem privilégio de foro, sem imiscuir-me por trás de qualquer razão, permitir essa investigação. E, olha, continuo hoje ainda a formular aquelas perguntas que fiz quando deixei o Governo: onde está o rádio? Parafraseando um sertanejo, um cantor popular nortista, Genival Lacerda: onde está o rádio? Qual foi a medida adotada para que ele fosse apreendido e com escuta que tem em que eu estava utilizando. Não sou um gênio, não dispunha de informações privilegiadas para não utilizar esse instrumento se ele estivesse em minhas mãos. Não estava. Qual foi a licitação em que eu interferi, se não sou ordenador de despesas e não o fui em nenhum momento no Governo do Distrito Federal? Qual o tráfico de influência que exercei? Porque há que se ter em mente uma coisa tão clara: causa e efeito; causa e efeito. Se você tomou uma medida, essa medida resultou em alguma ação concreta ou produziu algum efeito. Onde está o efeito? Onde? Ninguém deste grupo fez parte dos quadros do Distrito Federal. Nenhuma licitação foi feita no lixo... E, olha, que essa empresa exercia uma atividade fundamental no Distrito Federal, mas veio de um contrato anterior a esta gestão. E as perguntas estão sem respostas até hoje. E aí dizem: a Polícia Federal... Olha, a Polícia Federal é vago demais, é abstrato, é um ser de personalidade jurídica.

Quem tem que dar essas respostas – e aí eu estou diante de algumas pessoas com conhecimento jurídico, de membros do Ministério Público e sabem

que fala de terceiros não são provas, muito menos, indícios. Não servem sequer para abrir um inquérito. E é com isso que estamos deparando hoje.

Esqueci-me de falar, Excelência, que a minha formação é jurídica, eu sou Bacharel em Direito. Esqueci-me também de informar a V. Ex^{as}s que eu contrariei o desejo de meus advogados de não fazer prova negativa, porque fazer prova negativa é impossível. Desejavam que eu permanecesse em silêncio, mas com a minha honra aviltada, com o meu passado rasgado, como quem abriu uma porta e desceu para um abismo, eu desejo falar.

Estou aproveitando esta oportunidade, sei que não estou aqui na condição de indiciado, sei que não estou aqui na condição de investigado, sei que estou aqui na condição de testemunha, mas me foi oferecida a oportunidade de falar aos meus parentes, aos meus amigos e aos meus eleitores sobre a realidade dos fatos.

E essa é uma oportunidade singular.

Por isso, agradeço a todos os senhores indistintamente, oposição, situação, a cada um dos membros.

Reconheço que a política no Distrito Federal tem adotado caminhos não da normalidade. Quando eu era menino, dizia-se que, numa briga, não valia puxar cabelo, dedo no olho, nem xingar a mãe. No Distrito Federal, tudo isso vale, tudo isso vale. Aqui as pessoas, para promover a vingança pessoal, quando não conseguem contra sim, procuram afetar aquilo que lhe é mais caro: seus familiares, sem a preocupação sequer de buscar a informação correta. E até para fazer um factóide político, produzem até ocorrência policial, como se alguém que vai estar aqui na CPI tivesse um comportamento de um idiota para promover acusação contra alguém.

Eu tenho 53 anos de idade, forjei a minha vida na luta política, forjei minha luta na democracia, nos argumentos, no proceder com dignidade. Esse é o maior patrimônio que recebi de meus pais. E espero levar comigo essa dignidade. Tentaram aviltá-la de todas as formas.

Sento-me aqui na condição de quem não tem mais o que perder, porque alimentava um sonho de construir uma relação com o Governo do Distrito Federal, de estar neste Governo. Este sonho fui obrigado a abdicar dele, para não transformar o sonho dos outros em pesadelo, porque, com o cotidiano dos questionamentos, não teria condições de dar andamento às minhas atribuições. E não poderia macular um Governo com um membro sendo responsabilizado.

E, olha, no caso em questão, o cargo que exerceia, não vale o ditado da mulher de César, em que não basta ser honesto, tem que parecer honesto. No cargo em questão, vai além da mulher de César, tem que pa-

rever honesto, tem que ser honesto e tem que provar ser honesto, até porque este Governo teve na eleição uma eleição extremamente fácil, foi a eleição mais fácil de ganhar no Distrito Federal, porque a instabilidade política nesta cidade decorria de, em um único ano, quatro governadores; em um único ano, quatro governadores. Todo tipo de denúncia; todo tipo de denúncia e todo tipo de falcatura. Mas se foi fácil ganhar a eleição, difícil tem sido ao companheiro Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, governar.

A continuidade de um governo pressupõe a manutenção de métodos e comportamentos. Aqui teve que se fazer a ruptura completa com esses métodos e esses comportamentos, porque a prática instalada no Distrito Federal era do levar vantagem, era do tirar o máximo no menor espaço de tempo possível, era de se aproveitar do bem público de forma privada, e com isso o Governador do Distrito Federal teve que romper.

É um governo que diz: não rouba, não deixa roubar e apura quem faz, e tem somado um conjunto de inimigos por essas ações. Seria muito mais fácil pactuar com o que está instalado, com o que estava instalado. Seria muito mais fácil fazer de conta que não estava havendo nada, mas esse novo caminho veio para promover essas rupturas. Aquela prática que existe de criar dificuldades para apresentar facilidades foi abolida completamente aqui, no Distrito Federal. Por isso, ninguém precisa usar nenhum instrumento administrativo ou político para facilitar o seu atendimento. Aqui a legalidade reina.

Dadas essas condições, fui obrigado a deixar o Governo. Primeiro, por um princípio; segundo, para não macular esse sonho e esse comportamento. Olha, dizem que quando se abre mão de bens materiais, tem-se um sentimento de perda, mas quando se abre mão de um sonho, esse sentimento é gigantesco. Ele é impossível de ser mensurado. Eu abri mão desse sonho, não pretendo voltar ao governo até porque sei que terei que esperar toda essa investigação; sei que terei que esperar toda essa conclusão e já me antecipei, inclusive, ao resultado da CPMI, porque, ao pedir a instalação de um inquérito junto ao Ministério Públco Federal, ao Ministério Públco do Distrito Federal eu me antecipei a isso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, da mesma forma que procedi quando dei o Governo, entregando o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal voluntariamente, independente de decisão judicial, eu vou fazê-lo aqui, pelo período que desejarem. Estou propondo dez anos, que é o rito da CPMI, mas, se necessário for, faço por vinte, faço por todo o período de vida pública que tive. Então, Excelência, eu quero deixar, em mão, este requerimento, que é

uma forma voluntária de abrir mão do meu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Continuo a perguntar não à instituição, que é um ser abstrato, mas a quem procedeu a investigação: cadê o rádio, cadê a propina, cadê a facilitação na licitação, que essa interferência, e cadê o tráfico de influência? Essas são perguntas que eu quero receber. São perguntas que eu mereço receber. Preciso delas como preciso de oxigênio. Sem elas, a vida do ser político está ceifada.

Como disse, Sr. Presidente, em relação a quem tem me atacado e utilizado esta forma mais sórdida de dedo no olho, puxar o cabelo e xingar a mãe, quero dizer que também trouxe aqui, voluntariamente, por parte dos meus filhos, a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Meus filhos estão ofertando isso voluntariamente, porque, da noite para o dia – pode causar estranheza para alguns –, a idade do meu filho foi reduzida, extremamente reduzida. Ele tem 33 anos e, para parecer aos olhos da sociedade, foi reduzida para pouco mais de 20, 22 anos. Essa foi a informação prestada aqui nesta CPI, afirmação aqui feita.

Um prédio construído no Setor de Vicente Pires, que tem de 16 a 18 apartamentos, foi passado como sendo de 20 a 24. E foi colocado que esse meu filho seria – não o fizeram diretamente, mas levaram à indução –, um “laranja” da minha pessoa. Só que as pessoas se esquecem de um velho adágio popular: “veem as cachaças que eu tomo, mas não assistem aos tombos que eu levo”. E aí eu trouxe mais, eu trouxe uma relação do Serasa dos meus três filhos, que passo a V. Ex^a, onde eles devem para essa construção cerca de R\$2 milhões.

Está aqui, Sr. Presidente.

Então, viram o prédio e não viram o débito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Mas tem outra coisa, Sr. Presidente, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder ao depoente o tempo necessário para o seu depoimento, como tem sido com todos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Tem outra coisa, Sr. Presidente, que dói, e dói muito. É porque as pessoas costumam medir a gente pelas réguas de sua própria vida, e não pelas regras da sociedade. E aí elas os medem perguntando como é que um cara que administra uma obra de R\$800 milhões pode estar administrando essa obra sem ter nenhum ganho pessoal, sem nenhuma falcatura. É porque, para algumas pessoas, e eu faço parte desse conjunto de pessoas, o importante não é ter, mas ser. A gente se satisfaz, a gente se realiza com aquilo que deixa para o conjunto da sociedade. E uma das coisas que me doem foi ser

obrigado a deixar a condução daquilo que eu acho que é botar Brasília na história como cidade-museu, como local da visitação, fazer o encontro dessa cidade com a sua vocação, que é o turismo. E essa oportunidade estava e está agora na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, ações conduzidas por mim e que eu deixei.

Mas, Sr. Presidente, há, também, uma questão que é colocada que nada mais ou nada melhor que um dia após o outro e que, por maior que seja a tempestade, no outro dia o sol vai raiar e nós seremos capazes de enxergar esse sol. Aqueles que assacaram contra mim possuem um conjunto habitacional. Aqueles que assacaram contra mim o fizeram de forma triste, porque transformaram a minha pessoa em algo que eu não fiz. Eu levei todos os recados. Eu atendi aos telefonemas e levei os recados que me foram dados: “o Governador precisa cumprir um acordo político comigo”, “o Governador precisa me atender em audiência”, “o Governador precisa fazer a indicação que eu fiz na Fundação de Amparo à Pesquisa”.

Olha, Sr. Presidente, eu levei todos esses recados. Todos. Entreguei ao Governador todos os recados que recebi. Agora, eu não detengo a condição de fazer com que o Governador atenda a esses recados, atenda a essas solicitações. E aí, transferir para o Cláudio Monteiro a responsabilidade por esse não atendimento é demais. Realmente, é demais.

Eu espero que também não esteja munido disso uma atitude que eu não tomei, a Administração Pública tomou, que foi mandar derrubar parte de um colégio, porque esse colégio estava em área pública. Essa não foi uma atitude que eu tomei, foi uma atitude que Administração Pública se impôs. E eu também não posso ser responsabilizado por isso.

Então, fazendo esses esclarecimentos, quero agradecer a cada um dos senhores e dizer que estou aqui de peito aberto, vida franca, pronto a responder todas as perguntas enquanto testemunha de fatos que tomei conhecimento ou de fatos que presenciei. Mais uma vez, agradeço a cada um dos Srs. e Sr^{as} Senadoras, Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator. Muito obrigado. Obrigado a imprensa por estar divulgando isso.

Quero fazer um agradecimento especial, se o senhor me permitir, Sr. Presidente, a um jornalista que, ao me entrevistar, perguntou: “Mas que história é essa? Onde é que está a verdade?” Eu pedi a esse jornalista: “Passe à opinião pública o meu questionamento. Peça para apresentarem o rádio, peça para explicarem, se eu recebi 20 mil e estaria recebendo 5 mil mensais, a atitude de quem ouviu isso e não tomou providência. Foi desídia”. A autoridade que deveria promover isso deveria – para crimes em flagrante, não há fórum –

me prender. Não fez por quê? Deveria ter feito isso. Prevaricou? Essa é a pergunta. Se prevaricou, eu não acredito; eu não acredito. Não posso crer que tenha prevaricado. Não posso crer que deixar de prender o chefe de gabinete do Governador do Distrito Federal não seria um ato de tamanha publicidade. Ora, claro que seria. Não o fez por uma razão simples: porque isso não existiu.

Eu quero juntar, Sr. Presidente, mais alguns documentos. É a declaração do Sr. Marcello, do João Monteiro e do Sr. Idalberto no inquérito que eu pedi, inclusive, uma investigação para ser feita, porque eu pedi à Secretaria de Transparência do Governo do Distrito Federal que apurasse a minha conduta e que chamasse, para total transparência, um membro da OAB do Distrito Federal para que acompanhasse essa apuração. Então, Sr. Presidente, todas essas pessoas, ao serem indagadas...

Enquanto esses documentos estão sendo encontrados, esses depoimentos, eu quero dizer que o Sr. João Monteiro relatou que eu nunca o procurei para pedir nada, no setor de limpeza urbana, na empresa, na instituição, na autarquia SLU. Aliás, ele relata exatamente o que eu havia colocado: que, em contato que recebi com a empresa Delta, essa me alerta que está tendo dificuldades para exercer as suas atividades. E, tendo dificuldades para exercer as suas atividades, ameaçava fazer ruptura de contrato em que o causador fosse o GDF. Mas apresenta fotos... Eu peço para que formalizem isso e, após formalizarem, eu encaminho oficialmente ao setor competente que é o SLU.

Então, o Sr. Idalberto, ontem, na comissão da Secretaria de Transparência, não respondeu a nenhuma pergunta, mas fez um esclarecimento em tempo, dizendo que jamais... Aliás, eu não vou... Eu teria de ler a frase dele para não aumentar... Que não pagou nada, nenhuma importância, qualquer recurso a qualquer servidor do Distrito Federal. Ele não falou em relação à minha pessoa. Ele falou em relação ao todo. Eu gostaria que ele tivesse também atendido ao chamamento judicial e falado isso em juízo, mas, certamente, no tempo certo, na hora certa, com o andamento do processo, nós vamos ter a oportunidade de ter a verdade restabelecida.

Sr. Marcello de Oliveira Lopes. E aí, Sr. Presidente, esse é o depoimento do Sr. Marcello, que passo às mãos da Comissão. Sei que ela pode requisitar, pode pedir, tem autoridade para isso, mas eu me antecipo, juntando que referências ao meu nome me isentam de qualquer ação.

O Sr. Idalberto Matias – como eu não posso fazer ilações –, no depoimento, ele diz o seguinte: “Deseja deixar consignado que nunca ofereceu dinheiro nem

entregou pagamento a ninguém.” Eu me incluo, graças a Deus, nesses “ninguém”.

O Sr. João Monteiro, que era o superintendente, diz: “O depoente disse que o Sr. Cláudio Monteiro nunca lhe telefonou para pedir que adiantasse ou atrasasse pagamento à empresa Delta, bem como o Governador do Distrito Federal também nunca lhe pediu nenhum tipo de favor nesse sentido, solicitado por Cláudio Monteiro ao depoente no sentido de verificar as condições de trafegabilidade nas vias internas da Estrutural. Porque um documento apresentado ao gabinete do Governador pela empresa delta dava conta de que as vias estavam em péssimas condições, com afloramento de vergalhões, decorrente de chuvas, e que aquela empresa aventava o descumprimento da cláusula contratual por parte do SLU. Tal documento foi remetido ao SLU, que elaborou o relatório a respeito do assunto e devolveu o expediente ao gabinete do governador.”

Então, Sr. Presidente, passo também as suas mãos.

Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido de desculpa público. Um pedido de desculpa a todos os meus companheiros do Governo do Distrito Federal, a todos aqueles que, junto comigo, ocuparam cargos, por tê-los colocado numa situação vexatória. Gostaria de pedir desculpa aos meus familiares, aos meus filhos, aos meus parentes. A família Monteiro é grande, ela está espalhada pelo Brasil afora, do Rio de Janeiro ao Nordeste do País. Àqueles com quem pude falar e àqueles com quem ao pude, peço aqui desculpas por ter o meu nome envolvido nessa situação. Mas o tempo é senhor de todas as ações e nós teremos a oportunidade de, no tempo certo, na hora certa, termos a verdade restabelecida.

Senhores, muito obrigado. Muito obrigado mesmo, de coração.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito V. Ex^a como sendo o primeiro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, me inscreva como Líder. Deputado Sílvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a está inscrito como o segundo.

Eu vou passar inicialmente, regimentalmente, ao Sr. Relator para fazer as suas perguntas. Depois, aos autores de requerimentos; depois, aos inscritos e aos Líderes.

Então, passo a palavra ao ilustre Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado Presidente.

Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, Sr. Cláudio Monteiro, esta CPMI busca compreender a extensão da organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e suas incursões sobre o aparelho de Estado. Para defender aquilo que seria o negócio matriz da organização criminosa, que seriam os jogos, a contravenção, também essa organização se associou para conseguir contratos em órgãos públicos e corromper agentes públicos. Conheço as incursões dessa organização criminosa.

Sem entrar no mérito em si da verdade ou não, do fato ou não, do que dizem os dois inquéritos da Polícia Federal, o que nós temos notícia – e isso em minha opinião é incontestável –, a organização criminosa buscou incursões no governo do Distrito Federal, e é claro que essas incursões não são só no governo do Governador Agnelo Queiroz, mas em momentos anteriores inclusive. Exatamente por isso a sua presença aqui é importante, porque o nome de V. S^a é citado nas interceptações telefônicas. E é com essas citações que nós queremos, e são por essas citações que nós pedimos que o senhor estivesse conosco hoje, de maneira clara vem se dispõe a falar o que muito ajuda o trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que quer uma coisa simples: buscar a verdade e compreender a extensão dessa organização criminosa. Então, primeiro, agradecer a disposição do senhor estar conosco, de falar e especialmente em colocar o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição – como se não bastasse também a de vossos filhos.

Para entendermos melhor então em que circunstâncias o senhor acaba por chegar no Governo do Distrito Federal neste momento. Eu pergunto ao senhor a profissão do senhor qual é; o senhor disse que disputou cargos públicos...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr Relator eu sou funcionário público de carreira, eu sou policial civil aposentado hoje. Mas só ingressei na Polícia Civil do Distrito Federal em 1983. Nos cargos, fui o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, ou seja, o primeiro sindicato do Brasil pós Constituição de 88. Fui eleito deputado na primeira eleição da Câmara Legislativa do Distrito Federal no ano de 1990; exercei o mandato de 91 a 94, renovei esse mandato de 94 a 98...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De Deputado Distrital?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Distrital.

E por uma questão da legislação eleitoral, em que nem sempre os mais votados são os que detêm o mandato, mas o voto... O ciente eleitoral e a eleição caminham para isso, eu fui o 16º colocado na eleição de 1998 e fiquei sem mandato.

Após isso, o término desse mandato, ao longo desse período eu contraí uma amizade profícua com o então Deputado Agnelo Queiroz...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor foi Deputado com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Fui Deputado com ele na primeira legislatura da Câmara.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em noventa...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – De 90 a 94, fomos deputados juntos. Posso dizer que fui o deputado mais jovem eleito no Distrito Federal, tive a honra de fazer o juramento da Lei Orgânica do Distrito Federal e a honra por ser na época à casa o único Bacharel em Direito, o autor de um capítulo quase inteiro da Lei Orgânica que é da organização dos poderes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então o senhor tem relacionamento pessoal e político como Governador Agnelo Queiroz desde 1994?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Desde 1990, 1991.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhou com ele na Anvisa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não senhor. Eu trabalhei com o deputado... Primeiro nos relacionamos politicamente na Câmara Legislativa, depois quando ele se elegeu Deputado Federal em 1994 eu fui um dos apoiadores de sua campanha pelo glorioso PCdoB; fizemos campanha juntos. E ao término do meu mandato em 1998 eu fui convidado pelo deputado para assessorá-lo na Câmara Federal. Estive nessa Casa durante três anos e pouco, quando se deu a eleição do Governo Lula o então deputado foi convidado a ser Ministro do Esporte e eu tive a honra de ser convidado a estar com ele no Ministério – primeiro fui assessor, depois fui chefe de gabinete, depois fui secretário executivo – e tenho no meu currículo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode falar em períodos, anos? O Ministério do Esporte...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Esse período, na primeira gestão do Governo Lula no Ministério do Esporte.

Tive a honra de ser designado pelo Presidente da República em alguns atos – isso me enaltece – como Ministro interino dos Esportes do Brasil, algumas vezes. Não é o ter, é o ser. Então, fui designado pelo Presidente, em ato específico, algumas vezes, como Ministro interino do Esporte.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor era Secretário Executivo do Ministro Agnelo, então Ministro Agnelo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Fui secretário... O cargo que mais exercei no Ministério foi o cargo de Chefe de Gabinete. Com o término do mandato, a permanência dele no Ministério do Esporte, ele disputou

a eleição para o Senado, não se elegeu, teve uma votação estrondosa, mas não se elegeu, foi para a Anvisa. Eu fui cuidar da minha aposentadoria. Fiquei esse período todo cuidando da minha vida pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi candidato, nesta última eleição, a Deputado Distrital?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Na última, fui; nessa eleição em que ele foi candidato ao Senado, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação ao Sr. Carlos Cachoeira, o senhor se encontrou com ele em algum momento, tem alguma relação com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor nunca se encontrou com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhuma oportunidade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quais eram as relações do Sr. Carlos Cachoeira com o Governo do Distrito Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Zero. Nenhuma.

O Sr. Carlos Cachoeira nunca promoveu sequer um telefonema para o Governo do Distrito Federal. Que eu tenha conhecimento, não. Como eu sou a parte nessa matéria de ter recebido as ligações, por fazer o recebimento das agendas do Governador e os telefonemas que são direcionados ao gabinete, posso lhe assegurar: o Sr. Carlos Cachoeira nunca ligou para o gabinete do Governador Agnelo Queiroz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Também não, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca esteve com ele em nenhum momento?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação a...

A que o senhor atribui, então, as citações do nome do senhor nas interceptações telefônicas?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque nós estamos buscando... É preciso compreender isto: nós estamos buscando as incursões da organização criminosa. Essa organização cita o nome do senhor algumas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aliás, algumas dezenas. A que o senhor atribui isso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O Ministério Pú- blico diz que são citações...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor atribui isso a quê?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu vou fazer uma ilação. Na ilação, é o seguinte, Sr. Presidente: seja quem quer que seja o ocupante de um cargo público, certamente alguém vai dizer que tem relação com essa pessoa e vai querer mostrar prestígio. Eu atribuo essas citações, até porque são feitas por terceiros... Reitero: não existe uma única manifestação minha; não existe uma única fala em que eu esteja me dirigindo a essas pessoas. Eu acredito que isso se deu por vender prestígio. Comumente, no meio político, alguém quer vender conhecimento, quer mostrar que tem bom relacionamento, que é capaz de ser facilitador. Isso é uma ilação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Idalberto, o senhor acha que pode ser isso? Idalberto Matias.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em relação ao Sr. Idalberto, em relação ao Sr. Marcelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor mantém relações pessoais ou políticas com o Sr. Idalberto Matias?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não... Vou esclarecer, Sr. Presidente. O Sr. Idalberto Matias eu conheci no curso da campanha, quando ele promoveu uma feijoada em Vicente Pires. Ele promoveu essa feijoada e eu fui convidado para ir a essa feijoada. Sobre essa feijoada, tratava-se de uma entidade esportiva que ele dirigia, chamada Anjos do Handebol, creio isso. E me perdoe se eu errar o nome da instituição, mas o objetivo foi este: era uma instituição da prática do handebol, e ele gostaria que, em sendo eleito, se o fosse, pudesse apoiar o esporte. Olhe, eu acredito que o esporte é um instrumento de recuperação social, é um instrumento de ascensão social e o esporte é um instrumento de educação. Então, ao receber esse convite para ir lá e me manifestar e dar apoio, o fiz com total tranquilidade.

E quero dizer a V. Ex^a, até me alongando nessa resposta, que o Sr. Idalberto, ao ter um contato com o Ministério Público do Distrito Federal, pelas gravações...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe, então, o senhor o conheceu em 2010?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em 2010, na campanha. Ele vai e diz o seguinte para um promotor: a última vez em que estive com Cláudio Monteiro foi na campanha... E isso foi no mês de agosto. Portanto, essa afirmação mostra que há uma distância, um lapso temporal enorme.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agosto de?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Agosto de 2011. Essa é uma afirmação tida nas próprias gravações da Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Jairo Martins?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não o conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca esteve...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nunca esteve comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Senador Demóstenes Torres? O senhor se encontrou com ele? Ele pediu para o senhor alguma coisa que interessava ao Sr. Carlos Cachoeira ou à empresa Delta, por exemplo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, pode causar estranheza, eu sou um admirador do Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Continua sendo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Bom, agora nós temos um lapso temporal de três anos e algum período de gravações em que a coisas mudaram completamente, mas eu nunca tive a oportunidade de conversar com o Senador Demóstenes, nunca tive a oportunidade de ligar para o Senador Demóstenes, nunca tive a oportunidade de estar com o Senador Demóstenes. Estranhava-me e causava-me surpresa ao ver a manifestação do Senador Demóstenes Torres arrebanhando colegas do Parlamento e do próprio Senado para que com ele fossem à Câmara Legislativa propor um *impeachment* do Governador Agnelo. Mas olha, sendo jogo político, eu acreditava – mais uma ilação, porque acreditava – que a disputa política fazia isso. É lógico que as gravações mostraram o contrário. Mas eu não tenho nenhuma informação para dar a respeito desse fato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas ele ligou para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que não ligou para ele, mas ele ligou para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Nunca recebi nenhum telefonema. Não liguei e nem recebi ligações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguém pediu ao senhor, Sr. Cláudio Monteiro, alguém em algum momento pediu ao senhor para que o Tenente-Coronel da Polícia Militar o Sr. Paulo Abreu fosse nomeado na Presidência do Serviço de Limpeza Urbana?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor, Sr. Relator, e quero atribuir isso até a uma dádiva divina, porque imagine só, Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ninguém chegou a entregar uma lista para o senhor com o nome dele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Não, senhor. Não, senhor. Eu atribuo isso até a uma dádiva divina, por quê? No Governo, há informação de que você tem um oficial da Polícia Militar, ou seja, um oficial concursado, alguém com reputação, se fosse colocado esse senhor, olha agora estaríamos numa situação complicada para explicar. Então, graças a Deus, esse senhor nunca me foi indicado e nem foi indicado ao Governo. E o Governador Agnelo, quando aqui esteve, reputou e afastou da minha pessoa a ideia do tráfico de influência ao afirmar que a decisão de indicar o Sr. João Monteiro como Superintendente, Diretor do SLU, o foi de fórum pessoal. Ele tomou essa decisão, ele decidiu, ele escolheu, pelos predicados da carreira que o cidadão possuía, ex-Secretário de Segurança Pública do governo anterior, com duas vantagens. Primeiro, botou um policial, um delegado; segundo, não partiu do pressuposto, da ideia de segregação partidária, porque ele havia pertencido a outro governo, mas viu as qualidades do Sr. João Monteiro e colocou o Sr. João Monteiro para ser o superintendente do SLU, o responsável pelo SLU.

Aliás, essa qualidade de não fazer separação entre Oposição e Situação, se me permite, Sr. Presidente, eu aprendi com o Ministro Agnelo quando ele afirmava que os convênios do Ministério do Esporte deveriam ser feitos com cada um dos Municípios, independentemente da colocação partidária a que pertencesse aquele prefeito, porque naquele Município havia um brasileiro, e aquele brasileiro ser atendido era responsabilidade das políticas públicas federais. Então, aprendi com isso essa separação entre Oposição e Situação. Ela se dá no campo das ideias e ela se dá no campo eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcellão chegou a tratar de algum tipo de nomeação que ele gostaria que ocorresse no governo e pediu que você levasse algum recado para o Governador?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O militar Tenente-Coronel Paulo Abreu foi indicado para algum outro cargo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não é do meu conhecimento. Não sei quem é essa pessoa. Não sei se ele é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é da ativa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...branco, negro, japonês.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Você sabe se ele é da ativa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não sei. Não sei, senhor. Não é do meu conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na linha do que o senhor chama de ilações, há referência, nas interceptações telefônicas, de um rádio Nextel. O senhor traz um argumento que é contundente, na medida em que as interceptações não gravaram a conversa do senhor. Mas se presume que alguém, então, teria pego esse aparelho, que disseram ao chefe da organização que seria entregue para o senhor; e, na verdade, teria ficado com outra pessoa. O senhor pode nos dar uma dica de quem poderia ter ficado com esse aparelho?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu indago isso todos os dias. Se a Polícia Federal gravou todos que usavam esse rádio, só ela pode dizer onde esse rádio está. Quer dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a história começou com um rádio; depois caminhou para um *chip*. E nem rádio, nem *chip*. Eu não sei. Não recebi, não usei, e a prova de que não o fiz é que todos que usaram, todos foram gravados. E eu não fui gravado. Ou apresentem essa prova. Isso aí, sim, é uma prova material.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Cláudio Abreu, o senhor se reuniu com ele? Tem relações com ele de quando?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu me reuni com ele duas vezes, Sr. Presidente, em função do meu cargo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como chefe de gabinete?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Como chefe de gabinete.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes, o senhor o conhecia?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Era o cargo que eu exercia, não é, porque fui despojado por ação própria. Não o conhecia antes. Eu o recebi duas vezes e o recebi na condição de diretor da Delta.

Sr. Presidente, é bom que tenhamos uma análise do fato de acordo com o tempo.

Hoje, execradas estão algumas pessoas. Estão execradas. Perdoe-me a adjetivação. Está execrado o Senador, está execrada a Delta. Só que tem um detalhe, Sr. Presidente. Na análise disso no tempo, quem em sã consciência poderia dizer que a Delta era inidônea? Quem poderia dizer, em sã consciência, que havia uma relação entre a Delta e o Sr. Carlos Ramos? Quem poderia dizer que isso existia no mundo real? Olha, isso demandou tanto tempo para ser apreciado que a Polícia Federal ficou gravando três anos. Todos os homens públicos, todos aqueles ocupantes de car-

go público que os receberam, o fizeram sem conhecimento. Creio eu.

No meu caso específico, recebi o representante regional da Delta, no Distrito Federal, para tratar de assuntos de interesse da empresa, mas consequentemente de interesse do Governo do Distrito Federal, porque a boa prestação de serviço e as condições para que esse serviço fosse prestado era de nossa responsabilidade também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor falou que o recebeu duas vezes. O senhor pode mensurar no tempo quando teria sido a primeira reunião, a segunda reunião? Quais eram as preocupações que eles traziam ao senhor? Eles não deveriam procurar o presidente do serviço de limpeza urbana e não o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Haviam me dito que já haviam procurado. Quando estiveram no gabinete, me disseram que já haviam procurado a superintendência do SLU, e que o objeto dessa solicitação não havia sido atendido. Eles o fizeram, primeiro de forma... Numa audiência, levando fotografias das precariedades de trafegabilidade no terreno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa foi a primeira reunião. Trouxeram essas fotografias. Mas para quem quer formular uma ação concreta do governo, não basta trazer fotografia. Eu solicitei a eles que formulasse aquilo expressamente e fizessem uma manifestação formal, denunciando a falta de condições de executar o contrato, até porque, nesse argumento informal, nessa conversa informal, o que me saltou os olhos foi a afirmação de que o Governo do Distrito Federal não estava permitindo as condições para execução do contrato.

Como agente público, tomando conhecimento de que o Estado não estaria permitindo condições para execução do contrato, seria eu, no mínimo, omissa, chamado a responder, no futuro, por não ter praticado os atos.

Fiz a solicitação para que trouxessem isso de forma expressa. Mas aí, Sr. Presidente, permita-me mais uma ilação. Nas gravações telefônicas, nessas escutas, eles entram em dúvida se deveriam ou não fazer isso formalmente. Olha, se a gente fizer formalmente, ele pode apresentar para outros e vão nos prejudicar. Mais ou menos é essa a dialética desse diálogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa foi a primeira reunião?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa foi a primeira e a segunda. Todas elas se deram desse jeito. Na primeira, eles trouxeram de forma informal e, na

segunda, eu pedi que fizessem forma formal. Voltaram para trazer de forma formal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No dia 27 de fevereiro de 2012,...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bem próximo à deflagração da operação, há um diálogo entre o Sr. Dadá e o Cláudio Abreu em que eles dizem assim:

“Tivemos uma reunião com o camarada lá, ontem, o Xará, eu e o Marcelão. Ele falou pra avisar você que quarta-feira está marcada reunião. Se o assunto for ônibus, o Governador quer fechar com a empresa. Se for o outro, ele está à disposição”.

Eles trataram do assunto ônibus, da bilhetagem?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

Sr. Presidente, essa reunião não existiu. Esse assunto não foi tratado. O Governo do Distrito Federal vem, ao longo de toda a sua existência, desse mandato, numa luta incessante para restabelecer a condição de atendimento digno à população do Distrito Federal na questão do transporte.

Aqui, a cidade era como capitania hereditária. As pessoas receberam essa concessão e, ao longo dos anos, continuaram explorando essa concessão sem sequer um instrumento legal para tal. E a luta para substituir esse cartel é uma luta incessante, é uma luta gigantesca, é uma luta do enfrentamento.

Mas tenho convicção, e agora como povo, como cidadão, como eleitor que aqui está sentado – eu estou sentado nessa condição – desrido de qualquer cargo, como eleitor, dizer que espero que a população do Distrito Federal consiga um transporte coletivo de qualidade. Que essa capitania hereditária não persista e que o povo possa, através de uma licitação correta, regular, legal, ter as empresas explorando esse serviço como ocorre em outros Estados. Como ocorre, por exemplo, no Paraná, que é referência em transporte público de massa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu, Sr. Cláudio, os representantes da Delta duas vezes no ano de 2011. O senhor está dizendo que a reunião teria sido em fevereiro de 2012, que essa interceptação da conta não existiu.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, perdoe-me, estou dizendo para o senhor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque temos duas reuniões e há outra em fevereiro de 2012.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não tenho lapso temporal. Tenho o fato, como se deu. Eu o recebi em duas audiências. Nessas audiências, o objeto tratado foi a condição de precariedade na execução do contrato. Essa reunião que dizem que...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que teria ocorrido em fevereiro de 2012, este ano.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...teria ocorrido em fevereiro, eu afirmo ao senhor que ela não ocorreu comigo, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que o senhor era Chefe de Gabinete e Secretário Executivo da Copa.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Da Copa, do Comitê Copa, mas fui mais um outro. Fui Chefe de Gabinete, acumulei, sendo Secretário da Casa Civil do Governo do Distrito Federal e aí, até por um lapso.

Mais uma ilação, Sr. Presidente. Aqueles que escutavam esses telefonemas chegaram até a cometer um erro, porque dizem: “ele passou agora a ser chefe da Casa Civil, portanto, detentor de foro privilegiado”.

Veja, eu era detentor desde o dia 1º de janeiro de 2011, porque eu era secretário de estado. Então até não existe desculpas para não terem me gravado, porque eles acreditavam que eu passei a ser detentor de foro só no mês de março. Então antes poderiam ter feito à vontade sem, inclusive, qualquer restrição, bastava ir à Justiça comum. Eu espero que o juiz, ao conceder ou se concedeu, tenha analisado que havia um erro, um erro material.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à questão da Copa, quais eram as atribuições do senhor nesse tema?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, a minha atribuição é uma atribuição política, eu sou o cara que acompanha as relações com a FIFA, com o Ministério do Esporte, com os órgãos federais...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas as contratações eram feitas onde?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Quais contratações?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para as obras da Copa.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eram feitas – eram não – são feitas pelo próprio consórcio; o consórcio tem autonomia, o consórcio tem autonomia para contratar, para demitir, para fazer o que ele quiser. O consórcio tem com o Governo do Distrito Federal um contrato em que a sua obrigação é entregar a obra no tempo certo, com pagamento pelas medições e fazer com que as coisas aconteçam. A minha função era empurrar isso, fazer com que as coisas acontecessem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se a Delta tem contrato nessas obras aqui?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não tem, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a empresa Rio Tocantins?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não sei, não conheço essa empresa. Eu sei que a Delta não tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem relações com o Sr. Heraldo Puccini? Conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Presidente, eu não sei de quem se trata.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele seria diretor da Delta no Sudeste.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O único cidadão que encontrei da Delta foi o Diretor Regional, Sr. Cláudio Abreu, e um funcionário da Delta – um diretor e um funcionário –, porque o Sr. Idalberto Matias quando esteve comigo, o teve na condição de funcionário da empresa, representando a empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação – eu vou voltar nessa questão da bilhetagem eletrônica, porque me parece claro que a organização tinha dois interesses muito bem definidos aqui no Governo do Distrito Federal, que era no Serviço de Limpeza Urbana e essa questão da bilhetagem eletrônica.

O senhor tratou desse assunto como Chefe de Gabinete com o Governador Agnelo Queiroz, com o Sr. Cláudio Abreu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em nenhum momento. E até isso...

(Falta na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Voltou o som, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Cláudio Abreu... Desculpe-me, Sr. Cláudio Monteiro... *(Risos.)*

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, me permita uma colocação. Essa confusão, o Sr. Cláudio Abreu, ela ocorreu diversas vezes. Eu fui colocado em cadeia nacional de televisão exatamente numa fala que era feita pelo Sr. Cláudio Abreu e atribuíram a mim, fui parar até no jornal da meia noite.

Lamentavelmente, neste caso, eu não tive nunca nada para me preocupar com meu nome. Mas, nesse momento, eram tantos Cláudios que o Ministério Público até chegou a fazer confusão, pois os próprios membros do Ministério Público, quando afirmaram que eu interferi em licitações, eu queria crer, talvez estivessem se referindo a outra pessoa, a outro Cláudio, porque esse chegou, inclusive, a ser preso por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Valdir Reis, que teria interferido num possível edital que seria lançado no caso da bilhetagem eletrônica?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Sr. Relator, com essa pessoa nunca tive nenhum contato

com ela – não sei se é alto ou se é baixo. Sei, sim, que após a manifestação de todos esses fatos, de tudo isso que ocorreu, o Governo do Distrito Federal informou que esse cidadão não fez parte dessa gestão, que ele foi demitido no dia 31 de dezembro de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao seu filho, o Sr. João Cláudio Monteiro, ele teve ou tem contrato com a Delta na coleta de lixo aqui do Distrito Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, é verdade. O meu filho tinha veículos transportando resíduos sólidos no Distrito Federal. Só que eu quero fazer um adendo a isso...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria saber as empresas que o senhor tem e que ele tem também.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, eu não tenho empresas com o meu filho, nenhuma. Meus filhos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou pedir licença ao Sr. Relator e também ao depoente e aos demais Parlamentares, porque houve uma pane no sistema de som e a reunião não está sendo gravada; então me pedem para suspender por alguns minutos, até que se restabeleça o serviço, já que temos que ter toda degravação dos depoimentos.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 6 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a reunião, fui informado por um servidor da Casa, o Sr. Narciso, de que houve uma queda no sistema de energia e isso provocou a queda no sistema de som e de gravação. Ele disse que também estão tomando as providências para que, quando houver queda no sistema de energia, não poderá haver quebra no sistema de gravação e de som. Isto é, o sistema tem que ter um seguro para essas eventualidades.

Então, devolvo as perguntas ao Sr. Relator para as respostas do depoente. Peço a atenção de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na verdade, o Sr. Cláudio estava...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Respondendo sobre a questão do meu filho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...em relação a ter...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...contrato de lixo com a Delta.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não sei se ele tinha contrato; sei que ele tinha veículos que prestavam serviço para a Delta.

Sr. Presidente, deixa-me colocar uma questão tranquila sobre isso. Bom, eu iniciei a minha vida com a luta pela sobrevivência muito cedo. Fui pai aos 19 anos de idade. Meu filho seguiu um caminho idêntico; foi pai também aos 18. Meu filho tem 33 anos, é pai de três filhos. Enquanto estava sob o pátrio poder, ou seja, até os 18 anos, tinha toda a minha interferência. Não tenho mais. Pela luta, não é ocupante de cargo público; não pratico o nepotismo. Não é favorecido por mim em nenhuma ação. Se V. Ex^{as} puderem examinar as escutas, verão que não há referência, eu conversando com ninguém da empresa pedindo esse ou aquele favorecimento.

Agora, essa é uma relação privada. Não é porque é meu filho que vai ser um desempregado. Não é porque é meu filho que um não vai poder exercer nenhuma atividade. Agora, também tem uma outra relação. Poderia ser ele qualquer tipo de pessoa, não teria aí a minha responsabilidade. Eu disse a V. Ex^{as} aqui no início que a política no Distrito Federal chegou a um patamar abaixo da linha da cintura, em que dedo no olho, puxar cabelo e xingar a mãe está valendo. E aí, quando não encontram em cima do pai, vão à busca do filho.

O Sr. João Cláudio tem 33 anos, é casado, pai de três filhos, maior, independente, tem a relação dele; eu não respondo pelos atos dele. Não o ajudei a entrar, mas também não tomei nenhuma providência para que saísse. A relação é privada. E digo a V. Ex^a: a tranquilidade nisso está aí e fiz o último pedido – não vou dizer o último porque morri nem pretendo que morram –, mas um pedido especial para que colaborassem comigo, entregando o sigilo fiscal e bancário. Externei aqui o débito que existe que é de quase dois milhões, dos três filhos, porque tenho duas famílias. Da mesma forma com que fui pai aos 19 anos, depois construí outra relação e isso gerou entre os meus filhos um desgaste de relacionamento para comigo. Quer dizer, nunca fui o pai que eles sonhavam, até porque eles gostariam que eu continuasse ainda com a mãe deles. E o filho por cujos atos eu respondo tem 2 anos de idade. A esse toda e qualquer atribuição, toda e qualquer responsabilidade é minha; os outros são maiores, respondem pelos seus atos, têm suas famílias. E eu, como pai, nutro dois sentimentos. O primeiro, de alegria quando os vejo felizes; o de tristeza, quando os vejo tristes. Mas não posso viver a vida deles, não posso substituí-los e não posso dizer o que devam fazer. Posso até, se me perguntarem, aconselhar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No caso específico, o senhor não pediu, em nenhum momento, para que eles fossem contratados.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nem para contratar nem para tirar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Marcello Oliveira, o Marcelão, qual é a relação do senhor com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, perdoe, eu relatei aqui na minha história que fui presidente fundador do primeiro Sindicato de Policiais Civis do Brasil. Todo e qualquer policial que precisar da minha ajuda o terá. O Sr. Marcello me ajudou na campanha política...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele doou na campanha do senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele não, a empresa da família dele fez uma doação em valor simbólico, não sei como é essa expressão, mas, na realidade, eles produziram a arte do fotolito, a arte que deveria ser do cartaz, dos *folders*, que teve o valor estimado de R\$5 mil. Então teve essa relação, é meu amigo, é policial civil, é da mesma carreira que eu sou, primo por ela, defendo-a a todos e estou sempre de braços abertos para, em caso de necessidade, em caso de solicitarem o meu auxílio, o farei; podendo, claro. O Sr. Marcello é pessoa da minha amizade.

Agora, ser pessoa da minha amizade não me torna responsável pelos atos que ele possa ter praticado. Disse, na minha manifestação anterior, que faria ali uma ilação sobre o porquê dessas coisas. Disse a V. Ex^{as}s que as pessoas gostam de demonstrar proximidade com o poder. E eu creio que ele fez isso. Mas quero reafirmar: é meu amigo, companheiro da polícia, servidor público de carreira, ingressou na polícia em 1998, pertenceu a diversos órgãos dessa polícia...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor levou ele para trabalhar com o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Levei, sim, senhor. Foi por indicação minha. Ficou 15 dias apenas na Casa Militar. Foi indicação minha. Por que a Casa Militar? O senhor pode perguntar: “Mas o senhor era Chefe de Gabinete por que não o colocou direto sob a sua guarda ou sob a sua responsabilidade?”. Eu lhe explico agora. A carreira policial civil tem tido o entendimento, por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de que, para se gozar do benefício da aposentadoria especial, você tem que estar, mesmo requisitado, sob a condição de estar na atividade policial, o que, para mim, é um absurdo, porque você não vai deixar de ser policial nunca; em qualquer posição que você esteja exercendo, você será policial. Então, você não se afasta da carreira, você não se demite. E, por essa circunstância, para que continuasse no exercício da atividade, ele foi requisitado para a Casa Militar, mas foi requisitado por minha solicitação, foi requisitado,

ao meu pedido, e ficou sob a minha responsabilidade durante 15 dias.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, e quais eram as atribuições... O senhor o chamou para fazer o quê sob a sua responsabilidade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, eu moro num local ermo, moro fora da cidade, eu moro no Setor de Chácaras do Gama. Eu entro no serviço por volta de 9h, 9h30; não sou o cara das sete da manhã, de forma nenhuma, mas nunca saí antes das 23h. Cheguei a ser abordado algumas vezes próximo à minha casa, primeiro, por um motoqueiro que, se eu não tivesse utilizado um instrumento, que é colocar um *hotline* no carro, teria sido assaltado. Ele fazia parte dessa segurança, até porque é uma pessoa de porte avantajado, tem experiência nessa área de segurança e foi convidado exatamente por isso.

Agora por que esse convite nasceu? Esse convite nasceu porque ele me relatou que estava, na mudança da substituição do diretor da Polícia, sofrendo perseguições, que o diretor não ia com a relação dele, que ele estava sendo perseguido, e nessa condição eu juntei o útil ao agradável. Precisava dessa segurança, e ele precisava se afastar. Afastou-se e eu passei a ter o segurança. Mas a indicação dele é de minha inteira responsabilidade. Agora,...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então ele servia de segurança para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...sou responsável pela indicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele servia de segurança para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As interceptações telefônicas, também da Polícia Federal, dão conta de que o Sr. Marcelão, em associação com o Sr. Jairo Martins e com o Sr. Dadá, faziam parte de um esquema de arapongagem de interesse da organização criminosa e que, de alguma forma, eles se aproveitaram da estrutura do Governo do Distrito Federal para servir de apoio a esse sistema de arapongagem. V. S^a tem conhecimento disso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, eu não tenho conhecimento disso e quero dizer uma outra coisa para o senhor, se o senhor me permite. Olha, esse Governo teve trezentos telefones quebrados indevidamente. O meu carro, Sr. Presidente, recebeu um aparelho de escuta interno, que foi colocado na área externa do carro. Não vou me aprofundar nisso porque isso é objeto de investigação, e espero que em determinado momento esse curioso seja descoberto. Esse aparelho dava a localização em qualquer ponto e ainda permitia a gravação, porque era como se fosse

um telefone – o Governador o mostrou aqui –, permitia ter acesso às conversas internas dentro do carro. Eu espero que as pessoas ou a pessoa que fez isso tenha se satisfeito em ouvir a minha voz em determinado momento, mas quero, concluindo afirmativamente, Sr. Presidente: primeiro, não creio que o Sr. Marcelo tenha se juntado com essas pessoas para essa prática e espero que ele possa, no foro adequado, provar a sua inocência, possa fazer os instrumentos necessários... Reitero, eu disse aqui que eu não posso fazer prova negativa, fazer prova negativa é impossível, mas eu espero que ele possa, no local certo, onde ele achar conveniente e seus advogados entendam como tal, que ele possa mostrar e demonstrar que não praticou isso. Eu não creio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas na Chefia de Gabinete de V. S^a, o senhor tinha lá algum serviço de inteligência próprio pelo qual o Sr. Marcelo seria responsável?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para dar possibilidade de...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Serviço de inteligência no Governo do Distrito Federal existe onde? Na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Militar do Distrito Federal, na Polícia Civil do Distrito Federal. Creio que nesses três órgãos. Esses órgãos têm serviço de inteligência para proteção, primeiro, das instituições, proteção do Estado e proteção da sociedade. Proteção da sociedade na apuração de fatos; proteção do Estado sobre qualquer ato a ser praticado contra os governantes.

A Chefia de Gabinete não tem, nunca teve e não praticou nenhum ato dessa natureza. Até porque, Sr. Presidente, me permita mais uma referência a minha pessoa e à pessoa do Governador Agnelo, o Governador Agnelo veio para a vida pública fruto da luta política no movimento estudantil, ainda lá na Bahia, como universitário. Sempre participou de todas as lutas da redemocratização do País. Não iria admitir, de forma nenhuma, que no seu gabinete fosse constituído um aparelho dessa natureza.

Então, isso não aconteceu, isso não existiu. Nunca existiu nem com meu conhecimento, nem com o conhecimento do Governador, e lhe digo, peremptoriamente: isso não é verdade, isso nunca aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem grampeado os parlamentares, como muitas vezes foi noticiado?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Outro dia, Sr. Presidente, eu vi uma entrevista do Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, em que ele diz que só existe uma forma de que as pessoas possam ser grampeadas: é por aqueles que operam um aparelho chama-

do Guardião. As pessoas do Ministério P^úbl^{ico} têm conhecimento do que se trata; as pessoas da P^{ol}ícia têm conhecimento do que se trata, por quê? Porque esse é o único instrumento possível de fazer essas interceptações telefônicas. E esse instrumento é um instrumento caro; é um instrumento que não pode ser importado por cidadão. Só pode ser importado pelo próprio Estado. Então, dificilmente – não vou dizer que é impossível –, mas dificilmente, numa escala de zero a cem, 99,9999%, uma dízima que isso não aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, ainda na relação Marcelão, Jairo Martins e Dadá, o senhor disse aqui que se encontrou com o Dadá apenas na eleição. Mas, no último momento, o senhor disse que...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Presidente, quero me corrigir, então.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...se encontrou com ele duas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu quero me corrigir. Eu entendi que nós estávamos falando sobre campanha. O tom das perguntas... Eles vinham...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, mas o senhor pode...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Posso corrigir?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Vou fazer. Eu me encontrei com ele, a primeira vez, na campanha. Eu disse que estive com ele outras vezes e que ele esteve, na condição de representante da Delta, inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Junto com o Cláudio Abreu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Com o Cláudio Abreu, que é o Superintendente Regional da Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem representava a Delta nessas reuniões? Eram os dois ou tem outra pessoa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Representante da Delta que apareceu oficialmente foram o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Idalberto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu alguma doação da Delta na sua campanha de 2010?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, eu até gostaria. Sinceramente, as pessoas costumam dizer: não, não fiz; não faço; não quero; não vou; não vou. Numa campanha política, só não vale perder. Não recebi doação da Delta, mas se tivessem me doado, eu teria aceito. Eu teria recebido o cheque e teria depositado na conta e estaria na minha prestação política. Então, não é porque agora caíram em desgraça que eu vou dizer que não receberia. Se conseguirem superar tudo isso e, se um dia eu voltar a ser candidato e quiserem me ofertar, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Relator, o Sr. Deputado Carlos Sampaio...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A minha pergunta é: o senhor se encontrou com eles, com o Dadá e Cláudio Abreu? O senhor disse aqui duas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Juntos. Separadamente, o senhor se encontrou com eles?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Encontrei com o Sr. Idalberto. O Sr. Idalberto era... Foi algumas vezes ao gabinete.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2000?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Em 2011.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2011?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os assuntos tratados eram quais? Variados?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não cheguei nem a recebê-lo. Eu o vi na antessala, e não o recebi. Não me lembro de tê-lo recebido. Pode ter conversado comigo fortuitamente, mas audiência formal, para tratar de assunto formal, não o fez.

Sr. Relator, deixe eu lhe colocar outra prática. Quem já passou pelo Estado – foi Governador, foi Secretário de Estado, foi Ministro – conhece uma outra prática que é feita para vender prestígio. O cidadão chega até sua antessala, no pressuposto de pedir uma audiência. Fica ali; ali ele promove telefonemas, liga para os amigos e diz: Ah, estou aqui, estou na antessala de fulano; estou conversando com beltrano. Na verdade, ele está ali mesmo. Mas para tratar de algo pessoal dele, para vender prestígio, e não necessariamente em conversa com a autoridade. Quem já passou pelo Executivo, sabe que isso ocorre. E no Legislativo também acontece isso. Muitas pessoas procuram, vão até o gabinete, mas não estabelecem essa relação de comunicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. João Carlos Feitosa, a sua relação com ele, como é?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É de amizade, Sr. Relator. É de amizade, e aí eu quero dizer o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem indicou ele para o governo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu também, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o cargo dele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Primeiro, eu o indiquei para que ele fosse Subsecretário na Secretaria de Esporte. Depois o indiquei para que ele fosse para a Fundação de Amparo ao Trabalhador. E aí à pergunta cabe um esclarecimento. Primeiro, eu conheço o Sr. João Carlos desde 1991, quando ele era Assessor

Parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal. E me permita citar aqui o Deputado Tadeu Roriz. O João Carlos era o assessor do Tadeu Roriz. Mas nós tínhamos, na Câmara, um futebol. Apesar dessa robustez hoje toda, desse corpo em formato de barril, naquela época, eu jogava bola. E essas pessoas se encontravam para o futebol; se relacionavam. Então, eu conheço o Sr. João Carlos, desde 1991. O Sr. João Carlos era funcionário da Secretaria de Esporte do GDF, nas gestões anteriores. O Sr. João Carlos me fez um favor assim impagável. Eu vou relatar uma passagem da minha vida em que ele me fez esse favor impagável. A minha esposa estava grávida já no sexto mês, caminhando para o sétimo mês. Ela teve ruptura da bolsa e o meu filho, que veio a nascer prematuro, naquele instante, eu entrei, mesmo com a minha idade já avançada, em estado deplorável de consciência do que fazer. E o Sr. João Carlos me ajudou, e ajudou muito. Quer dizer, eu pude, com a ajuda dele, chegar ao hospital, atender a minha esposa... Ela ficou internada 45 dias; e o meu filho nasceu prematuro. Mas ele esteve lá sempre, como amigo, me ajudando, me acompanhando; foi solidário no momento mais difícil da minha vida.

Então, eu tentei retribuir isso, permitindo-lhe – indiquei ao Governador – que ele pudesse voltar ao Governo, ocupando um cargo que já havia exercido, para algo que ele é qualificado. Ele é professor de educação física, sempre militou no esporte, tem isso como referência, tem isso como vida. Então, eu assumo: fui eu quem o indicou para a Secretaria de Esporte. Por que ele saiu de lá? Saiu de lá porque teve problemas com o secretário. A relação política com o secretário não era das melhores. Por que isso? Às vezes, Sr. Relator, a gente coloca alguém num cargo, oferta a ele a oportunidade, e as pessoas acreditam até ser uma extensão de você mesmo, quando não o é. Então, ele teve um problema de relacionamento e saiu.

Para que ele pudesse continuar exercendo a sua atividade, trabalhando, ele foi colocado na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso para cuidar do setor de esporte. Então, essas duas indicações foram feitas por minha inteira responsabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele chegou a atuar como arrecadador da sua campanha?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele lhe ofereceu alguma ajuda financeira na sua campanha?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. O que ele fez na campanha, Sr. Relator... Ele estava pronto a todas as atividades. Nós chegávamos ao comitê, e ele estava lá com o seu carro. Ele me auxiliava e me

carregava para tudo quanto é lugar. Foi um auxiliar durante a campanha. Não recebeu remuneração nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se ele atua em favor do jogo de caça-níqueis?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou do jogo do bicho?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Aliás, Sr. Relator, essa é uma das outras grandes surpresas, porque você tem amizade com as pessoas, mas amizade não leva a um relacionamento íntimo, de convivência de toda a atividade.

Eu espero que ele possa mostrar o porquê, de que forma se deu, como se deu; o que aconteceu, o que foi que o levou..., qual é o objeto dessa apuração... Que ele possa se defender no fórum adequado, com seus advogados, de forma correta. Mas eu não tinha conhecimento disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, são essas as minhas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Relator, Deputado Odair Cunha.

Eu, agora, passo a palavra ao autor do requerimento, um dos autores, mas o único presente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas...

Pode deixar. Vou me assenhorear melhor da questão e depois eu volto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou passar a palavra a um dos autores, já que o outro não está presente na sessão.

Passo a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Cláudio, o senhor conhece o Sr. João Dias Ferreira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não conhece o Sr. João Dias Ferreira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – João Dias Ferreira? Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a Febrak, o senhor conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Também não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Curioso! O senhor era Subsecretário de Orçamento do Ministério do Esporte, correto?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois foi o senhor que autorizou o pagamento da segunda

parcela da Febrak de R\$730 mil junto com uma deliberação do Sr. Rafael Barbosa, seu colega de secretaria, que estava ligado ao esquema montado no Ministério do Esporte, que depois redundou na demissão ou na saída do Ministro Orlando Silva, mas que começou durante o período em que o senhor esteve no Ministério do Esporte. Inclusive, o TCU fez uma série de apurações em relação aos convênios e já reportou uma série de situações de irregularidades cometidas nessa época.

Especificamente, o senhor vai se lembrar do Sr. João Dias. É curioso o senhor não lembrar, porque o Sr. João Dias foi ao palácio do seu governo, jogou uma bolsa de R\$200 mil dentro de uma dependência do governo, e o senhor era o Chefe de Gabinete do Governador.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, se V. Ex^a tivesse me auxiliado na pergunta, de forma que eu pudesse, sem relação direta com o nome, mas vinculada ao fato, eu diria para o senhor que eu conheço. Por quê? Porque isso foi notório. Eu não poderia estar num local, presenciar, saber que isso aconteceu e dizer que não conheço. Então, conheço, sim, senhor. Mas, por favor, o meu desejo é de colaborar. Auxilie-me, por favor, para que eu possa, na pergunta, entendê-la e respondê-la.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É porque V. S^a tem uma relação muito próxima do Sr. Agnelo Queiroz.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, me honra muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. S^a participou de praticamente todas as ações na última década, ou meia década, ligada ao atual Governador. E V. S^a recebeu uma determinação do Sr. Rafael Barbosa, que, na época, ocupava um cargo no Ministério, para liberar um recurso de maneira, vamos dizer, não convencional, mas, na verdade, irregular. Sinto muito, isso é o que foi absolutamente noticiado porque esta associação, a Febrak – Federação Brasiliense de Kung Fu – é aquela que recebeu milhões, do sujeito que enriqueceu, que acusou o Orlando Silva, que poupou o Sr. Agnelo, mas que levou, lá no Palácio, R\$200 mil reais e jogou numa Secretaria de Estado. O senhor há de convir que isso não é normal.

Estou lembrando isso porque V. S^a chegou aqui dizendo que apresentava toda uma linha de raciocínio, que nada aconteceu, que o senhor estava muito tranquilo...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Estou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou vendo. Só que, se tudo o que o senhor disse aqui é verdadeiro, porque é medo que o senhor se demita, porque é medo que o senhor saia do Governo; porque

se a verdade está do seu lado, não haveria nenhum problema de ficar dentro do Governo. Então, eu tenho o direito de ter uma opinião diversa da imagem que o senhor quer construir.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Morrerei defendendo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque nesse particular, nessa relação muito complexa, que começa lá com as ONGs ligadas ao Ministério do Esporte e que chegam até o fato... Eu acompanhei o depoimento do Sr. João Dias. O relato dele aqui foi terrível.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em algum momento citou meu nome, Excelência?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não. Eu estou apenas dizendo que a imagem que o senhor quer construir hoje tem um problema.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O passado do senhor lá no Ministério do Esporte na relação com o fornecimento de recurso para ONGs, que, depois, se demonstraram fraudulentas, como o TCU, o Ministério Público... Isso tudo vai ficar sobejamente demonstrado. Portanto, eu tenho o direito de duvidar da correção dos atos de V. S^a, até porque esse é o meu dever.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Claro. E o meu é respondê-lo. Não concordo com o senhor, até porque o Tribunal de Contas do Distrito Federal demonstrou que a minha ação foi regular em todos os atos. Segundo, eu não era o gestor do programa. O programa tinha um gestor. Eu apenas dava continuidade às ações administrativas. E as irregularidades, Excelência, se ocorreram, não ocorreram na liberação. Podem ter ocorrido na execução. E, para se executar, é necessário, primeiro, liberar. Para isso, o Estado tem alguns órgãos de fiscalização.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas isso não tem nada a ver com o Estado, isso é Governo Federal, é só passar no Ministério do Esporte...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Tem sim, Excelência. Permita-me ajudá-lo no seu raciocínio, porque quando se parte de uma premissa errada se chega a uma conclusão errada. Se o Estado não tivesse esses instrumentos, não haveria CGU, TCU, que são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, são órgãos auxiliares do Poder Executivo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero ver aqui. Nós temos pouco tempo.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas eu só quero lembrar ao senhor...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Se o senhor partir de um pressuposto errado...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – A palavra está assegurada ao Deputado Onyx e eu deixei que houvesse o diálogo porque ele não havia protestado. Ele agora protestou, pelo próprio tempo. Então, a palavra está...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A questão, claramente, é a seguinte, já que o senhor quer voltar. Então, depois o senhor explica. O senhor liberou R\$730 mil sem prestar contas da primeira parcela. Esse é o problema. Isso é irregular. Isso foi feito por determinação do Sr. Agnelo e foi feito por determinação do Sr. Rafael Barbosa. E o senhor executou. Então, que negócio é esse de dizer que agora está tudo correto, quando, lá no passado, teve problema? Então, esse é o ponto que eu quero colocar para o senhor.

Então, agora eu quero lhe perguntar o seguinte: o senhor intermediou algum pedido do grupo do Sr. Cachoeira? (Pausa.)

Eu vou fazer as perguntas. Depois, o senhor responde.

O senhor recebeu algum valor da empresa Delta ou do Sr. Cachoeira na sua campanha?

O senhor tinha conhecimento de que a empresa Delta partia de recursos do Rio de Janeiro e financiou a campanha do seu candidato a governador?

O senhor já teve negócios com o Sr. Dadá? Qual era o seu relacionamento com ele e desde quando?

O senhor conhecia o Sr. Cláudio Abreu? E o senhor chegou a ter algum contato com o Sr. Fernando Cavendish?

Há um trecho de uma escuta em que o Sr. Dadá, com quem o senhor reconheceu que teve de alguma forma relação, em que ele diz queria fazer uma gravação em cima do senhor porque haveria um esquema de roubalheira. Isso está lá na gravação. Eu não posso fazer nada.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu conheço, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está é uma oportunidade até para o senhor explicar e se defender.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que teria que ser avisado o Secretário Paulo Tadeu? (Pausa.)

A última pergunta: Há um diálogo do Sr. Carlos Cachoeira, afirmando de forma categórica. Está nos autos aqui da CPI para quem quiser. A palavra textual dele: “o cara de Brasília que eu ajudei muito a campanha é do partido; eu já estou olhando com ele”... O português é meio ruim, mas é assim que está a trans-

crição. "Hoje, ele é o Chefe de gabinete de Agnelo. Eu ajudei ele bem na campanha, sabe?"

Eu queria que o senhor comentasse essa fala, porque houve alguma ajuda do Sr. Carlos Cachoeira de que o senhor teve conhecimento ou essa ajuda chegou à sua campanha sem o seu conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ)

– A testemunha tem a palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, apesar de não relação direta com a Casa, eu agradeço a pergunta do Deputado, que muito nos honra até com a presença aqui.

Quero dizer o seguinte, Deputado: em relação aos convênios, eu liberei não foi só esse, não. Eu liberei convênio para um milhão de crianças. Porque esta era a meta do Ministério dos Esportes: ter o atendimento de um milhão de crianças. Quero dizer ao senhor, com todo respeito, que, quando se parte de uma premissa errada, se chega a uma conclusão errada. Eu liberei a primeira parcela, porque a primeira parcela dizia respeito a fazer o cadastramento de todas as crianças, de organizar; e a segunda parcela era liberada para que as pessoas pudessem executar o programa. Então, a primeira era para cadastrar, e a segunda era para executar. Você não poderia executar sem que fosse liberada a segunda parcela. Então, elas ocorreram e ocorreram de forma correta.

Se houve problema de execução, quero dizer que o Ministro Agnelo Queiroz, à época, determinou a apuração e a fiscalização de todo o programa, especificamente dessas entidades que haviam tido problema na sua execução. Então, auditoria ocorreu, fiscalização ocorreu.

Agora, se o mundo fosse perfeito, nós não teríamos nem esses órgãos de fiscalização, nem CGU, nem TCU e não teríamos o Poder Judiciário para punir as pessoas que praticam atos ilícitos.

Agora, o programa é válido, o programa foi válido, é válido. O programa tinha um milhão de crianças no atendimento.

E aí, Deputado, me permita: o senhor já imaginou, sem esse programa, onde estariam essas crianças hoje? Certamente, nós temos hoje a nossa sociedade corrompida por algo que é extremamente nocivo: a droga. E é sabido por todos que o esporte é uma forma de ressocialização, é uma forma de inclusão social e é uma forma de crescimento social. Existe outro princípio: é da quantidade que se tira a qualidade. Então, não queríamos fazer ali, especificamente, nenhum atleta. Se ocorresse, ótimo, mas a ideia era dar oportunidade aos jovens. Isso ocorreu em todo o Brasil, não ocorreu só aqui, em Brasília, não. Certamente, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia, no

Nordeste inteiro do País, tivemos o programa. O programa era pontuado em todas as regiões do País. Os graus de problemas que existiram são mínimos em relação ao que foi feito.

Então, fiz a liberação? Fiz. Teve acompanhamento e teve fiscalização. Segui as normas internas do programa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – V. Ex^a não precisa concordar comigo, até porquê...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não sou eu, é o TCU que não concorda com o senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, não. Concordou comigo, sim. Eu não fui objeto de nenhum apontamento.

Deixe-me... Presidente, permita concluir?

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ)

– V. Ex^a tem a palavra, mas o Deputado, se perceber que há alguma interpretação equivocada em relação ao que V. Ex^a disse, tem todo o direito de fazer imediatamente a correção.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

Eu serei grato, até porque, na minha formação política, sempre lutei, defendendo inclusive as diferenças. Não existe uma verdade. Então, não quero lhe impor a minha verdade e nem receberei uma imposição da verdade de V. Ex^a. Continuaremos com os pensamentos díspares em relação a isso.

Mas, Sr. Deputado, com relação à solicitação de pedido do Sr. Cachoeira, nunca os recebi. Nunca recebi nenhum pedido do Sr. Cachoeira.

Com relação a valor de campanha doado pela Delta ou pelo Sr. Cachoeira, também não recebi.

Com relação ao raciocínio que o senhor formalizou em relação ao Dadá, se eu tive alguma sociedade com ele, nunca tive.

Sobre o relacionamento com Cláudio Abreu, Fernando Cavendish, olha, eu passei a tomar conhecimento deste nome Fernando Cavendish pelos meios de comunicação a partir desse longo período de escuta feita pelo Polícia Federal e quando isso eclodiu. Nunca estive com esse senhor, não o conheço, não sei. Posso até ter tido em algum local, mas, como eu não o conheço, não sei se é branco, alto, baixo, magro, forte. Não conheço.

Doação para campanha para Sr. Agnelo. Não tenho relacionamento... Não disponho de conhecimento sobre isso. Não era arrecadador. Não participei da campanha. Eu era candidato. Olha e digo o seguinte: a única coisa que eu consegui, raras vezes na campanha, foi trazer o atual Governador para algumas atividades políticas minhas. E olha que era difícil, porque tinha um conjunto de candidatos e, mesmo eu primando

por essa relação de amizade, não fui privilegiado. Só esteve na minha campanha em dois eventos. Eu gostaria que estivesse mais. Talvez, se essa ação tivesse ocorrido, o resultado eleitoral tivesse sido diferente, eu não tivesse tido apenas 3.100 votos.

O senhor fez outra pergunta em relação ao Secretário Paulo Tadeu, atual Deputado, Deputado e Secretário Paulo Tadeu, e disse que deveria levar ao conhecimento dele. Olha, uma vez – eu espero que o Deputado possa confirmar isto –, tivemos uma reunião em que a manifestação dele próprio dizia que não havia uma relação de subordinação entre os secretários. Se não havia uma relação de subordinação, se havia uma relação de interação, primeiro, eu não tinha de levar nada ao conhecimento dele que não fosse da esfera dele, muito menos ele, a mim. Eu não sei de nada que tenha sido levado ao conhecimento dele que eu não pudesse saber ou que o tenham feito. Se o senhor puder me ajudar nessa pergunta, eu poderei ajudá-lo com a resposta mais conclusiva. Não conheço, não sei de nenhuma relação. Não era subordinado a ele, nem ele, a mim.

Sobre a manifestação “o cara aí de Brasília”. Olha, eu não vou dizer que seja uma expressão chula, mas costumamos nos referir ao cara aí quando eu não sei quem é o cara, porque, se eu tenho uma relação com a pessoa, eu digo “o fulano de tal” e dou o nome. Quando eu digo “o cara aí”, isso quer dizer não é do meu relacionamento, não é do meu conhecimento. “O cara aí” é muito *lato sensu*, é muito aberto. Demonstra, a princípio – lógico! – que ele não dispunha de qualquer afinidade para com a minha pessoa.

Quero lhe dizer: não doou, não é do meu conhecimento, não recebi e, se tivesse feito, estaria declarado. A minha declaração da campanha está registrada no Tribunal Regional Eleitoral, está aprovada e foi bem simpleszinha – proporcional aos votos que recebi. Está aqui, vou passar às mãos do Sr. Presidente, a declaração. Sei que a Comissão pode ter qualquer documento, a hora que quiser, a qualquer tempo, mas estou fazendo.

Espero ter respondido, Sr Deputado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo Sr. Parlamentar inscrito é o Senador Alvaro Dias, que tem o tempo de 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr Presidente, primeiramente, faço justiça ao depoente, Sr Cláudio Monteiro, pela postura, anunciada no início, de que defende a tese e, por isso, se afastou da função.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Isso mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que essa é uma postura que todos nós devemos defender. Quem está sob suspeição deve se afastar da função

e aguardar cabal e definitivo esclarecimento sobre os fatos. Portanto, faço justiça ao senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em relação à abertura de sigilos, da mesma forma.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E faço justiça também ao fato de não estar aqui lendo um *script* adredeadamente preparado por redatores escolhido. Veio, e veio...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador. Estou aqui, Senador, se me permite, despido...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o *script* na cabeça. (Risos)

Creio que esse deve ser um procedimento em CPI.

Mas as questões são relevantes e eu devo indagar com absoluta sinceridade sobre os fatos.

As ligações que interligam investigados da quadrilha de Cachoeira e da empresa Delta com homens de confiança do Governador Agnelo, essas ligações colocam o Governo do Distrito Federal no epicentro desse grande escândalo. Inevitável essa constatação. São tantas as ligações telefônicas, e nós temos aqui uma série delas, dezenas delas. Eu vou fazer referência a algumas para dar ao senhor a oportunidade de esclarecer fatos.

Algumas delas dizem respeito a conversas entre representantes de Cachoeira e representantes da empresa Delta e do Governo do Distrito Federal em que se informa que a campanha eleitoral do Governador Agnelo foi patrocinada a partir do Rio de Janeiro, e não de Goiás, e que, por isso, os entendimentos para atender os interesses da empresa deveriam ser feitos a partir do Rio de Janeiro. E Dadá reitera que Cláudio Abreu está sem moral com o pessoal do Rio porque prometeu muito e não está conseguindo atender. Essa é uma das expressões.

Depois de várias ligações com esse objetivo, articulações para estabelecer facilidades no Governo do Distrito Federal, vem uma aqui, no dia 31/03/2011, entre Dadá e Marcelão, que diz o seguinte: “Dadá responde que o Cláudio Monteiro só resolveu porque o homem do Rio mandou”, depois de fazer referências a pleitos da Delta junto ao Governo Federal, sobretudo em relação a pagamentos. Então, Marcelão, volta a repetir que o Cláudio Monteiro mandou o João Monteiro resolver, no mesmo dia, o problema. Em resposta, Dadá volta a dizer que o Cláudio Monteiro só agiu porque recebeu ordem de alguém lá do Rio. Portanto, essa é uma das conversas que se constitui em indícios da sua participação nesse esquema.

Ainda nesse mesmo dia, 31/03/2011, às 20h59, o Dada, conversando com o Andrezinho – esse Andrezinho também é da Delta... Dadá informa que o Cláudio Monteiro falou para Marcelão que já tinham conversado por cima. Por cima seria o Agnelo com o pessoal do Rio, e que Cláudio Monteiro recebeu a missão de resolver. Dadá esclarece que Marcelão se reuniu, após a conversa com Cláudio Monteiro, com Claudio Abreu e Pacheco. Pacheco é o número 2 da empresa Delta no Rio de Janeiro. Dadá volta a dizer que o pessoal de Brasília e de Goiânia não participou da campanha; quem comandou a campanha foi o pessoal do Rio. A propósito, o Governador Agnelo negou que tivesse recebido recurso de campanha da Delta. Depois, informou-se, a Delta ofereceu recursos ao partido. Mas informou-se também que passou recurso para o Vice-Governador do Distrito Federal por intermédio do PMDB.

E hoje a imprensa divulga que Laércio de Melo Junior, diretor de relações institucionais da Delta, também fez doação pessoal à campanha do Governador Agnelo.

Portanto, as conversas giram em torno de atendimentos feitos a partir do Rio de Janeiro, tendo V. S^a como um elo da empresa Delta. Vou ler mais alguma coisa aqui para que depois tenha a oportunidade de responder.

No dia 4 de janeiro de 2001, mais um trecho do diálogo entre Claudio Abreu e Dadá. “Rapaz, podia dar uma cobrada lá naquele Cláudio Monteiro, falar que o Carlinhos está pedindo – Carlinhos Cachoeira – porque o Carlinhos ajudou ele, deu dinheiro para ele. Cobrar dele para ver se ele bota eu para falar com o Agnelo, o homem está lá, vê se bota eu para falar com o Agnelo, entendeu?” Aí, o Dadá diz: “Tá, já liguei para ele hoje duas vezes para dizer que o pedido dele foi atendido. Ele não retornou ainda. Vou ligar para ele agora. De novo, aquele pedido dos empregos.”

Portanto, mais uma ligação telefônica que denuncia o fato de que o senhor recebeu... Estou apenas dando oportunidade para o esclarecimento neste caso de Carlinhos Cachoeira. É importante dizer então, dar ao senhor oportunidade de dizer que negócios o senhor tinha com a empresa Delta, que teria recebido recursos do Sr. Carlos Cachoeira.

Mais um trecho de conversa do dia 31 de março entre Dadá e Marcelão. Marcelão diz que a reunião com Cláudio Monteiro foi boa. Marcelão diz que Cláudio Monteiro ligou para o João Monteiro e mandou resolver tudo. Marcelão diz que está indo ao encontro de Dadá e Claudio Abreu... Está indo ao encontro de Dadá e Claudio Abreu para fazer uma comunicação.

Essa é uma síntese do diálogo, não estou fazendo a leitura do diálogo na íntegra.

No mesmo dia, outra síntese, Andrezinho perguntou quem chamou Marcelão para reunião com Cláudio Monteiro. Dadá disse que o próprio Cláudio Monteiro foi quem ligou para Marcelão, queria conversar com ele urgentemente. A conversa se iniciou ao meio dia e só terminou às quinze horas. Depois o Marcelão foi conversar com Claudio Abreu.

Portanto, o Marcelão, que era ligado ao senhor, era um contato direto de Claudio Abreu da empresa Delta. Aqui diz: Marcelão vai levar o documento ao gabinete do governador. Em outro diálogo, Marcelão vai levar no gabinete do governador. Dadá diz que o Marcelão queria levar os pedidos de nomeação para o Cláudio Monteiro... Enfim, são várias... Há outro aqui no dia 1º de abril de 2011 de Dadá com Serjão: agora vai mudar, as coisas estão vindo por cima, estão vindo do governador. Dadá diz que o pessoal do serviço de limpeza urbana rasgava as notas. “Dadá sugere levar a lista que está com Serjão para Cláudio Monteiro, chefe de Gabinete”.

Eu vou ser rápido aqui, Sr. Presidente.

Em outro diálogo, no dia 6/04/2011, “Dadá informa sobre pedido de João Cláudio, filho de Cláudio Monteiro. Ele quer que não se cobre os 5% de combustível e quer incluir uma nota de bebida. Cláudio Abreu diz que vai ver”.

“Cláudio Abreu informa a Dada que ele vai ter um jantar com o número um ou o número dois”. E aí a referência seria número um, Agnelo Queiroz; e número dois, o Cláudio Monteiro.

Disse: “o Cláudio Monteiro mandou recado dizendo que o cara mentiu para ele duas datas e não cumpriu. João Monteiro pediu então para um documento...”

Enfim, são diálogos.

Vou ler mais um aqui, pois o meu tempo está esgotado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Marcelão falou para Cláudio Abreu fazer acordo por cima, direto com o Governador”.

Aí vem: “Cláudio Monteiro pediu a ele para levantar a situação da empresa”. Isso Marcelão dizendo a Dadá: “que o Cláudio Monteiro pediu a ele para levantar a situação da empresas Delta porque ele quer dar dinheiro para o filho. O filho tinha ido falar com ele do problema do dinheiro”. “Marcelão diz a Dadá que o importante é resolver lá por cima: Rafael Barbosa, secretário do Governador Agnelo Queiroz, Cláudio Monteiro e Agnelo. Esse diálogo foi em 6/04/2011.

Há mais alguns aqui, mas a campainha...

Eu vou dar, então, oportunidade ao Cláudio Monteiro de fazer esclarecimento sobre esses indícios. Eu coloco na condição de indícios. V. Ex^a disse que isso não é prova.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nem indício.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não isso deixa de ser indício, fortes indícios estabelecendo conexões perigosas e suspeitas.

Então, V. S^a tem a oportunidade de esclarecer.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

Senador, eu afirmei antes que não recebi recursos de campanha do Sr. Carlos Cachoeira. Não recebi recursos de campanha da empresa Delta.

Quero até fazer uma referência a uma reportagem que aqui foi utilizada pelo Governador Agnelo. Quando esse senhor, o Sr. Fernando Cavendish disse que não precisava de Dadá, Didi, Dedé, ninguém nesse patamar para tratar das relações dele...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que ele comprava Senador, né?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa é uma expressão que eu não pactuei com ela. Mas eu prefiro ficar só com a primeira parte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele afirmou.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele fazia isso e dizia o seguinte: que, se ele fosse alguém de relacionamento com alguém do Governo Federal, ele não estaria... Ele usou a expressão “ferrado”, porque estava para receber R\$30 milhões que o Governo estava devendo a ele, e o Governo não pagava.

Então, eu quero dizer ao senhor que, sinceramente, eu não sei em que momento ou de que forma essas pessoas se relacionaram ou falaram. Quero dizer que eu respondo pelos meus atos, pelas ações que eu pratiquei. E, para que não pareça dúvida, há uma coisa que é simples, há uma coisa chamada causa e efeito. Causa e efeito é: se me pediram, houve a contrapartida? Então, se houve a contrapartida houve o efeito. E empresa Delta não foi beneficiada, o Sr. Carlos Cachoeira não tem nenhum pedido, nenhum atendimento. Então, não existe causa e efeito. E existe agora uma outra questão, porque faz parte também de um diálogo que o senhor relatou: que eu havia encaminhado pedidos de emprego. Ora, Ex^a, quero dizer que não há ninguém trabalhando na empresa Delta por minha indicação. Que eu até crer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os pedidos eram no Governo não na empresa Delta.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Mas nos dois diálogos há isto: que eu havia encaminhado currículos para serem atendidos pela empresa Delta e haveria também um relacionamento, uma relação de pessoas

a fazerem parte do Governo por indicação da Delta. Nem uma coisa, nem outra. Isso não existiu.

Se articularam entre eles, se tramaram entre ele, se conversaram entre eles, eu não fui mensageiro e não fui recebedor de nenhum pedido dessa natureza, e a meu favor colabora essa questão causa e efeito. Se pediram, pediram a alguém que não foi a mim. Por quê? Porque isso não aconteceu. Essas pessoas não fizeram parte do governo. Essas pessoas não foram incorporadas à máquina pública.

Eu espero...

Ah, o senhor fez uma relação sobre as doações, se tinha conhecimento? Não, Senador, eu fui candidato. Mal, mal consegui doações para a minha campanha, que foram diminutas. Foram amigos. Questões pessoais. Não participei da relação de campanha. Não fiz parte do comitê eleitoral de campanha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que o senhor acha que, em vários momentos, aparece essa conversa que Carlinhos Cachoeira doou a sua campanha...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Olha, vou fazer ilação.

Em nome das pessoas... O senhor é um político. O senhor disputa eleições. O senhor sabe que as pessoas, às vezes, se aproveitam, na campanha eleitoral, para estabelecer relações sem o seu conhecimento, sem a sua tratativa, e elas o fazem. Eu espero que essa matéria toda seja esclarecida.

Reitero a V. Ex^a, agradeço o pedido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor admite a hipótese de que alguém possa ter recebido em seu nome?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não posso nem afastar essa hipótese. Não é nem admitir. Eu não posso afastá-la. Por quê? Porque, se isso aconteceu, quero dizer, aconteceu... Se, se isso ocorreu, ocorreu sem o meu consentimento, sem a minha aceitação e sem que eu pudesse ter qualquer relação, até porque, se isso houvesse ocorrido... E é sabido por todos nós, hoje, que o Sr. Carlos Augusto Ramos é proprietário de um laboratório. Se ele houvesse doado recurso, certamente, Senador – assim, sem demagogia –, eu teria aceito. Se o laboratório quisesse me doar, eu teria aceito. Sabe por quê? Porque só hoje, depois de deflagrado três anos de investigação, é que foi se saber que essas pessoas tramitam em dois mundos.

Quero usar aqui uma frase do Governador Marconi Perillo, companheiro de V. Ex^as e a quem tenho o maior respeito, porque tive oportunidade de recebê-lo, no Palácio, com o Governador Agnelo. Ele disse que as pessoas tramitavam em dois mundos, no mundo da legalidade e no mundo da ilegalidade. No mundo da

legalidade, nenhum governador – e não vou fazer aqui a defesa do Governador, porque ele não precisa da minha defesa, mas precisa da minha interpretação... No mundo da legalidade, nenhum governante afasta uma empresa que seja um laboratório; no mundo da legalidade, nenhum governador dá as costas a uma grande construtora. Sabe por quê? Porque nós não vivemos em um Estado que possa suprir todas as necessidades da sociedade, e a primeira necessidade é de emprego. Quem vai gerar esses empregos? Nós não vivemos em um país comunista. Quem vai gerar esses empregos é a sociedade, é empresa relação.

Olha, essa relação, e o partido de V. Ex^a é neoliberal, prima por uma relação em que o Estado não seja o Estado totalitário...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu Partido não é neoliberal. Isso foi o PT que disse. (*Risos.*)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não tive essa intenção, mas o Partido de V. Ex^a prima que as necessidades possam ser feitas pela própria sociedade, que essa sociedade, conduzida pelo seu empresariado, possa gerar os empregos devidos, aquele que o Estado será incapaz de cumprir. Então, ninguém afasta nem o laboratório e nem uma construtora. Elas são bem-vindas em qualquer Estado. Elas só passaram a não se mais bem-vindas a partir desses diálogos. Se eles não ocorressem, se essa investigação tivesse, primeiro, sendo concluída em menor tempo – três anos? –, se tivesse ocorrido menos, muitas pessoas não teriam sido envolvidas. Se isso tivesse ocorrido há mais tempo e com todo o esclarecimento, certamente, nós não estaríamos discutindo algumas coisas.

E a outra, Senador, me permita, com todo o respeito. Eu disse aqui, anteriormente, que respondo pelos meus atos, pelo que pratiquei, não por que terceiros falaram. Quero, peremptoriamente, dizer: não recebi o Sr. Cavendish, não o conheço, não tenho doação da Delta, nunca recebi um telefonema pedindo isso. Posso dizer para o senhor que dizer que pagamentos vão ocorrer... Digo para o senhor com total tranquilidade. Há uma determinação do Governador Agnelo: prestou serviço, recebe. Porque uma das formas de se fazer a coisa indevida no serviço público é a história de vender dificuldade para apresentar facilidade. Então se afasta um dos elementos da corrupção; a partir do momento que as pessoas têm a certeza de que a prática do serviço, a execução correta dele, o atesto das notas implicará, consequentemente no devido pagamento, e aí nós eliminamos uma ação nefasta, que é a de apresentar dificuldade para vender facilidade.

Espero ter esclarecido V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu agradeço.

É evidente que estamos aqui para indagar e não para julgar neste momento. Mas, obviamente, tenho que confirmar a convicção de que há um envolvimento do Governo do Distrito Federal; se não houvesse nós não teríamos Operação Saint-Michel, prisões... Mas essas ligações telefônicas atestam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o tempo de V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para dizer que a nossa convicção é de que realmente, em função dessas conexões, conexões atestadas pelas ligações telefônicas, que são indícios, certamente, ao final, teremos que concluir que há um envolvimento, sim, de agentes públicos com agentes privados na espera da gestão do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado ao depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Houve uma permuta entre os Srs. Deputados Carlos Sampaio e Luiz Pitiman. O Deputado Carlos Sampaio falará no lugar do Deputado Pitiman e depois este falará no lugar daquele.

Quero apenas me justificar aqui com o Deputado Paulo Tadeu, que há uma regra aqui que faz com que eu tenha que colocar, ao final, aqueles que não são membros, ainda que V. Ex^a tenha se inscrito entre os primeiros. Se V. Ex^a quiser em algum momento, pelo art. 14, pode fazer uso da palavra, tendo em vista que V. Ex^a foi citado. Dessa forma, V. Ex^a pode, a qualquer momento, a requerimento de V. Ex^a.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, agradeço inicialmente a gentileza do Deputado Pitiman, uma vez que tenho compromisso e deverei me ausentar.

Nesta CPMI, assim como nas outras, Sr. Presidente, acho que todos já perceberam que eu tenho uma postura bastante firme, bastante dura, que evidencia a minha indignação quando me deparo com dissimulação. Quando me deparo com alguém que vem depor não para defender-se ou explicar-se, mas para atacar desafetos, valendo-se desta CPMI.

Assim como também tenho uma característica que acho que todos reconhecem: sou justo diante da decência.

Eu queria fazer algumas ponderações com V. S^a sobre o seu proceder. V. S^a tem um *habeas corpus*, mas

se dispôs a falar. Como bem disse o Senador Alvaro Dias, V. S^a falou com sinceridade, com serenidade e, particularmente, sem ler. V. S^a disse algo que é verdadeiro: não existe uma gravação com a sua voz e nenhuma comprovação de que tivesse recebido o rádio.

A sua postura, ao demonstrar a sua indignação, denunciando seus detratores junto aos órgãos competentes, colocando-se à disposição desses mesmos órgãos, também demonstra a sua correção.

Quanto às questões que dizem respeito ao seu filho, tenho dito com certa frequência nesta CPMI que fatos que não são conexos ao escopo desta Comissão devem passar ao largo da investigação. Não tem cabimento aqui valer-nos de algo que nada tem a ver com o objeto da CPMI, e V. S^a deu explicações convincentes.

Concordo que a fala de terceiros, por vezes, não servem sequer para instaurar o inquérito. E concordo também quando V. S^a diz que aqueles que ocupam cargos públicos devem estar preparados para que terceiros utilizem em vão o seu nome, para demonstrar uma proximidade com o poder, para demonstrar uma valorização junto ao seu patrão, para demonstrar prestígio junto à sociedade, por isso que não nos cabe aqui dizer “este mentiu ou aquele mentiu”, quando, na verdade, estamos nos valendo de posições de terceiros.

V. S^a quebrou voluntariamente seus sigilos e também os dos seus filhos. Na minha concepção, V. S^a, e me dou o direito de me decepcionar no futuro, mas hoje eu diria que V. S^a saiu daqui com a cabeça erguida, que a postura de V. S^a é o que se espera de uma pessoa que tenha caráter, que o senhor me transpareceu, durante todo o momento, ser uma pessoa de bem, e acho que os seus familiares têm razões de sobra para se orgulhar do proceder de V. S^a no dia de hoje. Parabéns pela sua conduta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu não tenho nenhum questionamento a fazer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço à assistência para não se manifestar, embora louve, e esta Presidência o faz de forma bastante admirável, o comportamento do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Luiz Pitiman com a palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha, o depoente, que, embora não tenha sido arguido, tem o direito de usar da palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, ao longo desses tenebrosos dias, eu escutei diversas insinuações, de, inclusive, familiares meus. Um dia, uma tia minha, ao encontrar-me: “Olha, eu creio que você

não fez nada, estou pedindo a Deus que você prove.” Aí ao mesmo tempo ela disse: “Me deparei com meu vizinho, que me perguntou se eu era seu parente, e eu disse que não.” Ela tinha acabado de negar a certeza da nossa relação. Eu fui afrontado, aviltado, machucado diversas vezes.

Disse a V. Ex^{as} aqui que, no desejo de falar e de estar aberto, me transformaram num boneco de ventriloquo, onde apenas os lábios apareciam e a minha fala, não. Então, não houve direito de resposta.

Existem algumas coisas que são caras para a gente, e eu quero assegurar ao senhor, assegurar que, no término dessa investigação, a sua palavra de confiança jamais será rompida, porque isso eu trago de berço: eu digo a verdade, doe a quem doer, custe o que custar, mesmo que ela me faça mal. Mas eu costumo dizer a verdade. Eu pratico na vida aquilo que penso, faço aquilo que penso. Pedi para sair do Governo porque eu costumo dar caneladas também. E olha, ao sair do Governo, questionaram essa atitude. “Olha, ele saiu porque foi forçado a sair, ele saiu por quê? Porque tem algo a esconder.” Não. Eu não posso apregoar a vida toda uma coisa e depois permitir a mim fazer o contrário. Eu não posso fazer um Governo sangrar por ações minhas ou que atribuem a mim. Eu devo sair, me defender, e eu quero dizer ao senhor que eu cometi um erro no primeiro dia de Governo. E se um dia eu voltar a ocupar um cargo público, vou pagar uma nota nos jornais, dizendo: “A quem interessar possa: não tenho procurador, não conversem com ninguém achando que está falando comigo. Não acertem com os outros porque não estão acertando comigo. Se quiserem saber da minha opinião, do meu pensamento, daquilo que quero fazer, falem diretamente comigo.” Vou colocar isso no jornal. E que sirva isso de exemplo para cada um que venha a ocupar um cargo público, porque não está livre das insinuações e dos usos indevidos. Infelizmente, o homem público está sujeito a tudo isso.

Eu sei o quanto se trabalha no Parlamento. Oito anos como Deputado, não tive tempo para educar meus filhos, foram educados pela mãe. Pela mãe. Eu fazia é manter, sustentá-los. E ao término, o conceito que se tem da sociedade é de que, no Parlamento, não se trabalha. Olha, eu almoçava no próprio gabinete, quentinha. O Deputado Paulo Tadeu, que é Secretário, sabe que eu mantinha o mesmo hábito no GDF. As pessoas que disseram que saí com o Cláudio para almoçar é mentira, porque o Cláudio almoçava no gabinete. O Cláudio não era o primeiro a chegar, chegava às 9h30, 10 horas, mas saía de lá às 23h, meia-noite. Não se furtou nunca ao trabalho. E, olha, posso ter muitas coisas que cometí de erros na minha

vida, mas essas que me atribuem hoje, essas não. Essas, de forma nenhuma. Acharam que era presunção minha pedir que apresentassem as provas. Não era presunção; era certeza da retidão no comportamento. Eu sou grato por estar aqui nesta CPI e sou grato por ouvir um depoimento como o de V. Ex^a, que tem sido que rígido, duro, com aqueles que aqui estão.

Muito obrigado, Deputado. Muito obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cláudio Monteiro. Primeiro, eu quero elogiar a sua atitude, como o senhor mesmo disse, de vir aqui despido, para poder contribuir com os esclarecimentos. Eu acho que essa demonstração sua reforça o que eu pedi aqui ao Presidente que estava aqui em exercício, Paulo Teixeira, e reforço agora ao Presidente Vital do Rêgo, que nós precisamos dar um gesto ao Judiciário para terminar com as liminares de testemunhas.

Em nenhuma CPI antes, Sr. Presidente Vital do Rêgo, houve tantas liminares para que testemunhas aqui chegassem, muitas vezes, inclusive, dispostas a contribuir, não contribuísem por possuírem uma liminar dizendo que aqui nada precisavam falar. E o gesto político que entendo que o Congresso, que esta CPI pode dar é ir até o Supremo Tribunal Federal para, juntos, demonstrarem inclusive a jurisprudência das outras CPIs, em que testemunhas não traziam aqui liminares.

Dentro da contribuição, eu pediria a V. S^a, Cláudio Monteiro, por quem tenho apreço, fomos secretários de Estado juntos, conheço suas preocupações, imagino o tamanho da dor que o senhor e sua família e todos que lhe têm apreço devem ter passado nesses meses seguintes. Mas é importante essa demonstração sua até para que possamos aqui esclarecer muitos fatos. Eu vejo que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, Inquérito 3.430, no Apenso 1, Volume 6, pág. 1.268, essa afirma: (abro aspas) “Nessa ligação abaixo, resta claro que Cláudio Monteiro, que, em janeiro último, era o Chefe da Casa Civil do Governador do GDF, pode estar recebendo propina para atuar em prol de Cláudio Abreu, que era o diretor da empresa Delta”. Uma afirmação dessa num relatório da Polícia Federal, feito, a gente acredita, com muito cuidado, com muito apreço, é também de muita responsabilidade ou de muita irresponsabilidade.

O senhor deve ter visto isso e gostaria que o senhor me dissesse o que o senhor fez em sua defesa com relação a uma colocação tão dura.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Posso falar?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, eu tenho, de forma insistente, tentado provar que, primeiro, as pessoas precisam ter mais responsabilidade, responsabilidade naquilo que falam e fazem. Não é admissível, perdoe-me, que expressões do tipo “provavelmente”, “possivelmente” sejam colocadas e atribuídas como verdadeiras. Olha, à polícia não é dado esse direito de usar “possivelmente”, “provavelmente”, “quem sabe”... Ora, não é isso. Eu permito a leitura... Eu vou...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria ao senhor o seguinte. Eu vou fazer as perguntas, para aproveitar o meu tempo, e aí, na sequência, o senhor, por favor, complementa.

No dia 25/03/2012 o senhor era chefe de gabinete do Governo, é isso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não me lembro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, 25 de março de 2012.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A mídia do Distrito Federal – naquele momento já tinha ocorrido a prisão desse grupo que aqui se chama de “grupo do Cachoeira”, mas não tinha ainda ficado claro a questão dos gramos que existiam –, a mídia, naquele dia, trouxe a seguinte informação: “Relatório creditado a P2 [a P2, para quem não conhece, é a polícia reservada da Polícia Militar] da polícia brasiliense atribui a Luiz Pitiman a arquitetura da destruição. O Buriti dá o troco. Ou o Deputado revê a sua engenharia ou encerra a carreira ao fim do mandato. Se não for cassado antes”.

Veja só. Eu acompanhei, no relatório da Polícia Federal e acompanhei nas gravações que foram feitas, e aí me preocupa muito quando o senhor diz que indicou o Sr. Marcello, o Sr. Marcellão, e que ele foi, inclusive, agora na Secretaria de Transparência do GDF e deu um depoimento e não vai dar o depoimento aqui graças a uma liminar – e eu não entendo como é que ele vai à Secretaria de Transparência do GDF dar um depoimento e vem aqui e não dá o depoimento hoje –, mas, mesmo assim, fica muito claro que ele, o Sr. Idalberto, Dadá, e o Sr. Thomé tinham realmente uma grande estratégia de gramos.

Vejam lá. Em relatórios das gravações, muitas vezes, eles dizem que têm que entregar documentos, entregar relatórios no Palácio do Buriti, inclusive nos encontros fortuitos de 02.02.2012, às 9h34, Dadá pede para Thomé apressar o negócio do Marcellão. Dadá diz que o negócio do diretor da Polícia Civil do DF não tem nada a ver com o serviço dos relatórios que eles estão fazendo. Então, o senhor sabe qual é esse serviço dos relatórios?

Mais à frente, o Marcellão, junto novamente com Dadá, junto novamente com o Sr. Thomé, faz a seguinte

colocação na gravação que ocorreu no dia 03.12.2012, às 18h15 – e me preocupa também que o senhor disse que não encontrou o Sr. Thomé nesse período, porque ele ficava na sala de espera e o senhor passava e não o via.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não falei isso, não, Deputado. Não sei nem quem é esse Thomé.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, não, desculpe. O senhor disse que não encontrou o Sr. Dadá, ele ficava na sala de espera.

Veja o seguinte o que diz o Dadá para o Thomé no telefone: "Thomezinho, você está apto a receber a mensagem?" "Tô não, cara." E ele continua: "O amigo dele, que é esse cara, o Cláudio, que é nosso amigo lá do Marcellão, brigaram muito por ele. Pra você ter uma ideia, o Cláudio botou o cargo à disposição do Governador". E mais à frente ele diz: "O Governador não aceitou. O cara é muito amigo do Governador. O cara chorou pra caramba, chorou na minha frente", isso no dia 03.02.2012, o senhor Thomé.

Mais à frente – e aí fica muito claro, muito claro que eles tinham uma articulação de grampos, inclusive de e-mails –, ele cita o seguinte (isso no dia 08.02.2012, então alguns dias depois), ele diz o seguinte (resumo inclusive da Polícia Federal): "Thomé disse que o cara da Paraíba não quer atender o telefone dele. Conversaram sobre o monitoramento, sobre descriptografar e aí o analista tem que estar *on-line* quando acessa o e-mail das outras pessoas". Thomé diz o seguinte: "Fala, meu irmão, bom dia, tudo bem?" "Tá tudo joia. Tentei ligar, não consegui. Pois é, liga para ele lá na Paraíba. Deixa eu falar. Você chegou [uma atenção aqui] entendeu, os caras não acham e-mail à noite não. O acesso não pode ser *on-line*, porque é lógico que, durante o dia, tem mais que esses três, quatro que eu tenho o mandado já como relatório. Às vezes, até muito mais. O problema é que não tem como, fisicamente, ficar 24 horas na frente do negócio [que é o computador]."

Resumindo, isso demonstra claramente que esse grupo, inclusive coordenado por esse Marcellão, que o senhor disse aqui que é o responsável pela sua indicação, tinha um sistema de "grampolândia".

É preciso, até para a segurança de todos os políticos, jornalistas, empresários do Distrito Federal, entender com muita clareza o que é esse esquema da "grampolândia" que existia aqui.

E por último, eu queria pedir por que o GDF abandonou o Esporte da Meia-Noite, que era, inclusive, um dos projetos principais do governo Agnelo, quando foi Ministro dos Esportes?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Bom, vou começar de trás para a frente, Deputado, dizendo o seguinte:

o projeto Esporte à Meia-Noite não era um projeto do Ministério dos Esportes. Era um programa do governo do Distrito Federal na época que o governador era o Sr. José Roberto Arruda. Então, não era do Ministério dos Esportes.

Por que abandonou, eu não tenho essa informação. Então, separada essas questões, dizer o seguinte: Primeiro, lamento que notícias como as que o senhor colocou aqui tenham sido divulgadas, de que ou o Secretário Pitman ou o Deputado Pitman revê as suas posições ou será cassado. Olha, nós precisamos de um governador disso aqui; nós precisando enquanto sociedade e o governo, quanto Estado, com obrigação de coibir, mas não só coibir, mas identificar e punir quem são, ou quem foram, as pessoas que utilizam métodos não democráticos, métodos incorretos, indevidos, de repúdio que tenho a tudo isso. Agora, é um papel do Estado.

Quero dizer a V. Ex^a que, efetivamente, eu fiz a indicação do Sr. Marcelo.

E quero fazer uma outra informação. Não passa pela minha cabeça que ele tenha praticado nenhum ato dessa natureza; lhe asseguro isso. Tenho a certeza de que nem ele fez, nem o governo pactua com nada disso. O governador do Distrito Federal é um homem formado na luta democrática, na ditadura, no movimento estudantil, contra a repressão. É um democrata, e é um democrata na maior "extensidade" dessa expressão, na preservação dos direitos e até em receber as críticas e não respondê-las, porque acha que as pessoas podem fazê-las; não costuma nem interpelar algumas pessoas judicialmente. Quando eu saí do governo, eu saí, inclusive, para ter a liberdade de não ter que pactuar com algumas pessoas que falam e que não provam. Então, comigo, falou, tem que provar. Interpelo judicialmente, porque é o instrumento que tenho.

Então, quero dizer, Deputado, que compactuo e coaduno com o seu pensamento na manutenção das liberdades. Acho que essas ações devem ser punidas rigorosamente e exemplarmente. Acho que o papel do Estado é apresentar aqueles que fizeram isso e puni-los. Acho que essa investigação é salutar; acho que o inquérito é uma peça informativa ao Poder Judiciário, mas uma peça que deva ser bem informativa mesmo, com elementos substanciais, com elementos contundentes, para que possam demonstrar os indícios e as autorias.

Espero que nós possamos identificar quem foram aqueles que, ao montarem escritórios em Brasília... Porque os mesmos grampos informam isso, as mesmas escutas informam que foram montados escritórios em Brasília para vasculhar a vida dos outros; de cerca de 300 telefones de autoridades públicas do Distrito Fe-

deral foram quebrados. Eu tive a oportunidade de ver o meu telefone, uma conversa estabelecendo prazo de ligação entre eu e o coronel da Casa Militar exposta num *blog*. Como essa pessoa teve acesso a isso? Está sendo acionado judicialmente, porque divulgar também é crime. Divulgar ato ilegal é crime, e eu não posso acreditar que as pessoas se escudem por trás da liberdade de imprensa para fazer isso.

Então, quero me somar a sua preocupação e dizer que eu espero atentamente, e espero com todo o vigor, que essa apuração se conclua e que nós possamos ter uma cidade livre dessa expressão que o senhor usou, “grampolândia”, até porque isto é um mandamento constitucional: as pessoas têm direito a sua privacidade, têm direito a isso, que é uma cláusula constitucional. Então, precisamos que essa apuração ocorra, que os culpados sejam punidos e que isso seja colocado à luz do dia.

O senhor como político desta cidade sabe que ao ler os *blogs* encontra-se de tudo, coisas que inimagináveis, em termos de divulgação da vida alheia, em termos de informação repassada sem confirmação, sem procedência. Hoje se utiliza de determinados instrumentos para achacar a honra das pessoas, para denegrir. Isso tudo usando a ideia de que é política.

Olha, vão-se os tempos em que eu andava de calça curta pelas avenidas do Distrito Federal, em que se dizia que não valia, na briga, puxar o dedo, meter o dedo no olho, puxar o cabelo ou xingar a mãe. Na política, em Brasília, essa expressão foi rasgada há muito tempo.

Então, nós precisamos restabelecer as coisas, fazer com que o Estado apure, aponte os responsáveis. Precisamos ter um comportamento, porque existe ética em tudo. Existe a ética em todas profissões. Existe a ética nos relacionamentos das pessoas. Mas nós precisamos também de ética no relacionamento político. A luta política não pode ser um instrumento para destruir reputações. A luta política não pode ser um instrumento para invadir a privacidade das pessoas. A luta política e a diferença partidária não podem ser um instrumento para massacrar o adversário, para seguir e servir a fins escusos. A luta política deve servir para o crescimento das ideias. A luta política deve servir para engrandecimento da sociedade. A luta política deve servir para que a sociedade se beneficie. Esse é o meu pensamento. Isso é o que eu defendo. Isso é o que eu práctico.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com as palavras o próximo orador, Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Sr̄as Deputadas, Srs. Senadores, eu inicio a minha fala... Também cumprimentando o depoente, Dr. Cláudio Monteiro, seus advogados. Eu inicio a minha fala, Sr. Cláudio Monteiro, dizendo que, quando eu li as manchetes, ontem somente, de que V. S̄a estava albergado por um *habeas corpus* para ficar calado, ficar em silêncio, eu confesso que fiquei triste. Não falei com ninguém do Governo, me recolhi e disse: “Mas não é possível que isso vá acontecer. Não é possível que isso vá acontecer.” Mas, quando V. S̄a chegou aqui e disse que, mesmo albergado por *habeas corpus*, V. S̄a desejava responder, o meu coração se abriu novamente.

Quero dizer que eu não tenho, assim, uma relação de muita amizade com V. S̄a, aliás, nós nunca paramos para conversar, a não ser para nos cumprimentar. Essa é a verdade. Mas a sua presença deveria ter vindo antes, deveria ter acontecido antes, porque, veja bem, está esvaziado o plenário da Comissão. Me parece que os inocentes, aqueles que vêm trazer prova cabal de inocência, não são muito interessantes não, até porque não tem pergunta para ser feita, até porque não tem pergunta porque V. S̄a já trouxe provas. A sua tranquilidade, a sua transparência, aliás, já elogiada aqui até por Parlamentares que têm contundência, nesta CPI, de investigação, de muita competência, e deve ser registrado isso aqui.

V. S̄a está sentado aí porque V. S̄a foi Chefe de Gabinete do Governador Agnelo. O senhor ocupava aquela antessala. É por isso que V. S̄a está aqui, passando até por constrangimentos, ter que fazer a defesa, inclusive, de filhos, que isso é um absurdo, gente! Não têm como acusar um cidadão, ficam procurando filho, neto, bisneto. O que é isso?! Eu me lembro, quando eu não era parlamentar, eu assistia a CPIs. E eu ficava lá na minha casa, Sr. Presidente, decepcionado com alguns parlamentares, em algumas CPIs a que eu assisti, que não querem apenas uma investigação imparcial, querem atingir a honra das pessoas e denegrir e desmontar a honradez de pessoas que aqui chegam.

E não é porque está aqui que ele já é condenado não! Vem aqui para provar sua inocência se tem condições de provar. Quando não tem, fica em silêncio. Quando não tem, fica calado.

Esta CPI, Sr. Cláudio Monteiro, com certeza, este é o momento de uma certidão de inocência para esses episódios que aqui foram demonstrados.

Agora, nesta CPI, nós estamos investigando a possível presença de uma quadrilha em dois Estados, pelo menos, que são Goiás e Brasília. Eu sou de Brasília. Eu não tenho, assim, amizade com o Governador Perillo. Conversei com o Governador Perillo uma

vez. Uma vez. Não tenho motivos para dizer que não gosto dele. Aliás, eu sou de Brasília, e temos o entorno aqui, então, obviamente, a gente tem uma relação com o Governo de Goiás.

Agora, esta CPI também, Sr. Cláudio Monteiro, trouxe para cá uma investigação sobre a pessoa de dois chefes de gabinetes. O senhor está aqui porque o senhor foi Chefe de Gabinete do Governador Agnelo. E o senhor veio aqui e disse: "Onde está o radinho?". Aí, é aquilo que eu sempre digo aqui, não quero fazer comparações, mas eu sou forçado a fazer. Porque ontem, por exemplo... Eu estou aqui no meu dever de ofício. Ontem, por exemplo, veio – acho que foi ontem mesmo – a Chefe de Gabinete do Governador Perillo. E eu fiquei aqui na expectativa, disse: "Agora, vai explicar tudo, vai colocar todos os pingos nos is, vai retirar todas aquelas suspeitas que existem de escuta, inclusive o radinho que ela recebeu, ela vai dizer como é esse radinho." Porque ela recebeu um radinho. Se eu estiver errado, me corrijam. Ela é Chefe de Gabinete do Governador Perillo e recebeu um radinho. Bem, e ela veio aqui e disse: "Não, eu quero ficar em silêncio." É um direito constitucional, ela não falou.

Graças a Deus que V. S^a falou! Porque eu sou de Brasília, eu estou tranquilo agora, porque V. S^a vem aqui, abre o coração, diz: "Perguntam o que vocês quiserem, eu estou aqui para responder", e está respondendo a todos os questionamentos. V. S^a disse aqui o seguinte: "Onde está o radinho? Me provem, então."

Conversa fiada, gente! Ficam esses bandidos conversando por telefone e querendo crescer em cima de personalidades políticas, aí vem para cá como se fosse verdade. Eu não usei, até agora, nesta CPI, nem uma dessas escutas, não! Não porque a Polícia Federal não tenha feito um trabalho competente, fez um trabalho competente, mas eu vou ficar usando escuta de bandido que quer acusar governador, chefe de gabinete, quem quer que seja?! Eu estou aqui para fazer um trabalho sério, Sr. Presidente. Não estou aqui para fazer jogo político não. Trabalho sério.

Agora, eu tenho que dizer que, como membro desta CPI, na obrigação de fazer uma investigação e colaborar com a administração desta CPI, eu fiquei frustrado, por quê? A chefe de gabinete de outro governo recebe um radinho e não vem dizer para nós por que recebeu, de onde recebeu, quem foi que deu e por que recebeu. Chega aqui, fica em silêncio. Eu fico pensando se eu fosse um parlamentar do Estado de Goiás, que é um Estado honrado, de pessoas trabalhadoras, pessoas honestas. Agora, eu sou de Brasília e estou com a alma lavada aqui, tranquilo, porque V. S^a vem aqui e diz que não recebeu rádio. Aliás, a propina, porque foi dito aqui, Sr. Cláudio Monteiro, e eu fiz uma

defesa aqui, foi dito que aqui no Distrito Federal tinha um mensalão do Cachoeira. E eu fiz uma defesa aqui, só com base em escuta que o senhor recebeu, acho que R\$20 mil. Ninguém provou nada. E vem dizer que o Distrito Federal tem propina de Cachoeira, que tem mensalão de Cachoeira?! Isso é uma inverdade! Isso é uma ofensa com o Distrito Federal. Isso não se faz. Agora, V. S^a vem aqui e diz: "Diga-me onde foi que recebi?" Aliás, o senhor trouxe a informação de que o Sr. Dadá, que diz aí que tinha dado R\$20 mil para o senhor nas escutas, ontem mesmo, ele deu o testemunho, está aí com a Presidência, numa investigação imparcial, inclusive com a presença da OAB, ele vem dizer: "Nunca dei, nem nada..." O cara estava blefando! Gente, nós somos cidadãos públicos.

Tem hora que dá medo, Sr. Presidente, tem hora que assusta. Porque você faz um trabalho honesto, faz um trabalho, como V. S^a vem aqui e diz: eu tinha um sonho. Sr. Cláudio Monteiro, vou dizer uma coisa para o senhor. Depois dessa audiência aqui, volta, volta. Por que não voltar? Por que não voltar a ser chefe de gabinete do Governador Agnelo? Por que não? Eu faço o apelo a V. S^a: volta, Sr. Cláudio Monteiro. Não tem nada que desabone o senhor; por enquanto, não. Não tem. Obviamente que haverá desdobramentos desta CPI e eu espero, Sr. Cláudio Monteiro, que a sua presença aqui seja um cala a boca nessa história de que Brasília, de que o Distrito Federal está envolvido com Cachoeira, porque o senhor é a pessoa mais próxima do Governador Agnelo. Se o senhor chegassem aqui e ficasse em silêncio, eu já estava preparado para o meu discurso.

Eu não conversei com o Governador Agnelo, não conversei com Paulo Tadeu, não conversei com ninguém, porque seria uma decepção. Eu tenho lado, eu sou transparente nas minhas posições, não faço politicagem. Vim para cá para fazer um trabalho sério. E, se V. S^a ficasse em silêncio aqui, V. S^a teria minha palavra de suspeito, de que seria suspeito, sim. Porque eu, se me acusarem, vou até as últimas consequências para provar a minha inocência, como fez V. S^a.

Está de parabéns. V. S^a fez porque é um homem de bem, é um cidadão de bem. E se faz assim; é assim que se faz. É assim que se faz. Quem sentar nessa cadeira agora, a partir de V. S^a, como testemunha, com *habeas corpus*, sem querer falar, vai ficar uma suspeita, embora seja um direito constitucional.

Portanto, Sr. Cláudio Monteiro, eu termino só dizendo: volta, Cláudio Monteiro! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço novamente à assembleia que permaneça sem manifestações.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Ronaldo Fonseca, quero agradecer a manifestação de V. Ex^a, as palavras que aqui foram proferidas e a introdução que o senhor deu na nossa ausência de relacionamento, apenas nos cumprimentos. Quero dizer ao senhor que do dia em saí do governo até hoje foi o único dia, ele teve início e não teve fim; e espero que, amanhã, eu volte a dormir hoje e volte a ter a minha vida na regularidade. Eu quero ter o direito de ir à padaria; eu quero ter o direito de sair com meu filho. Já que não pude conviver e criar três, porque tinha que lutar pela sobrevivência, que agora, com meus 53 anos, eu possa conviver com esse de dois e a menina de treze, que eu possa fazê-lo com normalidade.

Quero dizer para o senhor também que, ao vir aqui hoje e falar, saiba que eu estava com um medo danado, não de faltar à verdade, mas de ficar embargado pela emoção e não ter condições de me manifestar adequadamente. Quero dizer que estar numa CPI é algo que mexe com o emocional de todos nós, e mexe fundo. Olha, só Deus sabe o quanto eu busquei energia para vir aqui e me dispor a abrir meu coração e falar. Às vezes, não vou fazer minha defesa. Às vezes, a gente deixa que o Estado prove as coisas por nós. Agora, em outros momentos, essa coisa pode demorar tanto tempo que nem vida mais você vai ter. E, ao estar aqui falando isso, eu não tenho a pretensão de recuperar cargo nenhum. Eu tenho a pretensão de recuperar a minha vida, recuperar a condição de andar pelas ruas.

Eu disse aqui no início, Sr. Deputado, que a minha família veio para cá em 1957. Meu pai saiu do Rio de Janeiro, ele era trocador de ônibus, veio junto com o meu avô para cá para construir a Capital. Eu vim para Brasília com um mês de vida, a minha foi ao Rio deu à luz e voltou. Eu conheço esta cidade como a palma da minha mão. Aqui eu cresci, constitui família, criei meus filhos, tenho netos e precisava ter a oportunidade de voltar a circular pela minha cidade, porque eu amo Brasília. Esta é a minha cidade. Foi aqui que eu construí a minha vida profissional, a minha vida política. Eu precisava poder estar interagindo com a sociedade.

Eu espero, ao sair daqui hoje, não ser apontado nas ruas como aquele: “Ó, disseram que ele recebeu vinte mil, mais cinco mil”. Olha, eu disse aqui no início: por que não me prenderam? Era um ato de grande repercussão se tivessem feito isso. É porque tinham certeza de que eu não havia feito. Agora, a mesma coragem que usaram para incluir, não usaram para excluir expressões do tipo: “O fato ora investigado, pois a suposta fraude em licitação (...). Que licitação que

eu participei? Que licitação que eu ajudei? A “suposta propina” e o “provável tráfico de influência”.

Pelo amor de Deus! Responsabilidade! Não se pega a vida de alguém e rasga. Vinte e dois anos de vida pública não se rasgam com “suposta fraude”, “suposta propina”, “provável tráfico de influência”. Pelo amor de Deus! Não é comigo, não. É com qualquer um. Nenhum cidadão merece receber “suposta”, “provável”... Que é isso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuando a ordem dos oradores inscritos que compõem a Comissão, e, visualmente, ausente o Senador Randolfe e presente o Deputado Mendes Thame, com a palavra S. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, no início do ano de 2003, o Governo Lula mandou uma mensagem aos trabalhos legislativos em que propõe que a legislação preveja a obtenção e o disciplinamento das fontes de recursos, como é o caso dos bingos, que permitam ao Governo financiar projetos de inclusão social. Nós queremos aqui aproveitar ao máximo os trabalhos desta CPMI para abstrair, desses trabalhos, sugestões úteis para melhorar nossa legislação, o arcabouço jurídico para proteger o Estado.

E há dois pontos fundamentais. O primeiro, são as licitações, licitações que permitem, como é o caso da Delta, que recursos públicos sejam encaminhados para essas empresas e uma parte desses recursos sejam desviados. Mas há um outro ponto que não pode ser esquecido. Toda vez que abordamos esse ponto, às vezes, a imprensa pensa: “Ah, está desviando o foco”. Não estamos desviando o foco, estamos atacando o foco, que é a questão das contravenções, a questão do jogo, a questão da anuência, dessa lassitude do Governo em relação à contravenção.

Pois bem, em 2003, na mensagem ao Congresso Nacional, o Governo Lula propôs que se utilizasse o caso dos bingos como uma fonte de obtenção e disciplinamento das fontes de recursos para financiar projetos de inclusão social.

Meses depois, ainda em 2003, baixou uma portaria, em 21 de outubro de 2003, instituindo um grupo de trabalho interministerial para avaliar e apresentar propostas que modifiquem a legislação referente às atividades relacionadas a exploração de jogos de bingo. Desta portaria, para esse grupo de trabalho interministerial, constavam pessoas da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça, e do Ministério do Esporte, entre os quais o Sr. Francisco Xavier, Francisco Cláudio Monteiro e José Dirceu de Oliveira e Silva.

Meses depois, no início de 2004, na Mensagem do governo Lula ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos de 2004, o governo Lula reitera, na página 177, que a regulamentação da atividade dos bingos – e aí é mais explícito até –, a regulamentação vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social; surgirá uma nova loteria, a timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério do Esporte, que por sua vez investirá esses recursos no atendimento de pessoas portadoras de deficiências.

Pois bem, o governo marcou o anúncio do resultado desse grupo de trabalho, que foi nomeado em outubro de 2003, para 16 de fevereiro de 2005, ocasião em que seria enviado um projeto de lei ao Congresso regulamentando os bingos. No entanto, denúncias da revista *Época* sobre as fitas de Waldomiro Diniz pedindo propina, no dia 13 de fevereiro, fez com que o governo voltasse atrás e logo depois editasse uma medida provisória em sentido contrário.

Gostaria somente de solicitar ao Sr. Cláudio Monteiro quem é, por favor, esse Sr. Francisco Cláudio Monteiro? Se é algum parente? Se é algum homônimo? Ou se é o senhor? E se sabe qual a participação do Ministério do Esporte na regulamentação dos bingos. Qual é a participação? Qual a orientação dada pelo Ministério do Esporte para regulamentar esses bingos, já que na época o governo Lula tinha uma orientação definida a favor dos bingos? Chegou a pressionar o Deputado Sebastião Madeira, que foi o relator do Fome Zero, para que incluísse no seu relatório uma possibilidade de que jogos de azar fosse um financiamento do Fome Zero, o que não foi possível, porque o relator Sebastião Madeira se recusou, terminantemente a fazê-lo, dizendo até que um dia o Presidente Lula agradeceria o fato dele não ter acedido a esse fato. Essa é a única pergunta que gostaria de transmitir ao Sr. Cláudio Monteiro, que hoje vem dar a sua contribuição a esta CPMI.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, com a maior satisfação vou responder.

Realmente, o Francisco Cláudio Monteiro ali citado sou eu. Só que é necessário que façamos um entendimento anterior a isso.

Primeiro, que a regularização do uso de bingos existiu anterior a essa decisão do Presidente da República Luís Inácio da Silva. Mas qual era o objeto? O que foi que deu errado nisso? É que se permitiu que as instituições de esporte no País – federações, confederação, esses entes das diversas instituições esportivas ou diversas práticas esportivas – pudessem criar bingos para se financiar. Ao fazer isso, chegou-se a uma questão horrível. Foi o endividamento e a com-

pleta perda de objetivo dessas entidades. Todas elas ficaram devendo: deviam na praça, deviam ao INSS, deviam ao fisco. Isso era uma balbúrdia total. Então, essa que era fruto de uma lei anterior que eu não vou citar o nome do autor da lei para não cometer uma injustiça, mas era um ato existente... Resolveu-se tomar uma medida de forma a permitir que esse financiamento ocorresse, que essa regulamentação ocorresse e que se pudesse encontrar um caminho adequado para que a prática nociva anterior não perdurasse.

Bom, esse grupo não era composto só pelo Ministério do Esporte, pela Casa Civil. Nós tínhamos também os representantes da Caixa Econômica e tínhamos os representantes do Ministério Público, que foram convidados, porque, ao se constituir esse grupo partiu-se primeiro de uma premissa. Qual premissa essa? O Estado é competente. Partiu-se primeiro desta premissa: o Estado é competente. O Estado é competente para quê? Para regular as relações da sociedade e o Estado é competente para coibir práticas nocivas. E a pior coisa que o Estado pode fazer é ter atitude de avestruz: enfiar a cabeça na areia e fazer que nada está acontecendo. Então, partindo-se desse pressuposto de que o Estado é competente, buscou-se estabelecer um arcabouço legislativo legal que, primeiro, mantivesse esse financiamento ou possibilidades de financiamento; e, segundo, que acabasse com a irregularidade, com a ilegalidade.

Quem é que, por mandamento legal, opera jogos no País? A Caixa Econômica Federal. Como é que a Caixa faz para que a sociedade possa alimentar o sonho desses jogos? Tem gente que sonha rico na terça, fica frustrado na quarta, sonha rico na sexta, fica frustrado no domingo, mas sonha. Como é que íamos fazer isso? Pressuposto básico: a Caixa Econômica Federal poderia licenciar e fazer o acompanhamento disso *on line*. Por quê? O Estado é competente. Existe o jogo? Existe. Pode ser regulamentado? Pode. Agora deve ser fiscalizado.

Quem é que poderia participar disso? Alguém licenciado que tivesse comprovadamente um patrimônio declarado nos últimos cinco anos, que tivesse condição de se cadastrar para ser licenciado.

Bom, eu estou passando a V. Ex^a ideias, premissas que foram desenvolvidas, no suposto, para uma futura regularização.

Ocorre que – e é notório e isso aconteceu – um descaminho e, ao acontecer esse descaminho, o Estado resolveu não mais tratar desta matéria.

Então, eu fiz parte desta Comissão.

E quando eu disse aqui que estou com o meu sigilo fiscal, telefônico e bancário à disposição, por dez anos, quero dizer que a Polícia Federal já quebrou

meu sigilo telefônico nesta data, lá atrás, quando eu fiz parte desta Comissão. Eu vou ler para o senhor: "Assunto. Chefe do CEPEC". Eu não sei o que é isso. "DPF. Assunto: solicito análises de ligações telefônicas. IPL – 325, de 2004." Diz esse documento: "Encaminho, em anexo, e apenso três dos autos supramencionados solicitando o escaneamento das folhas do citado apenso a fim de que, depois de inseridos os dados do computador, seja feita análises das ligações telefônicas recebidas e realizadas constantes do mesmo, verificando qual a data, quantas vezes aparecem os nomes de..." Aí, não vou citar o nome das outras pessoas, vou citar apenas o meu. Num conjunto de diversas pessoas, o meu nome está lá.

Então, olha, passar por escuta, ter sigilo quebrado, ter análise, isso não me assusta, porque eu parto de um pressuposto, que norteia a minha vida, de que não importa onde eu ande, não importa com quem eu esteja, importa o comportamento que eu vou continuar adotando.

Eu posso passar por qualquer lugar, eu posso visitar um presídio e não me influenciar. Eu o fiz, diversas vezes, como policial. Eu posso estar regulando uma ação do Estado, em qualquer lugar, sem me impregnar, sem me macular, sem mudar o meu comportamento.

Então, a relação do Estado, do Ministério dos Esportes, naquele momento, Excelência, tratava de tirar a cabeça de avestruz, de ir, à luz do dia, mostrar que o Estado era competente, que o Estado era eficiente e que o Estado era capaz de coibir as ilegalidades.

Eu continuo pactuando com isso. Eu acho que no dia em que nós entendermos que não fomos mais capazes de legislar, nós vamos viver na barbaria, porque um princípio básico é o de respeito às leis.

Se no Parlamento não se produzir a relação social correta, olha, não vai se produzir em canto nenhum. Não existe movimento melhor do que o democrático para entender os opositos e conduzir-se a um bom caminho.

Então, continuo convicto disso, de que o melhor debate é aquele que existe e que o pior é se omitir.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cláudio Monteiro, nós assistimos aqui, hoje, mais uma vez, a um depoente que coloca em xeque algumas das questões trazidas nos relatórios da Polícia Federal.

Eu acho extremamente oportuno e eu queria pedir ao nobre Relator que acompanhasse o meu raciocínio, porque eu acho extremamente importante que a gente verifique o seguinte: primeiro, o meu entendimento, também, de que é muito salutar que haja o depoimento.

Não há que se discutir sobre o direito constitucional de se reservar o silêncio, sob pena de estarmos todos, aqui, ferindo não só a Constituição, mas um princípio elementar do Direito;

Então, acho que exageraram aqueles que querem, por alguns momentos, depreciar quem se reserva o direito de ficar calado, porque esse é um princípio constitucional, é um princípio do Direito e as razões podem ser as mais variadas.

No meu sentimento, uma delas, sem dúvida, é o indicativo de culpa; outras podem ser orientação dos próprios advogados, no sentido de que aquilo não possa trazer dificuldades na defesa do foro apropriado a que cada um em direito, mas o senhor nos traz, com as suas declarações, a oportunidade de refletirmos não só sobre o envolvimento dessa quadrilha do Carlinhos Cachoeira com o Governo do Distrito Federal, mas também fazer uma reflexão sobre uma série de abordagens que é feita nos relatórios da operação Monte Carlo, muitas vezes usada, aqui, com relação não só ao senhor, mas com relação a vários.

O senhor falou, e eu gostaria de ouvir isso novamente do senhor, sobre o conhecimento do senhor com o Sr. Marcelo de Oliveira, o Marcelão. O senhor disse ter com ele uma convivência de longos anos. É verdade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Profissional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Profissional.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Como eu disse, é companheiro da mesma carreira. Nós somos policiais civis.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim.

Agora, o senhor indicou o Marcelo para trabalhar com o Governo, para ocupar um cargo no Governo Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu o fiz sim, senhor, no Governo do Distrito Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor o fez com a convicção de que estava indicando uma pessoa a um cargo de confiança?

O senhor o fez com a convicção de que estava indicando uma pessoa apropriada para aquele cargo, certo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sem dúvida.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Após quantos anos de convivência?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, na carreira policial, ele está desde 1998. Do relacionamento, dois, três anos; três anos por aí. Isso mais frequente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Mas o senhor já o conhecia há muitos anos, portanto.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O conheço como policial.

Quer dizer, a nossa carreira policial aqui no Distrito Federal...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – O senhor tem alguma razão para ter alguma desconfiança dele como policial?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – De forma nenhuma; de forma nenhuma.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor o conhecia como policial e passou a ter um relacionamento mais próximo, portanto, tinha motivos de sobra para ter confiança nele.

Agora vêm as várias ligações em que ele faz referência ao senhor.

A que o senhor as atribui? O senhor concorda com as referências que existem nas ligações? O senhor admite, naquilo que ele se refere ao senhor nos contato que teve com a organização criminosa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não. O senhor não concorda?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor atribuiu, e parece-me que o senhor fez isso por mais de uma vez, o fato de que o senhor entende que pessoas, com o propósito de se fortalecerem, de se colocarem com o poder maior do que realmente têm, muitas das vezes fazem referências a autoridades, o senhor atribui isso a ele também?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Perfeitamente.

Eu acho importante, eu pedi a atenção do senhor Relator, porque nós já vimos situações semelhantes aqui. E eu não estou tirando a razão do senhor não. É claro que eu, como o Relator e todos nós nos reservamos o direito de continuar analisando, aprofundando. Mas eu acho inconteste que alguém não possa ser condenado pela premissa, ou pela hipótese, ou porque no relatório da Polícia Federal disse: "Há suspeita".

No relatório da Polícia Federal há referência ao senhor dizendo que "há suspeita".

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Provavelmente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Ou provavelmente. Isto também nós vimos com relação a outros indiciados.

Recordo-me de um episódio, por exemplo, de um depoente que aqui veio e que também de dispôs a falar, aliás, ele assumiu, o que inclusive incorre em um crime de falsidade ideológica, quando um depoente, aqui, mais precisamente o Sr. Wladimir Garcez, assumiu – eu entendo que não se pode medir com réguas distintas um trabalho feito com a seriedade que se espera desta CPMI – que ele, por mais de uma vez, fez

referências a autoridades públicas para se fortalecer perante àqueles em que ele tinha interesse.

O senhor acredita, portanto, que isto possa ter procedência?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Plenamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Eu gostaria de saber do senhor sobre algo que, para mim, não ficou muito claro. Quando um colega nosso, que me antecedeu, perguntou ao senhor, e ele fez referência ao nome, se o senhor conhecia o Sr. João Dias Ferreira, aí, no primeiro momento, o senhor disse não.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Na realidade, Deputado, ele não perguntou se eu conhecia o João Dias, ele foi além.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Ele perguntou.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele perguntou o João Dias Ferreira e Fenapef?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor, na hora, não percebeu o nome. Foi isso.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu pedi a ele que me ajudasse.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu já entendi. Depois o senhor se corrigiu dizendo que o conhecia, claro. E o senhor disse que o conhecia porque óbvio, o episódio foi um episódio notório. Mas eu gostaria de saber um pouco mais.

Agora já que o senhor sabe a quem nós estamos nos referindo, João Dias, quando o senhor o conheceu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Quando eu o conheci?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – É. Há quanto tempo que o senhor o conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não sei precisar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, aproximadamente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, eu o conheci...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – O senhor sabia que ele tinha uma relação próxima com o Sr. Agnelo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – o senhor nunca o viu com o Sr. Agnelo? O senhor é um homem muito próximo dele. O senhor nunca estive reunido? Os três nunca estiveram juntos?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, não vou só dizer pela questão da proximidade ou de ser um homem público não, eu vou...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu estou perguntando de forma objetiva. O senhor esteve...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, claro. Eu vou responder para o senhor com uma outra coisa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu quero esta, objetivamente esta que é a resposta que eu quero do Depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, V. Ex^a ...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – E o senhor já percebeu o meu respeito pelo senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – E o meu pelo senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Mas eu preciso saber, com clareza, porque um cidadão envolvido em todo um esquema de desvio de dinheiro do Ministério dos Esportes e que depois joga R\$200 mil sobre uma mesa de uma Secretaria de Governo onde o senhor ocupa um cargo quase que o mais, quase não, o mais próximo ao Governador, um cargo de relevância e importância. Ora, é importante saber quando o senhor esteve com este João Dias. E se o senhor, algum dia em sua vida, esteve ao lado dele e ao lado do Governador Agnelo.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Então, eu vou responder ao senhor com total transparência e sob o compromisso do juramento da testemunha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Claro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O Sr. João Dias esteve no Ministério dos Esportes. Eu nunca estive com ele. Eu não faço parte do círculo de amizade dele. Eu não conheço ele de relacionamento com o Governador Agnelo. Ele deveria ser preso, como foi quando praticou esse ato. Isso é o que eu defendo e do que tenho conhecimento.

E disse aqui ao Deputado Onyx. Ele diz o seguinte: “O senhor liberou a segunda parcela”. Eu não sei se liberei só a segunda, não. Talvez eu tenha liberado inclusive a primeira. Mas eu sei de outra coisa: que as minhas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Sei que o fiz no interesse público e sei que o fiz também, se o senhor um dia, porventura, desejar conhecer esse processo, verá que lá dentro tem um despacho meu mandando suspender pagamento, mandando apurar, porque, Deputado, a gente é obrigado a tomar as providências que a lei determina.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas, efetivamente, o senhor nunca esteve com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Nunca encontrou com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Agora, o que o senhor pode deduzir de uma pessoa jogar R\$ 200 mil? E o senhor disse que ele deve ser preso porque colocou R\$ 200 mil. Agora, não há uma preocupação do Governo do Estado de Goiás, do Sr. Agnelo e dos senhores de explicar por que alguém se dispõe de R\$ 200 mil para dizer que não aceita propina para ficar calado?

Aliás, eu estou com um requerimento para que esse Sr. João Dias venha aqui.

O senhor pode nos explicar... ou o senhor tão próximo do Governador deve ter se sentado com ele para dizer por que ocorreu isso? O Governador, de alguma maneira, explicou para o senhor ou manifestou qual o entendimento dele sobre esse ato? Além de dizer: olha, ele estava agressivo, ele hostilizou alguém. O que realmente justifica.

Agora, eu estou querendo me referir ao dinheiro! Por que alguém leva tanto dinheiro para dentro de um ambiente público, sob o pretexto de que aquilo ali é para demonstrar publicamente que não aceita tentarem comprar o seu silêncio? E de repente não se dá uma explicação para isso. O dinheiro fica lá preso, como prova de um suposto crime. E aquelas pessoas que estão sendo acusadas têm pelo menos uma explicação?

Qual o intuito que esse João Dias pode ter tido ao fazer isso, já que, obviamente, o senhor vai me dizer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – que não houve nenhuma razão para isso.

Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, V. Ex^a esgotou o tempo de V. Ex^a...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há algum tempo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não. Eu estou exatamente na conclusão e eu percebi claramente a mesma paciência de V. Ex^a com os demais colegas e não tenho dúvida de que a terá comigo, apenas para que se conclua isso, por uma razão muito simples, Sr. Presidente, eu coloco esse episódio e não vejo nenhum envolvimento do Sr. Cláudio Monteiro.

Eu coloco esse episódio porque é um episódio do qual o senhor tomou conhecimento e pode nos ajudar a esclarecer qual o tipo de ligação disso com qualquer coisa de ilícito.

Agora, eu reitero. O senhor traz aqui uma oportunidade de reflexão para essa CPMI, para que a gente não fique perdendo o nosso tempo, Sr. Presidente, Sr. Relator, em hipótese, insinuações, sugestões com

relação ao Governo do Distrito Federal e ao Governo de Goiás e continuemos adiando a convocação do Sr. Fernando Cavendish, do Sr. Pagot, que são coisas que realmente afetam o grave interesse público do nosso País.

Mas, objetivamente sobre esse episódio, se o senhor puder nos esclarecer, dê a sua opinião. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – A minha opinião, Deputado. Eu custumo ter opinião sobre tudo. Pode ser até inadequada.

Mas a minha opinião é de que esse cidadão não bate bem da bola. Ele foi levado à Polícia Militar, foi autuado em flagrante, está respondendo a inquérito policial militar. Agora, uma das coisas que eu não consigo entender nisso, Deputado, é por que o Ministério Público arquivou esse procedimento?

Essa é uma reflexão para nós dois, Deputado. Para V. EX^a, para mim, para toda sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acho que deve ser reaberto. Esse episódio precisa ser esclarecido para o País.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Olha, as pessoas têm razões que nós não conhecemos.

Eu não convivi com esse cidadão, não tive relação com ele, não sei explicar se ele efetivamente tem lá os parafusos todos no mesmo lugar. Parece-me que não, se me permite essa ilação.

Agora, só nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É, Deputado. Mas tem outra questão, Deputado, que, talvez, o senhor não tenha analisado nesse contexto. Mais dinheiro foi gasto nesta cidade para se produzirem elementos para denunciar o Governador. Recentemente, um cidadão disse que recebeu R\$400 mil. E olha: R\$400 mil!

Deputado, no início de parte da minha explanação, eu disse que essa foi a eleição mais fácil de ganhar, mas é o pior momento para se governar, porque a continuidade leva à manutenção de hábitos, de conceitos. A continuidade representa o caminho natural. E os Deputados daqui, de Brasília, sabem, em uma cidade que teve quatro governadores em um único ano, das dificuldades de fazer o enfrentamento do crime organizado, sabem da dificuldade de se romper com as máfias e com a capitania hereditária de alguns setores nesta cidade. Agora, é preciso coragem, e essa coragem não tem faltado ao Governador. Às vezes, as pessoas optam pelo caminho mais simples, que é o do fazer de conta que não vê ou pactuar, restabelecer uma negociação política para dar continuidade àquilo. Este Governo, ao qual não pertenço mais, mesmo

desejando o sucesso dele, sonhando com ele, teve a capacidade de fazer um enfrentamento – um enfrentamento, porque não podemos viver presos ao passado. Esta cidade precisa recuperar, e recuperará, a possibilidade de dizer: o que fizeram aqui não farão mais; aqueles que aqui exploraram não explorarão mais.

E quero dizer ao senhor que existe um segmento enorme de pessoas que atuaram em algumas áreas que foram críticas no Governo e que foram levadas, a serem julgadas essas empresas inidôneas. Umas já foram; outras estão a caminho, porque agiram com o mesmo procedimento. E é certo, nobre Deputado, que ferir interesses econômicos, olha, faz com que as medidas mais ousadas, as medidas mais estapafúrdias possam acontecer. E eu atribuo esse fato a esse tipo de coisa, esse e outros que já aconteceram no Distrito Federal.

Foi a eleição mais fácil de ganhar, mas é o pior período para governar, porque é o período de mudança de hábito, de criar um comportamento ético na máquina pública. E esse enfrentamento é feito diuturnamente.

Espero ter concluído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Cláudio Monteiro, Sr. Relator. Eu pedi para me inscrever porque entendo que o depoimento de V. S^a aqui – eu acompanhei uma parte dele no meu gabinete e, agora, me ausentei para poder fazer uma fala, como inscrito, no plenário do Senado – foi fundamental, até para o bom andamento dos trabalhos desta CPMI, até para que a gente possa também, inspirado no que V. S^a está vivendo, reforçar uma tese que tenho falado aqui, no Senado. Fui prefeito quatro anos, governador oito anos. Sempre estive lutando para combater crime organizado. No Acre, nós éramos reféns disso. Desmontamos a partir da ação das instituições – tive o privilégio de estar no governo nesse período –, mas sempre procuramos fazer isso sem danificar a honra e a vida das pessoas. A nossa grande preocupação, as preocupações eram duas: fazer o nosso papel e livrar a sociedade da pior das situações, que é ficar refém, como eram, no Acre, governadores, autoridades, dos que mandavam e desmandavam no Acre. A outra preocupação era a de não cometer injustiça. Foram presos coronéis, delegados, oficiais, empresários, gente que atuava nas mais diferentes áreas. E, no Acre, eu penso que a condução foi dada a partir da busca de se fazer justiça.

Mas o nosso País não tem funcionado assim. O nosso País tem um grave problema: dependendo das circunstâncias... E, às vezes, tem o aval de setores –

valorizo tanto a imprensa – da imprensa. Às vezes, um questionamento vira denúncia, a denúncia vira julgamento, o julgamento vira condenação sem base em nada e sem prova nenhuma. E esta CPMI, conduzida da maneira que está, ela está procurando se desviar dessa vala comum.

O caso de V. S^a... Ouvi a sua entrevista logo em seguida ao dia dos questionamentos que fizeram a V. S^a. V. S^a repetiu naquele dia o que repetiu aqui hoje: "Eu estou saindo daqui do meu cargo para buscar a Justiça e me defender; defender a honra da minha família, da minha vida pública". E V. S^a veio aqui e cumpriu exatamente aquilo que tinha falado publicamente quando saiu. Porque todos que saíram dos cargos, que se demitiram, falaram a mesma coisa. Mas há uma diferença: o cargo que V. S^a ocupava, qual era?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Chefe de gabinete.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Chefe de gabinete do?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Governador Agnelo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Governador Agnelo Queiroz. Governador do...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Do Distrito Federal.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Da nossa cidade, do Distrito Federal.

Ontem, também veio aqui a senhora que ocupava o mesmo cargo que V. S^a ocupava no Governo Agnelo Queiroz. Só que ela o ocupava no Governo de Goiás, do PSDB, de Marconi Perillo. Ela veio aqui, teve a mesma oportunidade que V. S^a teve, e o que ela fez? Ficou calada. Desrespeitou a CPMI e dificultou o trabalho de apuração, inclusive de eventual inocência dela. Mas ela se comprometeu.

Quando a pessoa vem para cá e fica calada, ela está escondendo. Cadê a indignação de quem está sofrendo uma injustiça? V. S^a, hoje, trouxe aqui a indignação de quem está sofrendo, de quem está passando por problemas, que, se fossem só com o senhor, mas com sua família, com aqueles que o têm na melhor conta.

Faço este paralelo, Sr. Presidente, porque, quando veio aqui também o Governador Marconi Perillo... E V. S^a não veio aqui ler, não preparou. V. S^a estava aí pronto, aberto para responder aos questionamentos.

O Governador Marconi Perillo veio aqui, e uma questão foi colocada para ele: a quebra do sigilo, porque há sérios questionamentos sobre ele. Era uma maneira também de ele deixar transparente. E ele falou: "Eu não vou fazer isso. Eu não ponho à disposição nenhum dos meus sigilos".

No outro dia, veio o Governador Agnelo Queiroz. Chegou aqui com disposição e disse: "O meu sigilo, estou pondo à disposição dos Senadores e das Senadoras, dos Deputados e das Deputadas". Imediatamente o Governador Perillo fez isso. Será que não teria sido melhor se fosse o contrário?

Então, nessa questão que envolve essa arapongagem, essa institucionalização criminosa, de crime; organização criminosa institucionalizada, com tentáculos inclusive aqui dentro do Congresso, ela tem que ser desmontada para o bem do Brasil. É uma organização que funciona há mais de dez anos, que já destruiu a vida de muita gente e já acobertou a bandidagem também de outros. E, certamente, com a conivência de um pedaço da imprensa. Uma parte pequena, porque é a grande imprensa. Essa liberdade de imprensa que nós temos é que está ajudando a desmontar esse tipo de esquema que existe no nosso País.

Por isso que eu também acho que os fatos é que têm que determinar a condução dos trabalhos na CPMI. E não o contrário, não o interesse de atingir um ou outro.

Mas acho que o depoimento de V. S^a faz um divisor de águas em relação àqueles que vêm aqui dificultar o trabalho da CPMI e àqueles que vêm colaborar e vêm resgatar a sua honra.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, porque estou fazendo aqui umas observações; e eu não estou falando à toa, não é alguém do PT, alguém que é companheiro de partido. Não. Eu estou vindo aqui porque os companheiros, os nobres companheiros que são da oposição, que estão ajudando esta CPMI, trabalhando, fazendo questionamentos duros aqui, cumprindo um papel que a maioria de nós não queria estar cumprindo... Nós estamos aqui para cumprir outras missões: melhorar o País, fazer uma agenda que atenda aos interesses nacionais. Mas, de vez em quando, nos deparamos com situações como esta.

Sei que meu querido amigo Paulo Teixeira, que fica aqui com paciência, como fez ontem, e mantendo a tranquilidade para não cair na armadilha daqueles que vêm aqui para tentar cumprir outros papéis não nobres como o de Paulo Teixeira, como do nosso querido Presidente Vital do Rêgo, que está aqui, e do próprio Deputado Odair Cunha.

Eu devo dizer que nós estamos aqui hoje e V. Sa. está nos ajudando a ter uma conclusão, já que quem falou aqui foram pessoas firmes, da oposição, pessoas que estão nos ajudando de fato a levar esta CPMI à frente. Eles reconheceram que, com V. Sa. houve injustiça, precipitação e eu acho que hoje certamente V. Sa. vai poder dormir tranquilo em sua casa, com seus filhos, com sua família e vai ter o reconhecimento de seus amigos e companheiros de governo e de profissão.

Agora, acho que é muito importante o depoimento de V. Sa. porque fica bem claro que nós devemos tomar cuidado, não fazer prejulgamento, não acabar, primeiro, com a vida das pessoas para tentar ver se aquilo tinha ou não razão de ser. Só se consegue, inclusive, o erro quando a gente consegue ter a CPMI convocando pessoas como V. Sa. e a gente fazendo os esclarecimentos devidos.

Então, Presidente Vital do Rêgo, a CPMI aqui é para apurar tudo aquilo que precisa ser apurado, apontar o caminho de punir aqueles que estão colaborando com essa organização criminosa, mas também de a gente libertar algumas pessoas de suspeitas, de ameaças e de injustiças.

Muito obrigado. E parabéns, Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Senador, muito obrigado.

Para mim, realmente, é um momento singular. Extremamente singular.

Disse, num momento anterior, que, ao vir aqui, vim com um frio na barriga gigantesco, mesmo tendo 54 anos, tendo 22 anos de vida pública, mas as pessoas vêm para se deparar com o imponderável. E, olha, vim na condição de que tudo havia perdido. E que eu precisava recuperar o mínimo, que era poder olhar de frente os meus amigos, a minha família, os meus vizinhos.

Então, esse é o sentimento que me nutriu e me deu força. Quero agradecer à família – essa palavra tão sagrada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, vamos aos não membros da Comissão: Deputado Izalci.

Com a palavra V. Ex^a

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, eu quero apresentar a V. Exa. um ofício daquilo que falei na última audiência e que depois não tive oportunidade de concluir. Trago aqui os documentos, feitos inclusive por mim, algumas auditorias que eu gostaria que fizessem parte da CPI.

Essa documentação, Sr. Presidente, me dá uma certa convicção de que houve de fato muitos desvios do Ministério do Esporte, na Anvisa. E quero mostrar aqui também nesses documentos que o contrato da Delta no Distrito Federal foi assinado em dezembro de 2010; portanto, todo superfaturamento, todas as irregularidades, toda a economia que foi feita a partir de 2012, mais de um milhão por mês de economia na varrição, como foi dito aqui pelo Governador.

Todo esse superfaturamento foi feito exatamente no Governo em 2011 – isso tem que ficar muito claro aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino a Secretaria para recolher a documentação do Deputado.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Mas quero também, Sr. Presidente, entregar outros documentos.

Primeiro, quero dizer da importância da CPI, da importância que o ex-Deputado Distrital e chefe de gabinete Cláudio Monteiro contribuiu para esta CPMI, de uma forma significativa.

Quero, aqui, pedir a atenção do Sr. Relator, para que nos ajude. Inclusive, quero pedir ao colega Domingos Sávio que ele também faça um requerimento. Já que não sou da Comissão, não posso fazer isso.

Quero passar às mãos de V. Ex^a uma ocorrência que fiz, junto com um assessor – não fui eu que sofri ameaça, foi meu assessor –, na Polícia Civil. Está aqui a ocorrência, inclusive a daqui, da Câmara. A Polícia Civil está apurando quem fez o telefonema anônimo no sentido de ameaçar o meu assessor e de mandar recado para mim. Espero que isso seja concluído imediatamente.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que é muito relevante para mim. Aqui, nestas auditorias, uma das questões que o Governador não conseguiu explicar foi a questão do patrimônio, da casa dele, dos R\$400 mil.

Trago aqui uma contribuição, já que, inclusive, o Sr. Cláudio Monteiro citou, no início, essa questão do empreendimento. Tenho um empreendimento. Olhem como Brasília é pequena! E mentira tem perna curta. Portanto, aqui, há todas as condições de a gente apurar exatamente o que aconteceu com isso.

Sr. Presidente, em 1994, eu não era ainda Deputado, muito menos era afiliado a qualquer partido político. Nessa época, eu estava no Tribunal Regional do Trabalho, como juiz do Tribunal Regional do Trabalho. Comprei, Sr. Presidente, na Terracap, em uma licitação, um terreno, em 1994, por R\$337.113,00, divididos em 24 parcelas. Esse terreno ficou muitos anos no Guará parado, desde 1994. Em 2007, uma empresa me procurou para um contrato de incorporação, ou seja, eu entrei com o terreno, e essa empresa constrói. E com parte do prédio eu fiquei. A gente teria 30%. Esse prédio foi concluído em dezembro do ano passado. Fiz esse contrato, Sr. Presidente, com Giovana Comércio e Reformas Ltda.. É o nome da empresa que incorporou esse terreno, para construir um prédio de quatrocentas e poucas unidades. Trinta por cento, de acordo com o contrato, é a minha parte. Isso foi feito no dia 30 de abril de 2007.

Em novembro de 2007, no mesmo ano da venda da casa do Sr. Governador, o senhor da Giovana chamado Ernesto me procura e diz assim: “Deputado Izalci, estou sem dinheiro para concluir a obra. Faltou dinheiro. Preciso de arrumar um parceiro”. “Pode arrumar. Para mim, não tem nenhum problema.” Agora, em dezembro, quando concluiu a obra, ele me disse o seguinte: “Olha, tenho algumas coisas para falar contigo”. Eu até pedi, fiz um requerimento para convocá-lo aqui. Esse senhor, o Ernesto, que é dono da Giovana, que construiu o prédio, fez um acordo, por falta de recursos, com Glauco Alves e Santos, que é exatamente a pessoa que vendeu a casa para o Sr. Agnelo. Ou seja, ele estava com dinheiro disponível para investimento e o ofereceu.

Na semana passada é que eu descobri que a esposa do Jamil, que é da F.J., a Juliana... Eles venderam para o Glauco, porque o Glauco, na realidade, é parente, é casado com parentes do Ernesto. A filha do Ernesto, que é o dono dessa empresa, Sr. Presidente, é casada com o Jamil, da F.J..

Portanto, fiz aqui um pedido para que houvesse a convocação do Sr. Glauco, para que ele pudesse justificar... Esse empreendimento, segundo informações... Eu ainda não recebi o prédio. Segundo informações, foi um investimento de R\$16 milhões. E ele assumiu 55% da despesa. Portanto, mais de R\$8 milhões ficaram a cargo do Glauco Alves e Santos.

Por aqui, vamos saber a origem desses recursos. Provavelmente... Não quero aqui me antecipar, mas esta é a oportunidade que temos de quebrar o sigilo, de verificar se ele tinha recurso para construir esse prédio.

Então, quero passar a V. Ex^a estes documentos e também a cópia do registro da construção da casa que foi vendida para o Governador, para que façam parte também dos documentos da CPMI.

Com relação às outras questões que foram perguntadas aqui das escutas telefônicas, acho que o ex-Deputado Cláudio Monteiro já disse claramente que não participou de nada, que não conhece nada. E, quanto à questão do aluguel das carretas do filho dele na Delta, ele admitiu que o filho é que tem de responder por isso e apresentou, inclusive, a quebra de sigilo. Portanto, não cabe a ele responder a essa questão das carretas da Delta. Isso cabe ao filho, já que ele trouxe a documentação. Com a documentação, nós podemos apurar exatamente o que aconteceu.

Mas quero parabenizar a presença do ex-Deputado Cláudio Monteiro aqui. Acho que ele contribuiu muito com a CPI, porque vamos desvendar esse mistério dessa casa que foi vendida por um preço simbólico, exatamente em 2007.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do Deputado Izalci. Tivemos a oportunidade de conviver, e convivemos na cidade.

Quero dizer só que, com relação a essa ocorrência policial, eu também tomei as medidas legais, fiz uma interpelação, estou aqui com a cópia da interpelação, vou deixar com o Presidente. Porque é aquele pressuposto: falou, prova. E da forma como eu quebrei meu sigilo, a alegação é de que esse rapaz, que, por sinal, é meu sobrinho, ou primo – primo –, ele diz que recebeu um telefonema anônimo. Eu espero que a Polícia quebre, nesse exato dia em que ele falou que recebeu ameaça, quebre o sigilo telefônico dele, descubra quem ligou para ele, e que se possa restabelecer a verdade. Porque foi apontado como sendo a minha pessoa. Eu não me presto a esse tipo de coisa.

Teve também, Sr. Presidente, nessa ilação toda, uma declaração de que meu filho era prestador de serviço de andaimes no Estádio Nacional de Brasília. Eu tomei o cuidado de pedir ao Consórcio Brasília 2014 que fizesse uma avaliação e uma varredura em todos os prestadores de serviços. E se encontrasse alguém com o nome de João Cláudio Araújo Monteiro, com o CPF que aqui está, como participante, sócio, intermediador, qualquer coisa no consórcio, apontasse. E o consórcio me deu uma declaração, que vou passar às mãos de V. Ex^a, dizendo o seguinte:

Declaramos, para os devidos fins, que o Consórcio Brasília 2014, contratado para executar as obras de reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, realizou revisão em seus arquivos e afirmamos não constar a pessoa de João Cláudio Araújo Monteiro como sócio em qualquer uma das empresas subcontratadas pelo Consórcio.

Então, mesmo não sendo o meu filho objeto da investigação, mas como nada poderiam afirmar a meu respeito, buscaram aquela parte de puxar o cabelo, dedo no olho e xingar a mãe, atacando a minha família. Está aí a declaração do consórcio. Então...

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para finalizar, como último orador inscrito na condição de não-membro da CPI, o Deputado Paulo Tadeu.

O SR. PAULO TADEU (PT – DF) – Sr. Presidente Vital do Rêgo; nosso Relator, Odair Cunha; Paulo Teixeira, nosso Vice-Presidente; eu aproveito esta minha intervenção, primeiro, para testemunhar nesta CPI que pude conviver com Cláudio Monteiro durante esse primeiro período do Governo Agnelo. E sei, Cláudio, que a vida no ambiente político é muito dura, ela é objeto, a todos os instantes, de tentativas de tráfico de influência, de tentativas de garantir benefícios para poucos em detrimento da maioria. Sei que assumimos

o Distrito Federal, Senador Tião Viana, depois de um colapso que a cidade viveu nos últimos anos, diante da crise da chamada Caixa de Pandora. Porque não se pode esquecer o que aconteceu nesta cidade. Não se pode apagar um momento que entristeceu o País inteiro e que fez com que a capital da República virasse chacota perante a opinião pública nacional, quiçá internacional. Mas eu posso reafirmar que durante esse período, Cláudio, V. S^a jamais procurou a Secretaria de Governo para pedir qualquer benefício para a empresa Delta. Posso aqui também testemunhar que você jamais pediu qualquer tipo de nomeação à secretaria de governo que era responsável pela coordenação desse ato, em benefício da empresa Delta.

Do Sr. Cachoeira, eu confesso que é impossível falar sobre esse assunto, porque só tive conhecimento de que ele tinha como sócio o Sr. Cláudio Abreu depois que as fitas e as gravações da Polícia Federal vieram a público.

Mas tentaram te acusar de facilitar nomeações da Delta. E, como você bem disse, para toda causa tem um efeito. O Governador Agnelo fez aqui um desafio público: indiquem um único nome, apenas um único nome que foi solicitado pela turma do Cachoeira e que hoje está empregado no Governo do Distrito Federal. Fez esse desafio público. E os arapongas de plantão, a serviço inclusive do poder econômico desta cidade, vasculharam, vasculharam e não encontraram sequer um único nome.

A segunda questão: propina. Está aí o depoimento do Sr. Dadá, dizendo que ninguém no GDF recebeu propina da Delta ou dele mesmo, como insinua inclusive a gravação feita pela Polícia Federal.

Há também com relação à arapongagem, que V. Ex^a já bem colocou e que o Governador Agnelo aqui testemunhou, através de uma ação concreta do Governo, da criação de uma comissão de delegados da Polícia Civil, de servidores públicos, concursados, delegados da Polícia Civil, para fazer essa investigação e trazer a público o que acontece na capital da República.

Então é importante que a sociedade saiba que, das acusações que pesaram contra V. Sr^a, nenhuma, absolutamente nenhuma se confirma. Aí partem para questões secundárias. É importante que as pessoas conheçam quem é João Dias, porque, como trazem para cá o João Dias, que desviou dinheiro do Ministério dos Esportes, que foi preso inclusive por esse motivo, e tentar transformá-lo no poço da verdade e da moralidade é um equívoco.

A Comissão de Ética Federal já absolveu o Ministro Orlando Silva, o ex-ministro. Eu quero dizer que entrei com todas as ações, todas as ações, contra esse senhor.

É interessante aqui inclusive relatar que, no que se refere à ação cível, ele sequer... A juíza deu a ele um prazo para que apresentasse provas; ele sequer respondeu ao Poder Judiciário a exigência que o Poder fez a ele.

Depois, aquele prazo legal estabelecido pela legislação e pelo próprio Judiciário, de ele contestar a ação que nós estamos movendo contra ele, mais uma vez, ele sequer contestou. E vai ser, portanto, julgado à revelia.

Então, cuidado para não ser instrumento na mão de bandidos. Como eu disse aqui na outra vez, deputados e senadores foram à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no final do ano passado, pedir a derrubada do Governo Agnelo a mando do Sr. Cachoeira. E disse aqui: não sejamos levianos. Aqueles deputados e senadores que foram lá, umas fitas provam que estava a serviço do crime organizado, os outros eu não vou acusá-los. Então não sejam instrumentos na disputa político-partidária de bandidos, que não têm compromisso com aquilo que é público, que se enriqueceram inclusive com dinheiro público e que têm que pagar por isso. Aliás, tem que devolver aos cofres públicos o que tiraram do povo, que tiraram, inclusive, dos projetos do Ministério do Esporte.

Dizer que a Delta foi beneficiada?! Ora, é só pegar os números e fazer a análise. A Delta ganhou uma licitação no governo do Democratas, no período em que o Arruda era governador. Ela foi, inclusive, desclassificada; ela foi a primeira colocada e foi desclassificada porque o preço dela era o menor, mas tinha apresentado, inclusive, uma fraude na certidão. E foi para a Justiça. E foi na Justiça, no Poder Judiciário que ela conseguiu uma liminar para voltar e entrar no sistema de coleta de lixo do Distrito Federal. Não vamos desvair a verdade dos fatos. O preço da empresa Delta, no que se refere a coleta de lixo, é menor em quatro vezes o que se paga em Curitiba. Não teve superfaturamento. O que tinha era um esquema da Delta tentando controlar os locais onde eram feitas as medições e o governo passado, que caiu por corrupção, sequer instalou uma balança nos terminais do SLU. Sabe por que não instalavam balanças nos terminais do SLU? Para fraudar os caminhos que entravam e que deveriam ser pesados. E para comprar uma balança, não se pode comprar sem obedecer a legislação.

Então, o governo fez, primeiro, uma auditoria; depois da auditoria, o governo abriu uma licitação; comprou as balanças; instalou as balanças. Isso leva um prazo, infelizmente. E ainda assim, apesar de ser um dos menores preços do País, a Delta teve uma redução de quase um milhão de reais.

Volto dizer aqui, é interessando quando as fitas do início do nosso governo, Cláudio Monteiro, apareceram com todos os destaques na mídia. Agora, as fitas do final do ano passado, Sr. Presidente, e as fitas deste ano, que tramam pela derrubada do governo, que reclamam, inclusive, dos secretários do governo, de vários secretários – inclusive V. S^a, Sr. Cláudio Monteiro –, essas fitas não aparecem com menos destaque. Aliás, nem aparecem. E provavelmente, no final desta CPMI, nós vamos ter que levantar as várias manchetes de algumas matérias, de alguns jornais, Senador Viana, que irão passar para a história, porque a quantidade de erros, para não dizer outra coisa, de alguns jornalistas, de alguns poucos jornalistas, não são muitos, mas poucos, é algo impressionante. Eles têm a capacidade de, a todo instante, criar fatos que não condizem com a realidade e com a verdade.

Então, Cláudio, eu quero aqui prestar a minha solidariedade a você, a sua família, eu que convive com você durante quase um ano, não tenho nada, nada, absolutamente nada, que desabone a sua conduta como agente público, que pautou a sua função na defesa do Estado e daquilo que é republicano; e aquilo que V. S^a e a sua família, os seus amigos passaram, isso vai passar, vai passar. Então, continue firme. Quero parabenizá-lo pelo depoimento.

Ao final, Sr. Presidente, eu não posso deixar de parabenizar a coragem do Deputado Carlos Sampaio, do PSDB. Carlos Sampaio tem sido muito duro aqui na CPMI; muito duro na defesa das suas convicções. Mas a forma como ele teve a coragem de fazer o relato da sua postura e da sua posição aqui dentro, é de fato de se elogiar e, mesmo não estando na presença dele, eu quero parabenizá-lo pela postura corajosa e honesta que ele teve nesta CPMI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Paulo Tadeu, olha, dizem que, quando o leão está morto, é fácil puxar a orelha, arrastar pelo rabo. Quando as pessoas também vão para a vala comum e estão levadas pelo noticiário, os amigos se afastam, os ex-companheiros fazem de conta não o conhecem.

Então, quando V. Ex^a tem a coragem aqui de relatar o procedimento e a forma como agi no Governo, estando eu numa situação de inferioridade, isso demonstra o caráter que V. Ex^a possui. E sou grato.

Tenho dito e disse aqui, algumas vezes, que sou grato àqueles que me arguiram. Sou grato àqueles que perguntaram e sou grato a todos os senhores, quando fizeram a convocação.

Muito obrigado, mas muito obrigado, de coração.

Eu tenho certeza de que, quando encerrar esta minha convocação, o meu depoimento, vou poder respirar fundo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Antes de dispensá-lo, Sr. Cláudio Monteiro, esta Presidência, nesta manhã e tarde de quinta-feira, entende que hoje o dia se transforma em produtivo, exatamente porque os objetivos estão sendo alcançados, ou seja, o de que os depoentes ou o depoente está oferecendo explicações, está dando à Comissão esclarecimentos que são oportunos.

Nós sempre nos reservamos o direito, até porque exercemos, na condição de juiz, este sagrado direito de respeitar a lei na interpretação desta. Por isso, aqueles que não se manifestam, usando as suas garantias sagradas da Constituição Federal nós devemos respeitar, mas aqueles que, no exercício dessas garantias, entendem exercer o direito de se explicar à sociedade devemos aplaudir. E é isso que fazemos ao Sr. Cláudio Monteiro neste momento, em nome desta Comissão.

O senhor está dispensado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo Marcelo – sem óculos é ruim demais. Marcelo de Oliveira.

Marcelo de Oliveira.

Chegaram os óculos.

Marcelo de Oliveira.

Marcelo de Oliveira, para depor. (Pausa.)

Convoco Marcelo de Oliveira para depor. (Pausa.)

O Sr. Marcelo de Oliveira está munido de um HC, lavrado do nº 114.134, expedido pela Ministra Carmem Lúcia.

Com a palavra, V. S^a.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, instruído pelos meus advogados, reservo-me o direito constitucional de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O senhor está dispensado.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Convoco o Sr. João Carlos Feitosa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, só para saber. Ele estava na condição de testemunha ou na condição de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De testemunha.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – De testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, de investigado. Desculpe-me.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Independente disso, munidos de HC...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eles foram indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eles foram indiciados, mas munidos de HC, independente disso, ele está munido de HC e... Lamentável.

João Carlos Feitosa. Convoco João Carlos Feitosa. (Pausa.)

Quero comunicar aos senhores, até para facilitar o trabalho da imprensa, que nós teremos reuniões terça e quinta-feira. Terça-feira com convocação de três depoimentos – não é isso relator? – e quinta-feira com reunião administrativa. Às 10:15. Está bom para vocês? (Risos.)

O Sr. João Carlos Feitosa também está aqui, amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114, 127, lavrado pelo Ministro Marco Aurélio, encontra-se também na condição de indiciado.

Passo a palavra para V. S^a exercer o seu direito de prestar depoimento a esta CPMI.

O SR. JOÃO CARLOS FEITOSA – Sr. Presidente, eu queria me reservar o direito de permanecer em silêncio, por orientação do meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado.

Sr^{as}s e Srs....

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio, pela ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas gostaria de verificar com V. Ex^a – acho que já foi dito aqui, mas, infelizmente, como todos são absolutamente testemunhas disso, a nossa rotina tem sido pesada, não é possível ficar cem por cento do tempo aqui. Eu queria apenas verificar com o relator, confirmar com o relator se na reunião administrativa da semana que vem... Eu gostaria até de fazer um apelo para que se antecipasse para a reunião de terça, para que nós pudéssemos votar os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A reunião de terça é para os depoimentos e a reunião de quinta é administrativa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E esses requerimentos do Sr. Fernando Cavendish...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos estarão na pauta.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenham todos um bom dia, cuidem das suas

convenções, tratem das suas alianças; voltem para os trabalhos da próxima terça-feira, 10:15.

Fiquem com Deus. – **Senador Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 19^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 19^a Reunião realizada em 03 de julho de 2012, às dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT/PI), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD/AC) **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Iris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foleto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Dr. Rosinha (PT/PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Jô Moraes (PCdoB/MG). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados** Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros**: Wanderlei Macris (PSDB/) e Pedro Simon (PMDB/RS). O depoente senhor Joaquim Gomes Thomé Neto, em que pese ter comparecido, teve seu depoimento adiado devido a ter se submetido a uma coronariografia e ventriculografia esquerda no dia 26.06.12, não estando em plenas condições de saúde. A depoente senhora Rosely

Pantoja Silva não foi notificada por ter seu paradeiro ignorado até mesmo por seus familiares. O depoente senhor Edivaldo Cardoso de Paula não compareceu por não ter sido notificado em razão de viagem, contudo, colocou-se à disposição para comparecer em uma nova data a ser marcada. A depoente senhora Ana Cardoso de Lorenzo não compareceu, tendo seu procurador apresentado previamente petição de adiamento sem, contudo, ter sido a peça analisada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito aos Srs. Parlamentares...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, quando o senhor permitir, eu queria só fazer uma questão de ordem, sem interferir na coordenação do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Parlamentares que assumam os seus lugares. Solicito aos profissionais de imprensa que se acomodem nas áreas de acesso restrito. Peço à assessoria que tome seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 01 de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propo-nho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Antes de iniciarmos esta reunião, e objeto da convocação, hoje, estava estabelecido por esta Presidência, tanto eu quanto o Deputado Paulo Teixeira, que iríamos colocar em votação a proposta, ou a nova proposta, ou a manutenção do rito de procedimento das arguições dos depoentes nesta Comissão: ou manteríamos o rito como V. Exªs já se posicionaram, ou modificaríamos.

Ao aqui chegar com o relator e o vice-presidente, recebi de diversas lideranças a possibilidade de modificações e de mudanças, e caberia, efetivamente, um estudo mais aprofundado, até para amadurecer o processo, com o que eu concordo.

Tendo em vista o que foi previamente estabelecido com V. Exªs, eu os convoco, através de suas respectivas lideranças, para, imediatamente após esta reunião, uma reunião no nosso gabinete, no 18º andar do Senado Federal, para que possamos amadurecer essas sugestões que V. Exªs me trazem agora e possamos, aí sim, na reunião administrativa da próxima quinta-feira, definir, definitivamente, que rito tomaremos.

À Secretaria para o encaminhamento das lideranças que participarão da reunião que tomaremos a seguir.

Pois bem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho a palavra pela ordem para o Deputado Onyx e o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, primeiro, eu havia feito uma questão de ordem ao Presidente Paulo Teixeira, que o substituiu, e com a decisão que V. Exª nos comunicou agora, creio que nós vamos poder avançar, porque, como eu disse a V. Exª há pouco, a minha equipe técnica está preparando o *habeas corpus* para eu poder perguntar aqui, na CPI, porque é só o que está faltando e creio que o entendimento será encontrado na reunião no gabinete de V. Exª, mas nós temos uma outra questão, que é uma questão técnica.

Desde ontem, um grupo de técnicos da Bancada dos Democratas vem tentando, através dos computadores e das senhas que são fornecidas, acessar o volume de novas informações que chegaram – e chegaram mais de nove mil páginas, principalmente da Delta, no que diz respeito ao sigilo bancário, dados que vieram do Banco do Brasil –, e é uma dificuldade.

Ontem, ainda, a Secretaria, de maneira diligente, enviou dois técnicos do Prodasen para a Câmara, mas há uma incompatibilidade entre o Cenin da Câmara e o Prodasen, e, apesar dos esforços de seis técnicos que estão trabalhando desde ontem, não estamos conseguindo acessar dos nossos gabinetes a base de dados aqui do Senado.

Então, eu queria pedir a V. Exª o seguinte: existem duas salas que foram destinadas, na sala da CPI, para que se possa fazer a ausculta das interceptações telefônicas. Eu queria pedir para que V. Exª determinasse que dois ou três daqueles computadores pudessem dar acesso ao banco de dados que está no Prodasen, porque, quando der qualquer problema no sistema da Câmara, pelo problema da compatibilidade, o técnico de qualquer bancada, de qualquer partido, de qualquer Parlamentar, viria até o Senado, ele está de posse da sua senha, entra lá e faz o trabalho. Inclusive, Sr. Presidente, eu queria até sugerir que, nos finais de semana... Porque quero lembrar aqui que, na CPI dos Correios, era praxe – eu mesmo virei muitos finais de semanas aqui, pessoalmente, investigando – ter acesso, e era um acesso restrito aos Parlamentares e aos técnicos credenciados pelos Parlamentares, para poder fazer pesquisa nos finais de semana. Então, são duas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho muita suspeição. Quando passo a palavra a V. Exª, sempre me previno, porque sou suspeito.

Sempre quando V. Ex^a me pondera as coisas, sou de forma desprevenida em aceitar de plano. Aí já pedi conselhos da Secretaria se, se eu aceitasse de plano as ponderações de V. Ex^a, não estaria incorrendo em nenhuma precipitação, mas, de plano, aceito a sua ponderação inicial.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito obrigado. Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, V. Ex^a tem toda razão. Vamos disponibilizar as máquinas e já mando estudar de forma operacional a disponibilidade do final de semana. Muito bem pensado V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado.

Eu queria também, por dever de justiça, fazer um reconhecimento. Eu, na semana passada, critiquei aqui a morosidade com que os dados de quebra de sigilo bancário estavam chegando à CPI. Quero dizer que a ação de V. Ex^a junto ao Banco Central funcionou, visto que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estão chegando em profusão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...o Banco do Brasil mandou. Ainda temos uma pendência do HSBC, que, parece, vai chegar até amanhã. Se não chegar, quinta-feira, a reclamação vai ser grande daqui.

E, por fim, Sr. Presidente, na última sessão, fiz alguns questionamentos ao depoente, Sr. Cláudio Monteiro, que veio aqui numa pose de que nada devia e nada temia. Lembrei as questões que envolviam ONGs na sua passagem pelo Ministério do Esporte, secundando o hoje Governador, na época, Ministro, Agnelo Queiroz, e ele aqui disse que nada constava.

Quero dizer que fiz uma pesquisa que começa no Acórdão nº 704, de 2004 – não vou aqui ler todos os acórdãos, vou entregar em mãos do Sr. Relator. Mas quero lembrar que eu tinha razão, quando desconfiava do Sr. Cláudio Monteiro. Por quê? Porque, no último que tenho em mãos aqui, numa apelação que foi feita por ele, pelo Sr. Rafael Barbosa, o Tribunal de Contas não apenas não aceita as desculpas apresentadas para as irregularidades apresentadas nos convênios do Ministério do Esporte como multa o Sr. Cláudio Monteiro. E se o Sr. Cláudio Monteiro, eventualmente, quisesse ser candidato, porque disse que nada constava em relação à vida pregressa dele, candidato às eleições de agora, e não tem eleição agora, ele estaria, diante da Lei da Ficha Limpa, impedido.

Então, as minhas suspeitas em relação ao Sr. Cláudio Monteiro se mantêm, e vou entregar ao Sr. Relator cinco documentos que são acórdãos e decisões do Tribunal de Contas que apontam para irregu-

laridades do Ministério do Esporte, quando o Sr. Cláudio Monteiro por lá passou. E, agora, vamos atrás, no Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Eu atendo a questão de ordem que V. Ex^a faz, Deputado Onyx, de plano, para instrumentalizar as máquinas da nossa sala-cofre com relação às informações que V. Ex^a pede, e determino também, Deputado Onyx, à secretaria da Comissão para as providências operacionais com relação aos finais de semana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Melhore a qualidade de som do meu microfone.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, depois, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, esta é uma CPI mista. Quando se fala em CPI mista ou conjunta, estamos a analisar fatos da atribuição da Câmara dos Deputados e do Senado. Estamos quase chegando ao recesso e, até agora, nenhum Deputado aqui foi ouvido. Nós temos vários requerimentos para que S. Ex^{as}s, os Deputados Federais – são quatro, inclusive com filmagem de que receberam R\$100 mil – sejam ouvidos, e até agora não foram ouvidos.

Aqui no Senado, o Senador já foi ouvido, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já fez o seu relatório. Eu sou relator na CCJ, já apresentei o relatório. Amanhã, leio o relatório na CCJ. Muito bem.

E nós não temos notícias a respeito dos Deputados Federais. Eu, como Senador da República, e como cidadão, gostaria de saber o que a Casa Legislativa, Câmara dos Deputados, está a fazer em relação àquelas notícias voltadas aos Deputados Federais.

Então, nós vamos transformar uma CPI, que é mista, ou conjunta, em uma CPI simples, só de Senadores, e dar conta disso, porque precisamos, sim, ter repercussão desta CPI na casa dos representantes, que é a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recolho a questão de ordem.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Eu vou ouvir as questões de ordem de todos os senhores, até porque estou fazendo...

Haverei de inscrevê-lo, Sr. Deputado Quintella Lessa.

Antes, vou ouvir o Senador Alvaro Dias, dizendo, por conseguinte, ao Senador Pedro Taques que recolho o pela ordem de S. Ex^a.

Não vamos confundir, por favor. Os senhores são experimentados. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem; não por uma questão de ordem. Por favor. Por favor. Não passem esse atestado. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem a mim, e, pela ordem, estou passando aos senhores.

Estava dizendo a V. Ex^a, Sr. Senador Pedro Taques, que recolho a manifestação de V. Ex^a e a encaminharei administrativamente ao relator para as próximas convocações.

Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem – não é pela ordem, mas uma questão de ordem – diz respeito a uma manifestação do Ministro da Justiça sobre requerimentos desta CPI.

Como é de conhecimento dos membros desta Comissão, recebemos, e já está à disposição, um dos vídeos. Aliás, dois vídeos, um deles, que já foi veiculado pela imprensa, diz respeito ao Prefeito de Palmas. O outro diz respeito a uma gravação de um encontro de Dadá com o jornalista Mino Pedrosa. Nós sabemos que existem outros vídeos que não chegaram ainda à CPI. A mesma fonte que dava notícia da existência desse vídeo que envolve o Prefeito de Palmas, dá notícia também do envolvimento de outras personalidades públicas. Esses vídeos ainda não estão disponibilizados.

O Ministro da Justiça, ao responder requerimentos da CPI – eu resumo a sua resposta – informa que a análise dos materiais apreendidos está sendo finalizada. De cada análise, será elaborado relatório, que será remetido ao 4º Ofício Criminal da Procuradoria da República em Goiânia, ou à 11ª Vara Federal de Goiânia. Portanto, as cópias, compartilhamento de documentos, devem ser solicitadas à 11ª Vara Federal de Goiânia.

Nós discordamos do Ministro, Sr. Presidente, e essa é a razão da questão de ordem, para que presidência determine providências. Se as informações são sigilosas ou não para a CPI e seus membros, cabe à Polícia Federal atender à requisição desta Comissão. A recusa seria desobediência. É uma prerrogativa constitucional da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não há razão para se aguardar a liberação pela Justiça Federal.

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é no sentido de que V. Ex^a requeira da Polícia Federal o encaminhamento dos vídeos que ainda não chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito porque são fundamentais para a investigação desta Comissão, na direção, inclusive, do que o Senador Pedro Taques acaba de abordar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há Parlamentar da Câmara dos Deputados, segundo informações, que está envolvido em gravações de vídeos e nós precisamos ter conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo...

Só um minuto, Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, seria uma resposta para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. Aguarde, por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Aguardo

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

Todas as providências a Presidência, Senador Alvaro Dias, já tomou e V. Ex^a já foi comunicado oficialmente e oficialmente. Oficiosamente em conversas particulares que mantive com V. Ex^a a respeito do fato e oficialmente através de ofícios que mandei protocolar e encaminhar a V. Ex^a a respeito do fato.

Agora, o Relator...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para comunicar que não recebi o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Permita-me V. Ex^a. O Relator tem maiores informações a dar a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero até aproveitar a fala do Senador Alvaro Dias para comunicar também ao conjunto da Comissão. Todo o material apreendido pela Polícia Federal nós já requisitamos quando da deflagração da Operação Monte Carlo. Requisitamos à própria Polícia. Por que não foi enviado ainda? Porque a Polícia está fazendo uma análise de todo esse material. Na medida em que é feita a análise, o material é enviado.

É bom lembrar que o material que chegou à CPMI chegou acompanhado de um relatório da Polícia Federal circunscrevendo o material, dizendo em que circunstância o material foi apreendido, o que contém o material, quando ele foi filmado, no entender da Polícia Federal. Então, outros materiais, esses que são de áudio e vídeos e outros, estão sendo submetidos a análise na Polícia Federal. Por isso, não chegaram a esta CPMI ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa, três minutos, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, é no mesmo sentido da resposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Ex^a vai falar. Por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)

– Presidente, apenas para responder ao Deputado Pedro Taques, dar informação a esta Comissão.

A Câmara, em relação aos seus Deputados citados tanto na Vegas como na Monte Carlo, a exemplo do Senado, está fazendo o seu trabalho. A diferença é que aqui, no Senado, a representação já foi direto ao Conselho de Ética; na Câmara as representações foram à Corregedoria, que instaurou um procedimento administrativo para fazer a análise dos casos. Então, nós temos três Relatores indicados. Eu relato o caso do Deputado Sandes Júnior, o Deputado Milhomen relata o caso do Deputado Rubens Otoni e o Deputado Jerônimo Goergen relata o caso do Deputado Leréia. E a Comissão ainda está no prazo regimental para apresentar o seu resultado. No meu caso, entregarei à Corregedoria já na quarta-feira, amanhã, o relatório do Deputado pelo qual eu sou responsável e não tenho dúvida de que, até antes do recesso, todos os relatórios serão votados na comissão de sindicância e aqueles que devem ir para o Conselho de Ética irão e os que, porventura, não tomarem esse caminho serão arquivados. Agora, cabe à Comissão fazer a convocação aqui para ouvir o Deputado ou não. Ainda não fizemos por uma opção de prioridades. Cabe ao Relator e a esta Comissão fazer a tratativa para trazê-los aqui ou não. Então, a Câmara está fazendo o seu trabalho e o apresentará no prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Maurício Quintella Lessa.

Agora o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nós estamos acompanhando aqui o dia-a-dia e fizemos aqui os requerimentos para serem discutidos e votados e não conseguimos votar especialmente um requerimento que falava em se criarem as sub-relatorias, sob a coordenação do Relator geral, no caso o Deputado Odair Cunha. Isso até hoje não foi possível, o que nós lamentamos muito e o que se agrava, porque a CPI requisitou servidores públicos, do Tribunal de Contas da União, requisitou servidores de acordo com o próprio direito da CPI de fazer essas requisições. E, ao requisitar, esses servidores estão exclusivamente trabalhando para o Relator, o que é a primeira vez que acontece numa Comissão Parlamentar de Inquérito. São servidores requisitados para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é para uma

pessoa centralizar e sonegar informações. Com todo respeito que eu tenho, Deputado. Com todo respeito!

Eu acho que nós temos que fazer isso às claras. Tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tem o sigilo, que é preservado, mas todos nós, todos, temos o direito de saber o que está acontecendo lá, especialmente com os servidores requisitados. Isso é de interesse de todos nós. Não estamos aqui fazendo o papel de bater palma ou vaiar. Não, senhor! Nós estamos aqui para trabalhar, investigar e cumprir com o nosso papel de parlamentar.

Por isso estou cobrando da Presidência, estou cobrando mais uma vez a questão das sub-relatorias, escolhidas pelo Relator, para dar vazão às informações para os membros da Comissão. E sobretudo que os servidores requisitados possam estar à disposição de todos nós, Parlamentares, membros desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar a palavra ao Relator, quero dizer que o Relator tem trabalhado como todos os relatores de todas as CPIs. O relator precisa de uma equipe que o assista no trabalho, e é isso o que ele está fazendo. E todos os documentos que estão chegando à CPI estão sendo disponibilizados pelo Relator na rede.

Por último, o tema da aprovação de requerimentos, como V. Ex^a colocou, como a questão da criação de sub-relatorias, nós vamos apreciá-lo na reunião administrativa.

Mas, antes, passo ao Relator, que me pediu a palavra para responder a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, Presidente, toda a equipe que está trabalhando na relatoria está trabalhando à disposição da Comissão.

O Deputado Rubens Bueno, por quem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma boa notícia, é uma boa notícia. Pela primeira vez, é uma boa notícia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...eu tenho respeito, V. Ex^a há de convir comigo que V. Ex^a não tem como demonstrar sonegação de informação. Não há nenhum pedido que tenha chegado a esta Relatoria que nós não tenhamos buscado resolver. Inclusive, no que diz respeito ao técnico que o Deputado Miro Teixeira pediu, no sentido de disponibilizar – ele está me dizendo dois técnicos – para cruzamentos específicos na sala-cofre, eu encaminhei, inclusive, favoravelmente, no sentido, é claro, de o Parlamentar que quiser fazer cruzamentos tem que ter na sala-cofre condições de produzir os relatórios.

Agora, qual pergunta, qual dúvida, qual cruzamento que algum Parlamentar nesta CPI me fez que eu não tenha encaminhado no sentido de que a nossa assessoria, que é a assessoria da Comissão,

da Relatoria... Porque tem que haver o mínimo de coordenação de trabalho.

Se V. Ex^a desejar mais técnicos, mais pessoas, as pessoas tem que ter alguém que coordene o trabalho. E o trabalho da relatoria é exatamente coordenar esses trabalhos.

Havendo qualquer dúvida, pergunta, sugestão, V. Ex^a e qualquer outro Parlamentar podem se dirigir à Relatoria, que nós vamos dar todas, todas as informações. Aliás, a disponibilização dos dados, até o material que eu busquei pessoalmente na 11^a Vara, saiu de lá lacrado e chegou aqui lacrado, como todo e qualquer material. Eu poderia muito bem, porque eu terei acesso às informações, pegar um material lá e vir com ele lá de Goiânia para cá sem lacre. Por quê? Porque eu terei acesso a essas informações. Mas fiz questão de lacrar lá e só deslacrar aqui quando todos os Parlamentares tivessem acesso às informações de maneira igual. Estão lá.

Com relação à questão das sub-relatorias. As sub-relatorias são permissões específicas. Não é verdade que toda Comissão Parlamentar de Inquérito tem sub-relatoria. Aliás, quando é necessário para alguma missão específica, nós podemos designar alguém para realizar algum tipo de diligência. Não foi esse o entendimento desta CPMI e não foi esse o entendimento desta relatoria.

Estou disponível aos senhores e às senhoras, chegando aqui às segundas-feiras e indo embora às sextas-feiras para colaborar com o trabalho de qualquer Parlamentar.

Outra questão que eu acho importante: havendo sugestão de cruzamento de informação, eu estou disposto a ouvir as sugestões, inclusive a incorporar muitas delas ao meu relatório. Nós vamos fazer esse relatório de maneira coletiva. Agora, é claro, a preocupação que trouxe aqui o Senador Pedro Taques é minha também. Nós vamos ter que chegar a um momento de ouvir os Parlamentares, porque não há só aqui envolvimento de Senador da República. Ou seja, as sugestões são bem-vindas. A relatoria quer facilitar o trabalho, e vamos continuar fazendo isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, só para...

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) – Sr Presidente, pela ordem. Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens eu já concedi a V. Ex^a...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para dizer ao relator e a V. Ex^a que a questão da sub-relatoria não foi votada. Há um requerimento de prioridade da Senadora Kátia Abreu, e até agora não foi colocado

para votar. Pela maioria dos Parlamentares, está lá assinado, e não foi votado.

E também não disse que toda CPMI tem sub-relatoria. Eu não disse isso. Portanto, não é verdade ou deixa de ser verdade. Não disse isso. Eu disse apenas que os assessores convocados, requisitados pela CPI são para estar à disposição de todos.

Dessa forma, estou dizendo ao relator e à Mesa que vou fazer por escrito agora, com a presença dos nossos assessores credenciados, para que obtenhamos a devida resposta, porque, infelizmente, até hoje, com relação àquele que veio de Goiânia, o mestre, se não me engano, Sampaio, sobrenome Sampaio, eu entreguei os documentos à Mesa, nas mãos do relator, e nenhuma providência foi tomada com relação ao perjúrio que ele cometeu aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom...

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevo V. Ex^a.

Inscritos anteriormente: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a minha questão é no mesmo sentido que foi apresentado ainda há pouco pelo Senador Álvaro Dias em relação aos dados dos vídeos: em parte deles nós somos surpreendidos pela imprensa e, quando verificamos aqui, a quantidade de vídeos aqui existentes é abaixo do que deveria ocorrer.

Tão importante quanto a vinda desses vídeos por parte da Polícia Federal para cá, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu considero fundamental que venha junto o rol dos autos de apresentação e de apreensão desses vídeos, porque senão nós teremos aqui um emaranhado de vídeos distintos sem saber a que se destina cada um, o que torna muito mais difícil o trabalho de investigação que temos que fazer. Ora, cada um dos vídeos apreendidos, logicamente, foi autuado pela Polícia Federal. Deve estar datado, inclusive descrito o conteúdo do vídeo. Então, é importante nós recebermos, antes mesmo dos vídeos, recebermos esse rol dos autos de apresentação e apreensão dos vídeos.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, aliás, em especial ao eminentíssimo Relator Deputado Odair Cunha, em relação aos técnicos, quero aqui fazer o testemunho de que V. Ex^a e a Presidência da CPI foram diligentes no sentido da solicitação dos técnicos do Ministério da Justiça, solicitado por todos os parlamentares dessa CPI. Entretanto, é importante nós sabermos se já existe uma resposta por parte do Ministro da Justiça, e me parece que essa resposta já existe e é positiva, é

importante sabermos a disponibilização desses técnicos, a partir de quando eles estarão à disposição dos membros dessa CPI.

Por fim, Sr Presidente, no último domingo, a Srª Andressa Mendonça, em entrevista a jornalista Sonia Bridi, da revista televisiva da Rede Globo, o Fantástico, apresentou um conjunto de informações que eu considero importante e necessárias para esta CPI. Portanto, eu queria, aqui, sugerir a esta CPI que consideraria por bem nós anteciparmos a vinda a esta CPI da Srª Andressa Mendonça, que já foi aprovado por requerimento anterior.

Só quero destacar que, em relação aos vídeos, tem um requerimento de nossa autoria, solicitando novamente para ser apreciado pela CPI, e que eu espero que seja apreciado já na próxima quinta-feira.

Por último, de fato, eu só quero comunicar que protocolizei requerimento convocando também o Prefeito de Palmas. Parece-me que existem vários outros requerimentos nesse sentido. Eu considero, em virtude dos fatos que envolvem o Prefeito daquela capital, considero importante que V. Exª e o Relator incluam na pauta para deliberação na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – (Falha no som.) Passo a palavra para o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou ser bastante sucinto, até porque uma parte das respostas já foi dada pelo nosso Relator. Mas quero aproveitar, Relator, somente para fazer uma sugestão, vez que há certo questionamento do papel dos assessores. A minha sugestão para o Relator é que, após os assessores analisarem algum documento ou um pacote de documentos, que essa assessoria emita uma nota técnica sobre aquela análise feita e a disponibilize para todos os membros desta Comissão. Isto já se deu em outras comissões e facilita bastante o trabalho. Porque está tornado público – público, digo, para a Comissão não para o público – uma nota técnica. Seja do cruzamento de qualquer dado, de qualquer documento, seja bancário ou não, essa nota técnica favorece a análise e ajuda. De tal maneira que não precisa cada um novamente pedir isso ou aquilo quando já foi feito.

É só essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Silvio Costa, para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não; para um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, aqui se fala muito... Presidente, Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deputado Silvio Costa, V. Exª me permite?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pois não, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É que logo no início, não me lembro se V. Exª estava aqui, eu me inscrevi pela ordem e o Senador Vital...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bem, eu passo a vez para V. Exª. Depois eu falarei. Não tem problema algum. Sou da paz.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Silvio Costa.

Sr. Presidente, na linha do que fora dito pelos que me antecederam, eu tenho dois questionamentos que faço a V. Exª e ao Relator. O primeiro, no que tange às sub-relatorias, foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Rubens Bueno, não houve votação e, portanto, quando o Relator disse que esta foi uma decisão dele e da CPI, na verdade, foi uma decisão dele. A CPI não se manifestou sobre a sub-relatoria, não votou o requerimento. Eu queria lembrar ao Relator, quando V. Exª disse que não é regra a sub-relatoria, que as maiores CPIs do Congresso Nacional, e aqui me refiro à CPI do Mensalão, CPI dos Correios, CPI dos Sanguessugas, CPI dos Cartões Coorporativos, CPI do Sistema Prisional, todas, sem exceção, tiveram sub-relatorias, e até diria, as CPIs tinham dimensão menor, no seu escopo, do que está CPI. Portanto, aqui caberia muito bem às sub-relatorias, como também já fora dito por quem me antecedeu. V. Exª designaria do partido que lhe conviesse, do perfil que lhe conviesse, mas nós teríamos mais pessoas ligadas à análise desses fatos.

Quando V. Exª diz que aqueles que foram requisitados estão à disposição de todos, na verdade, eu não sei quem está à minha disposição. A primeira pergunta que faço a V. Exª, pergunto também aos membros desta Comissão e ao Presidente: sabemos quem são os servidores convocados por V. Exª? Por exemplo, soube que tem delegado federal, soube que tem promotor de Justiça, soube que tem advogado, soube que tem assessoria técnica, soube que tem TCU. Como funcionava nas outras CPIs? Existia uma sala, anexa à sala que nós ocupamos lá na sala 15, onde ficavam esses técnicos à disposição da CPI. Se V. Exª me permite uma crítica construtiva, todos estão à disposição de V. Exª, e tão somente de V. Exª. Eu não sei quem são, não consigo consultá-los e não sei onde ficam. Portanto, não tenho como dizer que esses técnicos estão à disposição da CPI. Na CPI dos Correios, as três procuradoras designadas ficavam na sala da CPI junto conosco. E depois íamos até a sala do Senado

e discutímos os temas com as três procuradoras. Eu não sei o nome do promotor designado, eu não sei o nome do delegado designado, dos servidores do TCU designados. E, portanto, não me sinto como alguém que pode ter acesso a esses que V. Ex^a requisitou.

Faço, por último, uma ponderação, Sr. Presidente. Tenho sido um crítico aqui da postura do Relator com relação a um, ainda que involuntário, direcionamento com relação às investigações. Fui atrás de um percentual que justificasse a minha fala ou não, pois poderia estar equivocado na minha ponderação. Fui atrás dos requerimentos aprovados. Dos requerimentos aprovados com relação ao...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou concedendo mais um minuto para V. Ex^a e peço aos colegas que colaborem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço.

Com relação ao Governador Marconi Perillo, requerimentos aprovados: 49, referentes a 28 pessoas. Ouvidas: 12 – 42% das pessoas que foram indicadas. Relacionadas ao Sr. Carlos Cachoeira, escopo, objeto fulcral desta CPI: aprovados 116 requerimentos, referentes a 51 pessoas. Ouvidas: 10 pessoas – 19% das oitivas relacionadas ao Sr. Carlos Cachoeira; 42% das oitivas relacionadas ao Governador Marconi Perillo. Quer me parecer que não estamos trilhando o caminho do escopo desta CPI. Este é um dado estatístico que vou disponibilizar a todos os membros desta CPI: são 310 requerimentos aprovados de oitiva, dos quais, repito, das 28 pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo, 12 foram ouvidas – 42%. E quem aprova é esta Comissão, mas sob a orientação do Relator, que é quem submete a nós esses requerimentos. E 12% foram ouvidas, das 51 pessoas relacionadas ao núcleo criminoso do Sr. Carlos Cachoeira. Parece-me que isso é uma coisa que não pode permanecer, sob pena de desvirtuarmos o foco desta CPI, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Assessoria me informa que todos os auxiliares da Comissão foram designados a partir de aprovação de requerimentos. Em segundo lugar, todos os nomes constam do site, da página desta CPI. Então, todos os nomes são públicos, não havendo qualquer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E permanecem onde?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E permanecem onde? Como podemos contatá-los?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso... Eu vou passar essa informação, o Sr. Relator vai falar sobre... Vai dar essa informação. Eu quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como é que nós podemos contatá-los.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Vaccarezza, depois o Relator.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu quero que V. Ex^a me dê um tempo, porque quem tem tempo para atacar o Relator ou para falar numa visão, para nós sermos justos, tem que ser dado um tempo para quem tem uma outra visão. Então, eu gostaria de usar o mesmo tempo do Deputado que me antecedeu para esclarecer, sob a nossa ótica, o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu quero me dirigir ao Presidente e aos membros da CPI, ao nosso colega que acabou de falar, em particular à população. Porque às vezes as pessoas ficam afirmando coisas como se fossem verdade. Primeiro, dos ouvidos aqui ligados ao Sr. Cachoeira, foi a maioria absoluta. Não existe a dicotomia entre o Governador de Goiás, o Cachoeira e os membros que foram ouvidos aqui sobre a organização criminosa. Não pode ser uma estatística numérica de quem foram as pessoas citadas. Por exemplo, quem acusou o chefe do Detran de Goiás não foi o Relator, foi a Polícia Federal, e ele vem aqui não como ligado ao Governador, mas à contravenção e à organização criminosa.

Vários dos que foram chamados, que têm relação com a organização criminosa e que fizeram parte do Governo de Goiás, na sua estatística, não podem ser colocados como ligados ao Governador. Primeiro, porque V. Ex^a, com isso, complica muito o Governador, porque pega pessoas que tiveram relação... alguns presos, inclusive, alguns que foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O telefonema de V. Ex^a... Se V. Ex^a quiser, interrompemos a sessão, para que conclua o telefonema, para que o Deputado Vaccarezza possa concluir sua fala.

Devolvo a palavra... Vou devolver o tempo a V. Ex^a.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Obrigado.

Para a estatística ficar mais precisa, tem-se de ver quem é ligado à contravenção, não por ser ou não

ser do Governo de Goiás, mas quem foi denunciado pela Polícia Federal.

E aí quase todos, senão todos, à exceção do arquiteto, todos que vieram aqui ou que foram convocados do Governo de Goiás foram citados pela Polícia Federal, inclusive o Governador Perillo. Inclusive, o Governador Perillo. Foi a Polícia Federal que trouxe esses dados.

Segundo, todas as pessoas requisitadas foram votadas, se não me engano, com o voto de V. Ex^a. O que V. Ex^a pode fazer, para ser mais justo ou menos injusto, é propor ao Relator que constitua uma sala em que todos os seus assessores, que não são do Relator, mas da CPI, possam atender a qualquer membro da CPI.

Terceiro, não há nenhum impedimento constitucional ou técnico para um Deputado fazer um relatório paralelo, fazer uma investigação paralela. A questão de haver ou não uma subcomissão é uma questão da investigação, que deve partir do Relator e da maioria da CPI.

Se V. Ex^a tiver essa visão, apresenta o requerimento, e nós votamos. Agora, o que não pode, Relator, permanecer é, em toda sessão, o mesmo Deputado fazer uma ataque pessoal dirigido a V. Ex^a – dirigido a V. Ex^a. Primeiro, fica cansativo para a CPI; segundo, é uma des cortesia muito grande; terceiro, se há razão política, vamos discutir a política, e não um processo de desqualificação do Relator, como acho que há Deputados aqui querendo fazer.

Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Cândido Vaccarezza.

Passo a palavra ao Relator, novamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o Deputado Sílvio Costa não vai falar, não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Sílvio Costa vai, mas o Relator regimentalmente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De repente, quero fazer alguma pergunta ao Relator, por uma questão de economia temporal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou passar... O Relator concordou, vou passar V. Ex^a e depois o Deputado Miro Teixeira, para devolver ao Relator.

Deputado Sílvio Costa, já devolvo a Presidência para o Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, na verdade, é o seguinte: eu queria fazer uma proposta e consultar o Plenário, o Relator e o Presidente, para que fizéssemos a reunião administrativa amanhã.

Nessa reunião administrativa, não sei se já tem requerimento reconvocando o Cachoeira, mas que,

nessa pauta, houvesse o requerimento, reconvocando o Cachoeira. E, se não houver, eu queria aqui pedir autorização do Plenário, porque os requerimentos, para estarem na pauta de amanhã, teriam de estar até às 10h15.

Eu queria pedir autorização, votar... Está pauta de amanhã reconvocar o Cachoeira, botar o Pagot na roda também e o homem lá da Delta. Como se chama? Deu um branco. O Cavendish.

Então, só tem sentido amanhã... Que pessoal, Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – (Fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, bota todo mundo, Palma. O importante é o seguinte: eu queria... Por favor, espere aí, Maurício.

Presidente, estou com a palavra.

Queria, por favor, que a gente tentasse fazer amanhã, colocando a reconvoação de Cachoeira, convocando o requerimento de convocação de Pagot e de Cavendish amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.K. Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma, não concluí ainda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, em nome do Democratas, quero apoiar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou... A reunião...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O PSDB, também. Por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E há um requerimento... O requerimento está aqui, nº 358, do Deputado Odair Cunha. É o requerimento de reconvoação do Cachoeira. Queria, Presidente, só dizer uma coisa. E agora vou citar o nome dele, para que ele cite o art. 14. É o meu competente Senador Alvaro Dias. Vou citar, para V. Ex^a usar o art. 14. V. Ex^a é um grande parlamentar, V. Ex^a é profundamente competente. É importante para o País que V. Ex^a seja Senador, mas V. Ex^a está trabalhando contra esta CPI. Na medida em que V. Ex^a fala em relatório paralelo, V. Ex^a desgasta a CPI. O relator tem tido muito trabalho, tem sido competente. Então, vamos parar com essa história de falar em relatório paralelo. Até porque isso aqui não é uma CPI do Paraguai. Esta é uma CPI efetivamente séria.

Em relação ao relator, a última sugestão. A ansiedade do Deputado Carlos Sampaio. Ele quer conhecer todos os nomes que V. Ex^a convocou. Convide-os agora, na frente, e apresente esse povo à gente. Eu acho que procede a interrogação do Deputado Carlos Sampaio. Não basta saber o nome. Veja quem é esse

povo porque, quando a gente tiver dúvida, a gente vai procurá-lo. Chame esse povo aí agora e apresente todos para a gente. É isso.

O SR. ALVARO DIAS – Presidente, art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o relator. Depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu quero apoiar as posições do relator e é correto que eu dê esse depoimento. Todas as vezes que eu o procurei, ele, prontamente, esteve à disposição. Com isso, não desqualifico aqui qualquer opinião de qualquer companheiro. Sinto-me no dever de dizer que, sempre que o procurei, ele esteve à disposição para prestar todos os esclarecimentos. Penso que nós não podemos nos perder nessa história de governo e oposição nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Nós temos algumas indagações que são feitas nas ruas. Nós temos que convocar logo o Cavendish e o Pagot. Saiu uma matéria importante nesse fim de semana na *Veja*, para a qual o Vaccarezza me chamou a atenção. Acho que, nesta reunião de hoje à tarde, lá na sala de V. Ex^a, nós poderíamos sentar, aproveitar essa opinião e essa sugestão do Deputado Sílvio Costa, que me parece muito oportuna, de tentarmos trazer para quarta-feira a reunião administrativa e tentarmos acabar com essa divisão de governo e oposição. Aqui há deputados e Senadores dispostos a proceder a uma investigação a partir do que a Polícia Federal já fez, a partir do que o Ministério Público já fez.

Achei também, Sr. Relator, que nós temos que dar muita velocidade, é o que falou aqui o Senador Randolfe. É nós pedirmos à Polícia Federal – provavelmente, já tem nos autos do processo crime, lá na 11^a Vara Criminal – o rol completo das apreensões feitas na casa do Carlinhos Cachoeira, e do Aprígio, cunhado dele; nós termos o rol desses autos dessas apreensões mesmo antes de termos o conteúdo; nós sabermos que foram 38 DVDs, uma coisa qualquer desse tipo; que nos diga o que está em depósito da Polícia Federal, o que está nas mãos da Polícia Federal. Eu acho que todo mundo ficará mais tranquilo em relação à transparência do que está se passando.

Da minha parte, agradeço a gentileza com que V. Ex^a tem distinguido, até agora, as minhas solicitações. E deixo uma só: que V. Ex^a me informe se o Ministro da Justiça já mandou aquelas pessoas que V. Ex^a ajudou a requisitar ao Ministério, para nos facilitar a leitura dos programas de computador que fazem os cruzamentos de dados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra...

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Vou passar a palavra ao relator, antes garantindo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que vai usar o artigo 14. Por favor!

Quero dizer aos senhores que não vou antecipar a nossa reunião, para que os senhores não voltem a esse assunto, porque essa foi uma decisão da Presidência, em atendimento a uma solicitação do Presidente do Senado e do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Faremos uma reunião importante na CCJ amanhã para deliberar sobre um relatório de um Senador desta Comissão, o Senador Pedro Taques, a respeito do processo de cassação do Senador Demóstenes Torres. Esse relatório começará a ser lido às 10 horas da manhã e deverá tomar todo o dia. Então, não posso marcar a nossa sessão para amanhã, ou antecipá-la para amanhã, Deputado Miro, porque a apreciação desse relatório vai tomar todo o dia, com o amplo direito de defesa do Senador Demóstenes, com debates, com a participação dos Srs. Senadores, como o Senador Pedro Taques e outros Senadores que compõem esta CPMI.

Por isso, fica feito o registro a V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bem, Sr. Presidente! Vou retirar a proposta, Sr. Presidente. Por sugestão do Deputado Miro “Pereira”, vou retirar a proposta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está bom.

O Relator está com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes que o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo art. 14 do Regimento, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que gosto de ouvir a voz tonitruante do Silvio Costa, que sempre faz bem a esta Comissão, até porque nos acorda em determinados momentos, mas eu gostaria de dizer que não anunciei que pretendemos apresentar um voto em separado. Mas é legítimo que eu o faça se necessário. Já o fizemos em outras CPIs, como, por exemplo, na CPMI dos Correios, em que apresentamos um voto em separado, que foi arquivado porque o voto do Relator foi aprovado.

Obviamente, o que desejamos é subscrever o voto do Relator. Esse é o nosso desejo. Esperamos poder concordar com o voto do Relator na íntegra. Se

pudermos concordar, nós o subscreveremos. Se tivermos alterações a apresentar, nós o faremos. Podermos fazer alterações, emendas. Se, em última análise, não tivermos condições de pleitos atendidos, nós nos reservaremos o direito, sim, de apresentar um voto em separado, o que é, técnica e regimentalmente, admitido e não significa desrespeito à figura do Relator, mas, ao contrário, é uma tentativa de contribuir para que a verdade dos fatos prevaleça. Se entendermos que o relatório não é suficiente para corresponder à expectativa da verdade dos fatos, apresentaremos, sim, um voto em separado. Mas, repito, esperamos não ter necessidade de fazê-lo.

Isso não significa trabalhar contra a CPI, isso não significa buscar desgastar a CPI. Ao contrário, esse é o desejo de valorizar este instituto do Parlamento, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, essencial para a vida democrática.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma contribuição ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Relator vai falar agora, e eu gostaria de sugerir a S. Ex^a, tendo em vista o caso da apreensão dos vídeos do Sr. Aprígio – ontem, inclusive, um deles, no Fantástico, foi exposto à opinião pública –, que houvesse a possibilidade – esta é uma sugestão ao Relator – de montarmos uma comissão aqui e que fôssemos até o delegado Matheus Rodrigues, que informou, através do Ministro da Justiça, que remeteria rapidamente esses vídeos para cá. Na verdade, já faz 20 dias que isso ocorreu, Sr. Relator, a partir do momento em que foi feito o despacho dado pelo então delegado Matheus Rodrigues, no dia 15 de junho de 2012.

Portanto, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que, acompanhando V. Ex^a, uma comissão de Deputados pudesse ter contato com esse delegado, numa diligência que seria feita à Polícia Federal, a fim de que tomássemos conhecimento de como está sendo construída essa relação de informações que será entregue à CPI, por meio desses vídeos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, concedo a palavra, para finalizar esta primeira parte, ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, não vou ficar fazendo discurso aqui. Sobre os requerimentos, creio que o Deputado...

Está baixo este microfone, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está muito baixo. Peço que seja melhorada a

qualidade do som do microfone do Sr. Relator também, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Creio que as questões que foram levantadas aqui sobre os requerimentos, é claro que todas as pessoas que nós convocamos ou convidamos...

Presidente, está... Não vou falar assim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Todas as pessoas que nós convocamos ou convidamos foram, de alguma forma, interceptadas pela Polícia Federal, foram citadas nas interceptações telefônicas. E, infelizmente, elas têm a ver com o Governo de Goiás e com o Governador Marconi Perillo. Por isso, nós estamos chamando essas pessoas e vamos chamar outras tantas. E espero que as pessoas venham à CPMI e colaborem falando, dando informações sobre o que sabem.

Com relação ao método de trabalho, Presidente, o que eu entendo como adequado é que vou designar alguém, na sala da Assessoria Técnica, e uma só pessoa vai receber demanda de um representante de cada Parlamentar desta CPMI. Por quê? Porque senão vamos...

Nós temos uma lógica de trabalho a qual estamos desenvolvendo. As pessoas estão na sala da gráfica do Senado cuidando dessa lógica, mas, Presidente, nós podemos designar, então, uma pessoa da Assessoria Técnica para ficar responsável por receber demandas dos Srs. e das Sras Parlamentares. Essa demanda seria encaminhada via e-mail e a Assessoria Técnica daria resposta a essas demandas.

Eu concordo que todos os Parlamentares que têm demandas devem ser atendidos pela nossa Assessoria Técnica. Quando fui demandado pessoalmente, busquei assim. Agora, é claro que há demanda da Assessoria dos Parlamentares. Então, o Parlamentar que for credenciado poderá acionar a nossa Assessoria Técnica e sob demanda daremos as respostas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, eu peço a atenção dos senhores, porque ainda temos de produzir muito hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para pedir que então os Parlamentares identifiquem, na Secretaria da Mesa, o Assessor que fará contato com a nossa Assessoria Técnica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São os mesmos que têm acesso à sala secreta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São os mesmos?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Podem ser os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, com relação aos convocados, peço a atenção dos senhores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só para colaborar, vamos antecipar a reunião de quinta-feira para 9 horas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, sim. Muito bem pensado, Deputado Ônix. V. Ex^a tomou essa iniciativa e a Presidência já fez uma consulta informal a todos os Líderes. Quinta-feira, inclusive, é o último dia de fechamento das famosas atas partidárias nos Municípios de V. Ex^a, que tem essa preocupação também já manifestada para esta Presidência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E Curitiba. V. Ex^a é Vice-Prefeito lá. E eu defiro o pedido dos Democratas e do PMDB. Miro, quinta-feira, às 9 horas, reunião administrativa.

Com relação aos convocados, a Presidência informa que atendeu ao pedido do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto. Em que pese – aí eu faço justiça a esse depoente – estar presente, solicita o adiamento do seu depoimento, em virtude de ter se submetido a uma coronariografia, na artéria ventrículo esquerdo, no dia 26/6. Há menos de seis dias o cidadão fez um cateterismo e como eu não fui encontrado para despachar seu adiamento, ele veio para a Comissão.

Em virtude do seu delicado estado de saúde, com 65% de obstrução coronariana e ainda precisando ter no mínimo dez dias de repouso, nós fizemos a suspensão do seu depoimento. Imediatamente após o seu repouso obrigatório, nós vamos trazê-lo aqui. Por isso, esta Presidência faz a oportuna menção ao gesto do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto.

Aqui está o laudo que veio acompanhado da petição do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto: lesão moderada em descendente anterior; *stents*; lesão discreta em ventrículo, coronária direita.

Eu fiz isso e sei como é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só para consultar V. Ex^a, porque temos casos de pessoas que alegaram questões médicas e que estavam em suspenso até pela possibilidade de o próprio serviço médico do Senado fazer avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi reconvocado agora para agosto, com contato com a Presidência. Já está expedido ofício para 22 de agosto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação a Rosely Pantoja da Silva – de cada um estou dando informações a V. Ex^as –, Rosely Pan-

toja da Silva não foi notificada por ter seu paradeiro ignorado até mesmo por seus familiares. A Polícia do Senado informa.

Será reconvocada na próxima sessão.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

Acho que, para uma pessoa que, em tanto tempo, não foi localizada, deveria ser pedido à Polícia Federal para localizá-la e notificá-la.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Tomaremos as providências, Deputado Vaccarezza.

Sr. Edivaldo Cardoso de Paula não foi notificado por motivo de viagem, contudo, se colocou à disposição desta CPMI para comparecer em nova data marcada. Está aqui o ofício e vamos marcar proximamente.

Quero afirmar à CPI que todos os depoentes que não foram localizados serão agora – todos, todos os depoentes – reconvocados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos. Todos. Todos. Já combinei isso com o Relator. Todos, absolutamente todos. Aqueles que não vieram, que não foram localizados, todos serão reconvocados.

De resto, estimávamos a presença...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão. Não é reconvocado. Acho que reconduzido. Neste caso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em termos, Rosinha. Vamos facilitar, Rosinha. Vamos tentar facilitar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Vamos usar ao final, Rosinha.

De resto, a Sr^a Ana Cardozo de Lorenzo... *(Pausa.)*

O advogado da Sr^a Ana Cardozo de Lorenzo foi... Foi confirmada, obviamente, por força da sua notificação, a sua presença aqui. E ontem foi atravessado um ofício do seu advogado solicitando, sem nenhum motivo plausível, o seu não-comparecimento. A Presidência, como de resto, indeferiu, como fez mediante todos os outros, por não ter motivo. Não havia nenhum tipo de instrumento jurídico. E a Sr^a Ana Cardozo de Lorenzo não compareceu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à Secretaria... Não há necessidade de V. Ex^as me orientarem no que devo fazer. Por favor, haverei de tomar... Esta Presidência, do alto da sua responsabilidade, sabe o que deve fazer.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma proposta a V. Ex^a. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é sobre a Sr^a Ana, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não é sobre a Sr^a Ana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É uma proposta. V. Ex^a está adivinhando o que a gente fala agora?

Eu queria, por favor, consultar todos os líderes. Para ganharmos tempo, já que não vem ninguém e está todo mundo aqui, vamos transformar esta sessão em uma sessão administrativa e votar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque V. Ex^a não estava na sessão. Estou encerrando agora e pedindo a V. Ex^as que, daqui 30 minutos, um por partido, estejam no nosso gabinete para que possamos juntos definir o rito da sessão administrativa da quinta-feira. Daqui a 30 minutos, no nosso gabinete, um por partido, Câmara e Senado, no 18º andar.

Tenham todos um bom dia.

Fiquem com Deus. – **Senador Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 20^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20^a Reunião realizada em 05 de julho de 2012, às nove horas e dezessete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aníbal Diniz (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT/PR), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Iracema Portela (PP-PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer por motivo justificado os Senadores** Jayme Campos (DEM- MT) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). **Deixaram de comparecer os Senadores** Ciro Nogueira (PP-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Davim (PV/RN) e Kátia Abreu (PSD/TO) **e os Deputados** Íris Araújo (PMDB/ GO), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Pedro Simon (PMDB/RS), Jilmar Tatto (PT-SP) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade, foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Resultado
007/12	Solicita a convocação do Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, CPF nº 795.777.847-04, presidente da Delta Construções S/A, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
016/12	Solicita a convocação do Sr. José Augusto Quintella, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
017/12	Solicita a convocação do Sr. Romônio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
021/12	Solicita a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, CPF nº 435.102.567-00, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
044/12	Requer seja convocado o Sr. Fernando Cavendish para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho	APROVADO
067/12	Requer seja convocado o Sr. Luiz Antônio Pagot para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho	APROVADO
078/12	Solicita a oitiva do Senhor Luiz Antonio Pagot, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca das relações entre a empresa Delta e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
084/12	Requer seja intimado o Sr. Fernando A. Cavendish Soares – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Delta, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo” da Polícia Federal.	Deputado Filipe Pereira	APROVADO
103/12	Solicita a convocação do Sr. Fernando Cavendish, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento e da Construtora Delta com o Sr. Carlos Augusto Ramos, com o Senador Demóstenes Torres e outros políticos.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
111/12	Solicita a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, a fim de esclarecer suas denúncias contra o Senhor Carlos Augusto Ramos e a Construtora Delta.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
136/12	Requer seja convocado o Sr. Fernando Soares Cavendish para prestar depoimento perante a Comissão.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
141/12	Requer seja convocado o Sr. Luiz Antônio Pagot para prestar depoimento perante a Comissão.	Senador Álvaro Dias	APROVADO

154/12	Solicita a oitiva do Senhor Fernando Cavendish, proprietário da empresa Delta Construções, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da sua relação com o grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira e sobre corrupção de agentes públicos.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
159/12	Requer seja convocado o senhor Fernando Cavendish Soares, Presidente do Conselho de Administração da empresa Delta Construções S/A para prestar esclarecimentos sobre as atividades comerciais de sua empresa.	Deputada Iris de Araújo	APROVADO
166/12	Requer a convocação do empresário Sr. Fernando Cavendish.	Deputado Ronaldo Fonseca	APROVADO
170/12	Requer a convocação do Sr. Fernando Cavendish, ex-presidente do Conselho de Administração da empresa Delta Construções.	Deputado Maurício Quintella	APROVADO
288/12	Requer a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito	Deputado Maurício Quintella	APROVADO
370/12	Solicita a oitiva do Senhor Fernando Cavendish, proprietário da empresa Delta Construções, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da sua relação com o grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira e sobre corrupção de agentes públicos.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
374/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Flexafactoring Fomento Mercantil Ltda, CNPJ 08.150.258/0001-86, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
389/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Midway International Labs Ltda, CNPJ 01.193.586/0001-10, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
401/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa ZUK Assessoria Empresarial, CNPJ 09.060.403/0001-09, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
470/12	Requer a convocação da Sra. Andréa Aprígio de Souza, CPF: 644.628.971-53, na condição de testemunha, para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
473/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 16, de 2012, para que o Sr. José Augusto Quintella, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO

474/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 17, de 2012, para que o Sr. Romônio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
475/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 7, de 2012, para que o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, CPF: 795.777.847-04, presidente da Delta Construções S/A, seja ouvido perante esta CPMI, na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
476/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 21, de 2012, para que o Sr. Luiz Antônio Pagot, CPF nº 435.102.567-00, ex- Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
487/12	Requer a convocação de Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas/TO, para em audiência pública prestar depoimento, a fim de subsidiar as investigações desta Comissão.	Senadora Kátia Abreu	APROVADO
501/12	Requer que seja intimado o Sr. Luiz Antônio Pagot – Ex Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT – para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta CPMI .	Deputado Filipe Pereira	APROVADO
508/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Fábio Passaglia.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
510/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da Terra Pneus e Lubrificantes Ltda.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
516/12	Requer seja intimado para depor perante esta CPMI, na condição de testemunha, o Senhor Adir Assad.	Deputado Luiz Pitiman	APROVADO
522/12	Requer seja convocado o senhor Paulo Vieira de Souza para prestar depoimento nesta comissão.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
571/12	Requer a quebra do sigilo fiscal e bancário do Sr. Jayme Rincon, presidente da Agência Goiânia de Transportes e Obras Públicas (AGETOP) e tesoureiro da campanha do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.	Senador Pedro Taques	APROVADO
572/12	Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS, tanto particular quanto institucional, da senhora Eliane Gonçalves Pinheiro, Ex-Chefe de Gabinete do Governador do Estado de Goiás, Senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior.	Deputada Íris de Araujo	APROVADO
574/12	Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor José de Filippi.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio, Vanderlei Macris.	REJEITADO
578/12	Requisita à empresa Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis, envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 60.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

579/12	Requisita à empresa Alexandre Milhomem dos Santos & Cia Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 10.000,00 efetuado em 28 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
580/12	Requisita à empresa Leão e Ferreira da Silva Ltda envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 100.000 efetuado em 31 de março de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda..	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
581/12	Requisita à empresa Safira SP Tecnologia e Comércio Ltda de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizaram R\$ 87.866,00 efetuados pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
582/12	Requisita à empresa Rio Vermelho Distribuidor Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos dois depósitos de R\$ 30.000,00 efetuados pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
583/12	Requisita à empresa Fazendão Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda envio de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 86.200,00 efetuado em 01 de abril de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
584/12	Requisita ao escritório Moraes, Castilho & Brindeiro Sociedade de Advogados o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem ao depósito do valor de R\$ 80.000,00 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
585/12	Requisita à empresa João Braz e Margareth Freitas Advogados Associados o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 70.000 efetuado em 18 de junho de 2010 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
586/12	Requisita à empresa ZUK Assessoria Empresarial o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizaram o valor R\$ 401.887,04 pela empresa Brava Construções e Terraplanagem Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
587/12	Requisita à empresa Flexafactoring FomentoMercantil Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizaram o valor de R\$ 119.442,27 pela empresa Brava Construções e Terraplanagem Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
588/12	Requisita à empresa Aco Distribuidora de Combustíveis Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 42.750,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

589/12	Requisita à empresa WCR Produção e Comunicação LTDA o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 113.000 efetuado em 10 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
590/12	Requisita à empresa Cotril Motors Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 116.500,00 efetuado em 28 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
591/12	Requisita à empresa Oliveira e Magalhães Materiais para Construção Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 120.000,00 efetuado em 18 de janeiro de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
592/12	Requisita à empresa Midway International Labs Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas a um depósito de R\$ 150.000,00 efetuado em 21 de setembro de 2012 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
593/12	Requisita à empresa Pro Solo Sondagens e Fundações Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 152.000,00 efetuado em 31 de março de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
594/12	Requisita à empresa Terra das Cataratas Importação e Exportação LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 86.711.470/0001-89 o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$ 168.000,00 efetuado em 12 de abril de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
595/12	Requisita à empresa Star Motors Comércio de Veículos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$188.000,00 efetuado em 26 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
596/12	Requisita à empresa RCI Software e Hardware Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$196.000,00 efetuado em 24 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
597/12	Requisita à empresa Elevis Comércio de Veículos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$200.000,00 efetuado em 08 de junho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

598/12	Requisita à empresa M&M Comercial de Plásticos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R\$83.333,00, efetuado em 25 de abril de 2011, e de R\$133.333,00, efetuado em 28 de fevereiro de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
599/12	Requisita à empresa PlastiLider Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R\$133.334,00, efetuado em 28 de abril de 2011, e de R\$133.333,00, efetuado em 29 de abril de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
600/12	Requisita à empresa Camarada Comércio de Cereais Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$303.000,00 efetuado em 15 de dezembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
601/12	Requisita à empresa Emisa Engenharia e Comércio Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R\$200.000,00, efetuado em 17 de junho de 2010, e de R\$140.680,00, efetuado em 22 de junho de 2010, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
602/12	Requisita à empresa MGF Indústria e Comércio de Produtos da Fazenda Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$100.000,00 efetuado em 28 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
603/12	Requisita à empresa RDF Importadora o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R\$178.000,00, efetuado em 20 de dezembro de 2010, e de R\$176.000,00, efetuado em 14 de janeiro de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
604/12	Requisita à empresa Toronto Participações Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$200.000,00, efetuado em 25 de março de 2010, e de R\$100.000,00, efetuado em 18 de abril de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
605/12	Requisita à empresa Construtora Mediterrânea Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$400.000,00 efetuado em 09 de dezembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
606/12	Requisita à empresa Lallis Company Comércio de Vestuário Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$25.000,00 efetuado em 30 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

607/12	Requisita à empresa Máxima Brasil Comunicação Agência de Publicidade Ltda. ME o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$50.000,00 efetuado em 22 de junho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
608/12	Requisita à empresa Comercial de Bebidas Rolim Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$30.000,00 efetuado em 30 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
609/12	Requisita à empresa Planoex Assessoria Aduaneira Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$13.321,66 efetuado em 07 de julho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
610/12	Requisita à empresa FBO Brasil Flight Support Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$23.791,12 efetuado em 24 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
611/12	Requisita à empresa Albra Alumínio Brasília Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$22.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
612/12	Requisita à empresa Albracolor Alumínio Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$28.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
613/12	Requisita à empresa R A P de Carvalho ME o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R\$100.000,00 efetuado em 20 de janeiro de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
619/12	Requisita à Polícia Federal os nomes e os números de CPF de todas as pessoas que faziam parte do grupo envolvido com o Sr. Carlos Augusto Ramos que possuíam aparelhos “nextel” habilitados nos Estados Unidos da América.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
620/12	Requer o convite do juiz Paulo Augusto Moreira Lima para esclarecer denúncias de que foi ameaçado de morte pela organização criminosa de Carlos Augusto Ramos.	Deputado Rubens Bueno e Senador Pedro Taques	APROVADO
621/12	Requer seja solicitado à Juíza da 5ª Vara Criminal de Brasília/DF, Ana Cláudia Oliveira Costa Barreto, a quebra, de ofício, do sigilo judicial referente ao processo nº 2012.01.1.051163-4, Operação Saint Michel.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
622/12	Requer seja convidado o Senhor Paulo Augusto Moreira Lima, Juiz Federal Substituto da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
623/12	Requer expedição de ofício ao Conselho Nacional	Deputado Paulo	APROVADO

	de Justiça (CNJ) solicitando a este órgão a apuração de possíveis relações do juiz federal Leão Aparecido Alves com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.	Teixeira		
624/12	Requer o convite ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, recentemente afastado da 11ª Vara Federal de Goiás, para prestar informações a esta CPMI.	Deputado Teixeira	Paulo	APROVADO
626/12	Requer seja convidado o Juiz Federal Paulo Augusto Moreira Lima, responsável pela ação penal decorrente da Operação Monte Carlo, para esclarecer as circunstâncias de que levaram ao seu pedido de afastamento do caso e transferência para outra Vara da Justiça Federal.	Senador Randolfe Rodrigues		APROVADO
627/12	Requisita ao Banco Central servidores técnicos para trabalhar na CPMI.	Deputada Iris de Araujo		APROVADO
629/12	Solicita à CPMI que requisito informações à Saneamento de Goiás – SANEAGO.	Senadora Vanessa Grazziotin		APROVADO
630/12	Solicita que a CPMI requisite informações à CELG – Distribuição.	Senadora Vanessa Grazziotin		APROVADO
631/12	Requer a quebra do sigilo fiscal e bancário da Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem, suposta empresa fantasma ligada ao Sr. Carlos Cachoeira com sede no Novo Gama (GO).	Senador Pedro Taques		APROVADO
637/12	Requer a convocação do Sr. ADIR ASSAD para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Pereira	Filipe	APROVADO
641/12	Requer seja convocado o Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas, para prestar depoimento nesta CPMI.	Senador Álvaro Dias		APROVADO
642/12	Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com Carlos Augusto Ramos.	Deputado Rubens Bueno		APROVADO
644/12	Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão, na condição de testemunha, o Senhor Adir Assad.	Senador Álvaro Dias		APROVADO
655/12	Requer seja solicitado à Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil informações relativas à entrada e saída do território nacional das pessoas abaixo relacionadas: Andréia Aprígio de Souza, CPF 644.628.971-53; Carlos Augusto de Almeida Ramos, CPF 284.844.521-15; Cláudio Dias de Abreu, CPF 907.124.041-04; Geovani Pereira da Silva, CPF 319.166.001-15; Idalberto Matias de Araujo, CPF 274.087.791-91; Wladimir Garcez Henrique, CPF 303.056.161-53	Deputado Cunha	Odair	APROVADO
656/12	Requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil informações relativas à movimentação de entrada e saída de recursos financeiros envolvendo outros países das pessoas e empresas abaixo relacionadas:	Deputado Cunha	Odair	APROVADO

	<p>Andréia Aprígio de Souza Carlos Augusto de Almeida Ramos Cláudio Dias de Abreu Cláudio Kratka Demóstenes Torres Geovani Pereira da Silva Gleyb Ferreira da Cruz Idalberto Matias de Araujo Lenine Araújo de Souza Leonardo Almeida Ramos Roberto Sérgio Coppola Rosalvo Simprini Cruz Wladimir Garcez Henrique. Marconi Ferreira Perillo Júnior André Teixira Jorge Lúcio Fiuza Gouthier Alcino de Souza Rubmaier Ferreira de Carvalho Governador Agnelo Queiroz Adriano Aprigio de Souza ME Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda American Center Bingo Ltda-ME Antares Assessoria Administração e Participação Ltda Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda Auto Posto T- 10 Ltda. Bet Capital Ltda Brava Construções e Terraplanagem Ltda Brazilian Gaming Partners Calltech Combustíveis e Serviços Ltda Construtora Rio Tocantins – CRT Data Traffic Delta Construções S/A Delta Construções S/A – DF Delta Construções S/A – GO Delta Construções S/A – MS Delta Construções S/A – TO Empresa Rental Frota Logística Ltda Emprodatal Administração de Imóveis e Informática Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda Fundação Cultural Aprígio Ramos – Fundar Fundação Nelson Castilho Geovani Pereira Da Silva ME GM Comércio de Pneus e Peças Ltda. Goiás – Game Diversões Eletronicas Ltda Ideal Segurança Ltda EPP JR Prestadora de Serviços Construtora e Incorporadora Larami Diversões Laser Press Tecnologia Let Laminados Estruturados e Termoformados Ltda M Terraplanagem e Construção Mapa Construções Maquinaria Publicidade e Propaganda Mestra Administração e Participação Ltda Misano Ind Imp Exp Mz Construções Ltda Organização Independente de Comunicação Ltda Planeta Catarinense Serviço de Atividade Lotérica Ltda- ME Planeta Center Diversões Eletronicas Ltda Radio Goias Sul FM Ltda Rede Brasiltur de Televisão</p>		
--	--	--	--

	Royal Palace Diversões Ltda-ME Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia - Faculdade Padrão Star Game Comércio Importação e Exportação Ltda Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda WCR Produção e Comunicação WCR Produção e Comunicação Ltda		
659/12	Requer a oitiva do Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas/TO, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias sobre as denúncias de seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
660/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas ELETRO CHANCE DO BRASIL INDÚSTRIA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ: 01.461.906/001-76 e ELETRO CHANCE SRL, CNPJ: 05.714.336/0001-30.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
662/12	Requer que está comissão solicite quebra do sigilo de SMS e cópia dos relatórios de ERBs (Estação Rádio Base) das pessoas abaixo relacionadas. Agnelo Queiroz Alcino de Souza André Teixeira Jorge Andréia Aprígio de Souza Carlos Augusto de Almeida Ramos Cláudio Dias de Abreu Cláudio Kratka Demóstenes Torres Geovani Pereira da Silva Gleyb Ferreira da Cruz Idalberto Matias de Araujo Lenine Araújo de Souza Leonardo Almeida Ramos Marconi Ferreira Perillo Júnior Roberto Sérgio Coppola Rosalvo Simprini Cruz Rubmaier Ferreira de Carvalho Wladimir Garcez Henrique.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
663/12	Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB da Sra. ELIANE GONÇALVES PINHEIRO, CPF 354.242.221-53.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
664/12	Requer o convite ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, recentemente afastado da 11ª Vara Federal de Goiás, para prestar informações a esta CPMI.	Senador Wellington Dias	APROVADO
666/12	Requer a convocação do Prefeito de Palmas (TO), Raul Filho (PT/TO).	Deputado Paulo Teixeira	APROVADO
667/12	Requer a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA, CPF 391.524.641-72.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
668/12	Requer a quebra do sigilo de SMS, telefônico e cópia dos relatórios de ERBs (Estação Rádio Base) do Sr. Lúcio Fiúza Gouthier.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
669/12	Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO

	SEBASTIÃO DE ALMEIDA RAMOS JUNIOR CPF: 370.039.331-87.		
670/12	Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. SEBASTIÃO DE ALMEIDA RAMOS CPF: 07426046168.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
671/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas GERPLAN GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ: 00.517592/0001-13.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
672/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas TECNOLOGIC TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 01.290.240/001-30 e BET CO. LTD, CNPJ nº 05.881.476/001-00.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
673/12	Requer a quebra do sigilo telefônico do Sr. Luiz Carlos Bordoni, CPF 456.642.778-15, dos meses de abril e maio de 2011.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
674/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da das empresas que operaram transações bancárias com a empresa MCGL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A CNPJ: 09.130.235/001-72, conforme tabela a seguir:	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
675/12	Requer a quebra do sigilo telefônico do Sra. Bruna Bordoni, CPF 890.299.331-00, dos meses de abril e maio de 2011.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
676/12	Solicita sejam requisitados documentos e informações junto à Chefia da Polícia Civil do Estado de Goiás e ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, necessárias ao avanço e à continuidade dos trabalhos da CPMI.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
678/12	Solicita sejam requisitados documentos e informações junto ao Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos da CPMI.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
679/12	Requer que seja solicitado cópia das auditorias, investigações, processos administrativos e demais documentos que tramitaram na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Civil, ou na Procuradoria Geral, todos órgãos do Estado de Goiás, tendo como investigado o Delegado EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO, CPF nº 125.498.781-91.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
681/12	Requer seja convocado o Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
683/12	Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Tocantins e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO

684/12	Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).	Deputado Cunha	Odair	APROVADO
685/12	Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Palmas/TO e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).	Deputado Cunha	Odair	APROVADO
686/12	Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Goiás e as empresas Delta Construções S/A e Construtora Rio Tocantins.	Deputado Cunha	Odair	APROVADO
690/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Construtora Veloso e Conceição	Deputado Cunha	Odair	APROVADO
691/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa G & C Construções e Incorporações (Adércio & Rafael Construções e Incorporações).	Deputado Cunha	Odair	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Posso começar? Assessoria para permitir que eu comece. Informações a respeito do quórum. Secretaria, para informações à Presidência a respeito do quórum. Pedro, parabéns.

Para começar, está OK. Vamos lá.

Bom dia a todos. Nove horas e dezessete minutos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01 de 2012.

A presente reunião, sessão administrativa portanto, destina-se à apreciação de requerimentos.

Inicialmente, a Presidência submeterá ao Plenário a apreciação do rito estabelecido em decisão tomada de forma colegiada por esta Comissão, por ocasião do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, de dispensar os convocados que se manifestassem em silêncio por ocasião de suas inquirições perante esta CPMI.

Nós já encerramos o período de discussão, conforme foi definido na reunião passada. Os senhores já discutiram essa questão da alteração do rito, eu ainda não pus em votação a Ata da sessão passada por flagrante ausência de quórum para deliberação, não posso colocar, ainda, a tomada de votos do rito, mas posso, por economia de tempo, pôr os dois encaminhamentos, tanto o encaminhamento para conclusão do processo de deliberação do rito... Falta-me tomar de V. Ex^{as}...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, quando puder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Falta-me tomar de V. Ex^{as} dois encaminhamentos, Senador Fernando Collor, sobre as alterações que, porventura, possam ter a respeito da mudança ou não do rito que estabelecemos nesta Comissão, da oitiva do Sr. Fernando Augusto de Almeida Ramos, quando passamos, de acordo com deliberação desta Comissão, a dispensar todas as testemunhas ou depoentes que se manifestaram, usando as suas garantias constitucionais, mantendo-se em silêncio.

Os senhores fizeram manifestações orais à Presidência solicitando a mudança do rito.

Nós já ouvimos diversas manifestações, de parte a parte, e estamos colocando, hoje, para deliberação dos senhores.

Vou fazer o encaminhamento – é o que falta para deliberação. No encaminhamento, eu vou tomar pela manutenção do rito atual.

A manutenção do rito atual é que o depoente chega a esta Comissão e, se usar das suas garantias constitucionais de permanecer em silêncio, ele é dispensado – essa é a manutenção do atual rito –, ou há devolução ao rito anterior, antes do primeiro depoente, que foi o Sr. Carlos Augusto, que motivou as cinco horas de reunião que nós tivemos e que foi a causa do nosso atual rito. A Comissão entendeu que estávamos tendo um comportamento que não deveríamos ter nas nossas estratégias de investigação. Foi o que a Comissão entendeu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, por favor, só pela oportunidade, ainda não podemos deliberar, é só inverter...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela ordem, o Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para invertermos, se possível, se a Comissão concordar: primeiro, votarmos as convocações e, depois, discutirmos o rito, porque a discussão deste traz outras discussões paralelas – mudando o rito, depois, como são as perguntas. V. Ex^a presidiu aquela reunião no 18º andar, no seu gabinete. A discussão do rito pode se estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A discussão do rito, Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nas convocações, parece-me que há um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A discussão do rito, Deputado Miro, não vai se estender. Só vou ouvir o encaminhamento: encaminha a favor e encaminha contra. É uma questão de votação. Agora, não posso votar, se não tiver quórum.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Submeto-me, claro, a V. Ex^a e à maioria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vou...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...porém insisto que poderemos trabalhar com maior dedicação essa questão do rito, se liquidarmos logo a questão das convocações, até para não parecer que se convocou um ou outro, e não um ou outro, por causa da alteração do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não, as convocações virão, Deputado Miro.

Vou inscrever V. Ex^a, inclusive vou pedir para V. Ex^a encaminhar. V. Ex^a tem sido um permanente colaborador da Presidência, e vou pedir a V. Ex^a para se inscrever encaminhando a mudança do rito, até porque V. Ex^a sabe...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem que votar, primeiro, a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...que é importante votarmos a questão do rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só aceito essa referência fez a minha dedicação porque vivo seguindo aquilo também que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...orienta aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Bom, vamos para a discussão do encaminhamento da questão do rito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não, encaminhamento. Já encerramos o período de discussão. É encaminhamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Foi encerrado na terça-feira.

Encaminha, para modificação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ...do rito o Deputado Miro Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Presidente, apenas para um esclarecimento. Constou na Ata, realmente não tenho esse conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que houve o encerramento das discussões?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Encerramento das discussões. É só encaminhamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, mas onde consta isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi terça-feira. Publicizei o encerramento da discussão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – OK, agradeço o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência, inclusive, na ausência de Senadores. Todos os deputados...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...discutiram dois a dois, na ausência de Senadores. Consultei... visualizei... Os Senadores estavam em uma atividade fora da Comissão. Agora, estou abrindo a questão de encaminhamento. (Pausa.)

Então, teremos um Senador discutindo a modificação do rito. Pela modificação do rito, está inscrito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. (Risos.)

Senão eu mandava chover na Paraíba muito mais. Peço que melhore o tempo. É porque a imprensa tinha me falado que estava frio demais, e eu tinha pedido para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lembram-se que me falaram que estava frio?

No último encontro que V. Ex^as...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Ah! Melhora a ambiência para os Srs. Parlamentares, por favor.

O Deputado Miro Teixeira está inscrito para modificação do rito e peço a inscrição de outro Deputado pela manutenção do rito. (Pausa.)

Deputado Leonardo Picciani.

Com a palavra Deputado Miro Teixeira, com o tempo de três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, na Câmara dos Deputados, temos que falar de pé, ou no microfone de aparte ou da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Melhore o som de Miro, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu gostaria de estar no Senado falando sentado, como fazem os Senadores, mas, na Câmara, tenho bom convívio também.

Entendo que não há muita coisa mais a acrescentar. Por mim, passaríamos até a votação porque está todo mundo suficientemente esclarecido.

Insisto muito na posição revelada pelo Supremo Tribunal Federal de que a testemunha não pode prever todas as perguntas que lhe serão feitas. O Judiciário deve ser prudente nessa matéria, para evitar que a pessoa venha a obter *habeas corpus* para calar a verdade, o que é modalidade de falso testemunho. Isso está no *Habeas Corpus* nº 71039, relatado pelo Ministro Paulo Brossard. Essa decisão do Supremo Tribunal Federal sofreu algumas alterações, porém, não em relação a esse silêncio, que é óbvio. Só pode ser alegado o direito ao silêncio para não se incriminar conhecendo a pergunta. Se não conhecer a pergunta como vai dizer que silencia?

Isso não viola o direito de ninguém. Poderá aqui chegar e, a cada pergunta, dizer: “Eu não vou responder. Eu tenho o direito de silenciar”.

Por outro lado, existe também o direito do Parlamentar ao exercício do mandato. O exercício do mandato Parlamentar não pode estar subordinado à vontade de alguém permanecer ou não permanecer neste recinto, por mais ilustre que seja a pessoa, por mais ilustre que seja.

Então, penso que não é legítimo aquele argumento de que não se muda a regra do jogo com o jogo já iniciado. Se assim fosse, a regra que vigorava antes não poderia ter sido alterada, porque o jogo já estava iniciado. O Sr. Carlinhos Cachoeira já tinha se recusado a prestar o seu depoimento. E só depois a regra foi alterada. E agora o que se postula é o retorno à regra que vigorava tradicionalmente, é a regra que vigora,

segundo a própria decisão do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Penal.

Essa história de dizer que a lei processual não pode ser alterada dessa forma porque pode trazer instabilidade é exatamente o oposto: a lei processual é aplicável imediatamente a todos os processos em curso. É exatamente o oposto. Ela não retroage. Dizer que a lei processual retroage, não, ela não retroage. Os atos praticados segundo a lei anterior são válidos. Mas se nós restabelecermos o rito anterior podemos até reavaliar novos convites ou novas convocações para um ou outro personagem dessa história.

Acredito, Sr. Presidente, que nós também podemos, com esse novo rito a ser estabelecido, que nos devolve ao *status quo ante*, nós poderemos reavaliar a relação daqueles que estão para ser convocados. Eu acho que tem muita gente convocada que pouco terá a acrescentar à Comissão. Mas, quem disso pode deliberar é a própria Comissão.

Então, sustento a necessidade de termos o direito ao exercício do mandato e termos também o respeito aos direitos daqueles que não poderão, segundo a Constituição, produzir provas contra si mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

Para encaminhamento, Deputado Leonardo Picciani

O SR. LEONARDO PICCINI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, não vou, aqui, discordar do Deputado Miro Teixeira. Acho que assiste razão ao que o Deputado aqui expõe.

Mas nós precisamos olhar o caso contextualizando-o, olhar o caso específico.

A Comissão Parlamentar de Inquérito possui poder de natureza judicial para proceder à investigação, para proceder aos atos processuais do inquérito. Os atos processuais, como disse aqui em oportunidade anterior – em minha opinião –, eles devem ter estabilidade, eles não podem, a cada momento, ser alterados, a cada momento se ter um rito diferente, a cada momento se ter uma formulação diferente, porque isso nos dá a impressão, ainda que não seja fato, mas nos dá a impressão e a suspeição de que seriam medidas casuísticas. Mais do que a estabilidade, os atos processuais devem ser isonômicos, para preservar o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei e preservar o direito constitucional da ampla defesa, do contraditório.

Se nós, aqui cometemos um equívoco, o cometemos quando optamos pelo rito que hoje utilizamos. E nós já o iniciamos no primeiro depoimento. Durante o primeiro depoimento, surgiu, salvo engano, por su-

gestão da Senadora Kátia e do Senador Alvaro Dias, a sugestão da mudança do rito, que foi aprovada pelo Colegiado desta Comissão.

Então, Presidente, eu, aqui, quero sustentar a manutenção do rito. O que eu temo é que nós, aqui, já passamos o momento da decisão política. Nós tomamos uma decisão que teve consequência processual, teve consequência no processo. Mais de uma dezena de testemunhas indiciadas, convocadas foram aqui ouvidas sob esse rito. Se nós estávamos errados, se não podíamos ter feito assim, então nós causamos uma nulidade no processo. O processo que conduzimos até aqui é nulo. E, se é assim, nós teremos que recomeçar o processo. Eu creio que não é assim. Eu creio que, pelo princípio que o Senador Taques aqui por diversas vezes defende, da natureza colegiada das decisões da Comissão, nós poderíamos tomar a decisão que tomamos. E modificá-la será anular, será tornar nulo o que praticamos até aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora aos encaminhamentos do Senado.

O Senador que defende a manutenção do rito. Por favor, apresente-se o Senador que defende a manutenção do rito. Do rito atual. Algum Senador defende a manutenção do rito atual? O rito atual: a testemunha convocada chega e, ao permanecer – já expliquei isto algumas vezes – em silêncio, com as suas garantias, ela é dispensada imediatamente. Esse é o rito atual. Esse é o rito atual. O rito anterior é aquele que os senhores conhecem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor já está inscrito. Automaticamente. Eu lhe conheço.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado por essa atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Semiótica.

Algum Senador quer a manutenção do rito atual?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Vicentinho, acabei de lhe inscrever.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – A favor de manter o rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra V. Ex^a.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não, só seguindo a linha de raciocínio do Deputado Picciani. Eu penso que a alteração neste momento pode causar nulas todas as nossas atividades. Portanto, manter o rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, inicialmente, não existe nulidade em CPI. Não existe nulidade. CPI é um procedimento informativo que, ao final, nós vamos, em sendo o caso, enviar para o Ministério Público, fazer recomendações ou, de acordo com o art. 61 da Constituição, apresentar projeto de lei. Nulidade de CPI não existe. Não existe nulidade de depoimento. Com todo respeito a S. Ex^a o Deputado, isso não encontra respaldo na Constituição e na lei. Esse é o primeiro ponto.

Sr. Presidente, eu defendo, e já defendi isto aqui, que o cidadão que aqui chegue como depoente ou indiciado ele não possa ser obrigado a responder perguntas porque nós estamos diante de um Estado democrático de direito e ele conseguiu um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal. A primeira indagação que nos vem à mente é a seguinte: ele precisaria de um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal? É lógico que não. A Constituição da República tem uma força normativa. Ela nos obriga... A Constituição não permite que Deputados e Senadores possam obrigar testemunha indiciada a falar. Se ele quer preservar seu direito constitucional ao silêncio, a ele deve ser garantido esse direito. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que nós não podemos humilhar testemunhas e indiciados que aqui venham. Se um parlamentar impetrar um HC no Supremo Tribunal Federal, ele vai ter o direito de perguntar a essas testemunhas sim. Agora, o Supremo também vai colocar nesse HC que parlamentar não pode humilhar, menos-cabar, desrespeitar testemunhas e indiciados. Assim, Sr. Presidente, em todas as minhas manifestações, eu disse o seguinte: no inquérito policial, o delegado pode fazer perguntas e reduzir a ter umas perguntas, escrever as perguntas, mesmo se o indiciado não quiser responder. Isso, para que o magistrado, lá no art. 59 do Código Penal, possa fazer a avaliação das perguntas. E o juiz pode fazer isso. Agora, eu nunca vi um delegado de polícia, eu nunca vi – pelo menos na minha experiência – um magistrado humilhar testemunhas e indiciados.

Daí, Presidente, V. Ex^a tem uma grande responsabilidade. V. Ex^a, como Presidente deste colegiado, tem o poder de polícia nesta sessão, nesta audiência. Cabe a V. Ex^a dizer isso aos parlamentares. Agora, o que me parece um absurdo é que, diante da Constituição, diante do Regimento Interno, que nos obriga tratar a todos com urbanidade e com respeito, Deputados e Senadores precisam ser admoestados a seu dever constitucional.

Portanto, não há nulidade alguma em mudança do rito. Nós estamos tratando de uma matéria que tem natureza processual. O Deputado Miro Teixeira já afirmou, e eu concordo com ele: a aplicação é imediata, nós não estamos mudando nada. E a vontade política permite isso, desde que V. Ex^a faça essa admoestação. (Pausa.)

Não vai fazer, então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já tivemos alguns exemplos de urbanidade aqui. Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para me manifestar, também, sobre o rito.

Depois de muitos debates, diálogos e entendimentos havidos com diversos Parlamentares, por uma questão de economia processual, para que as pessoas não fiquem, aqui, repetindo o direito de permanecer em silêncio, por essa questão, em razão da economia processual, eu entendo, e também compreendendo a característica diferenciada desta CPMI... Compreendendo a característica diferenciada desta CPMI, onde a análise dos documentos se faz mais importante do que muitas das oitivas, aliás, o silêncio das pessoas, aqui, muitas vezes, fala mais do que o próprio depoimento dessas pessoas aqui, é que eu entendo que nós devamos manter e, por uma questão de economia processual, que nós devamos manter o procedimento, o rito adotado até agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao voto. Os encaminhamentos já foram feitos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos aos votos. Agora, os encaminhamentos já foram feitos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vou tomar os votos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço a V. Ex^a. Não é um pedido nem de defesa do rito atual, nem de modificação do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já encaminhei, todos os Deputados já encaminharam.

Por favor, Sr. Deputado, todos os Deputados já encaminharam. Eu vou tomar os votos nominais, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu peço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já fiz os encaminhamentos. Todos os encaminhamentos já foram feitos, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – É uma justificativa que não é defesa, nem contra, nem a favor do rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor vai-se posicionar no seu voto, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, como eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar os votos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... o proponente dessa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar os votos, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... discussão,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... eu quero só, por dever até de correção com V. Ex^a, dizer uma frase: eu, sinceramente, acho que essa votação, Sr. Presidente, é completamente desnecessária, porque cabe um direito ao Parlamentar de fazer o questionamento das testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Como vota o Senador José Pimentel?

Meu Presidente Paulo Teixeira, para me ajudar na tomada de votos. Meu querido Presidente Paulo Teixeira, corinthiano, chegou atrasado, então.

Como vota José Pimentel? (Pausa.)

Como vota Humberto Costa? (Pausa.)

Como vota Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o relator, pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do atual rito.

Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Já encaminhei pela mudança, respeitado o que diz a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, pela mudança do rito.

Senadora Vanessa Grazziotin? Ausente.

Senador Wellington Dias? (Pausa.)

Senador Jorge Viana? (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro, Líder?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Delcídio? (Pausa.)

Senador Acir Gurgacz? (Pausa.)

Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Sérgio Souza? (Pausa.)

Senador Ciro Nogueira? (Pausa.)

Senador Paulo Davim? (Pausa.)

O Senador Paulo Davim não está.

Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Pela manutenção do atual rito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Jorge Viana, como vota V. Ex^a a respeito do rito?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Pelo rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela manutenção do rito.

Agora, o Bloco da Minoria.

Senador Jayme Campos? (Pausa.)

Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se houvesse a possibilidade de distinguir os depoimentos que são essenciais, como o do Cachoeira, o do Cavendish, o do Pagot, de outros que são irrelevantes, eu votaria pela mudança do rito, só com relação a depoimentos essenciais. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não é possível, voto pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Manutenção do rito.

Como vota o Senador Cássio? Ausente por motivo justificado.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Manutenção do rito, Flexa Ribeiro.

Como vota... Tem mais uma vaga.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, manutenção do rito. Completou lá.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Cadê o Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Randolfe, pela mudança.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Fernando Collor, como vota V. Ex^a?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela manutenção do rito.

Senador Vicentinho Alves, voto conhecido. Defendeu a manutenção do rito.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela manutenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Não está.

Senador Sérgio Petecão. (Pausa.)

Completa o quadro de Senadores. Vamos ao quadro de Deputados.

Deputado Cândido Vaccarezza abre o quadro de Deputados.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Presidente, pela manutenção do rito, e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pela manutenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Deputada Iris de Araújo. (Pausa.)

Ausente.

Deputado Leonardo Picciani. Voto conhecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela manutenção do rito.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na orientação do nosso Líder do Senado, pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela manutenção do rito, Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Domingos Sávio. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado...

Ele está presente aqui. Chegou.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela manutenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Domingos Sávio, pela manutenção do rito.

Desculpe-me, Domingos, você chegou e eu não o vi.

Deputado Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Desculpe-me. Toda vez eu me confundo.

Deputada Iracema Portella. (*Pausa.*)

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para mudar, Sr. Presidente. O Parlamentar não pode ser cassado no seu direito de inquirir, de questionar. A CPI está tomando uma decisão que está aviltando o direito de cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Paulo Foletto.

Agora sim, jovem e competente, desculpe-me, pela segunda vez, a confusão. Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, guardando coerência com a posição da semana passada, que foi fortalecimento da posição do Relator naqueles pontos que ele considerasse relevante para o bom encaminhamento da investigação, nós vamos acompanhar, o PSB vai acompanhar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço e renovo o pedido de V. Ex^a. Parabenizo-o pelo seu trabalho.

Deputado Miro Teixeira, voto conhecido, pela modificação do rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Modificação, não, Presidente. O que foi modificado foi aquele do dia do Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Voto conhecido...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu voto pelo que eu sustentei, que é o direito de nós fazermos perguntas a quem aqui chegar e o direito do depoente silenciar para não produzir prova contra si mesmo. Isso significa manter a decisão do Supremo Tribunal Federal e das nossas leis, sem casuismo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Ok, Miro. Ok, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como o Vice-Presidente colhe o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O Miro é pela mudança.

Rubens Bueno, como vota V. Ex^a?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu voto pelo restabelecimento do rito regimental e legal e contra a mordaça aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Silvio Costa, como vota V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu já vi de tudo nesta CPI. O depoente tem o direito de recorrer ao Supremo para ficar calado. Agora, Parlamentar recorrer ao Plenário para ter o direito de ficar calado é a primeira vez que eu vejo na história desta Casa.

Voto pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Protógenes. (*Pausa.*)

Protógenes. (*Pausa.*)

Meu Deus!

Protógenes. (*Pausa.*)

Jô Moraes. (*Pausa.*)

Peço ao Presidente Paulo Teixeira para proclamar o resultado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, enquanto a contagem é feita, posso pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Estamos concluindo, a matemática de Paulo é rápida.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bem, muito obrigado.

Penso que o Presidente tenha pedido antes aqui.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Presidente pediu antes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Resultado:

Vinte SIM; 8 NÃO.

Mantido o rito procedimental.

Vou passar a palavra, pela ordem, a V. Ex^{as}, pedindo dois minutos para cada um, impreterivelmente. Anuncio que vamos iniciar a segunda parte da nossa reunião administrativa já com os blocos que o Relator vai ler, de convocações.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixem ouvir...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É apenas para um esclarecimento mesmo. Vou ter que me ausentar. O Deputado Vanderlei Macris vai votar. Somos favoráveis à convocação do Cavendish, do Pagot e do Raul. Portanto, votaremos favoravelmente, e ele votará em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Senador Fernando Collor, com a palavra. Dois minutos. Peço aos senhores... Olhem, trabalhamos muito para esta reunião administrativa acontecer. Por favor. Se os senhores não me ajudarem para que essas convocações aconteçam de forma proativa, não vamos ter efetivamente resultados. Peço aos senhores que usem a sensibilidade.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu gostaria apenas de solicitar a S. Ex^a o Sr. Relator – mais do que solicitar, faço um apelo veemente – que considere, depois da reunião administrativa de hoje, a convocação do Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, da Subprocuradora, Dr^a Cláudia, e também do Sr. Policarpo Júnior, da Revista *Veja*, e do Sr. Roberto Civita. Isso tem razões fundamentadas. O Sr. Procurador-Geral da República concentra nas mãos da Subprocuradora Cláudia todos os processos que ali chegam com prerrogativa de foro. Todos os Srs. Parlamentares que têm prerrogativa de foro, caso tenham algum processo que ingresse no Supremo Tribunal Federal, ficam nas mãos e ao talante da vontade o Sr. Procurador-Geral da República, que utiliza isso como moeda de troca.

O Sr. Policarpo Júnior, por sua vez, ele e a Editora Abril são o que chamamos de *master mind* da organização criminosa. Nós somente chegaremos aos

verdadeiros criminosos quando convocarmos esses dois. O Sr. Procurador-Geral da República está transformando a Procuradoria-Geral da República em muvuca de altíssima octanagem. E temos que impedir que isso aconteça. Pela maneira como ele vem se conduzindo, se fosse um promotor de primeira instância, já teriam as instâncias punitivas sido acionadas para que recebesse as reprimendas necessárias. Não podemos nos agachar nem à Procuradoria-Geral da República, nem tampouco à Editora Abril e à Revista *Veja* e a esse bando de criminosos que fazem editar esta revista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a a disciplina do tempo. Dois minutos, Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na semana passada, o Bordini, quando aqui veio, disse que sua filha Bruna teria recebido R\$45 mil desta pessoa jurídica Adécio & Rafael Construções. Fizemos o pedido de afastamento de sigilo bancário dessa pessoa jurídica. Analisando os documentos da Delta, constamos que a Delta transferiu para essa pessoa jurídica, para esse CNPJ, R\$13 milhões, R\$13,333 milhões. Essa pessoa jurídica Adécio & Rafael, portanto, é uma das laranjas – mais do que laranjas, acerola – da Delta. Muito bem. Pedimos o afastamento do sigilo bancário dessa pessoa jurídica. No entanto, continuando junto ao gabinete as investigações sobre essa pessoa jurídica, na Receita Federal, essa pessoa jurídica possui outra razão social, ou seja, o CNPJ dessa pessoa jurídica não é dela, segundo a Receita Federal.

Isso mostra, Sr. Presidente, Sr. Relator, que temos que estender o afastamento do sigilo bancário e solicitar informações à Receita Federal, porque o mesmo CNPJ possui duas razões sociais. Isso é importante porque é um indício grave de que houve fraude em relação a essa pessoa jurídica que pagou a filha do Bordini e recebeu R\$13 milhões da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro bloco...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, só um minuto, só um minuto, só um minuto, só um minuto. Agora não, espera aí. Só um minuto, só um minuto.

Primeiro bloco de votações: 11 requerimentos de convocação do Sr. Cavendish, seis requerimentos de convocação do Sr. Raul Filho, quatro requerimentos de convocação do Sr. Adir Assad, oito requerimentos do Sr. Pagot, um requerimento de convocação do Sr. Paulo Preto, cinco requerimentos do Sr. Juiz Paulo Moreira Lima.

Convite: um requerimento de convocação da Srª Andrea Aprígio.

Com a palavra o Sr. Relator para justificativas. Votação simbólica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, proponho, então...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero pedir, Sr. Relator, que se acrescente convite ao Cachoeira e à senhora dele, na forma que já conversamos. (Pausa.)

Convite. Explicarei, se for... (Pausa.)

Convite, porque, aí, ele poderá chegar aqui, se aceitar, e falar. Não poderá chegar aqui e se recusar a falar. Convite. Já conversamos e, se V. Exª puder...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Concordo com V. Exª, mas remeto essa discussão para a próxima reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...porque estou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator, o som está muito ruim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator. Ele vai falar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu gostaria de ter em minhas mãos cópia desse requerimento distribuído aos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, solicito que distribua...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está nas suas mãos, Macris.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, quero apenas, cumprimentando os ilustres Pares, dizer o seguinte: no que diz respeito à proposta do ilustre Deputado Miro Teixeira, estamos encaminhando uma proposta.

Vamos fazer três blocos de votação: convocações, quebras de sigilo e providências. No bloco de providências, além de uma série de providências solicitadas pelo Senador Randolfe, estamos incluindo uma proposta do Deputado Pitiman, que é de um grupo de três Parlamentares, para irmos ao presídio, numa diligência, no sentido de promover um diálogo com o Sr. Carlos Cachoeira e tirar dele a disponibilidade de falar nesta CPMI. Num futuro, numa próxima reunião

administrativa, poderíamos aprovar uma convocação ou mesmo um convite.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí, peço pela ordem, porque essa questão de tirar uma comissão exige uma discussão à parte. Sou radicalmente contra, o que não quer dizer que eu esteja certo. Agora, é preciso discutir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No momento adequado...

O som está baixo.

Em relação às ponderações do Senador Fernando Collor, vamos tratá-las na próxima reunião administrativa. Trato o tema com V. Exª.

Presidente, estamos encaminhando uma votação em bloco dos Requerimentos. Requerimento nº 7, do Deputado Onyx Lorenzoni, que convoca o Sr. Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AL)

– Presidente, Sr. Relator, só perguntar a S. Exª se não seria o caso de incluir o requerimento de minha autoria de solicitação dos vídeos apreendidos na Operação Monte Carlo diretamente à Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse requerimento já foi feito e foi aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, só um minuto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Solicito a convocação do Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, do ilustre Deputado Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado. De igual teor, os Requerimentos nºs 44, V. Exªs poder seguir na pauta, 84, 103, 136, 154, 159, 166, 170, do Deputado Maurício Quintella, 370, do Senador Randolfe, e 475.

Até aqui, Sr. Presidente, todos os requerimentos convocando o Sr. Fernando Antônio Cavendish.

Requerimento nº 487, convocando o Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, Tocantins; de igual teor, o 641 do Senador Alvaro Dias; o 642, de igual teor, do Deputado Rubens Bueno; 666, de igual teor, do Deputado Paulo Teixeira; o 681, do Deputado Carlos Sampaio; o 659 do Senador Randolfe.

É isso, Sr. Presidente. (Pausa.)

Não, Sr. Presidente....

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quinhentos e dezesseis, seja intimado, para depor perante esta CPI, na condição de testemunha, o Sr. Adir Assad. Do ilustre Deputado Luiz Pitiman. De igual teor, o Deputado João Magalhães, o 536; o 637, de igual teor, do Deputado Filipe Pereira; de igual teor, do Senador Alvaro Dias, o 644.

Ainda, Sr. Presidente, convocando o Sr. Luiz Antônio Pagot, o 021, dos ilustres Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado; de igual teor, o 67, dos Deputados Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio, Rogério Marinho; o 078, do Senador Randolfe, de igual teor; de igual teor, do Deputado Rubens Bueno, o 111; o 141, do Senador Alvaro Dias; o 288, do Deputado Maurício Quintella; o 476, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado; o 501, do Deputado Filipe Pereira.

O 522 requer a convocação do Sr. Paulo Vieira de Souza, do Deputado Rosinha; de igual teor, do Deputado... (Pausa.)

Não.

Passamos agora, Sr. Presidente, para convites.

Nós detectamos aqui vários Parlamentares querendo convidar o Juiz Paulo Augusto Moreira, ex-titular da 11ª Vara da Justiça Federal: o 620, para convite, do ilustre Deputado Rubens Bueno e Senador Pedro Taques; de igual teor, o 622, do Senador Alvaro Dias; de igual teor, do Deputado Paulo Teixeira, o 624; de igual teor, o 626, do Senador Randolfe Rodrigues; o 664, do Senador Wellington Dias.

O 470, do ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, que convoca a Srª Andréa Aprigio de Souza.

É o que propomos como votação em bloco, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os senhores me deixam falar? Se os senhores me deixarem falar, para eu ordenar os trabalhos, eu vou ouvi-los. Primeiro, a Presidência fala...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senão, não organizamos essa bagunça.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Temos aqui um bloco. Eu vou pôr esse bloco em vo-

tação. Teremos a discussão desse bloco. Eu vou ouvir, pelo Regimento Interno, a presença da Câmara dos Deputados, dois, defendendo, um a favor e um contra; pelo Senado, dois, defendendo o bloco, um a favor e um contra. Os senhores se inscrevem e o Deputado Paulo Teixeira vai colher a presença dos senhores, favorável a esse bloco de convocação do Relator.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever. Macris.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não os estou vendo. Quem os está vendo é o Relator.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou com a palavra. A Presidência está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. A Presidência está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quando V. Exª terminar de falar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. A Presidência está com a palavra.

Depois do bloco, absolutamente fiel ao Regimento, eu vou para o encaminhamento. E, no encaminhamento, o Deputado Paulo Teixeira vai colher um da Câmara e um do Senado, a favor do encaminhamento do bloco do Relator. A favor do encaminhamento do bloco do Relator. A favor e contra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PB) – Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. Por favor!

Os senhores têm de se nominar aqui ao Sr. Vice-Presidente.

Eu vou ler os nomes, novamente. Depois, ouvirei os senhores todos para esclarecimentos. Esclarecimentos, por favor.

Os requerimentos deste bloco são: 11 requerimentos convocando o Sr. Cavendish; 6 requerimentos convocando o Sr. Raul Filho; 4 requerimentos convocando o Sr. Adir Assad; 8 requerimentos convocando o Sr. Pagot; 1 requerimento convocando o Sr. Paulo Preto; 5 convites ao Sr. Juiz Paulo Moreira Lima; 1 requerimento à Srª Andréa Aprigio.

Os senhores já sabem. Então, eu vou ouvi-los. Não me perguntam aquilo que já sabem, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou inscrito para defender a convocação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, um esclarecimento sobre o bloco que eu quero solicitar ao Relator. Um esclarecimento ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou dar a palavra a todo mundo, mas, agora, eu só posso dar a palavra a um, um por um.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu peço a V. Sa. porque fiz o requerimento de preferência e quero argumentar desse requerimento de preferência que está sobre a mesa. E, como bem diz, é de preferência sobre aquilo que está para ser votado. Isso pode ser absorvido pelo Sr. Relator, já que converso com ele há várias semanas porque, para mim, é incomprensível se trazer aqui o Sr. Fernando Cavendish e não se trazer aqui o Sr. José Augusto Quintela e o Sr. Romônio Marcelino Carvalho. Por quê? Porque os dois eram sócios da empresa Sigma e esta empresa e o Sr. Cavendish – essas duas pessoas – tiveram um conflito importante, que chegou, inclusive, à mídia brasileira.

Então, eu quero fazer um apelo ao Sr. Relator, no sentido... para que isso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os requerimentos de preferência de V. S^a estão sobre a mesa e nós poderemos votar, e há requerimentos de preferência também do Relator para votação em bloco, o bloco dele.

Estou imaginando que – e V. Ex^a tem sido um colaborador desta Presidência – de forma a objetivar... todos nós queremos essa convocação e V. Ex^a, mais do que ninguém, eu posso atestar, lutou muito por essas convocações.

V. Ex^a sabe disto, que eu tentei, com V. Ex^a chegar a esse consenso. Se não é o ideal que V. Ex^a imagina ser, como V. Ex^a está pedindo a preferência, eu imagino que este primeiro bloco nós deveríamos alcançá-lo agora e lutarmos pelas outras convocações que estão por vir. Isso é o que eu imagino.

Se V. Exa. atravessa o requerimento de preferência agora, há também um requerimento de preferência do Relator para votar o bloco dele. Aí vamos atrasar essa votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu não quero criar nenhuma votação do bloco...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho certeza disso, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tenho identidade com 90% do que o Sr. Relator vem fazendo e tenho expressado isso aqui. Agora, eu queria que V. Ex^a me permitisse o seguinte: votado o bloco, que se

vote, então, o requerimento de preferência para que a gente pudesse....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Transformo o requerimento de V. Ex^a em inclusão de pauta para que a gente possa apreciá-lo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k.

E aí nós votamos e, se a maioria julgar que tem que trazer o pessoal da Sigma, está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e recebo o requerimento de inclusão de pauta de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, não falem ao mesmo tempo, porque eu não tenho a percepção auditiva de ouvi-los todos ao mesmo tempo, porque são 64, fora toda a assessoria, a mídia, que estão aqui.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Deus deu a todos nós duas orelhas e uma boca, para ouvir mais do que falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas eu não consigo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero pedir a V. Ex^a uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para votação em separado do Requerimento nº 522. Vou encaminhar à Mesa uma questão de ordem a respeito desse Requerimento nº 522.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, está faltando um requerimento nesse bloco. Para que o Sr. Relator possa se apresentar com isenção diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele não pode deixar de incluir nesse bloco o Requerimento nº 574, que convoca o Sr. Felipe, tesoureiro da campanha do Partido dos Trabalhadores.

Se há inclusão do requerimento do Sr. Paulo, não há por que não incluir o Sr. Felipe.

Ambos foram citados numa mesma matéria, mas de forma diferente, inclusive, eu estou fazendo um apelo, Sr. Presidente, para que se inclua nesse bloco o requerimento que convoca o Sr. Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu recebo a questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro. Peço a assessoria para fazer a análise e passar para mim a fim de que eu possa decidir. E recolho a questão de ordem de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e passo à avaliação do Relator, que, com esta Presidência, formulou o bloco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu defendo o bloco porque, se nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Melhore o som, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... tendo como base, para a convocação do Sr. Pagot, a matéria da revista *IstoÉ*, de 1º de junho de 2012.

Ocorre, Presidente, que, nesta matéria, o Sr. Pagot imputa ao Sr. Paulo Preto a prática de um crime. Não quero aqui fazer juízo de valor se ocorreu ou se não ocorreu. Isto a investigação vai apontar.

No caso do Deputado Filippi, não há imputação a ele de prática de crime.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou encaminhando contrariamente.

Se o Sr. Pagot, vir a esta CPMI imputar práticas de crimes em relação ao Deputado José De Filippi ou a outras pessoas, nós vamos analisar. Agora, no caso do Paulo Preto, há uma imputação de crime nessa matéria. Então, se é para nós chamarmos todo mundo, nós vamos chamar todo mundo nessa matéria que há acusação de crime.

Por isso, encaminho contra a inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Indeferida a questão de ordem.

Vamos à frente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou passar a palavra a ninguém no grito. Por favor...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Sr. Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há uma clara inclinação do Sr. Relator nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Walter Pinheiro com a palavra.

Os senhores vão terminar sem votar o bloco. Os senhores vão terminar sem votar esse bloco. Depois, não achem ruim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há crime eleitoral configurado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há crime de improbidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há crime de improbidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, quero inclusive pedir a V. Ex^a, já que há um conjunto de requerimentos, para que nós abrissemos inclusive como a própria orientação que V. Ex^a deu no início, para os encaminhamentos e a defesa. Um em cada caso. Portanto, ficaria exatamente nesse sentido, inclusive para fazer a minha intervenção da defesa dos requerimentos que nós deveríamos votar hoje. Se for este o encaminhamento, quero me inscrever para fazer a defesa dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Quem encaminha a favor do bloco? (Pausa.)

Domingos encaminha a favor? (Pausa.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Estou na mesma linha do esclarecimento. Estou aguardando que o senhor me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Miro Teixeira encaminha a favor? (Pausa.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só que o meu esclarecimento deve ser antes dos encaminhamentos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Questão de esclarecimento.

Vou passar a palavra ao Paulo Teixeira para que possa notificá-los a respeito dos inscritos e os senhores arrumarem aí aliança para os inscritos.

Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Relator, peço a sua atenção. Deputado Ônix, eu estou me dirigindo ao Relator por uma questão extremamente relevante.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu peço, por gentileza... Sr. Relator, nós já tivemos alguns embates. E hoje, vendo a proposição de V. Ex^a com relação a um bloco, dentre eles vários nomes pelos quais temos, ao longo dos últimos dias, solicitando, de maneira insistente, a convocação, tivemos o sentimento de que iríamos caminhar para um tratamento isonômico, para um tratamento equilibrado, justo nesta CPMI.

Porém, Sr. Relator, a questão de ordem apresentada pelo Senador Alvaro Dias, e que eu já vinha desejando apresentar, vai no mesmo sentido, mas, agora, de maneira mais veemente diante da resposta que V. Ex^a deu que não atende em nada o princípio da isonomia.

Eu vou aguardar o relator atender à assessoria dele, porque, para mim, isto é extremamente relevante. Ou nós temos um tratamento isonômico, de maneira clara, ou nós não somos uma Comissão Parlamentar séria. Eu aguardo a assessoria, e espero que ela respeite a intenção de o Parlamentar indagar ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, concla.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Veja bem: V. Ex^a, Sr. Relator, acaba de dizer que entendeu que deve ser convocado o Sr. Paulo de Souza, que também está sendo tratado pela alcunha de Paulo Preto, porque, de uma entrevista dada à revista *IstoÉ*, V. Ex^a entendeu que, na entrevista,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, qual é a questão de ordem desse senhor?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ...há uma propositura de que haja, ali, indicativo, ou indício, ou possibilidade de crime.

Pois bem, na mesma entrevista, a mesma pessoa, o Sr. Pagot, faz uma referência que é absolutamente indicativa de possibilidade de crime, quando diz que o Sr. José De Filippi solicita, portanto, ele faz, ali, uma ação que é crime de improbidade administrativa, sim: solicitar que uma autoridade que autoriza despesa, que autoriza empenho, que trabalha com o dinheiro público, indique nomes e empresas para contribuírem para campanha.

Portanto, é algo que precisa ser investigado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... e o tratamento de V. Ex^a deve ser dado com isonomia.

Não temos nada contra chamar o Paulo de Souza, mas não é justo que chame o Paulo de Souza, porque ele é citado numa entrevista, e não se chame o José De Filippi.

Então, faça o tratamento isonômico, para V. Ex^a não incorrer na suspeição de que está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos lá. Eu tenho... Paulo Teixeira, por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Deputados, já ficaram escolhidos dois Srs. Deputados, por escolha entre eles.

Favoráveis ao bloco, o Deputado Silvio Costa e o Deputado Miro Teixeira.

Contrário, que se inscreveu para falar contrário ao bloco, o Deputado Vanderlei Macris, somente ele, ninguém mais como Deputado.

Dos Senadores, para falarem favoráveis ao bloco, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe e o Senador Walter Pinheiro. Então, nós pedimos que

os três se coloquem em entendimento, para que dois sejam escolhidos.

Contrários, não há qualquer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu me inscrevo, então.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Senador Alvaro Dias.

Só o Senador Alvaro Dias?

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Alvaro Dias e Senador Flexa Ribeiro.

Como nós precisamos de um entendimento, sugiro, Presidente, se o senhor puder começar pela Câmara, Silvio Costa, Vanderlei Macris e Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pela Câmara, três minutos, Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, na verdade, eu não vou nem, aqui, falar da necessidade de convocar o Cavendish, porque isso aí é uma apoteose ao óbvio. Vamos convocar Cavendish, sim.

Agora, por que convocar o Sr. Paulo Preto? É muito simples.

Eu quero deixar claro aqui, sobretudo à Oposição: eu sou um Deputado da base do Governo, mas tenho votado sempre, aqui, procurando buscar uma sinergia com a opinião pública.

Nós estamos convocando, aqui, o Sr. Pagot – e vamos convocá-lo, sim – porque o Sr. Pagot liberou bilhões, quando estava no Dnit, para a Delta.

Pois bem, no Governo Serra – Serra –, R\$750 milhões – R\$750 milhões –, os contratos foram feitos com a Delta.

Eu não estou entendendo esse medo do PSDB. Eu não estou entendendo esse medo do PSDB. O PSDB tem de ter um comportamento único. Convocar Paulo Preto é tão importante quanto convocar Pagot!

Não é questão de politizar. Eu nunca recebi, aqui, telefonema de Ideli Salvatti, de Gilberto Carvalho, de qualquer pessoa do Governo pedindo, aqui, para controlar a CPI, até porque se o Governo quisesse controlar a CPI, esta CPI não teria tido 367 assinaturas.

Agora, quem está com medo, aqui, é parte da Oposição.

Por exemplo, Sr. Presidente, eu estou achando meio estranho esse acordão que fizeram lá atrás. Meio estranho!

É uma coisa para proteger o Sr. Cavendish, ou seja, os depoentes vão ao Supremo para ficarem calados. Agora, os Parlamentares recorreram, Senador Pedro Simon, ao Plenário, para terem o direito de ficarem calados.

Isso não existe! Isso é uma piada! Eu, inclusive, vou recorrer ao Plenário do Congresso para acabar

com essa história aqui de a gente ficar calado. Isso não existe.

Agora, o PSDB tem que dizer o seguinte: eu estou com medo de convocar Paulo Preto. Está com medo por quê? Se não tivesse motivo nenhum para convocar Paulo Preto, só o medo do PSDB já era motivo.

Então, o Sr. Paulo Preto deve, sim, explicações ao País. A Delta teve quase R\$1 bilhão em obras em São Paulo, R\$750 milhões dos quais no Governo Serra. E isso não é politizar; isso é dar as explicações que o Brasil precisa ouvir, as respostas de que o Brasil precisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vamos convocar todo mundo. O Pagot, que pagou... O Pagot pagou ao Paulo Preto. Vamos convocar o Pagot, o Paulo Preto, Paulo Branco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...o Cavendish, todo mundo.

Voto a favor da convocação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Silvio Costa.

Para fazer a defesa contrária ao bloco, passo a palavra, por três minutos, ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não vou levar em conta o que falou o Deputado que me antecedeu porque sou do PSDB. Acho que não vale a pena nenhum tipo de resposta às questões colocadas pelo Deputado que me antecedeu. Não vale a pena. Até porque aqui a gente pretende um trabalho sério. O que a sociedade quer lá é total e absoluta investigação desse fato. O fato é uma organização criminosa que atuou junto ao Poder Público para obter vantagens. Estão presos muitos deles, outros estão sendo julgados e esta CPI tem o direito e a obrigação, diante dos interesses da sociedade, de investigar detalhadamente todos os fatos.

O que eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, e me posicionei para falar contra o requerimento, porque aqui não é possível você falar, você não tem condições de falar praticamente nesta Comissão, mas assim eu teria o direito... Por que esta minha manifestação? O que acontece? O bloco estabelecido pelo Sr. Relator nós temos plena consciência de que ele está absolutamente correto. É, sim, o número de pessoas que têm que ser chamadas. Mas está faltando uma peça nesse jogo. Está faltando uma peça nesse jogo, e é isso que eu queria dizer aqui aos Srs. Parlamentares da base

do Governo e a alguns que falam pelo Governo contra o meu Partido, que são porta-vozes do Governo aqui contra o meu Partido, que se dizem vestais da ética e falam contra o meu Partido: todos aqui precisavam ver que está faltando uma peça nesse jogo.

A revista *Istoé* que publicou a matéria onde o Sr. Pagot é acusado, ou ele fala do envolvimento de interesses, de ações de governo para interesses eleitorais, aqui essa peça está faltando. É a presença do Sr. José De Filippi. Não há, de nossa parte, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, nenhuma preocupação em convocar ninguém dos que estão aí, diferentemente dos que me abordaram há poucos instantes. Não há nenhuma dificuldade do PSDB em convocar todos que estão aí. Mas seria injusto, não seria isonômico. E aí, sim, se procede a uma tendência de interesse político nesta Comissão quando não se convoca o Sr. José De Filippi, que praticou, sim, improbidade administrativa, um ato contra os princípios da moralidade pública, que é o caso de ele ter procurado o Sr. Pagot para obter de mais de quarenta empresas interesses de contribuição de campanha para a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Macris. Ok, Macris, conclua.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, para concluir, se me permite: o uso do cargo público do Sr. Pagot para obter recursos em favor de campanha do PT, o Sr. José De Filippi, tanto quanto o Sr. Paulo Preto, tem que estar sentado aqui para falar também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso não é isonomia, isso é tendência política de interesse apenas político-eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quero deixar registrada essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra por três minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, para me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quando terminar a votação, vamos passar para a Liderança.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A qualquer momento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. A Presidência vai ordenar os trabalhos.

Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas V. Ex^a vai cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou cumprir o Regimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer. PR e PSDB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela liderança.

Sr. Presidente, não é um contra e um favor? Falou agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É, estou invertendo. Estou invertendo. Depois vem Miro. Pode falar. Três minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não estou entendendo essa lógica de que falou um contra e um a favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra, Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está bom, Presidente.

Eu não vou me preocupar com essa estratégia. Porem, para mim fica muito claro o seguinte: o Sr. Relator está tentando ignorar o óbvio. E eu não vou deixar de me referir ao que falou o Deputado Silvio. É um absurdo ele vir aqui com esse arrobo dizer que o PSDB está com medo. Eu não vi ninguém do PSDB se posicionar contra a convocação de nenhum dos nomes que aí estão. Não é essa a questão. Pelo contrário, nós estamos nos batendo desde o início para que esta Comissão trabalhe com transparência, com clareza. E aí fica evidente que quem quer esconder alguma coisa e usa do subterfúgio de vir com uma conversa de que há indícios de acusação de crime contra um e não há contra outro, na mesma entrevista da revista *IstoÉ!* Ora, o Brasil inteiro está assistindo a isso, Sr. Relator. Salta aos olhos que, ali, a referência feita pelo Sr. Pagot a duas figuras, ao Sr. Paulo “Preto”, ou Paulo de Souza, e ao Sr. José De Filippi, são duas afirmativas que precisam ser investigadas. É absolutamente tendencioso, para não ser mais duro com V. Ex^a nas minhas colocações.

Portanto, quando eu me posiciono contra o bloco, não é porque eu não queira que convoque o Sr. Cavendish, o Sr. Pagot e etc. Quero que convoque todos. Sou a favor de todos. Sou contra você fazer um bloco e incluir um nome em razão de uma entrevista, apenas em razão de uma entrevista, e, na mesma entrevista, outro nome é citado, ligado ao PT, e o Sr. Relator faz ouvido de mercador agora, ignora, não quer saber.

Ora, essa não é uma postura ética, no meu entendimento. Portanto, eu insisto, Sr. Relator, acrescente

o nome do Sr. José De Filippi a esse bloco e pacifiquemos todo o debate. Votaremos todos, e acredito que por unanimidade. Mas ficará uma mácula nesta CPI. Ficará mais uma vez comprovado que ela tem uma postura de chapa-branca, que ela não é CPI para investigar o Governo, é para perseguir. E essa não é uma postura séria numa república democrática.

Portanto, Sr. Relator, eu insisto, em nome da sua história, em nome do espírito de Minas, que já invoquei aqui em outro momento: tenha a postura ética de tratar com isonomia e não com partidarismo. Eu insisto nisso. É uma única entrevista que deu origem à motivação do requerimento para chamar o Sr. Paulo de Souza, e a mesma entrevista faz referência ao Sr. José De Filippi, ambos usando da estrutura pública para interesses que não são públicos e nem legítimos. Portanto, que o senhor incluía o Sr. José De Filippi. É essa a minha posição, Sr. Presidente.

Fora isso, nós do PSDB somos a favor de convocar todos. O PSDB não está escondendo nada, não está com medo de nada. Pelo contrário, queremos que venha o Sr. Paulo de Souza, queremos que venha Cavendish, que venha Pagot e que venha José De Filippi. Por que escondê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa trouxe aqui uma abordagem fantástica do que se passou momentos atrás. O Deputado sintetizou aquele momento em que parlamentares votaram pelo silêncio, pelo próprio silêncio, reconhecendo, claro, como não poderia deixar de ser, o direito constitucional de os depoentes silenciarem para não se incriminarem, mas impondo aos parlamentares... Quanto aos depoentes, o direito de silenciar. E quanto aos parlamentares, a imposição do silêncio. Parabéns, Deputado.

E aqui, nesta discussão, eu apoio a lista do Relator neste momento. Vamos mergulhar na pior discussão, Senador Pedro Simon, porque parece que todos têm razão. Parece que todos têm razão. E a maneira como está sendo encaminhada esta discussão nos remete a não resolver nada.

Então, a minha proposta é no sentido de que nós votemos logo a lista do Relator. O rol do Relator. Eu subscrevo e peço aos companheiros que têm participado de reuniões das quais eu participo também, sobre esta CPI, que apóiem esse requerimento de preferência do PSDB para incluir o tesoureiro do PT também em votação subsequente. E, aí, todas as posições estarão contempladas com o nosso apoio, com o apoio de pessoas que não são alinhadas nem com o PSDB nem com o PT. Então, podem preparar o requerimento

de preferência e nós vamos pedir ao Presidente que adote, sim, essa posição de conciliação pela lei, de conciliação regimental. Que se dê oportunidade de a Comissão deliberar imediatamente. Votaremos logo a lista do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro, eu vou pedir à Liderança do PSDB, para tentar ser produtivo e eficiente nesta Comissão. Produtivo e eficiente. Produtivo e eficiente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eles encaminhariam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Votarmos em bloco. E a Liderança do PSDB faz um requerimento de inclusão de pauta do tesoureiro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para votar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E aí eles vamos votar agora, imediatamente depois, como vou votar o requerimento de inclusão lá. Que tal os senhores terem um mínimo de lucidez?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está bom. Fechado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O requerimento já está sobre a mesa, Presidente. Está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está sobre a mesa. Então, faremos isso, ao invés de ficar aqui discutindo o que nós poderemos definir em voto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seu objetivo é incluir no bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos resumir a nossa votação no bloco do Sr. Relator e aí...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É que se não discute não vota.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O bloco já está pronto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou encerrar. Já fizemos outra sintonia. Votamos o bloco e votamos. Senão sempre haverá especulação de que não querem votar o bloco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, art. 14

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu incluo, imediatamente, tanto o requerimento do Onyx quanto o requerimento da Liderança do PSDB, imediatamente após. Eu incluo imediatamente após o requerimento da Liderança do Democratas e o requerimento da Liderança do PSDB. Posso votar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o compromisso de aprovar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah! Eu tenho compromisso...

(Tumulto no recinto.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu fui citado. Por favor. Art. 14. Eu fui citado!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Posso votar? Posso chamar nominalmente, Pedro? Posso votar simbolicamente o bloco?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu estou inscrito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Está inscrito? Eu respeitarei as inscrições. Eu quero ser produtivo, mas eu respeito as inscrições.

Senador Alvaro Dias com a palavra. Depois, Flexa...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que nós somos favoráveis à convocação de todos os que estão incluídos neste bloco. Com o que não concordamos é que se adote na CPI dois pesos e duas medidas. Afirmar que Paulo é citado por Pagot e desconhecer que De Filippi é citado por Pagot é contraditório, não é sério, não é correto. É escamotear, Sr. Presidente. Olha o que a revista *IstoÉ* publicou sobre o que diz Pagot:

Foi apresentado a De Filippi, que lhe pediu ajuda para passar o papel entre as empreiteiras. Dias depois, revelou, os dois voltaram, a se reunir no Dnit, onde Pagot lhe apresentou uma lista com cerca de 40 empreiteiras médias e grandes que tinham contrato com o órgão. Depois, aparecem quinze dessas empresas na declaração do PT à Justiça Eleitoral, com a doação de dez milhões de reais.

Portanto, Sr. Presidente, há aqui crime, captação ilícita de recursos, utilização da máquina pública para a captação de recursos. A manchete que pede aqui o Senador Flexa: “Arrecadação petista. de acordo com Pagot, o tesoureiro do PT, José De Filippi pediu para ele arrecadar junto às empreiteiras.” Captação ilícita de recursos, Lei nº. 11.300; Lei nº 9.504, ilícito eleitoral, cassação de registro e diploma de candidato é a consequência.

Dois pesos e duas medidas não, Sr. Presidente. Não, Sr. Relator. O PSDB não está com medo de ouvir quem quer que seja. Ao contrário, nós queremos ouvir. O que nós não queremos é que esta CPI se transforme num aparelho político-partidário, com orientação destinada a poupar pessoas que se envolveram, sim, em ilícitos que foram praticados, sim, na esteira desse esquema do Cachoeira. Nesse caso está a Delta, com doações à campanha do PT de mais de R\$1,15 milhão, segundo a imprensa veiculou, declarado na Justiça Eleitoral. E nós estamos nos referindo apenas àquilo que foi declarado, Sr. Presidente.

Portanto, não há razão para não se incluir no bloco o Sr. José De Fillipi. Eu acredito no Presidente, o compromisso foi assumido, e nós voltaremos em seguida. Aí, sim, veremos quem tem medo. Espero que ninguém tenha medo e que todos aprovem a convocação do Sr. De Fillipi. O PSDB vai voltar favoravelmente aos requerimentos em bloco, mas nós queremos também o apoio do PT, do PMDB, de todos os partidos para a convocação do Sr. De Fillipi.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estou com os dois requerimentos, o do Democratas e o do PSDB, sobre a mesa. Colocá-los-ei imediatamente após a votação do bloco.

Com a palavra o Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MG) – Sr. Presidente, todo cidadão tem o dever de auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, nós precisamos ouvir aqueles que têm informação; que eles a tragam a esta CPMI.

Não há que se falar na não oitiva do Pagot, porque ele era Diretor do Dnit. O Pagot quer falar. Ele já disse isso em várias revistas. Ele já mandou recado a esta CPMI que quer falar.

Não há como nós não ouvirmos o Fernando Cavendish, que disse que compra Senador da República por R\$6 milhões, e R\$30 milhões levam Senadores em conjunto. Nós precisamos ouvir esse cidadão, que recebeu quase R\$4 bilhões da União em um determinado período.

Esta CPMI se desmoraliza se não ouvir esses dois cidadãos. Precisamos, sim, ouvir esses e outros citados no bloco, porque aquela empresa de São Paulo que recebe dinheiro da Delta, essa pessoa jurídica também lava dinheiro para outras empreiteiras.

Agora, Sr. Presidente, “pau que bate em Chico bate também em Francisco”. Não há que se falar em esconder quem quer que seja. Nós precisamos ouvir todo cidadão que tenha a contribuir com esta CPMI.

Por isso eu defendo que essas pessoas citadas nesse bloco, às quais já me referi, sejam ouvidas por esta CPMI. E vou concordar com que o De Fillipi também seja ouvido. Nós estamos votando nesse bloco.

Concordo inteiramente: a CPMI vai se desmoralizar se não ouvir o Pagot e o Fernando Cavendish, porque, daqui a pouco, Sr. Presidente, nós vamos ouvir o cabeleireiro da mulher do Cachoeira; vamos ouvir o cidadão que faz a comida na casa do Governador de Goiás e não vamos ouvir os principais personagens desta CPMI.

Por isso voto favoravelmente a esse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu gostaria que o Relator, o Deputado Odair Cunha, estivesse aí, para que a gente pudesse contrapor a lógica ilógica do Relator.

Quero, primeiro, contrapor o que disse o Deputado Silvio Costa. O Deputado Silvio Costa saiu com uma lógica de argumentar sobre a necessidade de se convocar aqui o Sr. Paulo Preto, porque a empresa Delta teria recebido no Governo de São Paulo R\$700 milhões em obras do governo que não têm nada a ver com a questão da CPMI. Então, seria necessário, segundo o que disse o Deputado Silvio Costa, chamar todos os Estados com os quais a empresa Delta teve contrato. Não é só com São Paulo. São 23, pelo menos é o que diz a mídia brasileira. São 23 Estados da Federação com os quais essa empresa fez contrato. Então, chamemos todos.

Não podemos ter aqui uma CPMI partidária. Nós temos que ter uma CPMI que tenha o princípio de apurar as irregularidades que ocorreram. E o que estou vendo aqui é que essa é uma luta política e, agora, eleitoral. Do Deputado Rosinha é o único requerimento. Os outros têm dez, oito, cinco, seis. E, lamentavelmente, o Deputado Rosinha quer trazer o Estado de São Paulo para a CPMI nas vésperas de uma campanha eleitoral.

O Relator Odair Cunha saiu, porque eu disse a ele que eu ia falar sobre ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não! Eu estou aqui!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Onde V. Ex^a está? (Pausa.)

Relator, acho que V. Ex^a ainda não aprendeu a ler, lamentavelmente, porque V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Ex^a que tenha uma atitude mais urbana, mais parlamentar. Por favor, peço para V. Ex^a retirar o que disse, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu retiro, eu retiro!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Flexa! V. Ex^a chegou hoje à CPMI.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a chegou hoje à CPMI, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já está atendido V. Ex^a, Sr. Presidente.

V. Ex^a fez referência a uma matéria da revista *Istoé*, dizendo que o tesoureiro da campanha do PT não estava citado. Há manchete, há chamada de matéria aqui: “Arrecadação petista”. V. Ex^a leu isto aqui? Ou não leu? Deveria ter lido!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está concluído o seu tempo, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a, ao dizer que não há nada aqui que diga respeito ao José De Filippi, não está correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não! Eu não deixo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Deputado Odair Cunha, V. Ex^a está aqui numa missão partidária. Eu lamento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa, concluiu o seu tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu concluo. Eu lamento isso. Há um termo de ajuste de conduta com respeito aos aditivos do Rodoanel...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa, já concluiu seu tempo! Por favor!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu já vou concluir. Peço a V. Ex^a um minuto.

Isso foi, inclusive, aprovado pelo TCU, pela Procuradoria da República Federal.

Então, V. Ex^a está trabalhando partidariamente. Diferentemente do seu chefe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Diferentemente do seu chefe, que morde a canela dos adversários, V. Ex^a está mordendo a consciência dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Lembre-se disso! V. Ex^a é muito jovem e está denegrindo a sua biografia!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a pela votação desse bloco. Quero cumprimentar a direção desta CPMI pela medida de apresentar esses senhores que vamos convocar daqui a pouco.

Eu diria, Sr. Presidente e Sr. Relator, que hoje é o dia mais importante para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque, na data de hoje, com essas convocações que vamos votar...

Sr. Presidente, eu não estou conseguindo me ouvir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Essas convocações, daqui a pouco, nós as aprovaremos, como a convocação do Sr. Cavendish. Por inúmeras razões, já está comprovada sua relação com

a organização contraventora do Sr. Carlos Cachoeira. Veja que, na conta da Delta na Caixa Econômica Federal, pelo menos R\$50 milhões do R\$1 bilhão que lá foi arrecadado foram destinados às empresas Alberto & Pantoja e Brava. Cada um dos personagens que surgem nesta CPMI se relacionando com o Sr. Carlos Cachoeira tem uma interface com a empresa Delta. O Sr. Carlos Cachoeira negocia com o Prefeito de Palmas contratos da empresa Delta. Depois, na gestão e no exercício do governo do Prefeito de Palmas, há a transferência da Prefeitura de Palmas de pelo menos R\$36 milhões, em um ano, no ano de 2008, para a construtora Delta, e, no outro ano, houve a transferência de outros R\$102 milhões.

Então, a convocação do Sr. Cavendish era inevitável, irreversível. Se, no dia de hoje, não convocássemos o Sr. Cavendish, não convocássemos o Sr. Luiz Antônio Pagot, não convocássemos o Sr. Prefeito de Palmas, nós sepultaríamos esta CPMI.

Para concluir, quero dizer que sei que há uma disputa política entre PT e PSDB, que pode ser equacionada aqui. Acho que têm de ser convocados todos aqueles que foram citados. Tem de ser convocado o tesoureiro do PT, tem de ser convocado o Sr. Paulo Preto, todos os que foram citados. Mas o melhor encaminhamento... Tem de ser convocado o Vereador do PSOL, do PSTU, de qualquer partido.

Aliás, Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a...
Estou falando, Deputado Silvio.

Desconte do meu tempo, Presidente.

Eu queria solicitar de V. Ex^a, eu já solicitei aqui no último dia 30, urgência na convocação do Sr. Vereador Elias Vaz. Quero reiterar o pedido de urgência para, se possível, semana que vem, nós possamos ouvir aqui o Vereador Elias Vaz. Ninguém tem nada a temer. Ninguém tem o que dever nesta CPI. Esta CPI tem que bater doa em quem doer, seja em Chico, seja em Francisco.

Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.K. Só um minuto, só um minuto, Vaz. Deixa eu só ordenar aqui os trabalhos aos senhores.

Eu vou votar simbolicamente o bloco agora; depois tenho a relação, aqui, de Líderes inscritos; depois eu tenho aqui os dois compromissos que fiz com V. Ex^as da inclusão dos requerimentos dos Democratas. Aí os senhores vão... Antes dos Líderes. Eu peço inclusive antes dos Líderes, porque Vaz estava me pedindo a palavra e eu respeito muito ele, e ele me ajuda muito, mas aí os Líderes podem esperar para depois. Mas eu tinha que ser justo e regimental. Simbolicamente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Ex^a vou responder.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem que ser nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou responder. Nominal, nominal. Se os senhores querem nominal, vou fazer nominal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem de V. Ex^a vou responder agora. Questão de ordem de Vaz, por favor, para eu responder agora. Cadê a questão de ordem de Flexa?

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é sobre votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes eu vou responder a questão de ordem sobre Flexa, por favor.

Sobre a questão de ordem suscitada por escrito pelo Senador Flexa Ribeiro, esta Presidência entende que há conexão entre os fatos determinados investigados pela CPMI, o requerimento de convocação do Sr. Paulo de Souza e esta conexão decorre das relações sobre a investigação e a empresa Delta, que foi objeto de novas denúncias do Sr. Pagot, cuja convocação consta no bloco sugerido pelo Sr. Relator Odair Cunha.

Nos termos da questão de ordem, encaminho ofício para a consulta da Comissão de Justiça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, segundo o art. 132, do Regimento Comum do Congresso Nacional, vou apresentar recurso para encaminhar a matéria à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 132.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça isso, e eu mando acelerar o recurso de V. Ex^a. Vou chamar agora nominalmente.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inadvertidamente foi incluído no bloco de requerimento de convocação o Requerimento 536.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator já retirou.

Eu vou comunicar a V. Ex^{as} que a votação anterior foi 19 a 7. Quem estava certo era o nosso Vice-Presidente. A Consultoria equivocou-se.

Cadê a lista? Chamando: Senador José Pimentel, como vota V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim” ao bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sim, Presidente, convocação em bloco, como o Relator propõe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? (Pausa.)

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota o Senador Aníbal Diniz? (Pausa.)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim ao bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota o Senador Ciro Nogueira? (Pausa.)

Como vota o Senador Paulo Davim? (Pausa.)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de, antes de declarar o meu voto, justificar a ausência do Senador Ciro Nogueira que me participou ontem que, por motivo de viagem, não estaria presente.

Estou aqui e voto de acordo com o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ausência justificada a esta Comissão ontem mesmo e, com o voto de V. Ex^a, é o voto do Senador Ciro Nogueira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos? (Pausa.)

Como vota o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)

Ausência justificada do Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Flexa Ribeiro, como vota V. Ex^a?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Ranolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim ao bloco e parabenizando a Mesa, o Relator pelo conjunto de convocações que aprovamos agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

Abrindo a lista de parlamentares da Câmara dos Deputados, Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, seguindo a orientação da bancada, desta CPI e do Relator, voto “sim”. Tenho posições conhecidas sobre o foco da CPI, mas acompanharei a proposta do Relator, e todos da CPI são testemunhas das minha posições sobre o foco da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Voto conhecido do Relator. Sim ao bloco.

Paulo Teixeira, Presidente Paulo Teixeira, sim ao bloco.

Íris de Araújo. (Pausa.)

Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Carlos Sampaio, ausência justificada.

Vaz De Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Vou votar “sim” ao bloco, com o compromisso de V. Ex^a, já firmado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está aqui o parecer.

Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim ao bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cameli.

Iracema Portela.

A SR^a IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onix.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente. Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Folleto. (Pausa.)

Glauber.

GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bueno, Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou votar “sim”, mas gostaria só de destacar esta decisão do Senado pelo fim do voto secreto. Esta Casa, a Câmara, vai ter de caminhar para isso.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero elogiar aqui a decisão do Senado, também, com relação à regularidade do processo de cassação do mandato de Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom exemplo o Senado deu.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Bom exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, como autor de alguns desses requerimentos, voto com o Relator. Voto “sim”, pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, esta reunião de hoje é a prova concreta de que quem pensa muda.

Há 15 dias, nós, que queríamos convocar Cavendish, só conseguimos 13 votos. Hoje, graças à mudança, vai ser unanimidade. Até o meu amigo Vaccarezza votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes não está. (Pausa.)

Jô não está. (Pausa.)

Com a palavra, o Sr. Presidente Paulo Teixeira, para a proclamação do resultado.

Vinte e oito votos “SIM”; nenhum voto contrário. Todo o bloco foi convocado.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar.

Tenho, agora, imediatamente, um compromisso com a Liderança do Democratas e com a Liderança do PSDB, para dois requerimentos de inclusão de pauta.

Há uma série de líderes. Acho mais produtivo e eficiente enfrentarmos os dois requerimentos de inclusão de pauta.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E peço aos senhores... Há uma questão de ordem de um minuto do Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – De menos de um minuto, Sr. Presidente.

Usando o art. 148 do Regimento do Senado e o art. 5º da Constituição Federal, quero anunciar, por dever de lealdade e de correção de procedimento com V. Ex^a, que acabei de assinar a procuração. Entrarei imediatamente no Supremo Tribunal Federal, para garantir o direito de que o parlamentar possa questionar.

Nós estamos aqui, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, e é nosso dever. Discordo frontalmente da decisão tomada aqui, na Comissão, e vou em busca do direito parlamentar de questionar as testemunhas ou os investigados que venham a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor tem todo o direito, e esta Presidência estará aberta, para oferecer ao Supremo Tribunal Federal todas as informações cabíveis.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero subscrever a proposta do Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, como um compromisso aos senhores... E peço licença aos líderes, porque, oportunamente, haverei de passar-lhes a palavra. Temos todos os requerimentos a serem apreciados ainda.

Com a palavra, o Relator, para o seu encaminhamento a respeito do requerimento do DEM, inicialmente, de inclusão de pauta, e, depois, o do PSDB.

Passo a Presidência ao Sr. Presidente Paulo Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao requerimento dos Democratas, eu dialoguei com o Deputado Onyx Lorenzoni, no sentido de buscar compreender melhor o que se pretende com o suposto requerimento, ou melhor, com o requerimento apresentado. Não descarto, mas, neste momento, incluí-lo sem uma análise mais detida desta Relatoria... Eu vou me posicionar contrariamente à sua inclusão na pauta, em relação ao requerimento de V. Ex^a, com o compromisso de fazer uma análise para a próxima reunião administrativa.

Em relação ao requerimento de convocação do Deputado José De Filippi, Sr. Presidente, eu quero primeiro dialogar com os ilustres Pares nesta Comis-

são, para dizer que não há, por parte desta Relatoria, nenhum tipo de direcionamento. Nós ouvimos aqui, sim, pessoas ligadas ao PSDB, a outros partidos e ouvimos, sim, pessoas ligadas ao PT, pessoas que já serviram a governo do nosso, do meu partido. Então, não há, Presidente, nenhum tipo de direcionamento.

Quero refutar isso aqui, porque, quando acusam a coordenação de investigação de direcionamento, estão na verdade buscando inibir a nossa ação de investigar. Nós, Sr. Presidente, vamos continuar investigando. As pessoas que tenham praticado qualquer tipo de ilícito relacionado ao Sr. Carlos Cachoeira devem ser investigadas por nós. As empresas...

E aqui neste caso há uma empresa que está no centro desse processo de investigação, Sr. Presidente: é a empresa Delta. A empresa Delta foi a que, no governo de São Paulo, assinou... Aliás, foi exatamente com a colaboração do Sr. Paulo, Paulo Preto, que essa empresa assinou o maior contrato em São Paulo. Há uma denúncia, Sr. Presidente, expressa, de crime, por parte do Sr. Pagot, para caixa 2. No caso de José De Filippi, há um pedido de arrecadação de campanha no caixa 1.

Li e comprehendi, Senador Flexa Ribeiro, exatamente o teor da matéria.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, investigando caixas de campanha; nós estamos aqui investigando uma organização criminosa que tem tentáculos em diversos Estados deste País. Nós precisamos, sim, compreender esses tentáculos. E há exatamente, nessa matéria de 1º de janeiro, uma denúncia expressa de caixa 2, pedágio num contrato assumido pela empreiteira.

Com isso, Presidente, não há razão para que esse requerimento de convocação do Deputado José De Filippi seja incluído na pauta, porque nós não estamos aqui... Não há contra o Deputado nenhuma prática de ilícito. Não há denúncia contra o Deputado José De Filippi de nenhuma prática de delito. Todas as explicações por ele foram dadas. Ele é uma pessoa pública. Com isso, Presidente, eu encaminho contrariamente à inclusão de pauta.

O SR. DR. ROSINHA (PR – PT) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, para defender o requerimento.

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) – Presidente, eu fui citado duas vezes – pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para defender também o requerimento, Sr. Presidente, pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Cabe-me agora ordenar a votação.

Srs. Deputados, eu tenho dois requerimentos, eu tenho dois requerimentos na Mesa. O primeiro requerimento foi protocolado pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que pede para que sejam convocadas aqui as seguintes pessoas: o Sr. José Augusto Quintella, que é ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria para prestar depoimento perante esta Comissão. E também um outro requerimento de autoria do mesmo Sr. Deputado, que convoca o Sr. Romônio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma, Engenharia e Consultoria para prestar depoimento perante esta Comissão. Este é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento, protocolado aqui, é o que convoca, de autoria do Senador Alvaro Dias, o Deputado José De Filippi Júnior. São esses dois requerimentos.

A sugestão é a de que nós votemos em bloco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não! Não, não, não... Em bloco não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Então, não havendo consenso, quem fez essa sugestão... Não havendo consenso, eu vou encaminhá-los separadamente, nesta ordem: o primeiro requerimento do Sr. José Augusto Quintela e do Sr. Romônio Marcelino Machado.

Então, eu vou agora proceder o seguinte encaminhamento: para falar favoráveis a este requerimento, eu vou inscrever o Deputado Onyx Lorenzoni...

Vão votar? Ninguém quer falar contrário... Então, será...

Deputado Onyx Lorenzoni por três minutos... Ele pede um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido e vou falar daqui muito rapidamente.

A razão dessa convocação desses dois sócios é que todos os que estão aqui conhece: houve um conflito muito grave entre esses dois sócios e o Sr. Cavendish. Há, inclusive, gravações sobre isso. Então, seria muito... Lembrem: foram essas pessoas que trouxeram à luz aquelas questões de que o Sr. Fernando Cavendish comprava quem quisesse e o que quisesse no Brasil, inclusive Parlamentares. Por isso, julgo importante que essas duas pessoas venham. Nós vamos apenas aprovar a convocação... O Sr. Presidente, o Sr. Relator vão determinar quando eles vão vir: se vai ser após recesso, antes da audiência com Cavendish ou depois... Mas é muito importante que essas pessoas sejam convocadas para estar à disposição de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni, que vai encaminhar contrário.

Houve um Deputado que se inscreveu. Eu não posso... Eu não posso...

Não, não... É o Deputado Dr. Rosinha que vai fazer o encaminhamento contrário.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente... Eu estou aqui sim, . É quietinho que eu fico.

Eu quero encaminhar contrário porque, quando nós criamos esta CPMI, ela veio com uma característica de investigar uma organização criminosa e seus tentáculos. E requerimento do Deputado Onyx, já tenho o de número 16 e o de número 17, que já está à disposição desta Comissão e somente não foi colocado em pauta, como o disse o próprio Relator, até porque até o momento o que veio a público é uma briga societária, mas não veio à público, ainda, uma relação direta com a organização criminosa. No que ela chegar direta, eu tenho absoluta certeza, quando tiver toda documentação comprovando, que o Relator colocará em nossa pauta de votação de uma reunião administrativa.

Então, vejo, com o bloco que aprovamos, que avançamos e há esse compromisso assumido pelo Relator que, sendo necessário, voltará à pauta. Então, peço o voto contrário dos nobres Pares.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, esses sócios da Sigma têm ligação direta com a Delta. Não há que se falar em CPI de Cachoeira sem a Delta. Eu quero saber o nome do Senador que é vendido por R\$6 milhões. E a conversa gravada foi com esses dois cidadãos. Eu sou Senador há um ano e cinco meses. Eu quero saber o nome do Senador que se vende por R\$6 milhões. Essa pergunta tem relação, sim, com a quadrilha, porque não há que se falar em quadrilha de Cachoeira sem a Delta. E esse cidadão, Fernando Cavendish, que nós já votamos favoravelmente ao seu depoimento, esses dois sócios da Sigma têm muito a dizer, sim, a esta Comissão. A pergunta é: qual Senador se vendeu por R\$ 6 milhões?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo, para fazer a defesa contrária à convocação, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr Presidente, Sr's e Srs Senadores, Sr's e Srs. Deputados,

Eu quero apoiar a iniciativa do Sr. Relator, que entende que não temos elemento suficiente ainda para convocar. De maneira alguma o Relator está dizendo que não vai convocar. O que ele está pedindo ao plenário é um prazo maior para que possa vir o Sr.

Fernando Cavendish, da Delta, e, em seguida, ordenar os trabalhos.

Nós temos tido nesta Comissão um processo de investigação consequente e profundo, seja nesta Comissão, seja no Conselho de Ética. Na hora em que o Senador Demóstenes Torres teve a sua vinculação, imediatamente, o PSOL apresenta representação. Tivemos o cuidado de conduzir os trabalhos e, na condução dos trabalhos, por unanimidade, aprovamos no Conselho de Ética a cassação do Sr. Senador. Ontem, aprovamos na CCJ, referendando os atos ali praticados e deixando claro que esta Comissão, o Senado Federal e o Congresso Nacional têm tido uma postura para evitar nulidades. Exatamente por isso vamos ouvir o Sr. Fernando Cavendish e, em seguida, a partir dali, vamos ter todo um desdobramento, e, se chegarmos à Sigma, e eu acredito que vamos chegar, vamos convocar.

Portanto, a nossa posição hoje é não aprovar hoje e adiar para uma data em seguida, como fizemos em vários outros momentos, embora com certas incompreensões dos Parlamentares que entendem que é preferível convocar todos ao mesmo tempo, não permitindo à assessoria, ao relator, aos nossos Pares aprofundarem o estudo dessas matérias. Ao término, acaba tendo pouca produtividade e uma investigação superficial.

Portanto, estamos convocando hoje cinco indivíduos fundamentais para a continuação da nossa investigação que envolve o Sr. Pagot, que envolve o Sr. Fernando, envolve o Prefeito de Palmas, envolve o conjunto de outras autoridades para que nós possamos, em seguida, numa reunião próxima, analisar o desdobramento e, com isso, chegar a todos os tentáculos dessa organização criminosa.

Portanto, a nossa posição, Sr Presidente, é de apoiar o Sr. Relator e adiar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Vou agora proceder à votação, como bem pediu o Senador Benedito de Lira.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “não”, com o Relator, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como o vota o Senador Jorge Viana? (Pausa.)

Senador Jorge Viana está presente? (Pausa.)

Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Voto com o Relator, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? (Pausa.)

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? (Pausa.)
Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota...

Eu justifico que o Senador Presidente, Vital do Rêgo, teve que sair para um compromisso fora de Brasília.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero justificar que o Senador Paulo Davim mandou uma justificativa dizendo que estava ausente dessa reunião porque está acompanhando uma cirurgia cardíaca da sua filha. Então, ele justificou a ausência aqui hoje.

Nesse bloco, então, já colhi os votos.

Como vota o Senador Jayme Campos? (Pausa.)

Na ausência do Senador Jayme Campos, como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu voto “sim”, Sr Presidente, a favor da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou chamar direto os suplentes aqui.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator, a favor da convocação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o Relator.

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Com o Relator.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

Ausentes.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como vota... o Relator é um voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) –

Voto não, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto não.

Demos demonstração para o Brasil hoje de que estamos dispostos a convocar todos, mas, neste caso, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Voto contra

o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Voto pela convocação, Sr. Presidente. Voto sim pela convocação, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SR^a IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Contra o Relator?

A SR^a IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? Como ele é autor é um voto conhecido.

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Voto sim, pela convocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, é impressionante, a gente convoca o Cavendish, e os dois ex-sócios de Cavendish, que brigaram com o cara, denunciaram o cara, e esta CPI não quer convocar? Isso é um absurdo! Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero anotar que o Deputado Sílvio Costa saiu da extrema direita e foi para a extrema esquerda, por isso, não o encontrei quando fui chamá-lo no voto. (*Risos.*) Filipe Pereira, como vota V. Ex^a?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Delegado Protógenes.

Deputada Jô Moraes. (*Pausa.*)

Então, vou anunciar o resultado: são 15 votos favoráveis à convocação, e 12 votos contrários à convocação.

(*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo ao segundo requerimento, que é de autoria do Senador Alvaro Dias.

Estão inscritos para falar...

(*Manifestação do Plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu tenho que cumprir o Regimento, não tenho como não cumpri-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas consulte, Presidente, consulte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tenho, vou cumprir o Regimento, a lei me obriga a cumpri-lo, vivemos num Estado democrático de direito, devo fazer o que a lei manda e só...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero, para defender o requerimento do Senador Alvaro Dias, quero saber...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que é o requerimento, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o requerimento, vou esclarecer aqui o requerimento.

O requerimento é de autoria do Senador...

(*Faz soar a campainha.*)

Os Srs. Parlamentares gostariam de ouvir o encaminhamento e vejo que há um burburinho na sala feito por aqueles que podem fazer o burburinho depois, que repercutirá amanhã.

O requerimento é do Senador Alvaro Dias, que propõe a convocação do Deputado José de Filipe Júnior. E vou, agora, organizar os oradores que farão a defesa e os que falarão contrariamente a esta convocação.

Falarão contra a convocação, inscritos os Deputados Maurício Quintella e Jilmar Tutto.

Os Deputados que falarão a favor são: Deputado Domingos Sávio... Tem mais algum Deputado? Não.

Senadores, quais Senadores falarão? O Senador Walter Pinheiro falará contrariamente. E qual Senador falará favoravelmente? (Pausa.) O Senador Alvaro Dias.

Então, eu vou iniciar concedendo... Há um desequilíbrio por conta das inscrições.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu me inscrevo para falar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A favor? Ok.

O Presidente anterior – já temos os inscritos –, o Presidente anterior...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, é um e um. São dois da Câmara e dois do Senado. Um a favor e um contra na Câmara, e um a favor e um contra no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Presidente efetivo estava encaminhando de uma maneira... Eu vou manter o rito do Presidente efetivo. O Presidente efetivo encaminhou até agora. Depois, se tiver que mudar, quem mudará é o Presidente efetivo. Ele até agora encaminhou e nós até agora encaminhamos dois de cada Casa. E eu vou encaminhar assim.

Então, quais são os Deputados que estão inscritos e eles têm que se ajustarem. São três. São os Deputados Domingos Sávio, Miro Teixeira e Vaz de Lima.

V. Ex^a vai falar como Líder. Eu vou conceder...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – V. Ex^a tem razão. Depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. Bloco/PT – SP) – Depois. Está bom.

Então, ajustado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu retiro a minha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retira o Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aí já ficam dois só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Vaz, então, fala? Está bom. Então ficam os Deputados...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Miro e eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Miro e Sávio. E contrários Maurício Quintella e Jilmar Tutto; Senadores Alvaro Dias e Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu serei bem objetivo. Pretendo falar em um minuto.

Vejam bem, Senhores, nós podemos coroar esta manhã não apenas cumprindo o nosso dever, mas deixando claro que há absoluta imparcialidade. Infelizmente o Relator, ao fazer a sua manifestação contrária à convocação ele deixou escapar alo que eu anotei na hora. Ele disse: eu li a matéria – e eu acredito, é claro, que ele leu a matéria -, mas ele acabou dizendo algo que não está na matéria. Ele passou a fazer a defesa do De Filippi. Ele passou a dizer o seguinte: "Porque o De Filippi foi buscar o apoio para captação de caixa 1". A matéria não está falando isso; a matéria não fala isso. Então, o Relator acaba comprovando que nós precisamos trazer o De Filippi. Que ele chegue aqui e diga: olha, eu fiz tudo dentro da lei. Mas que ele diga. O De Filippi é que tem que dizer isso. O Relator não pode passar a ser advogado de defesa de alguém que nós estamos querendo convocar aqui antecipadamente. Isso desmoraliza totalmente esta Comissão; ou seja, se nós insistirmos nessa partidarização.

Por isso eu faço um apelo aos colegas, inclusive do PT: não cometam esse equívoco de votar contra convocar. Nós não estamos convocando para crucificá-lo, não. Que ele venha cá e diga que fez tudo certinho. Agora, que ele diga. Nós não vamos nos antecipar a isso.

Portanto, eu insisto, vamos convocar o Sr. De Filippi pela mesma razão que foi convocado o Sr. Paulo Preto. Ou seja, foi citado numa entrevista. Foi essa a razão para convocar o Paulo Preto. E é a mesma entrevista que cita o De Filippi. Vamos ser justos, vamos ser isonômicos.

Então, vamos convocar o Sr. De Filippi.

É essa a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, para falar contrário têm três Srs. Parlamentares. Eu quero que os três definam em dois. Os Srs. Parlamentares inscritos, Maurício Quintella Lessa, Jilmar Tutto e Sílvio Costa, por favor, eu pediria que os dois falassem.

Bom, eu passo a palavra ao Deputado Maurício Quintella Lessa, por três minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. Fora do microfone.) – Pelo art. 14. Está me devendo dois.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados...

Presidente, está sem volume aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está com pouco volume no microfone e com muito volume atrás de V. Ex^a.

Eu passo ao Deputado Maurício Quintella Lessa e vou devolver a V. Ex^a os três minutos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)

– Presidente, eu acho que u não vou precisar desse tempo inteiro.

Primeiro, eu queria parabenizar a Mesa desta Comissão, os Srs. Líderes partidários pela retomada de rumo nesta CPI. Eu tenho a impressão e tenho certeza de que a opinião pública também que este, sem dúvida nenhuma, foi o dia mais importante que esta Comissão trabalhou, pelas convocações que aqui foram feitas e todas elas relacionadas à organização criminosa, com argumentos e subsídios próprios para se fazer a convocação.

Agora, Sr. Presidente, convocar o José de Filippi Júnior, que foi Tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, é manchar esse dia de hoje, é politizar mais uma vez esta Comissão. Não há nenhum indício, nenhum fato que justifique que o Sr. José de Filippi tenha cometido qualquer ato ou participado de alguma forma de ato ilícito ou de captação irregular de campanha eleitoral. Não há nada! Nesse momento, pelo menos, não é hora oportuna para se fazer uma convocação como essa.

O que há, obviamente, é a pretensão da Oposição de trazer a Presidente Dilma Rousseff para dentro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E não acho que esta CPMI deva se prestar a esse papel, sem motivo justo e adequado para isso.

Portanto, Sr. Presidente, somos absolutamente contrários à convocação do Sr. José de Filippi. Nesse momento. Se, futuramente, a partir dos depoimentos do Sr. Pagot – eu quero aqui deixar claro que o PR não só apresentou requerimento para a convocação dele, mas é absolutamente favorável a ela –, do Sr. Fernando Cavendish e dos demais surgir fato que autorize, justifique a convocação do Sr. José de Filippi, aí, sim, poderíamos partir para uma convocação. Nesse momento, somos contrários, Sr. Presidente. E é dessa forma que encaminhamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, para encaminhar...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevi V. Ex^a.

Para encaminhar, agora, favorável ao requerimento, pela Câmara dos Deputados, o Deputado Miro Teixeira. V. Ex^a tem a palavra por três minutos, para encaminhar favorável à convocação do Deputado José de Filippi Júnior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o que pacificou a aprovação da lista do Relator foi exatamente essa possibilidade de votarmos em seguida a convocação do

Deputado José de Filippi. Isso não significa que houve acordo para aprovar. Mas da minha parte houve a palavra de votar a favor dessa convocação, o que eu mantenho nesse momento.

E considero que isso dê equilíbrio às deliberações da Comissão, porque a convocação do Sr. Paulo – eu não gosto do apelido que se aplica a ele – se justifica, sim. Ao mesmo tempo e pelas mesmas razões se justifica a convocação do Deputado José de Filippi.

Bom, se nós aprovarmos um e recusarmos outro, parece que temos aqui o direcionamento para apurar somente certas coisas e não todas as coisas. Não existe o menor problema de se convidar alguém ou de se convocar alguém para falar. A pessoa que tem a consciência tranquila não se sente desonrada de vir ao Parlamento.

Como pode, na democracia, alguém sustentar ser uma desonra vir ao Parlamento? Falar a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito? As Comissões Parlamentares de Inquérito não tem exclusivamente o caráter criminal. A Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar a situação dos idosos no Brasil foi para criar condições que melhorassem a vida dos idosos. E a CPI da Mulher será que era contra as mulheres? Não. Não era. Mas sim para observar um ambiente de discriminação às mulheres.

Então, esses depoimentos são úteis inclusive para nós determinarmos que providências a CPMI poderá sugerir, ao final dos seus trabalhos, ao Tribunal de Contas ou aos Plenários das Casas. Que projetos de lei nós devemos fazer para evitar que depois de uma CPI haja sempre a expectativa de uma nova CPI? Depois de um escândalo, que venha o próximo escândalo. Por que isso? A toda hora isso se repete!

Nós temos tribunais de contas, nós temos tribunais eleitorais, nós temos órgãos diversos de fiscalização, mas depois de cada escândalo acontece outro. E graças à liberdade de imprensa do País se sabe das coisas. Normalmente, esses órgãos fiscalizadores aparecem depois comentando o que foi denunciado. Mas por que não se evita que isso aconteça?

É importante ouvir o Sr. De Filippi, é importante ouvir o Sr. Paulo, chamado por um apelido que não me agrada repetir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu vote “sim” à convocação em nome da harmonia, desse compromisso da Comissão de ter decisões equilibradas e que não tenham direcionamento político-partidário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por três minutos, Deputado Sílvio Costa, que agora passa a falar de pé.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não. É só para V. Ex^a me ver. Eu vou sentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Eu, sinceramente, tenho procurado, nesta CPI, dar as respostas que a sociedade está exigindo desses nossos pares, mas, sinceramente – e eu vou citar o nome do meu querido amigo Senador Flexa Ribeiro, para dar o direito ao art. 14; eu vou citar o seu nome; e V. Ex^a sabe do bem-querer que eu lhe tenho –, a presença de V. Ex^a hoje coloca, sim, as digitais da preocupação do PSDB com a convocação de Paulo Preto. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. O pedido do PSDB para trazer a esta CPI o Sr. De Filippi é a digital ampliada, ou seja, está caracterizado hoje aqui quem é que quer politizar a CPI, porque o Sr. Filippi não liberou um real de obra para a Delta. Um real! O Sr. Paulo Preto liberou R\$1 bilhão! Veja a diferença. Começa daí. O Sr. Paulo Preto foi citado pedindo ao Sr. Pagot R\$268 milhões, dizendo que eram 8% para lá, 60% para cá, 40% para cá... E o Sr. De Filippi sequer foi citado. Então, era importante que o PSDB assumisse definitivamente o seguinte: nós queremos, sim, politizar esta CPI.

E o pior, senhores, é que... E tem uma coisa que me preocupa muito, que eu espero que o povo Brasil tenha percebido hoje, aqui. Está todo mundo dizendo que hoje foi um dia muito feliz para esta CPI. Eu não estou vendo essa felicidade toda, não. Por quê? Primeiro, esta CPI começou com um grande acordão, colocando uma mordaça nos parlamentares. Então, eu posso fazer uma ilação dizendo que essa mordaça é para proteger o Sr. Cavendish, é para proteger todos os convocados de hoje.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao PSDB para que refletisse que só se pode convocar alguém quando se tem algum *link*. O Sr. De Filippi não apareceu em nenhuma gravação. Não é justo politizar esta CPI a esse ponto. Portanto, eu não tenho como votar a favor da convocação do Sr. Filippi.

E repito: nunca recebi telefonema de ninguém do Governo pedindo para abafar aqui. Pelo contrário: recebi telefonemas e apertos de mão de parlamentares daqui, dizendo: “Pelo amor de Deus, não vamos convocar Cavendish, não. Pelo amor de Deus, não vamos convocar...” Isso daqui, mas, do Governo, não. Então, esta CPI não é do Governo.

Portanto, não tem sentido esta CPI convocar o Sr. Filippi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esgotou-se o tempo de V. Ex^a.

Próximo orador, por três minutos, é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, este País está se transformando no país da inversão de valores, da inversão de prioridades e da inversão da lógica. Como pode estar o PSDB politizando esta CPI com uma minoria numericamente insignificante, sem recursos numéricos para vencer qualquer parada? Como pode o PSDB estar politizando se ele aceita a convocação do Sr. Paulo e vota favorável à convocação do Sr. Paulo, que apenas foi referido por Pagot no seguinte sentido: “eu ouvi dizer”? Pagot, em relação a Paulo, ouviu dizer, mas não viu nada e não fez nada. Em relação a José de Filippi, ele viu, ele fez, ele fez do Dnit a tesouraria do PT. E o Dnit não é tesouraria do PT. Foi lá que o Sr. José de Filippi se reuniu com o Sr. Pagot e recebeu uma relação que, ao final, significou a doação de 30 a 40 empresas. Está também na matéria da revista *Época* que de 30 a 40 empresas contribuíram com a campanha do PT, a pedido do Sr. Filippi a Pagot. Pagot foi o seu porta-voz junto a essas empresas. E mais, Pagot afirma, nessa entrevista à revista *Época*, que forneceu o número da conta bancária. O Sr. Pagot forneceu o número da conta bancária.

Repetindo: essa transação, essa negociação de recursos para a campanha do PT se deu num órgão público que movimenta bilhões de reais, que, só com a Delta, movimentou, de 2007 a 2012, R\$4,1 bilhões.

Portanto... Ora, Sr. Presidente, não subestimem a inteligência das pessoas, aqueles que querem afirmar que nós estamos politizando esta CPI. É subestimar a inteligência das pessoas. Aqueles que querem ganhar crédito junto ao Governo, que ganhem. De forma legítima, sem tentar comprometer o PSDB e a oposição. Nós vamos ouvir o Sr. Paulo, mas queremos ouvir o Sr. Filippi. Mais razões existem para ouvir o Sr. Filippi. Há um comprometimento sério. Hoje, o Sr. Juquinha foi preso. Quem é o Sr. Juquinha? O Sr. Juquinha é da Valec, ligado ao Dnit, a Pagot,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que também participou de negociações para a doação à campanha eleitoral. E qual é a Vara da Justiça que determinou a prisão do Sr. Juquinha? Exatamente a 11^a, em Goiânia, que cuida desse inquérito da Operação Monte Carlo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a já está concluído.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...não abusem da inteligência das pessoas, não subestimem a inteligência das pessoas. Quem está politizando é quem não quer ouvir o Sr. José de Filippi. Não ouvir o Sr. José de Filippi é adotar dois pesos e duas medidas e é desmoralizar esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, muito obrigado.

Eu passo, agora, para o Senador que falará... São dois Senadores que falarão contrários e dois favoráveis. Eu só tenho um inscrito, que foi o Senador Alvaro Dias, dos que falarão contrários. Será primeiro o Senador Sérgio Souza, depois o Senador Walter Pinheiro.

Senador Sérgio Souza com a palavra, por três minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu gostaria, não para dar o direito ao nobre Deputado Sílvio Costa, mas para dizer que, em momento algum, eu percebi que houve uma mordaça aos parlamentares desta Comissão. Muito pelo contrário, eu nunca recebi uma orientação do meu partido dizendo que deveria votar dessa ou daquela forma. E percebo que há uma harmonia no sentido de defesas, é claro, dos interesses partidários, mas também, principalmente, de que haja uma coerência desta CPI e uma sequência necessária, que eu tanto vejo o Deputado Odair Cunha, como Relator, defender. Porque há determinadas situações que têm que acontecer no devido momento. E não é porque alguém falou em dado momento ou se ouviu falar de nome de determinadas pessoas que imediatamente nós temos que convocar. Eu entendo que não é o momento para se convocar o José de Filippi. Primeiro, isso estaria politizando esta CPMI a um nível que nós não queremos, por mais que percebemos que já está politizada. Percebemos isso.

No entanto, o envolvimento do José de Filippi na campanha da Presidente Dilma, como um dos coordenadores financeiros da campanha da Presidente Dilma, por si só não se justifica. Lógico que é legítimo e é previsto na legislação que doadores de campanha... Que o responsável possa buscar, perante a sociedade brasileira, perante principalmente ao empresariado brasileiro, doações para financiar a campanha. Isso aconteceu com todos os candidatos a governador, a vice-governador, a Senadores e a Deputados que estão aqui, e inclusive a Presidente da República. É natural que isso aconteça. E às vezes uma dessas empresas pode sim ter relação com contratos com o Governo, mas isso não traz a ilegalidade de buscar recursos para financiar a campanha, que é defender uma ideologia, uma postura de Governo. Eu entendo que não é o momento para nós convocarmos o Sr. José

de Filippi. Recomendo a todos e defendo a posição de nós rejeitarmos este requerimento. Reafirmo que as questões são diferentes, a do Sr. Paulo Preto e a do Sr. José de Filippi. Inclusive, a revista *IstoÉ* coloca isso de uma forma diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo... Não há oradores inscritos para falar. Agora, pelo Senado contrário... Então, vou passar ao Senador Walter Pinheiro, por três minutos, e aí concluir a votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para dois fatos. O Sr. Filippi foi tesoureiro, inclusive, de mais de uma campanha, campanha, inclusive, anterior à campanha da Presidenta Dilma. Portanto, portou-se nesse tempo inteiro como um tesoureiro de campanha. Se, porventura, algum crime cometeu o Sr. Filippi nas conversas aqui ou nas conversas acolá – e são conversas, inclusive, que o Sr. Filippi fez com figuras públicas e conversas públicas – seriam objeto essas conversas de uma ação que pudesse ter, inclusive, quando crime eleitoral cometido por um coordenador financeiro de campanha. Portanto, não o vincula essa sua suposta conversa ou seu suposto crime alegado por alguns uma relação, inclusive, com a organização criminosa que esta CPMI apura.

Segundo aspecto para esse debate. Há poucos dias esta Comissão, inclusive, conviveu com um momento inicial de alguns tentando convocar, trazer aqui a Presidenta Dilma Rousseff. Será que o caminho agora Filippi não é um caminho alternativo para se tentar restabelecer aquela tentativa, que era inclusive absurda, de colocar a Presidenta Dilma nesta CPMI?

Então, portanto, Sr. Presidente, não estamos tratando aqui de tesoureiros de campanha, não sei nem quem foi o tesoureiro de campanha do adversário da Presidenta Dilma no processo eleitoral.

Então, nós não convocamos aqui o tesoureiro de campanha de “A” ou de “B”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Nós fizemos um processo de pedido de convocação daqueles, inclusive, que tiveram ligações efetivas e, inclusive, no que diz respeito à transferência de recursos com o que nós tínhamos feito aqui, inclusive, uma convocação também no dia de hoje, que é, além da quebra de sigilo, o principal dirigente da empresa Delta.

Então, portanto, não cabe trazer para este fórum. Se alguém quer representar ou encontrar algum equívoco na conduta do Sr. Filippi – que, em minha opinião, não tem – este não é o fórum adequado para analisar se houve efetivamente qualquer fato cometido grave

pelo tesoureiro Filippi que, volto a insistir, de forma alguma isso se apresentou, inclusive, na sua prestação de contas, que ele é obrigado a assinar como responsável da campanha, em nenhum momento os adversários...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – ...da Presidenta Dilma questionaram essas movimentações ou até a prestação de contas apresentada pelo tesoureiro Filippi.

Então, não cabe a sua vinda a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu agora vou proceder à votação.

Só quero antes dizer que quanto ao Senador Flexa Ribeiro, quando eu anunciei um orador favorável, ninguém se inscreveu, ele se inscreveu depois do Senador Walter Pinheiro. Então, acho que ele se inscreveu fora do tempo e ele concorda comigo.

Então, eu passo à frente.

Em votação.

Nós estaremos votando aqui: pela convocação vota "sim", contra a convocação vota "não". Portanto, eu pergunto como vota o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "não", voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator, pela coerência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu voto pela não convocação, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto "sim", voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator. Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator. Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (Pausa.)

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Relator Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vanderlei Macris?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SR^a IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Contra a convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto pela convocação, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu vou votar pela convocação, só aduzindo ao Senador Alvaro Dias que o Sr. Juquinha, ex-presidente da Valec, que foi preso ainda hoje, no mesmo condomínio do Cachoeira, no Alphaville em Goiânia, fez um contrato de R\$576 milhões com a Delta. Daí a importância desse fato. E ele está sendo acusado de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e desvio de recursos públicos.

No mesmo condomínio!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu voto contra a politização desta CPI; portanto, eu voto a favor do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes? (Pausa.)

Como vota a Deputada Jô Moraes? (Pausa.)

Então, vou anunciar o resultado. (Pausa.)

São 17 votos contrários a convocação e 10 votos favoráveis.

Portanto, não está convocado o Deputado José de Filippi.

Passando à frente a pauta.

Temos aqui a quebra de sigilo e depois a fala dos Líderes.

Vamos fazer a quebra de sigilo rapidinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o Requerimento nº 374,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Essa votação terá que ser nominal. Então, peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam no recinto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É uma votação só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É uma votação só, célere.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 389, do Senador Randolfe, que requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Midway.

Requerimento nº 401, que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Zuk Assessoria Empresarial.

Requerimento nº 508, do Sr. Fábio Passaglia.

Requerimento nº 509, do GM Comércio de Pneus e Peças Ltda.

Requerimento nº 510, Terra Pneus e Lubrificantes Ltda.

Todos do Deputado Rubens Bueno.

Do Senador Pedro Taques, do Sr. Jayme Rincón, o de nº 571.

Requerimento nº 572, da Deputada Íris Araújo, da Sra Eliane Gonçalves Pinheiro.

Requerimento nº 631, do Senador Pedro Taques, da Empresa Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem Ltda.

Requerimento nº 660, de minha autoria, da Eletro Change do Brasil, Indústria e Máquinas Ltda.

Requerimento nº 662, requer que esta Comissão solicite a quebra de sigilo de SMS e cópia dos Relatórios de ERBs, do Sr. Agnelo Queiroz, de Alcino de Souza, André Teixeira Jorge, Andreia Aprígio de Souza, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Cláudio Dias de Abreu, Cláudio Krátka, Demóstenes Torres, Geovani Pereira da Silva, Gleib Ferreira da Cruz, Idalberto Matias de Araújo, Lenine Araújo de Sousa, Leonardo Almeida Ramos, Marconi Ferreira Perillo Júnior, Roberto Sérgio Copolla, Rosalvo Simprini Cruz, Rubmaier Ferreira de Carvalho, Wladimir Garcês Henrique.

Requerimento nº 663, da ERB e, inclusive, da Eliane Gonçalves Pinheiro.

Requerimento nº 667, do Deputado Vaccarezza, do Sr. Divaldo Cardoso de Paula.

Requerimento nº 668, também do Deputado Vaccarezza, da ERB e do Sr. Lúcio Fiúza.

Requerimento nº 669, do Sr. Sebastião de Almeida Ramos Júnior.

Requerimento nº 670, do Deputado Vaccarezza, do Sebastião de Almeida Ramos.

Requerimento nº 671, da Gerplan Gerenciamento e Planejamento Ltda.

Requerimento nº 672, da Tecnologic Tecnologia Eletrônica Ltda.

Requerimento nº 673, do Luiz Carlos Bordoni, no período em que ele mesmo ofereceu aqui o sigilo.

Requerimento nº 674, da MGGL Empreendimentos e Participações Ltda.

Requerimento nº 675, da Srª Bruna Bordoni, nos termos da declaração do Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Requerimento nº 690, da empresa Construtora Veloso e Conceição.

Requerimento nº 691, da empresa GIC Construção e Corporações, na linha da preocupação do Senador Pedro Taques.

Requerimento nº 578... Aqui é providência, Sr. Presidente.

São essas as quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo, então, à votação nominal da quebra de sigilo.

Vou começar, colhendo o voto do Deputado Rubens Bueno.

Favorável ou contrário?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jorge Viana? (Pausa.)

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como vota o Senador Benedito de Lira? (Pausa.)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vicentinho Alves? (Pausa.)

Como vota a Senadora Kátia Abreu? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (Pausa.)

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com vota o Deputado Vaz De Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vanderlei Macris. (Pausa.)

O Deputado Vanderlei Macris não vota, não está aqui.

Deputada Iracema Portella?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o Relator.

Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Com o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Glauber?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Jô Moraes? (Pausa.)

Delegado Protógenes? (Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

Foram 24 votos pela quebra de sigilo; nenhum voto contrário.

Eu agora vou continuar a pauta. O resto é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São provi- dências que julgo são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vamos lá. Vamos lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nº 578, do Senador Randolfe Rodrigues. Tenho de ler tudo isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requisita... Na verdade, como nós demos conta de que são empresas que funcionam... Que não são empresas-fantasmas, nem laranjas; como são empresas que de alguma forma prestaram... Venderam carro ou algum tipo de equipamento para alguém da organização criminosa, estamos solicitando informações específicas sobre a razão daquela movimentação financeira, e aí fazemos o Requerimento nº 578 para empresa Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis.

Depois, vêm os Requerimentos de nºs 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, de igual teor; nºs 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612 e 613.

Vai até o de nº 613, Sr. Presidente. E são informações relativas à operação que deu origem a algum tipo de depósito da empresa Alberto & Pantoja.

O Requerimento nº 619 requisita à Polícia Federal os nomes e os números de CPF de todas as pessoas que faziam parte do grupo envolvido com o Sr. Carlos

Augusto Ramos, que possuíam aparelhos Nextel habilitados nos Estados Unidos da América.

O Requerimento de nº 621, do Senador Alvaro Dias, requer seja solicitada à juíza da 5ª Vara Criminal de Brasília – DF, Ana Cláudia de Oliveira Costa Barreto, a quebra de sigilo judicial – Ah, está requisitando a ela –, referente ao processo. E ela vai decidir.

O Requerimento nº 623 requer expedição do ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando a esse órgão a apuração de possíveis relações do Juiz Federal Leão Aparecido Alves com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O Requerimento nº 627 requisita ao Banco Central servidores técnicos para trabalhar nesta CPMI.

O Requerimento nº 629 solicita à CPMI informações a Saneamento de Goiás – Saneago.

O Requerimento nº 630 solicita à CPMI que re quisite informações à Celg.

O Requerimento nº 651 requer a criação de comissão composta por três integrantes titulares desta CPMI para ir ao complexo penitenciário da Papuda visitar o Sr. Carlos Augusto Ramos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Deputado Miro Teixeira está pedindo para destacar. Então, vou retirar de ofício.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso, retira de ofício.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Requerimento nº 655 requer seja solicitado à Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil informações relativas à entrada e saída do território nacional das pessoas abaixo relacionadas: Andreia Aprígio de Souza, CPF tal; Carlos Augusto de Almeida Ramos, CPF tal; Cláudio Dias de Abreu, CPF tal; Giovani Pereira da Silva, CPF tal; Idalberto Matias de Araújo e o Sr. Wladimir Garcez Henrique, com os seus CPFs aqui.

O Requerimento nº 656 requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil informações, Sr. Presidente, relativas à movimentação de entrada e saída de recursos financeiros envolvendo outros países das pessoas e empresas abaixo relacionadas. São 63 pessoas físicas ou jurídicas.

Indago se preciso ler. (Pausa.)

Tal requerimento é de conhecimento de todos.

O Requerimento nº 676 solicita sejam requisitados documentos de informação junto à Chefia da Polícia Civil do Estado de Goiás e ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, necessário ao avanço e à continuidade dos trabalhos. São informações sobre sindicâncias contra policiais civis e militares.

O Requerimento nº 678 requer sejam solicitados documentos e informações junto ao secretário de Es-

tado de transparência e controle do Distrito Federal, necessário também ao avanço e continuidade dos trabalhos desta CPMI.

O Requerimento nº 679 requer seja solicitada cópia das auditorias, investigações, processos administrativos e demais documentos que tramitam na Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil e na Procuradoria-Geral, todos os órgãos do Estado de Goiás, tendo como investigado o Delegado Edmundo Dias de Oliveira Filho.

De igual teor, os Requerimentos nºs 683, 684, 685 e 686.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu submeto, por votação simbólica, a aprovação desses requerimentos.

Nós destacamos, retiramos – o Relator o fez de ofício – um dos requerimentos. Portanto, os demais eu submeto a votação simbólica.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Peço, também, que aprovem a Ata da reunião anterior.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Eu passo a palavra, agora, aos Líderes.

O primeiro a fazer uso da palavra é o Líder do PSDB, Deputado José Carlos Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência.

Aguardei aqui, disciplinadamente, para falar neste momento, Excelência, e não vou me furtar. O nosso Líder, Deputado Bruno Araújo, não pôde comparecer e pediu que eu acompanhasse toda esta sessão. E acompanhei. Preciso dizer que acompanhei com um misto de alegria, de surpresa e com muita dor no coração por ver que esta CPI, ao que parece, de fato, está atendendo ao interesse maior do Ex-Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que, na instalação da CPI, fez questão de cantar, em verso e prosa, que gostaria, sim, da instalação da CPI. Agora vêm à tona, com mais clareza, os objetivos do ex-presidente: querer fazer vingança e querer fazer da CPI um instrumento político eleitoral.

Muito ruim participar, Deputado Miro Teixeira, como nós temos aqui participado semanalmente, e chegar a uma conclusão dessas. Fez-me lembrar aqui o autor da literatura brasileira, chamado Lima Barreto. Vou falar dele ao final da minha fala.

É claro que, hoje, decidimos aqui a convocação de pessoas fundamentais para o encaminhamento da CPI. E o PSDB não teve nenhuma, zero de dificuldade

de aprovar a vinda aqui do Sr. Cavendish, do Sr. Pagot, do Sr. Paulo Vieira de Souza e de outros que foram encaminhados pela relatoria. Mas, evidentemente, o PSDB tem que fazer o registro de que o nobre Relator não mandou bem, do ponto de vista de vista da justiça e da equanimidade, da isonomia.

É claro que todo o País sabe da conexão do Sr. Cachoeira com a Delta, nobre Relator. O Brasil sabe disso. É claro que o Brasil todo sabe que o Sr. Pagot disse à revista *Istoé* que foi procurado, nobre Presidente, pelo nobre Deputado José de Filippi. E aqui ninguém está fazendo acusação a sua vida moral. Queremos apenas saber por que o nobre Deputado José de Filippi, então tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, usou a força da sua função, quem sabe, até para intimidar o Sr. Pagot, para pedir a algumas empresas que pudessem contribuir. Foi ele quem disse, diferentemente do que disse a respeito do Sr. Paulo de Souza, que ouviu dizer que – pasmem os nobres Congressistas –, na prestação de contas – estou falando aí da prestação de contas regular da tesouraria da campanha –, consta ali a doação da Delta Construções, vinculadíssima que está ao caso Cachoeira, que já foi até descredenciada das atividades públicas. E nós aqui não queremos trazer o Deputado José de Filippi para prestar esclarecimentos.

Excelência, eu conluso, eu termino com Lima Barreto, de novo. Esta manhã me trouxe à memória o livro de Lima Barreto *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Eu imagino que hoje o Sr. Relator pode ter dado um triste fim a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo para o próximo líder inscrito, Líder Jilmar Tatto, pelo PT, por cinco minutos.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPI está tendo o mérito de buscar as maracutaias, principalmente do PSDB. Veja, quando teve o processo de cassação do Arruda, que era do DEM, era o Arruda do DEM, Governador do Distrito Federal. Só que, agora, na medida em que a CPI vai aprofundando a sua investigação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) *Fazendo soar a campainha.)* – Líder Jilmar, eu peço a esta grande imprensa brasileira, que tem nos ajudado a esclarecer muitos fatos, mas que nos ajudem agora a respeitar o orador na tribuna. E os Srs. Parlamentares também.

Vou devolver os cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Na medida em que a CPI vai aprofundando as suas reivindicações, a gente vai percebendo como o PSDB está se enlameando, como membros do PSDB têm estado junto com o crime organizado.

Veja o caso do Governador de Goiás, Marconi Perillo, a casa que era dele e que, na verdade, foi comprada pelo Carlinhos Cachoeira. Ele foi preso na casa que era do Carlinhos Cachoeira. E agora esta CPI teve o mérito e a ousadia, principalmente do Sr. Relator, Odair Cunha, de propor aqui, com coragem, a convocação do Cavendish, do Pagot e do Paulo Preto.

O que diz o Pagot em relação ao Paulo Preto, na própria revista IstoÉ, que o nobre Deputado Vaz De Lima disse? Pagot disse que 8% dos contratos relativos ao rodoanel e às obras do Tietê de São Paulo, realizadas pela Dersa, que era presidida pelo Paulo Preto, era um pedágio, era uma comissão.

Vamos lembrar que o Paulo Preto foi aquele que, na campanha eleitoral, o Serra foi questionado, então candidato a Presidente da República, se ele conhecia o Paulo Preto, e ele falou que não conhecia o Paulo Preto. E todo mundo sabe que o Paulo Preto o que financiava a campanha, através da Dersa, do PSDB de São Paulo.

O Paulo Preto diz, manda um recado por escrito, do seu próprio punho: “Não se deixa um amigo na estrada.” Ato contínuo, no dia seguinte, o Serra falou: “É, realmente o Paulo Preto eu não conheço, eu conheço o Paulo Souza.” Teve que reconsiderar, porque eles têm medo, o PSDB tem medo do Paulo Preto; tem medo do que ele vai dizer nesta CPMI. E o Paulo Preto está sabendo que, inclusive, o PSDB, o pessoal do Serra, do Aécio, votou favorável à convocação do Paulo Preto. Ele foi rifado, aqui, Sr. Paulo Preto. O senhor foi rifado. Seus amigos, aqueles que o senhor financiou, deu dinheiro, caixa 2, aqui, te rifaram. E agora eles tentam incluir, o PSDB está querendo incluir, aqui, o José de Filippi, que foi Prefeito de Diadema, Deputado Federal, que foi tesoureiro da campanha do Lula, no segundo mandato; que foi tesoureiro da campanha da Dilma, e querendo trazer para cá, porque o mar de lama de Membros do PSB é tão grande que eles precisam tentar pôr alguém do PT.

Vejam: primeiro, em relação à declaração do Pagot, quando o José de Filippi pediu para ele elencar lá, 20, 30 empresas, para poder arrecadar recursos para a campanha da Dilma. Alguém, aqui... O PT, por acaso, precisa de Pagot, para ser apresentado por empreiteira, por banqueiro, por gente do agronegócio? Um Partido que tem 30 anos, um partido que tem a Presidência da República, um Partido que tem a maior bancada de Deputados Federais e de Senadores precisa de Pagot para ser apresentado para algum financiador de campanha? Não me parece razoável isso.

Então, mostra o seguinte: a CPMI está no rumo certo. O rumo certo é investigar o crime organizado

do Carlinhos Cachoeira, que começou em Goiás, em que o Governador de Goiás, do PSDB, Marconi Perillo, está até o pescoço envolvido. É disso que se trata, e suas ramificações.

Então, hoje foi um dia memorável, porque teve coragem e firmeza o Relator de propor, e os membros desta CPMI mostraram que vão a fundo, doa a quem doer. Por isso da importância de, hoje, chamar, inclusive, o Paulo Preto para vir depor, para que ele explique a relação dele com a Delta, a relação dele com o Pagot, a relação dele com o grupo do Carlinhos Cachoeira e a relação dele, do caixa dois, com o Serra, com o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Jilmar Tattó.

Passo a palavra...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para uma questão de ordem, Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Houve um equívoco, aqui, na votação em bloco.

Veja só, a proposta do Sr. Relator era de todos aqueles requerimentos que ele leu. Em algum momento, o Deputado Miro Teixeira pediu, mas não foi votado, não houve entendimento, não houve acordo, para que fosse retirado de pauta o Requerimento nº 651, que cria uma comissão, pela primeira vez com o apoio de todos, para que, em conjunto, três membros façam uma visita ao Sr. Cachoeira na penitenciária. É importante isso, em conjunto, porque, depois da entrevista que a sua esposa deu no Fantástico, demonstra que ele quer realmente falar. Existe, lá atrás já, uma posição do Sr. Cachoeira, num processo antigo, que é da GTech, que tem dentro uma delação premiada dele.

Nós temos que consultar em conjunto. Acho que é importante, é uma demonstração para a sociedade toda de que, pela primeira vez, estamos criando uma comissão de três para ir trabalhar, e trabalhar fora, inclusive. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Pitiman, queria perguntar a V. Ex^a, porque, na hora em que o Deputado Miro Teixeira fez um destaque, pediu um destaque, o Relator retirou. Então, como eu já procedi à votação, queria ouvir, então, um encaminhamento diferente do Deputado Miro Teixeira.

Por que quero dizer isso? Acho que isso deva acontecer, na medida em que tivermos clara sinalização de que ele queira falar. Em minha opinião, aquela fala na TV...

É o seguinte... Como foi retirado, eu colocar em votação novamente...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não foi retirado. Para ser retirado, teria que ter sido comunicado, e não foi comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quem não foi comunicado é o senhor...

Deputado Pitiman, deixe-me só esclarecer, porque é em respeito a V. Ex^a. Durante aquela votação, enquanto o Sr. Relator lia, quando ele leu esse requerimento, o Deputado Miro Teixeira fez um destaque àquele requerimento. Quando o Deputado Miro Teixeira fez o destaque – e aí depois eu peço para o Dirceu dar a degravação das fitas para o Deputado Pitiman –, o Deputado Odair Cunha, como Relator, disse: “eu, de ofício, retiro esse requerimento”.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se ele acolheu o destaque, temos que votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele acolheu o destaque.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então temos que votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero falar para o senhor uma questão de natureza regimental. Se votarmos hoje...

(Manifestação de vários parlamentares.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havendo acordo, se alguém votar contrário, eu quero retirar do texto “visitar”. Acho que se alguém tiver que ir lá é para ouvir e não visitar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, outra coisa. Não se trata de uma comissão, é um grupo de parlamentares, é uma diligência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. Vou fazer um processo de votação simbólico e vou encaminhar. Quero saber se algum dos Srs. Deputados é contrário à votação desse requerimento do Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não sou contrário à votação. Eu tinha requerido um destaque. Acho sempre que podemos debater, deliberar e votar. No fim das contas, somam-se os votos. Quem tem mais votos ganhou e quem tem menos votos perdeu. Normalmente é assim.

Neste caso, eu projeto um resultado muito ruim dessa visita. Penso que os membros que lá forem estarão, a partir do momento em que saírem, submetidos às ásperas análises sobre a sua iniciativa.

Concordo com o Presidente. Isso só poderia acontecer se houvesse, ao contrário, uma sinalização do Cachoeira, que numa circunstância dessa prestaria um depoimento lá. Senão V. Ex^a, com essa boa intenção, com essa intenção formidável de ouvi-lo, estará se expondo a um nível que penso que, para o seu próprio eleitor, não será compreendido.

Eu posso estar errado, mas é a impressão que tenho, é a análise que tenho, e falo pelo bem dessa Comissão, pelo bem de V. Ex^a. Eu entendo, como também V. Ex^a, que não podemos ficar calados diante da insistência das entrevistas. Toda hora tem uma entrevista da senhora do Cachoeira dizendo que ele quer falar e todo mundo treme de medo. Ninguém aqui está tremendo de medo de nada, e talvez isso tenha mobilizado V. Ex^a.

Nós podemos acabar com essa frase e com seus efeitos se declararmos aqui que vamos convidar o Sr. Cachoeira e a senhora dele para aqui estarem, para falarem o que quiserem. Porque, nessa condição de convidados, eles não podem aceitar e chegar aqui e dizerem assim: agora vou ficar calado, porque aí será um desacato. Muda de figura. Como convocado pode; como convidado não. Ele vem se quiser. Agora, vindo, não pode silenciar, porque estará desacatando cada Deputado, cada Senador. Aí vem um mundo de questionamentos do que pode ser feito depois.

Sustento a minha posição contrária. Apelo ao Deputado Pitiman, que tem uma posição aqui muito razoável, lá na Câmara dos Deputados e aqui na comissão também, para aceitar ou pelo menos pensar nessa hipótese de converter em convite aos dois. Acaba a frase: nós queremos falar e todos estão tremendo de medo. Querem falar, então venham aqui. Sabe o que pode acontecer? V. Ex^a vai lá e ele ainda diz assim: não chamei ninguém aqui, eu não vou falar. E aí todos se comprometem, o que seria uma deliberação de cada um. Agora, como vão em nome da Comissão, penso que pode comprometer toda a Comissão.

Eu desejaría estar errado. Tenho a impressão de que não há risco de dar certo, como se diz em rodas do Rio de Janeiro.

Vou manter a minha posição contrária não pelo mérito que V. Ex^a busca, não é isso, é pelo procedimento, pela diligência que pode ter um resultado nefasto, apesar da boa intenção.

Mantenho a minha posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, depois ao Relator, para depois encaminharmos essa questão.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, eu discordo!

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)

– Sr. Presidente, estou inscrito como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito como Líder, mas é que houve uma questão de ordem. Vou concluir a questão de ordem e devolver a palavra como Líder, porque V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não sei se o Deputado Miro Teixeira concordaria em me substituir na Mesa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do Deputado Miro, porque o máximo que pode ocorrer é essa comissão, essa diligência lá chegar, e ele também não querer falar nada, OK, está encerrado o assunto, e acabou.

O importante é que as técnicas de investigação sejam exploradas ao máximo. Essa é uma delas. Num momento lá atrás, num entendimento no processo da GTech, ele aceitou, inclusive, uma delação premiada. Acho que, para resguardar a Comissão, não há dificuldade: levamos um aparelho de gravador, e se grava toda a conversa, registra-se toda a conversa. Entendeu? Com isso, evita-se qualquer tipo de constrangimento.

O que estamos adotando aqui é o mais correto na investigação. Nós não podemos trazê-lo aqui e obrigá-lo a falar. A lei não permite isso. E, por isso, tem se conseguido *habeas corpus*, desnecessariamente, inclusive até para testemunhas.

Então, o que estamos querendo usar é uma técnica natural de convencimento. Hoje, nós observamos, pelas declarações da esposa dele no Fantástico, que há tranquilamente uma posição clara: ele quer falar numa conversa em que ele possa se sentir seguro. E essa diligência poderá trazê-lo aqui com essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Vaz de Lima.

Depois, vou conceder a palavra ao Relator, para decidir sobre a questão de ordem. Estou decidindo sobre a questão de ordem.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero só tentar contribuir. Diante da fala do Deputado Miro Teixeira – e há tão pouca gente aqui! –, eu queria fazer uma sugestão. Eu queria pensar um pouco melhor sobre isso. Se a gente puder ouvir é bom. Como somos somente quatro pessoas aqui...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Na sessão administrativa de agosto, aí é outra conversa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Pode até ser outro momento. As ponderações do Deputado Miro me fazem refletir que, talvez, a gente tivesse de fazer uma discussão um pouco mais ampla. Pode ser até que a gente perca oportunidades. Isso faz parte do nosso processo. Mas, como esvaziou demais o *quorum*, corremos o risco de, mais na frente, falarem assim: “Puxa vida, não havia ninguém para falar alguma coisa assim?”. Então, penso que a voz do Deputado Miro possa ser, neste momento, a voz da reflexão. Naquele outro momento, deveríamos ter aproveitado a Casa mais cheia, que, pelo menos, não correríamos o risco de,

mais na frente, dizer-se assim: “Puxa, estavam lá três ou quatro pessoas!”.

Então, eu vou me associar ao Deputado Miro. Eu gostaria que isso voltasse a ser discutido, se é que não há uma nova reunião assim, se é que não se pode fazer isso em algum outro momento, Sr. Presidente. Ainda agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar a questão de ordem do Deputado Pitiman depois de ter ouvido todas as ponderações.

Do ponto de vista procedural, eu já tinha procedido ao encaminhamento do requerimento. Houve um pedido de sobrerestamento de destaque, e o Sr. Relator, rapidamente, na sua leitura, disse: “Eu o faço de ofício próprio”.

Uma segunda ponderação é feita sobre o *quorum*. Havendo divergência, se formos para uma votação – e me parece que, com divergência, não dá para ser simbólica a votação –, cairá o *quorum*, e aí nós vamos prejudicar a fala dos líderes.

Conversei com o Sr. Relator e pedi a ele se ele podia, na primeira reunião administrativa de agosto, apresentar esse seu primeiro requerimento, em consideração ao nobre Deputado Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Agosto é outro momento! Vou retirá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que estou sem...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Isso pode ser feito na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas a próxima reunião...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Mas a gente não vai aprovar. O Deputado Miro é contra. Basta uma... Estou dando só um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que, regimentalmente, não tenho...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Se não pedir verificação... Mas é um risco que vamos assumir diante da Comissão inteira, que não está presente aqui hoje, de aprovar uma diligência, sem a Comissão estar presente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se foi pedido para dar destaque, tinha de ter colocado em votação. Está compreendendo?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor está correto, Deputado Pitiman. O problema é que não há mais ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu acho que, com as considerações feitas, não tenho como proceder à votação. Ali, eu só...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, eu só quero dizer o seguinte: o Relator

poderia garantir que colocaria isso na próxima reunião administrativa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A questão que está posta, o objetivo é o mesmo, tanto do Deputado Miro como do Deputado Luiz Pitiman. O objetivo: facilitar o acesso, a informação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por que V. Ex^a agora não anuncia, como Presidente... Posso falar? O convite pode ser feito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, porque isso tem divergência em relação ao que diz o Deputado Pitiman.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sem prejuízo. Permita-me? Sem prejuízo das posições aqui colocadas, tem uma questão que pode ser, desde já, anunciada por V. Ex^a, porque convite pode ser por uma deliberação apenas do Relator e do Presidente, não precisa nem votar. Convite não precisa; convite? Vamos convidar.

Nós tínhamos, em outras CPIs, até o Vice-Presidente, o Maurício Corrêa, muitas vezes, despachou petições de membros de uma CPI; ele era Vice-Presidente e ele despachava. Isso acaba com qualquer especulação de que existe o medo de ouvir o Cachoeira ou a senhora dele. Sem prejuízo de na semana que vem, até, votarmos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Indago do Deputado Pitiman: V. Ex^a aceita transformar esse requerimento de diligência em um requerimento de convite? Porque aí nós poderíamos aprovar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Voto sem prejuízo, depois sevê.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Não dá para ser na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero ponderar o seguinte: na condição de Presidente, tendo um colegiado que decidiu sobre os demais...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Aquele momento passou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aquele momento passou e ele passou às nossas vistas, não é? Então, o que eu quero pedir? Eu queria fazer esse apelo ao nobre Deputado Luiz Pitiman se nós poderemos tratar esse tema na primeira reunião administrativa. Semana que vai ter reunião? Não vai ter...

O SR. DR. ROSINHA (PT – RS) – Nós estamos chegando num ponto bastante comum aqui. Todo mundo sabe que tem que avançar no processo de investigação. Quando se colocou a questão de visita, que fica realmente uma palavra um pouco estranha, o próprio Presidente falou: “É uma diligência da Comissão” e o

Deputado Pitiman aceitou como diligência desta Comissão.

A diligência, transformar-se o requerimento em uma diligência, não vai ter oposição de quem não está aqui. E, antes de se fazer diligência, o Presidente da Comissão consulta se há vontade de ser recebido pelo outro lado para ser ouvido, para não ir até lá. Tem que consultar. Tem que ligar na direção e consultar, dizendo: “Olha, está indo uma diligência com esse objetivo tal, de buscar informações”. Ele tem advogado que fala por ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dr. Rosinha, a Assessoria da Mesa me traz o art. 149, que diz o seguinte:

Art. 149. O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por deliberação desta, [então, tem que haver a deliberação] poderá incumbir um dos seus membros ou funcionários da Secretaria do Senado da realização de qualquer sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

Estou trazendo aqui um tema regimental sobre a decisão. Do jeito que foi feito, nós tínhamos um colegiado cheio. Agora, eu quero saber se eu posso, tendo o colegiado agora esvaziado, encaminhar essa questão dessa maneira, embora eu tenha a visão de que nós temos que dar melhor atendimento, maior atenção a esse tema, que pode ser um tema bem encaminhado.

Agora, eu estou com uma outra questão, que é a questão regimental. Dois dos Srs. Deputados claramente se opuseram. Não há consenso, ainda que...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – De minha parte também não terá... (inaudível) ...tem que haver ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim. Está certo.

Deputado Pitiman, V. Ex^a...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – O Deputado Rosinha agora colocou um novo ingrediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Se aprovarmos que a Presidência possa consultar o detento, com o advogado dele, claro, se ele toparia receber... Aí talvez se pudesse encontrar uma saída. Nós temos é que convencer depois os nossos Pares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Isso é civilizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, Deputado, deixe-me eu colocar claramente o que penso sobre isso.

Se for para ele fazer uma oitiva, se for para nós, Comissão, por intermédio de uma diligência, ouvi-lo lá, eu tenho opinião contrária. Todo movimento nosso tem de ser no sentido de dizer que a Comissão está aberta, disponível para que o Sr. Carlos Cachoeira compareça a esta CPI e narre os fatos que lhe são imputados; que se defenda; que aponte caminhos, o que ele entender, ou seja, nós estamos abertos e disponíveis. Se nós...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há outra questão: Como é que se vai tentar ouvi-lo sem a presença do seu advogado? O primeiro contato tem de ser com advogado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A diligência de ir lá tem de ser no sentido de conversar com o advogado, de se colocar à disposição... Agora, não de ouvir, não de produzir uma oitiva no presídio. Aí eu tenho uma opinião contrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou entendendo que nós podíamos encaminhar da seguinte forma...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Se nós tivéssemos um quórum maior, essas coisas todas seriam discutidas entre nós.

Acho que ficou difícil para a gente, com um quórum tão diminuto, tomar uma decisão desta. Quer dizer, eu não sou contra! Já disse isso para o Pitiman desde o início. Mas, as ponderações do Deputado Miro Teixeira me levam a uma reflexão maior. Quando combinei aqui com o Deputado Pitiman, não havia essa reflexão. Quer dizer, eu tenho por norma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero fazer uma sugestão ao Deputado Luiz Pitiman: transformar a oitiva lá em um convite desta Comissão para que ele, se quiser vir aqui, faça as declarações que pretende fazer, segundo fala de sua própria... Então, isso mandar para ele, sua senhora e para o advogado. Então, transformar esse procedimento em um convite. Convidá-los para vir aqui e, publicamente, falarem e colaborarem...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É um procedimento investigatório completamente diferente, Presidente. Não é esse o objetivo da coisa, até mesmo porque ele vai vir aqui e ficará mudo da mesma maneira. O procedimento investigatório é que estamos trabalhando na diferença... Agora, eu concordo que não foi seguido pela Mesa o procedimento normal, se é que foi pedido, da forma que foi pedido, pois as pessoas que eu consultei e estavam no plenário, não viram...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, com a autorização do orador, porque é uma comunicação que estou recebendo...

O Cachoeira tem um depoimento marcado no dia 24 ou 25, agora, julho, e o Dr. Márcio já disse que ele

não falará nada antes desse depoimento. Então, surge agora outra questão: esperar passar o depoimento dele na Justiça; mas agora eu passo a insistir no seguinte: desde já está convidado.

Depois da Justiça... Como está marcado: 24 ou 25... Está sendo confirmado agora. Agora surgiu outro fato que é a questão de causa superveniente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Como ele tem um depoimento na Justiça e seu advogado disse que nada falará antes do depoimento na Justiça, minha sugestão é a de que, a partir do requerimento de V. Ex^a e de outro requerimento do Deputado Sílvio Costa, se transforme em um convite para que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, acrescento eu, Presidente: que tal designá-los para acompanhar o depoimento do Sr. Carlos Cachoeira na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já existe essa designação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim, aqui na Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu gostaria de ter da Secretaria essa deliberação. Estou lembrando, agora que V. Ex^a está falando, que houve uma discussão desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Houve essa designação. Eles, inclusive, foram em Goiás, mas naquela época ele decidiu... Ele ganhou um *habeas corpus*. Então, minha sugestão é esta: reiterar um convite ao Sr. Carlos Cachoeira e à Sra Andressa para virem a esta Comissão prestar seus esclarecimentos.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não acho também que, com este quórum, dá para se transformar uma coisa em outra. Acho que o procedimento foi errado. Da mesma forma, entendo que o momento passou. Vamos verificar no andamento das coisas.

Agora, é inadmissível nós ouvirmos, através do maior complexo de televisão deste País, a mulher dele dizendo que ele tem muito a falar para o Brasil, e nós, aqui, hoje, não termos tomado a atitude correta de pelo menos uma diligência para constatar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu lhe agradeço, Deputado Luiz Pitiman, porque sei da seriedade do trabalho de V. Ex^a, das preocupações, inclusive em relação a esse tema.

Eu acho que, se houve um erro, foi um erro coletivo, de boa-fé de todos, porque não houve questionamento naquele encaminhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Erro de boa-fé. Mas eu peço que V. Ex^a não retire aquela sua decisão de já anunciar o convite. V. Ex^a a mantenha, porque uma coisa não está amarrada a outra. Pode fazer por despacho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, por segurança, eu vou fazê-lo em decisão colegiada também.

Então, passo ao próximo inscrito, para falar, como Líder, o Deputado Maurício Quintella Lessa, e solicito ao nobre Deputado Miro Teixeira que assuma a condução dos trabalhos. (Pausa.)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – V. Ex^a tem o tempo, além do marcado, razoável.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Muito obrigado. Eu acho que nem utilizarei o tempo inteiro, até porque eu me inscrevi para falar como Líder no início desta reunião, mas não foi possível. Então, grande parte do que eu gostaria de falar já foi vencido aqui hoje.

Mas acho que dois registros são importantes fazer. Primeiro, eu queria parabenizar a Comissão, os líderes desta Comissão e seus Membros, pelas reuniões que foram realizadas nesta semana e que resultaram numa mudança de rumo, numa mudança de procedimento, tanto nas convocações, que realizamos hoje quanto na postura desta CPMI. A CPMI, de uma vez por todas, caminha no ritmo de fazer a investigação.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, que, no dia 15 de maio, representando o Partido da República, apresentei o requerimento de convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, não só pelas declarações que o próprio fez, em que disse à imprensa que gostaria de falar, mas porque o Partido da República quer que o Pagot venha aqui e esclareça tudo a respeito da sua passagem pelo Ministério dos Transportes, em que contingências se deu a sua demissão, e efetivamente para que o Brasil saiba quem é Pagot.

O Pagot, Deputado Miro Teixeira, é um representante da empresa Delta, é um emissário da Delta? Trabalha os interesses da Delta, como muitos aqui querem fazer transparecer isso, ou não? Ou, como mostram os gramos e a investigação, o Pagot foi objeto de articulação dos membros da organização Cachoeira com determinados setores da imprensa por justamente ter se contraposto a interesses da empresa Delta?

Há uma dicotomia aí, há uma esquizofrenia em relação a quem é o Pagot. Nós não sabemos, efetivamente, que interesses o Pagot representa.

Então, por isso que é fundamental que o Sr. Pagot venha e preste todos os esclarecimentos a esta

CPMI, e que os membros desta Comissão se preparem para inquiri-lo.

Quero aqui registrar o apoio do Partido da República nessa convocação, não através do requerimento, mas na sua votação favorável, da vez anterior e dessa agora.

Eu queria aqui também, já que tenho tempo – V. Ex^a me concedeu até mais do que mereço –, fazer outro registro em relação ao que foi dito por um Deputado do PSDB, parece-me, em relação ao Presidente Lula. Segundo ele, esta CPMI teria sido criada por vontade do Presidente Lula em fazer perseguição. Bom, se o Presidente Lula estimulou a criação desta CPMI, posso lhe dizer que tanto eu quanto vários outros Parlamentares jamais fomos contactados nesse sentido. Mas, acertadamente, se ele estimulou, ele o fez e deveria ter feito. Isso mostra a sua sensibilidade e a necessidade que este País tinha de fazer esta CPI acontecer.

Sr. Presidente, Deputado Miro Teixeira, Srs. Deputados, está aqui a prova de que esta CPI produz consequências, e consequências benéficas para o País. Se esta CPI não tivesse sido instalada, muito provavelmente, o caso Cachoeira estaria, como tantos outros, dormindo nas Varas de Goiás. Com dormindo, eu não quero dizer que não estaria andando, mas estaria...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Já estariam soltos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Os indiciados, provavelmente, já estariam todos soltos, trabalhando com muito mais facilidade, transitando com muito mais facilidade em suas “defesas” – falo defesa aqui entre aspas.

Temos já um Senador da República praticamente cassado por conta do seu envolvimento com essa organização, que foi, sem dúvida nenhuma, amplificada por esta CPI.

Temos Deputados Federais respondendo a uma sindicância na Câmara que, dificilmente, não virão aqui também, para prestarem seus esclarecimentos.

Esta CPI, através da quebra de sigilo da empresa Delta, evitou que ela fosse vendida para outro grupo que não sabemos exatamente quais interesses teria, ao fazer a compra da empresa.

Isso, entre outras questões aqui, que vamos investigar daqui para frente. Esta CPI tem prazo mínimo até novembro para funcionar.

Agora é que estão chegando aqui os sigilos, os cruzamentos, os dados do Coaf. É bom que fique claro para a opinião pública que não está sendo fácil para Deputados e Senadores fazerem o trabalho lá embaixo. Os documentos estão chegando a conta-gotas, truncados. Primeiro, é preciso começar a se familiarizar, ter o organograma de toda a organização. Não é fácil,

não é fácil. É preciso tempo para que se produzam os resultados que desejamos.

Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer hoje. Acho que avançamos profundamente no dia de hoje, nesta Comissão. Independentemente de quem estimulou ou não estimulou a criação da CPI, nós avançamos. É preciso que esta Comissão avance no sentido de fazer a investigação e deixe de lado, claro, dentro do possível, a política.

Por exemplo, convocar o tesoureiro da Dilma hoje aqui seria um erro político. Até o presente momento, não há nenhum fato que consubstancie ou que motive a convocação do Sr. José de Filippi agora. Daqui a uma semana, pode ter. Depois do que o Sr. Pagot falar ou depois do que o Sr. Paulo Preto contar a esta CPI ao vir aqui, nós poderemos ter que convocar o Sr. José de Filippi e tantos outros.

Portanto, seriam essas as considerações.

Parabéns à Comissão, parabéns à imprensa brasileira que tem prestado um serviço importante para com esta investigação. Que consigamos alcançar os objetivos que o País espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Na sequência, temos o Deputado Mendes Thame, o Senador Alvaro Dias e o Deputado Dr. Rosinha.

Tem a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, queremos salientar três rápidos pontos.

O primeiro é o seguinte: não se mede a atuação de nenhum partido ou de nenhum parlamentar por um voto isolado num dia apenas de votação. É o mesmo caso da frase que diz: os vaga-lumes brilham, mas não iluminam o caminho. Por que não iluminam o caminho? Porque não há uma sequência nesse facho de luz; é algo efêmero, que brilha um minuto e para. Para se medir a atuação de um partido, a atuação dos Deputados numa CPI, é preciso analisar a sequência dos seus votos. Em todos, absolutamente em todos os votos, de todos os requerimentos que foram submetidos a esta Casa, pedindo a convocação de alguém para trazer informações para melhorar o nosso conhecimento, para aumentar a nossa capacidade de análise, em todos os casos, sem nenhuma exceção, o PSDB votou a favor, inclusive hoje na tentativa do PT de colocar alguém lá que servisse de um contrapeso para que, estando lá o Engenheiro Paulo de Souza, nós não votássemos os demais. E foi essa a clara intenção da inclusão desse requerimento. O PSDB votou a favor da convocação de todos, na convicção de que aqui vindo o Engenheiro Paulo de Souza, nada tem a esconder, nada tem a

esconder. O seu trabalho foi um trabalho normal, um trabalho de engenharia que redundou em bons serviços prestados ao Estado de São Paulo.

Segundo ponto. Eu acho que nós não podemos mistificar. Aqui houve uma colocação de extrema relevância, que diz o seguinte: nós temos que investigar caixa 2 e toda contribuição oficial ao caixa 1, como foi dito, é legal e não precisa ser investigada. Isso é uma falácia. Precisamos tomar muito cuidado com essa falácia. Mesmo muitas das contribuições registradas normalmente podem não ser legais e podem não ser morais. É o caso de se procurar doações junto a empresas que têm vínculos com o Governo. Mais do que isso, procurar doações vinculadas, operações casadas, cartas marcadas com empresas que ganham obras desde que contribuam para um determinado partido.

Por isso a alegação de que o tesoureiro do PT estaria apenas procurando doações legais não é justificativa para não convocá-lo. Aliás, o Senador Alvaro Dias, quando fez a sua observação de encaminhamento do requerimento que pedida a convocação do tesoureiro do PT, foi muito didático, muito feliz nas suas colocações. Enquanto que com relação ao Engenheiro Paulo de Souza apenas se ouviu falar na citação da revista, com relação ao tesoureiro do PT o Sr. Cavendish fez afirmações diretas. Portanto, uma razão muito forte para que nós o trouxéssemos aqui, para que também o ouvíssemos. Se ele nada tem a esconder, melhor, é uma oportunidade de aqui esclarecer a sua atuação.

E o terceiro ponto. Hoje foi preso o Sr. Juquinha que dirigia a Valec, que era o Pagot do Dnit na Valec, o que mostra que a faxina, a pretensa, a pseudo, a falsa faxina que a Presidente Dilma teria feito nos Ministérios, Ministérios cujos ministros foram escolhidos por ela, essa faxina não ocorreu. E está aí: o Sr. Pagot está livre; o Sr. Juquinha foi preso hoje. Portanto, foi uma falsa faxina. Todos estão aí livres, na verdade rindo, zombando de todos nós, que até hoje não tivemos a competência de realmente elucidar esses casos que são de política e de polícia, para tentar criar aqui um arcabouço jurídico que ajude a proteger o erário e diminuir a captura de setores do Executivo por gangues, por organizações criminosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente Miro Teixeira, eu estou sendo cobrado agora da convocação de Deputados. Há requerimentos que foram propostos a esta CPI, convocando Deputados, e esses requerimentos ainda não foram votados. Então, há uma cobrança de quem acompanha os trabalhos

desta CPI, para que esses Deputados sejam também convocados a depor aqui.

Mas eu pedi a palavra, sobretudo, para repor, do ponto de vista da Oposição, algumas situações colocadas aqui hoje.

Eu ouvi alguns afirmando: "O PSDB tem medo". Eu pergunto: Medo do quê? Porque o PSDB votou favoravelmente à convocação do Sr. Paulo Preto? O PSDB tem só quatro votos nesta Comissão: dois Senadores e dois Deputados Federais, de trinta Membros da CPI o PSDB tem quatro votos. A outra... E esta é uma afirmação, portanto, que contraria a lógica, o bom senso e afronta a inteligência. Se o PSDB tivesse realmente medo, ele não estaria aqui propondo a convocação de todos: Cavendish, Pagot, Assad, votando favoravelmente à convocação de Paulo Preto, embora o entendimento seja de que não há nenhum *link* com dele com esta CPI, porque, na verdade, quando se fala da empresa Delta e se fala na obra de São Paulo, a obra referida nesta matéria da revista *IstoÉ*, não há presença da Delta nesta obra e Pagot diz: "Ouvi falar".

Portanto, há um convocado que é convocado porque alguém ouviu falar, mas e o outro? Onde está a lógica na convocação de um e na não convocação do outro? Não estaria havendo dois pesos e duas medidas? Isso não significa politização? Partidarização? É evidente que isso significa partidarização, porque, com relação ao tesoureiro do PT – que eu não conheço, não faço nenhum juízo de valor, não o julgo –, mas ele deveria estar aqui, deveria vir para depor, porque o Sr. Pagot disse que se reuniu com ele no Dnit, que é um órgão público, que é uma instituição do Governo, para discutir doações de campanha e que teria conseguido pelo menos de trinta a quarenta empresas que fizeram doações, fornecendo, inclusive, a conta bancária para que esses depósitos fossem efetivados.

Não importa aqui saber se a doação foi legal ou ilegal neste caso. O que importa é dizer que houve utilização da máquina pública na arrecadação de recursos para a campanha eleitoral, incluindo a Delta, que é empresa investigada, que é a razão maior das investigações atuais nesta CPI e, por isso convocamos, além de Cavendish, outros empresários ligados à Delta e ao Sr. Fernando Cavendish.

Portanto, o que ocorreu? Dois pesos e duas medidas. Se alguém tem medo aqui, não é o PSDB. Então, está havendo aí um direcionamento errado. O alvo está errado, a afirmação pode ser correta, mas o alvo é errado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque medo tem quem votou contra a convocação do Sr.

José de Filippi, porque, certamente, há questões que devem ser suscitadas com a presença dele.

Não há, portanto, Sr. Presidente, da parte do PSDB nenhum receio em ouvir quem quer que seja, ao contrário, nós temos receio de não ouvir. Nós queremos que venham todos e que essa investigação possa ser concluída de forma a atender as expectativas da população do País. Eu tenho que reconhecer que hoje houve um avanço, não há como negar. A convocação de Pagot e a convocação de Cavendish são avanços e nós esperamos que eles venham depor logo no início de agosto; e a reconvoação de Cachoeira também se faz urgente. Há aqueles que querem visitá-lo no presídio, considero isso desnecessário, mas a presença dele aqui é imprescindível. É aqui que o seu depoimento pode ter validade jurídica e produzir consequência, portanto, jurídica. Não creio que devamos ir até a Papuda, ele é que deve vir até aqui, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente, entendendo que a partir de agosto esta CPI tem que ser recolocada nos trilhos da investigação para valer.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Esta CPI já está no trilho da investigação. Basta chegar à sala chamada sala-cofre, onde nós encontramos milhares de documentos para analisar. Às vezes, passei menos vezes lá que o Deputado Miro Teixeira, mas chega a quase dar desespero por não saber por onde começar ou dar continuidade àquilo que se estava investigando.

Eu pedi a palavra, Deputado Miro Teixeira, até porque fui o autor do requerimento da convocação do Sr. Paulo Vieira de Souza e por mais de uma vez meu nome foi citado; e quero usar agora da palavra. Não quis interromper votação, porque sei que ia atrapalhar.

Esta CPMI foi constituída para investigar uma organização criminosa. Ela não foi criada para investigar processo eleitoral. É lógico que se a investigação, se a organização criminosa atuou em processo eleitoral, sim. Mas não é o caso que se tem nenhum comprovante das últimas eleições, quando se tenta envolver o Deputado Filippi ou quando se tenta envolver a Presidenta Dilma.

Quando eu entrei com o requerimento para convocar o Sr. Paulo Viera de Souza, foi porque, na edição da revista *IstoÉ* de nº 2.221, de 1º de junho de 2002, o *ex-diretor* do Departamento **Nacional de Infraestrutura de Transportes** Sr. Luiz Antonio Pagot afirmou

que os tucanos de São Paulo fizeram pedidos para caixa 2 e ele se recusou.

Pagot contou à revista que recebeu pressão para deliberar R\$264 milhões de aditivos para a conclusão do trecho sul do Rodoanel. "Quem era o Sr. Paulo Vieira de Souza?" "Ele foi diretor da Dersa, empresa Desenvolvimento Rodoviário S. A. de São Paulo, no período de 2007 a 2010." Esse período começou agora, no dia 3 de maio de 2002, a ser investigado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que abriu um processo de investigação justamente para investigar a ampliação da Marginal Tietê, em São Paulo, entre as quais o denominado lote 2, realizada pelo Consórcio Nova Tietê, da qual a Delta faz parte. Então, aí é que está a questão do elo da organização criminosa, empresa Delta e o lote 2 da Marginal do Tietê.

Também, nesse caso, eu quero lembrar que o referido cidadão Paulo Vieira de Souza foi citado já na operação Castelo de Areia como suspeito de ter recebido, como agente público, na ocupação desse cargo, propinas da construtora Camargo Corrêa. Mas aqui a função é fundamentalmente pela empresa Delta.

Então é nesse sentido que eu pedi a convocação dele. Quando foi pedido o requerimento, para aprovar o requerimento da convocação do Deputado Filippi, eu me posicionei contrário. Mesmo não podendo votar, o meu partido se posicionou contrário, até porque disse que a Delta – foi dito por alguns parlamentares aqui – atuou em 23 Estados, e há suspeita de ilegalidade em alguns deles.

Em um deles, é o próprio Estado de São Paulo que envolve o Sr. Paulo Vieira de Souza, não envolve o Sr. Filippi. E o Sr. Filippi, quando é citado pelo Pagot, é no sentido de obter nomes de empresas que fizeram doações, que foram todas declaradas legalmente. Não há nenhuma citação do Filippi em nenhum dos documentos da Operação Castelo de Areia, nem na Vegas, nem na Monte Carlo. Nenhuma citação. É por

isso que nós ficamos tranquilos no sentido de fazer a defesa do Filippi.

E o próprio Relator, quando encaminhou o requerimento que recebeu, ele não recomendou votar contra os dois, ele mesmo afirmou que, na sequência, se necessário, seria convocado. Como se quis votar hoje, foi rejeitado, como deveria ter sido.

Então, Presidente, eu agradeço por ter ficado me ouvindo. Muito obrigado. Até a semana que vem, quando faremos outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – É sempre um prazer, Deputado Dr. Rosinha.

Antes de encerrar esta reunião, eu convoco nova reunião da Comissão para a próxima terça-feira, dia 10, às 10h15min, com pauta a ser definida pelo Presidente da Comissão e comunicada às Sras e aos Srs. Membros.

Está encerrada a reunião. – **Senador Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 16 de maio de 2012, às dezesseis horas e quarenta minuto, na Sala nº 07 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Item	Número	Ementa	Autor	Resultado
	182/12	Requer seja convidado o Dr. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, Presidente da OAB-RN, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	183/12	Requer seja convidado o Padre Antônio Murilo de Paiva, Consec, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	184/12	Requer seja convidado um representante do DCA, Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	185/12	Requer seja convidado um representante do Comdica, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	186/12	Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Vereador Edivan Martins, Presidente da Câmara Municipal de Natal, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	187/12	Requer seja convidada a Excelentíssima Senhora Micarla de Sousa, Prefeita da Cidade de Natal, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	189/12	Requer seja convidada a Excelentíssima Senhora Rosalba Ciarlini, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	190/12	Requer seja convidado o Delegado Marcelo Mosele, Superintendente Regional da Polícia Federal, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012..	Paulo Davim	Aprovado
	191/12	Requer seja convidada a Sra. Analba Bazão, Coordenadora do Coletivo Leila Diniz, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	192/12	Requer seja convidado o Sr. Rosivaldo da Cunha Oliveira, Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho, para participar de	Paulo Davim	Aprovado

		Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.		
	193/12	Requer seja convidado o Procurador Manoel Onofre Neto, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	194/12	Requer seja convidada a Sra. Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	195/12	Requer seja convidada a Sra. Sayonara Dias, Coordenadora do Cedeca Casa Renascer, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	196/12	Requer seja convidado um representante dos Conselhos Tutelares de Natal, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.	Paulo Davim	Aprovado
	197/12	Requer seja convidado o Sr. Marcos Dionísio Medeiros, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, para participar de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012..	Paulo Davim	Aprovado
	198/12	Requer a realização de diligência na cidade de São Paulo (SP), em data a ser definida, com a finalidade de apurar informações acerca de denúncia veiculada no dia 13 de maio de 2012 pela Rede Record de Televisão.	Vanessa Grazziotin	Aprovado
	199/12	Requer seja convidado o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte para tratar de assuntos atinentes ao objeto de investigação desta CPI, em Audiência Pública a ser realizada na cidade de Natal-RN.	Vanessa Grazziotin	Aprovado

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 25^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58, da Constituição Federal e na forma da art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011.

Coloco em votação a ata da 24^a Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme a pauta divulgada previamente, a presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos.

Portanto, passo a palavra à nossa Relatora, a Senadora Lídice da Mata, para ler os requerimentos

e solicito que os requerimentos relativos à audiência no Estado do Rio Grande do Norte sejam lidos todos e votemos em conjunto.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com exceção desses dois aqui, que precisamos votar em separado. Os demais votaremos todos juntos, que são de convite para participação na audiência pública.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Boa tarde, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Paulo Davim, após a nossa definição de realizarmos essa reunião extraordinária da CPI, lá no Estado do Rio Grande do Norte, recebemos os requerimentos do Senador Paulo Davim, que quero ler, para que possamos votá-los.

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Dr. Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, Presidente da OAB do Rio Grande do Norte, para participar da audiência pública, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, dia 28 de maio de 2012.

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Padre Antônio Murilo de Paiva (Consec), para participar da audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de maio de 2012.

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante da Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, para participar da audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

O primeiro requerimento em que convidamos o Presidente da OAB é o de nº 182, de 2012.

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante do ComDica, para participar dessa audiência pública.

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmº Sr. Vereador Edivan Martins, Presidente da Câmara Municipal de Natal, para participar dessa audiência pública na Assembleia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Exmª Srª Micarla de Sousa, Prefeita da cidade de Natal, para participar da nossa audiência pública.

REQUERIMENTO Nº 189, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Exmª Srª Rosalba Ciarlini, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Delegado Marcelo Mosele, Superintendente Regional da Polícia Federal.

REQUERIMENTO Nº 191, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Analba Brazão, Coordenadora do Coletivo Leila Diniz.

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho.

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Procurador Manoel Onofre Neto para participar da audiência pública.

REQUERIMENTO Nº 194, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta.

REQUERIMENTO Nº 195, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Saionora Dias, Coordenadora do Cedeca, Casa Renascer.

REQUERIMENTO Nº 196, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante dos Conselhos Tutelares de Natal.

REQUERIMENTO Nº 197, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Marcos Dionísio Medeiros Caldas, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, para participar da audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no dia 28 de maio de 2012.

Todos são os requerimentos do Senador Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vamos votar agora os Requerimentos nºs 182 a 197; todos convidam autoridades para participação de audiência pública.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Os próximos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –

REQUERIMENTO Nº 198, DE 2012

Requeiro, com fundamento no art. 149 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na cidade de São Paulo, em data a ser definida, com a finalidade de apurar informações acerca de denúncias veiculadas, no dia 13 de maio de 2012, pela Rede Record de Televisão, relacionada ao tráfico internacional de crianças.

Então, esse seria um requerimento para permitir que uma diligência de funcionários da nossa Comissão pudesse realizar esta viagem.

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2012

Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, seja convidado o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte, para tratar de assuntos atinentes ao objeto da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito em audiência pública, a ser realizada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Esse requerimento é posterior aos demais.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Aos demais, mas é o mesmo assunto, não é?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É o mesmo assunto.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão os Requerimentos nºs 198 e 199. (Pausa.)

Não havendo quem queira falar, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Ficamos acertados, conforme a deliberação desse momento da realização da audiência pública na segunda-feira, dia 28, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Hoje, só à título de informação...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, só mais uma questão de ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – No Requerimento nº 198, em que aprovamos a diligência à cidade de São Paulo é conforme relação de funcionários abaixo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Certo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A realização de diligência na cidade de São Paulo, onde participarão as pessoas abaixo relacionadas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. Então, já votamos esse requerimento; há apenas um esclarecimento, porque estamos com um tempo muito apertado. Em decorrência do funcionamento da participação destes três membros em outra Comissão, o nosso tempo se reduziu ainda mais.

É importante destacar, Senador Davim, que hoje, tanto eu quanto a Senadora Lídice da Mata, fizemos contato com a Ministra de Direitos Humanos e com o Ministro da Justiça, falando da nossa intenção para a realização de uma audiência pública, no sentido de tratar do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. E o Ministro se dispôs; a Ministra estará em viagem a Genebra para apresentar o relatório do Brasil, em relação às atividades envolvidas quanto à execução de programas relacionados aos direitos humanos. E o Ministro, mais uma vez, colocou-se à disposição.

Entretanto, há algumas questões que vêm ocorrendo. Uma delas é este caso muito importante, porque ele trata do tráfico de pessoas, pego em flagrante, de uma senhora brasileira, mas que vive na Itália há muito tempo e costuma utilizar desse método para levar crianças, aproveitando-se da situação de extrema fragilidade das mães que acabam de parir. Ela entra e age, no sentido de levar crianças para fora do País.

Também fomos informados de um artigo importante, recentemente publicado na imprensa brasileira, do Dr. Hélio Bicudo, tratando de um fato também interessante, que esta CPI tem procurado enfrentar, que é o desaparecimento de crianças e o possível vínculo, em muitos desses casos, com o tráfico de órgãos, para a utilização de órgãos. Já aprovamos anteriormente um requerimento, convidando o Dr. Bicudo, para falar aqui deste problema.

Se os senhores concordam, na semana que vem, poderíamos encontrar um horário semelhante a este, numa quarta-feira, no início da tarde, para fazermos uma audiência pública, a fim de tratarmos do tráfico de órgãos, visto que não tivemos nenhuma audiência específica para tratarmos desse assunto.

Então, se houver concordância dos dois Senadores, já pedimos para a nossa consultoria, para os nossos técnicos, já agendar um melhor horário na semana que vem, nem que fosse às 8 horas da manhã.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – V. Ex^a disse à tarde.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – De tarde seria melhor ainda. Poderia ser às 13 horas, se for o caso, mas o que quero dizer é que várias das Comissões e das Subcomissões, inclusive coordenadas pela Senadora Lídice da Mata, têm utilizado desses horários alternativos, como às 8 horas da manhã, para realizar audiência pública. Não traríamos muitos convidados. Acho que o traríamos e

talvez mais uma pessoa. Aí a audiência não seria longa, e nós trataríamos desse problema, que é importante, até para que possamos dominar melhor.

Ficamos assim acertados? (Pausa.)

Então, pronto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião. – SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, Presidente.

(Iniciada às 16 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)

(Iniciada às 16 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 51 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião realizada em 23 de maio de 2012, às oito horas e cinquenta e sete minutos, na Sala nº 02 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Paulo Davim. Na ocasião foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Item	Número	Ementa	Autor	Observação	Resultado
	<u>200/12</u>	Requer seja convidada a Sra. Beth Fernandes, Presidente do Fórum de Travestis e Transexuais de Goiás e membro do Fórum de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual de Goiás, para prestar informações atinentes ao objeto desta CPI em diligência a ser realizada na cidade de Goiânia-GO.	Lídice da Mata		Aprovado
	<u>201/12</u>	Requer seja convidado o Professor Titular da Universidade de Brasília, Volnei Garrafa, para fazer exposição sobre o tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos, em reunião desta CPI no Senado Federal.	Vanessa Grazziotin		Aprovado
	<u>202/12</u>	Requer seja solicitada audiência com o Ministro do STJ para o qual tenha sido distribuído o incidente de conflito de competência no caso em apuração por esta CPI relativo à suspeita de tráfico de mulheres para a Namíbia.	Lídice da Mata		Aprovado
	<u>203/12</u>	Requer seja enviado convite ao Presidente e à Relatora da CPI da Câmara dos Deputados que apure fatos relacionados ao tráfico de pessoas para participarem de diligências desta CPI na Cidade de Goiânia-GO.	Lídice da Mata		Aprovado
	<u>204/12</u>	Requer seja solicitada à Assembleia Legislativa do Pará, o envio de informações acerca de apurações realizadas naquela casa sobre fatos relacionados ao objeto desta CPI..	Lídice da Mata		Aprovado
	<u>205/12</u>	Requer seja oficiado ao Ministro de Estado da Justiça, para que envide todos os esforços na apreensão da Senhora Maria Ferreira de Souza, envolvida em suposto tráfico internacional de pessoas para a Namíbia.	Lídice da Mata		Aprovado

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 26^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, cujo objetivo é investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas.

Coloco em votação a Ata da 25^a Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

As Sr^as e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

Esta reunião estava, a princípio, definida para a realização de uma audiência pública com o Dr. Hélio Bicudo, para tratar do tráfico de pessoas vinculado à utilização ilegal de órgãos. Como o Dr. Hélio Bicudo não poderia vir nesta data, mesmo assim fizemos questão de manter a reunião como administrativa. Já estamos acertando com o Dr. Hélio uma data em que ele possa estar presente, porque essa é uma discussão que consideramos fundamental.

Vamos aproveitar essa oportunidade para ler e votar outro requerimento relativo àquela audiência pública.

Então, neste momento, quero passar a palavra à nossa relatora, que fará a leitura dos requerimentos, para que possamos debatê-los e votá-los; na sequência, vamos tratar de algumas questões, alguns encaminhamentos para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e nos arts. 148 e 149 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sr^a Beth Fernandes, Presidente do Fórum de Travestis e Transexuais de Goiás e membro do Fórum de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual de Goiás, para prestar informações atinentes ao objeto desta CPI, em diligência a ser realizada na cidade de Goiânia, Goiás.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Como são dois requerimentos – devem estar chegando mais alguns – vamos colocar em discussão o requerimento para a realização de uma diligência, para a diligência que acontecerá no Estado de Goiás. Informo que a Senadora Lídice não poderá ir, eu não poderei ir, mas o Senador Davim se dispõe a ir até Goiânia, e inclusive já marcaram uma data.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja convidado o Professor Titular da Universidade de Brasília, Wolney Garrafa, para fazer exposição sobre o tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos em reunião desta CPI no Senado Federal.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Aprovados o requerimento relativo à Goiânia e o relativo à nossa próxima audiência pública, eu solicito a informação da nossa Secretaria se já há data marcada para a audiência com o Dr. Hélio Bicudo.

Vamos tentar fazer na próxima quarta-feira, nesse mesmo horário, porque, senão, teríamos que transferir para o mês de junho, meados do mês de junho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É, numa única audiência, e o Prof. Wolney – exatamente. E o nosso indicativo é na próxima quarta-feira. Eu gostaria muito de falar com o próprio Dr. Hélio Bicudo ao telefone, para tentar convencê-lo. Acho que esse horário é um bom horário. Começando a essa hora, a gente consegue concluir até umas nove e meia, dez horas. Dois convidados na quarta; é melhor.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ele viria na terça à noite.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Ele viria terça-feira à noite, exatamente.

Outra questão que nós precisamos debater aqui é a sequência da nossa diligência de São Paulo. Nós estamos acompanhando um caso importante em São Paulo.

Fizemos uma diligência, ouvimos uma das pessoas apenas, o taxista envolvido naquele caso de possível ato de tráfico internacional de pessoas. Ele faltou com a verdade do início ao fim, do início ao fim. Ficou muito claro que ele faltou muito com a verdade.

Ouvimos também uma das moças, uma das meninas que estavam envolvidas no esquema, e ficou claro que ele mentiu.

A cafetina, Sr^a Maria, que tem o codinome de Cristina, está foragida. Eu penso que, se não houver uma intervenção mais dura por parte da nossa CPI,

mais incisiva, ela vai continuar foragida. Certamente, nem foragida está. Foram atrás para prendê-la, não a acharam e já anotaram: “foragida”.

As medidas todas, Senadores, nós já estamos adotando. Conversamos com o delegado da Polícia Federal, entretanto, acho que nós precisaríamos formalizar. Poderíamos aprovar isso e depois apenas mandaríamos ofícios, expedientes, para o próprio juiz que está com o caso. Aliás, nem é o juiz. O caso está em Brasília, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), senhores e senhoras.

Nós pedimos para que marcassem uma audiência com o relator do STJ, e nós precisamos dessa audiência. Eu me disponho e tenho certeza de que também a Senadora Lídice, o Senador Davim, qualquer pessoa. Se os três não puderem, um dos três vai poder ir a uma conversa com o Ministro do STJ, para que resolva esse impasse criado sobre a jurisdição, em que unidade da Federação deverá ficar o processo: se é no Rio de Janeiro ou se é em São Paulo. Porque, sem isso, não há nem juiz no caso. É por isso que ela está foragida. E é por isso que eu digo que ela não deve estar foragida. Tentaram a primeira vez, voltou para cá e acabou. Vai ficar aí.

No fundo, isso mostra que as autoridades não entendem esse tipo de crime como um crime importante, ao qual deva haver muita dedicação.

Então, eu quero que a gente faça esta semana ainda, se possível, esse contato com o STJ. Não foi feito o contato com o STJ. Que seja feito esse contato, para que a gente possa ir até lá e verificar.

Eu passo a palavra à Senadora Lídice e ao Senador Davim, para falarem se teríamos algum encaminhamento a mais em relação a esse caso específico de São Paulo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Vanessa, Senador Davim, eu creio que nós precisamos trabalhar voltados justamente para encerrar cada um dos assuntos iniciados, até para que nós possamos ter um direcionamento para conduzir o nosso relatório.

Nós temos algumas questões que estão ainda em aberto. Quanto a esta, eu creio que a gente esta semana deva ir até o STJ. Creio que também nós deveríamos, na quarta-feira, como já deliberamos aqui, fazer essa próxima audiência. Deveríamos definir, também, para a outra semana, a próxima quarta-feira depois desta, a audiência pública em que tratamos de uma audiência conjunta com a CPI das vítimas do enfrentamento à violência contra a mulher, também com a presença do relator do Código Penal, da Comissão do Código Penal, da Comissão de Segurança da CCJ da Casa, que está elaborando um novo Código Penal.

As notícias dão conta de que esse trabalho já está sendo finalizado. E acho que um dos grandes objetivos dessa CPI é apresentar uma proposta nova de adequação do nosso Código Penal, da legislação que trata desse crime. Portanto, é fundamental que nós tenhamos um debate com os representantes da Comissão que estão a fazer a mudança do Código Penal.

Há também em funcionamento, muito tempo após a instalação da nossa Comissão, uma CPI de enfrentamento do tráfico de pessoas, na Câmara dos Deputados, que atua sem nenhum tipo de articulação com a nossa. Aliás, o Congresso Nacional é interessante. Muitas vezes, o Senado caminha de costas para a Câmara, e vice-versa.

Então, creio que deveríamos promover, Senadora Vanessa, pelo menos, uma conversa com a direção da CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados para que pudéssemos somar, porque imagine se sairmos daqui com uma proposta de mudança da legislação e eles saírem de lá com uma proposta de mudança na legislação diversa da nossa. Então, não entendo por que essa dispersão de esforços. Acho que deveríamos nos concentrar e, depois disso, fazer uma reunião administrativa para que tratássemos só desse cronograma, com a previsão do encerramento dos trabalhos e sistematização das linhas gerais do relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora Vanessa, Senadora Lídice, concordo com a preocupação de V. Ex^a. Realmente, de fato, precisamos fazer um encontro de contas com a CPI da Câmara, levar para os parlamentares da Câmara o que nós encontramos, o que a CPI do Senado pode contribuir no relatório da CPI dos Deputados, da mesma forma que tenho absoluta certeza de que a CPI da Câmara poderá contribuir com o nosso relatório, com dados, com informações adicionais.

Eu tenho muita preocupação e que a gente possa dar celeridade nessa reta final, haja vista que o prazo de conclusão é o dia 30 de junho. Muitas coisas estão agendadas e precisamos levá-las a cabo, como, por exemplo, a oitiva que será feita em Goiânia; a audiência pública que será realizada segunda-feira lá, em Natal; a solicitação da audiência no Maranhão. Quer dizer, é um assunto que, graças à publicização das ações dessas duas CPIs, tanto no Senado como na Câmara, está despertando interesse nas casas legislativas pelo Brasil afora. Isso é muito bom. Eu tenho certeza de que, cada vez que incrementarmos as nossas ações, mais interesse vai despertar na mídia, mais interesse vai despertar nos legislativos, mais interesse vai desper-

tar na sociedade em geral. E aí, quanto mais interesse despertar, mais informações chegarão para esta CPI.

Portanto, nessa reta final, nesses poucos mais de 30 dias que nos restam, tenho certeza de que muitas informações, muitas solicitações vão surgir. E aí será preciso um esforço concentrado nosso, para que possamos captar as informações que haverão de surgir, para que possamos otimizar esse relatório final da CPI do Tráfico. Eu sinto que esse assunto, depois de concluídas essas duas CPIs, não será mais um assunto tão desconhecido como é hoje na sociedade, porque estamos tendo espaço na mídia. A sociedade está sendo sensibilizada. É importante que isso aconteça.

Acho que, no nosso relatório, deveremos apontar algumas soluções, pelo menos alguns encaminhamentos. Isso é importante. E, nesses encaminhamentos, sugiro que seja preocupação número um desta CPI o incentivo à criação dos núcleos de enfrentamento estaduais, criar quantos instrumentos necessários forem para que seja otimizada essa busca por vítimas do tráfico. E, mais do que isso – não só a busca – que ofereçamos à sociedade a maior quantidade possível de instrumentos de enfrentamento desse crime, porque é um crime perigoso, é um crime sorrateiro, é um crime que acontece no silêncio, é um crime que acontece nos bastidores, é um crime que não é visível aos olhos da sociedade e também aos olhos das autoridades. Por isso, passa a ser um crime de alto potencial expansivo.

Não é à toa que a literatura mostra a evolução do lucro com esse crime, que está entre o segundo e o terceiro lugar. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a lucratividade gira em torno de US\$32 bilhões, só perdendo para o tráfico de drogas.

Então, é algo muito lucrativo, porque tem um potencial de crescimento assustador. Por quê? Porque passa despercebido, não é molestado pelo Estado legal. Ele não é molestado pelas autoridades que fazem cumprir as legislações dos Estados, dos Municípios e até mesmo dos países. Ele tem esse potencial de crescimento.

Acho importante essa contribuição. Nós precisamos fazer um relatório conciso, mas determinante; um relatório que aponte instrumentos novos de enfrentamento. E essa proposta da Senadora Lídice de conversarmos, de trocarmos experiências e informações com a CPI da Câmara dos Deputados acho fundamental.

Vamos fazer um esforço concentrado. Vamos à Goiânia. Vamos ouvir, vamos solicitar as informações adicionais que a Polícia Federal possa oferecer-nos. Inclusive, sugiro que os nossos assessores procurem entrar em contato com a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte. O Superintendente foi convidado, para que possa trazer in-

formações adicionais da Polícia Federal a respeito de dados, estatísticas e até mesmo posicionamento da Polícia Federal no combate a esse crime.

Então, precisamos absorver toda e qualquer informação que possa contribuir com o nosso relatório final.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Vanessa, voltando a essa discussão e ao posicionamento do Senador Paulo Davim, queria já, de forma objetiva, abordar essa questão do nosso cronograma, como trocávamos ideias aqui antes.

O Senador Paulo Davim lembrou que tínhamos um prazo até 30 de junho. No dia 30 de junho, temos aqui uma série de medidas provisórias que estão chegando ao Senado e que vamos ter de votar. Então, estaremos todos envolvidos no acompanhamento dessas matérias.

Nós três somos membros da CPMI que investiga as operações Vegas e Monte Carlo, a chamada CPMI do Cachoeira, que agora marcou seu cronograma de trabalho intensificado para as terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras. Portanto, vamos estar com um nível de ocupação muito intenso nisso.

E dificilmente vamos poder usar os fins de semana ou as segundas-feiras, como eventualmente estávamos usando, porque neste mês coincide a finalização, o prazo final de organização eleitoral, ou seja, todos os Municípios do País estarão fazendo suas convenções para lançamento de candidaturas até o dia 30 de junho.

Então, como todos nós – nós três – estaremos envolvidos em todo esse cronograma e em outros, creio que devemos preparar-nos até para solicitar uma ampliação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Mas já houve, não?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Já houve uma primeira.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pode haver...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pode haver mais uma. É uma ampliação do prazo, uma ampliação mínima do prazo.

Nós ocupamos esse mês de junho, para finalizarmos essas providências e essas audiências que ficamos de ter. Que finalize o tráfico que ainda não abordamos, o tráfico de órgãos, que tenhamos essa abordagem; que tenhamos uma discussão, para que possamos ter um pensamento mais afinado com a CPI da Violência contra as Mulheres e com a comissão de estudo do novo Código Penal; e que possamos fazer uma visita informal à outra CPI da Câmara e trocarmos experiências sobre isso.

Além disso, também iremos aos Estados Unidos, podendo analisar os trabalhos nessa direção, conhecer a experiência do combate ao tráfico de pessoas em um país importante, que tem uma legislação específica e instrumentos, departamentos e polícia voltada para esse assunto. Assim, poderemos voltar de lá com mais condições de finalizar o relatório.

Em julho temos o período de recesso de 15 dias. Seria o prazo para que finalizássemos o relatório e na volta do recesso faríamos uma reunião para apreciá-lo e votá-lo, quando encerráramos os nossos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Paulo Davim gostaria de falar, porque estamos em um debate importante e a Senadora fez uma proposta muito objetiva. Sua opinião... Ela solicita que façamos um pedido de prorrogação da CPI em decorrência das datas, com o que concordo plenamente.

Dia 30 de junho é o último dia para a realização das convenções. Obviamente que temos um relatório parcial aprovado até agora, as diligências que temos poderíamos acelerá-las no sentido de chegar à condição de trazer dados importantes para o relatório, mas é muito complicado em decorrência dessas inúmeras atividades políticas.

Então, quero ouvir a opinião de V. Ex^a, Senador Paulo Davim, acerca dessa prorrogação. E imagino que poderia ser o seguinte: prorrogaríamos a CPI, teríamos o recesso parlamentar, que não é bem um recesso...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O recesso é só no dia 17 de julho. Talvez pudéssemos usar os primeiros dias de julho para fazer o relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A minha ideia é a seguinte. Melhor ainda: primeiro, vamos ter que coletar assinaturas para a prorrogação da CPI. Depois, estipularíamos um calendário nosso, um prazo nosso. E, prorrogada a CPI, é óbvio, são 120 dias ou 180 dias, não utilizariam os 180 dias, mas deixaríamos passar o recesso, porque esse período seria importante para a elaboração do relatório, tanto para a nossa consultoria, para as assessorias, como para a própria relatora. E se ela quiser a nossa contribuição, também podemos ajudar. Voltando do recesso, marcaríamos, na primeira semana de agosto, a reunião para iniciarmos a apreciação do relatório.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu concordo.

Como o prazo inicial era até 30 de junho, eu estava defendendo um esforço concentrado para que pudéssemos fazer um relatório final consubstanciado, para não ser um relatório amputado de informações

importantes no sentido de contribuirmos com sugestões na construção de instrumentos que venham fortalecer esse enfrentamento.

Evidentemente que precisamos prorrogar, mas temos que assumir um compromisso conosco de dar celeridade nessa prorrogação. Entendo que até o dia 30 de julho seria um prazo estabelecido de nós para nós mesmos para que se cumprisse esse calendário, até porque é importante que iniciemos um trabalho e esse trabalho tenha início, meio e fim. E que esse fim não seja só um final para desobrigar-nos das tarefas, mas um fim que venha de fato contribuir, que é objetivo de todos nós aqui. Que possamos contribuir e sair com a consciência tranquila de ter dado uma contribuição efetiva para a sociedade no enfrentamento desse problema.

Esta que é a minha preocupação maior: quero chegar ao final desta CPI com a consciência tranquila de ter contribuído, oferecendo instrumentos que conseguimos amealhar nas nossas audiências, nas nossas diligências, nas conversas, nas leituras, nos debates, contribuindo de fato para isso.

Acho aceitável, concordo e estou disposto a dar seguimento a toda programação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Concordo integralmente com as preocupações do Senador Paulo Davim. Acho que devemos manter para nós o prazo de 30 de junho, para que possamos acabar todas as nossas diligências, nosso cronograma de trabalho, e usar o tempo de julho apenas para fazer o relatório. Na elaboração do relatório, podemos até fazer algumas visitas, ter algumas discussões não necessariamente formais, podemos ir até o Ministério da Justiça, buscar o apoio para analisarmos algumas das propostas que vamos apresentar. Mas temos de finalizar o nosso trabalho e, além de apresentá-lo ao Senado, devemos apresentá-lo a algumas instituições da sociedade. É o resultado daquilo que foi produzido por nós, de forma coletiva.

Creio que é bom o prazo de 30 de junho para nós, internamente, concluirmos o nosso cronograma, e o prazo de 30 de julho, para estarmos com o relatório pronto, acabado. Na primeira semana de agosto, aprováramos o relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, com essa opinião que não é majoritária, mas unânime dos integrantes da CPI, solicito à nossa Secretaria que elabore o requerimento pedindo a prorrogação do funcionamento, para que possamos iniciar a coleta das assinaturas ainda esta semana, se possível, no dia de hoje, que o plenário estará repleto

de Senadores, em decorrência da ordem do dia, que tem em sua pauta uma série de medidas provisórias.

Eu também gostaria de falar, Senadores, um pouco a respeito disso. Acho que falei de forma equivocada da cidade de São Paulo. Na realidade, não queria me referir a São Paulo, mas ao Rio de Janeiro, que foi a nossa... Ficou claro...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O crime foi em São Paulo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazzotin. Bloco/PCdoB – AM) – É. Mas fomos ao Rio de Janeiro. Quando falei que, lá, tomamos decisões, inclusive de fazer o contato com o STJ para pedir uma breve decisão daquele Tribunal... Porque uma das formas de paralisar qualquer tipo de crime, de investigação é esta, cria-se um empecilho no meio do caminho e, se não há grupos que se movimentam para que resolvam isso, nada anda.

Volto a repetir que tivemos o exemplo dos assassinatos que aconteceram em maio do ano passado na região amazônica. Formamos uma comissão interna, uma comissão externa do Senado. Foi da mesma forma; havia dúvida sobre a jurisdição de onde ocorreu o crime, se era o Estado do Amazonas ou de Rondônia. E não foi a primeira vez, houve outros casos. Fizemos um estudo e os casos anteriores pararam aí, as ações paravam aí. Nós, da Comissão, tivemos um contato com o STJ e rapidamente se decidiu, e o processo está andando. Criminosos não podem permanecer impunes. É como este caso aqui, o processo estava andando e parou. Então, precisamos resolver isso.

Segundo, tomei conhecimento de que a CPI, a que a Senadora Lídice e o Senador Davim se referiram, que funciona na Câmara, é presidida pelo Deputado Arnaldo Jordy, do Estado do Pará, e tem como relatora a Deputada Flávia Moraes, do Estado de Goiás.

O Pará, como todos nós sabemos, é o Estado da ex-Senadora Marinor, que era nossa relatora. É um dos Estados que manifesta de forma mais drástica, de forma mais rígida esse problema. Nós estivemos no Pará, onde há o indicativo e não só o indicativo, porque teve uma CPI na Câmara de Vereadores de Belém e atualmente está em funcionamento uma CPI da Assembleia Legislativa. Lá, o crime é tão grave que ainda é de uma época que imaginamos que não pudesse ainda existir. Garimpos ilegais, mulheres e meninas, filhas de gerações e gerações, que são traficadas, mantidas, inclusive com a existência de cemitérios, segundo ouvimos, clandestinos.

E Goiás é a mesma coisa. Dito aqui que entre três de cada quatro meninas, por exemplo, mandadas para a Europa e para a Espanha, são de Goiás.

Daí a necessidade de fazermos essa diligência. Então já que o Senador Davim ficará aqui, não fará a viagem no programa do Senado americano, ele pode, juntamente com os nossos consultores, fazer essa diligência importante.

E, penso eu que seria o caso, uma vez que a relatora da CPI da Câmara dos Deputados é de Goiás, seria importante, quem sabe acertar diligências conjuntas; faríamos o contato – concordam, Senadores? – ainda hoje. Eu posso, ou a Lídice, ou o Davim falar com a Deputada Flávia Moraes para tentarmos acertar isso. Essa primeira diligência fazer em conjunto com a CPI da Câmara dos Deputados.

Também hoje temos que conversar com o Ministro da Justiça, Senadora Lídice, temos que conversar com o Ministro da Justiça. Eu e a Senadora conversamos com ele, recentemente, no Palácio do Planalto, adiantamos o assunto e ele está muito disposto, tanto ele como a Ministra Maria do Rosário – com a Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres Menicucci falaremos, não há problema nenhum – para fazermos aquela audiência pública com a mesa de Ministros. Então, hoje também, deveremos fazer contato, nós os Senadores, com a ajuda da nossa Secretaria com o Ministro.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Vanessa?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grassiottin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para sistematizar aquilo que a gente acabou um pouco de definir.

Ações em relação às prisões da Namíbia, ao caso da Namíbia que nós faríamos a pressão no STJ, para que possa ser definido o prosseguimento do inquérito e das investigações; a audiência do tráfico de órgãos; audiência com a presença dos Ministros José Eduardo e Maria do Rosário para fecharmos, com a presença da CPMI da Mulher ...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazzotin. Bloco/PCdoB – AM) – Da CPMI da Mulher e também da Ministra das Mulheres, se puder.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A sim, a Ministra das Mulheres, desculpe.

E quanto às diligências de Goiás, eu queria aqui dar um esclarecimento: nós não podemos, pelo Regimento Interno, fazer audiências ou reuniões conjuntas de duas comissões, uma do Senado outra da Câmara. O que podemos sim é convidar a relatora para integrar a nossa diligência como uma convidada que será ouvida. Nós poderemos ouvi-la. E nós podemos também fazer uma reunião nossa, informal, entre a Presidência da CPI do Tráfico de Pessoas e a relatoria com a

nossa comissão, uma conversa nossa que pode ser marcada. Então a partir daí, eu acho que viabilizando a diligência em Goiás...

Nós já fizemos audiência no Pará e já está incorporada no nosso relatório toda a problemática e toda a situação vivida no Pará. Temos total condição de dar prosseguimento ao relatório a partir do que já temos. Creio que o que precisaríamos é sistematizar apenas essas duas novas situações e a discussão do plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas pelo Governo Federal. Nós não temos nenhuma análise do primeiro plano e nem apresentação do segundo plano para um debate conosco.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esse é o tema que será foco na audiência com os Ministros aqui, por isso que é importante sensibilizá-los.

Agora, eu pergunto: A senhora sugere também uma nova diligência no Estado do Pará?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, não. Não sugiro. Sugiro que tenhamos uma conversa com o Presidente e a Relatadora da CPI da Câmara ...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Não. Já fomos ao Pará.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Já fomos ao Pará. O Pará já está resolvido.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em relação ao Pará temos um vasto... A Senadora Marinor esteve aqui, há pouco tempo no Senado, solicitando uma nova ida da CPI lá. Entretanto é um assunto muito delicado. Nós já estamos no final do trabalho. A Câmara inicia um trabalho; o Presidente da CPI da Câmara é do Pará. Então acho que eles podem dar continuidade.

Penso que – é análise que eu faço, infelizmente, sou obrigada a fazer – fora o plano nacional de enfrentamento que nós não conseguimos com que ele avançasse, e isso é muito grave ... Porque o plano funcionou até 2010. Nós estamos numa bolha sem plano.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Num hiato.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Num hiato, desde 2011 até agora.

Então, é urgente que sensibilizemos o ministro principalmente, que é quem coordena tudo lá.

Mas fora isso, acho que o avanço das frentes estaduais, dos núcleos estaduais de enfrentamento têm sido importantes. No meu Estado mesmo, estou sendo convidada, toda semana, para ir aos Municípios inaugurar os núcleos de enfrentamento.

Alguns prefeitos – nós sabemos das dificuldades dos Municípios – resistem no primeiro momento a ce-

der um servidor para cuidar disso. Mas aí entramos nós, conversamos com o governador e eles acabam cedendo. Então, há um avanço importante. Temos em torno de 15 grupos de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil inteiro. Claro, precisaríamos que todos os Estados tivessem. Inclusive uma das nossas funções, no Rio Grande do Norte, é fazer com que o governo se sensibilize e monte também esse grupo de enfrentamento.

Bom, tomados os encaminhamentos...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Até por que temos duas mulheres no poder, no governo: uma mulher no governo e outra na prefeitura.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E outra na prefeitura.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na prefeitura da capital.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Faz parte de rota.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E é uma rota importante.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agora, tomadas essas deliberações, passo a palavra novamente à Senadora Lídice, a nossa relatora, para ler mais alguns requerimentos, para que possamos deliberar e assim encerrar a nossa reunião.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitada audiência ao Ministro do STJ responsável pela decisão acerca do conflito de competência no caso em apuração por esta CPI, relativo à suspeita de tráfico de mulheres para a Namíbia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir – já discutimos –, em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, nos termos regimentais, seja oficiado ao Ministro do Estado de Justiça para que envide todos os esforços na apreensão da Sr^a Maria Ferreira de Souza, envolvida em suposto tráfico internacional de pessoas para a Namíbia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Último requerimento agora?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Tem mais um.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, nos termos regimentais, seja enviado convite à relatoria da CPI da Câmara dos Deputados e Presidência que apura fatos relacionados ao tráfico de pessoas, para participar de audiência pública em Goiânia, a fim de discutir assuntos relacionados ao objeto desta CPI.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Audiência Pública?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Diligência, não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Diligência.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Diligência.

Uma correção: para participar de diligência na cidade de Goiânia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos mais um requerimento.

A SR^a. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Temos mais um requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Este será o último requerimento.

A SR^a. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Requeiro, nos temos regimentais, seja solicitado à Assembleia Legislativa do Pará o envio de informações acerca de apurações realizadas naquela casa sobre fatos relacionados com esta CPI e a CPI que lá se desenvolve.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Gostaria também de informar aqui expediente que deveria ter acontecido no início da reunião, mas está acontecendo no final. Recebemos um expediente do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Deputado Arnaldo Mello, que encaminhou ao Exm^o Presidente da Casa, José Sarney, solicitando a ida da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas à Assembleia Legislativa do Maranhão.

Então, o convite está feito. Eles não sugerem data. Colocam para que possamos definir a data. E temos um tempo um tempo para pensar, para olhar as nos-

sas agendas, os Senadores, para ver se é possível o nosso deslocamento. Lembrando que, segunda-feira, nós teremos uma audiência pública no Estado do Rio Grande do Norte – nessa segunda-feira.

A Senadora Lídice da Mata, possivelmente por agendamento de outras atividades, não poderá ir, mas ainda há uma definição. Se ela não tiver condições, nós compreenderemos. Mas nós outros estaremos lá em Natal, no próximo dia 28, segunda-feira. Nada mais havendo a tratar, encerramos a nossa reunião.

Obrigada a todos. – **SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN**, Presidente.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 40 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 27^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27^a Reunião realizada em 28 de maio de 2012, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença do Senhor Senador: Paulo Davim. Deixaram de comparecer, justificadamente, as senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião, foram ouvidos os seguintes convidados: Ricardo Mota, Presidente da Assembleia; Fátima Bezerra, Deputada Estadual; Governadora Rosalba Ciarlini, Poliana de Medeiros Fernandes, Delegada Federal e Chefe da Delegacia de Imigração; Aldair da Rocha, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte; Fernanda Arenar, Procuradora do MPF; Rosivaldo da Cunha Oliveira, Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho; Marco Dionísio Medeiros Caldas, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta; Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; Deputado Estadual Márcia; Deputado Estadual Fernando Mineiro; Sayonara Dias, Coordenadora do CEDECA.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Bom dia a todos os companheiros, companheiras, secretários, autoridades que aqui se fazem presentes.

Quero, em primeiro lugar, declarar aberta a 27^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art.

58 da Constituição Federal e na forma do art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal.

O objetivo desta CPI é a investigação sobre o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Em primeiro lugar, como Presidente da CPI, eu gostaria de agradecer, em nome de todos os nossos membros, ao Deputado Ricardo Mota, que já faz parte da Mesa conosco, que é o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. E assim faço o agradecimento não apenas em meu nome e em nome do Senador Paulo Davim, que aqui está, que é o Vice-Presidente da nossa Comissão, e fez questão que viéssemos também ao Rio Grande do Norte, à cidade de Natal, o segundo Estado, a cidade capital em que a nossa CPI realiza audiência pública – segunda ou terceira, não estou bem lembrada, mas estivemos, com certeza, na Bahia e agora aqui. Iremos a todas as regiões, não faltará nenhuma região. A CPI não tem condições de ir a todos os Estados, a todas as capitais, mas pelo menos a uma ou duas de cada região e, àquelas que têm problemas mais evidentes, diferenciados uns dos outros obviamente, a gente fez questão de ir.

Então, agradeço, mais uma vez, ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ricardo, pela acolhida e pela disponibilização de toda a estrutura, do conjunto de seus servidores, para que a gente pudesse organizar esta audiência.

Deputado Ricardo, agradeça em nosso nome a todos os seus servidores, que foram muito gentis, absolutamente gentis, com toda a nossa equipe que chegou com antecedência para organizar esta audiência pública.

Nesta reunião, vamos dividir as tarefas de coordenação e relatoria. Então, quando eu não estiver na coordenação dos trabalhos, estarei relatando; e assim se sucederá com o Senador Davim, visto que a nossa Relatora, Senadora Lídice da Mata, cuja presença estava certa, em virtude de um problema ocorrido neste final de semana, ela, que é Senadora pela Bahia, infelizmente não pôde estar presente, mas nós faremos o trabalho da relatoria.

Para esta audiência do dia de hoje, convidamos inúmeras autoridades e organizações não governamentais. Convidamos o Governo do Estado, e aqui está presente o Sr. Secretário de Segurança Pública, que, interinamente, também responde pela Justiça, representando a Governadora; convidamos membros, além do Presidente da Assembleia Legislativa, a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, que representará

também, neste ato, a Prefeita da cidade, Sr. Micarla de Souza; falei já do Secretário, que está representando a Governadora; convidamos o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim como o Procurador do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, representante da OAB, representante da Polícia Federal, do Departamento de Defesa, da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente. Convidamos o Conselho Estadual de Direitos Humanos, cujo conselheiro, Dr. Marcos, já se encontra conosco desde muito cedo; além de inúmeras entidades não governamentais, como, por exemplo, a ONG Resposta, o Cedeca, que é a Casa Renascer, o Comdica, que é o conselho; o Coletivo Leila Diniz e inúmeras entidades não governamentais que tratam do assunto do enfrentamento do tráfico de pessoas.

Quero dizer aos senhores e senhoras pouquíssimas palavras neste primeiro momento. Mas, antes de dizer minhas poucas palavras, vamos compor a primeira Mesa, Senador Davim. Ah, estão presentes aqui os Deputados Fernando Mineiro, Walter Alves, Hermano Morais e Dibson Nasser, além da Deputada Fátima Bezerra.

Então, convido para compor a Mesa o Deputado Ricardo, que representa todos os Deputados, porque temos pouco espaço na mesa, infelizmente; a nossa querida companheira, a Deputada Fátima Bezerra; o representante da Governadora Rosalba Ciarlini, que acabou de nos informar que virá aqui para nos cumprimentar; o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, que também responde interinamente pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte, Aldair da Rocha; representante da Prefeita Micarla, que é o Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social, Alcedo Borges; o Procurador-Geral de Justiça, que ainda não chegou; o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, que também está conosco desde cedo, o Exmº Sr. Rosivaldo da Cunha Oliveira.

A Polícia Federal está presente? É que está prevista para a segunda Mesa. Há problemas? Já chegaram vários dos nossos convidados, porque temos muitos convidados e, por isso, vamos organizar em duas mesas.

Mas, com a permissão do Senador Davim, agradecendo – já o fiz, mas repito – a presença de todos e de todas, vou falar um pouco da importância desta CPI.

Para os senhores e as senhoras terem ideia, estamos já concluindo um trabalho. Nossa CPI foi instalada, salvo engano, em maio de 2011, no Senado Federal. Foi a primeira CPI instalada na atual legislatura, por uma proposição assinada por quase a totalidade das Sras Senadoras e Srs. Senadores. A iniciativa foi da

Senadora Marinor, que, no primeiro momento, atuou como relatora da CPI e teve que deixar o mandato por conta da posse de outro Senador do Estado do Pará.

Enquanto estamos concluindo o trabalho, a Câmara dos Deputados acaba de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o mesmo objetivo. Quero dizer a todos que nós, do Senado, ficamos muito satisfeitos com esse fato, porque, no desenvolver dos trabalhos, das investigações, chegamos à conclusão de que esse talvez seja o crime mais invisível no Brasil, o que é uma grande contradição diante do fato de que o tráfico de pessoas é o segundo crime internacional que mais mobiliza recursos. Há uma estimativa que mostra que são mobilizados anualmente em torno de US\$30 bilhões com o tráfico internacional de pessoas.

O Brasil é signatário da Convenção de Palermo, que é a convenção das Nações Unidas, que, entre outras questões, trata do tráfico internacional de pessoas. E, até pelo fato de ser signatário dessa convenção, o Brasil tem que adotar uma série de medidas. E nós, Parlamentares, temos o entendimento de que podemos dar grandes colaborações. Eu citaria rapidamente as duas principais em que estamos focando muito. A primeira diz respeito à mudança da legislação. A legislação brasileira é insuficiente e é incorreta em relação a esse tipo de crime, porque ela trata somente de tráfico de forma mais explícita. Houve algumas modificações posteriores, mas a cultura que se criou é em decorrência daquilo que está dito no Código Penal Brasileiro, que trata tráfico de pessoas como tráfico de mulher para fins de exploração sexual. Mas o tráfico de pessoas vai além da exploração sexual, atinge o mercado de trabalho, a extração ilegal, criminosa de órgãos, a adoção ilegal de crianças.

E as autoridades policiais brasileiras, assim como o Poder Judiciário, têm muita dificuldade em enfrentar esse problema, muita dificuldade. Geralmente, os casos aparecem no curso de investigações sobre trabalho escravo, sobre exploração sexual. Aí aparece de forma mais evidente o tráfico de pessoas.

Grande parte de casos que têm ficado diante de nós mostra a resistência no processo investigativo de caracterizar como tráfico. Geralmente, dizem que a pessoa foi porque quis, e não é bem assim. A pessoa foi porque lhe foram oferecidas situações que, na prática, não se concretizaram. Em muitos dos casos, é uma situação degradante, porque a vítima se sente como a própria criminosa, quando se trata de exploração sexual. Ela sabe que vai fazer uma coisa que a sociedade recrimina muito. Então, ela se sente a própria autora daquele delito e, muitas vezes, tem vergonha de denunciar. Entretanto, a pessoa é traficada a partir do momento em que é levada, com base em mentiras, em

promessas falsas e, chegando ao destino, tem a sua liberdade quase que totalmente privada e é obrigada a trabalhar ou explorando seu corpo ou a sua força de trabalho para dar lucro àqueles grupos organizados.

Então, este é um fator importante: a mudança na legislação.

O segundo aspecto é o acompanhamento da política brasileira do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós tivemos o primeiro plano estabelecido e aprovado, começou a vigorar em 2006 e foi concluído em 2010. O primeiro plano nacional de enfrentamento. O Governo Federal ouvindo a sociedade brasileira em audiências públicas, inclusive pela Internet, já elaborou o segundo plano, que está para receber as últimas assinaturas, dos últimos Ministérios, para ser lançado.

Um dos pontos fortes do plano de enfrentamento é exatamente a criação dos núcleos estaduais.

O Senador Davim me dizia que um de seus grandes objetivos é fazer com que o Estado do Rio Grande do Norte formalize, concretize o seu núcleo de enfrentamento. No Brasil, 15 Estados que têm núcleos de enfrentamento. No Nordeste, somente quatro. Desses 15, quatro estão no Nordeste. De nove Estados, quatro somente formalizaram o seu; quatro estão no Norte. De sete Estados, quatro formalizaram; dois no Centro-Oeste; de quatro Estados, dois formalizaram; três no Sudeste. Com exceção do Espírito Santo, os outros Estados têm; são três, portanto. Dois dos três Estados do Sul do Brasil formalizaram. Então, o Senador Davim nos falava da sua intenção em colaborar e ajudar para que esse núcleo seja disponibilizado, e esse núcleo é muito importante, porque quem faz o trabalho direto é muito mais no Estado do que a União. Estamos aqui com representantes da Polícia Federal, do Ministério Público do Trabalho e da Procuradoria. Do Ministério Público do Trabalho e Emprego, está aqui a Drª Fernanda Arenhart, e do Comandante da Polícia Militar, o Coronel Araújo.

Enfim, isso é um pouco do que teríamos a relatar no início e dizer que a audiência pública é muito importante para nós. É importante em todos os aspectos, dos dados, temos aqui um levantamento prévio sobre o qual o Senador Paulo Davim vai falar; dados prévios que os senhores e as senhoras poderão nos confirmar. E, juntos, por meio desses debates, é que a gente busca caminhos para enfrentar mais.

Eu gostaria de convidar para esta primeira Mesa, com a permissão do Senador Paulo Davim, o representante do Conselho de Direitos Humanos, Dr. Marcos Dionísio.

Venha participar conosco desta primeira Mesa, Dr. Marcos.

Enquanto ele se aproxima, passo a direção dos trabalhos para o Senador, Vice-Presidente, que hoje atuará como Presidente da Comissão, a quem agradeço profundamente pela possibilidade de a CPI aqui estar.

Então, passo a direção dos trabalhos ao Senador Paulo Davim. A direção e o lugar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos. Quero agradecer à Senadora Vanessa por essa abertura, pela explanação inicial. Serei breve na minha abordagem, porque a CPI está aqui muito mais para ouvir – esse é o nosso maior objetivo –, para levarmos informações que possam consubstanciar o nosso relatório final, cuja previsão de conclusão é até o dia 30 de julho, e oferecer à sociedade e às autoridades mais um instrumento de enfrentamento desse crime terrível, de alto poder de difusão, de difícil combate, uma vez que é um crime silencioso, que, na maioria das vezes, não é enxergado pelas autoridades nem pela sociedade. É difícil também porque é um crime lucrativo, como bem colocou a Senadora Vanessa. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, gera um lucro de mais de US\$30 bilhões.

Mas eu gostaria de convidar também para compor esta Mesa a Drª Fernanda Arenhart, do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Seja bem-vinda, doutora.

E eu gostaria de passar a palavra, para as suas considerações iniciais, para a sua saudação, ao Presidente desta Casa, o Deputado Ricardo Mota.

O SR. RICARDO MOTA – Bom dia a todos os senhores e senhoras, Senadora Vanessa, Senador Paulo Davim, Deputada Fátima, Dr. Aldair, representando a Governadora, representante da Srª Prefeita, demais componentes da Mesa, representantes do Ministério Público, Comandante-Geral de Polícia, Coronel Araújo, colegas Deputados Hermano Moraes, Fernando Mineiro, Walter Alves, Dibson Nasser.

Senadora, tenho a satisfação aqui de receber a senhora, bem como o Senador Davim, que foi Deputado Estadual e muito honrou esta Casa, e também a Deputada Fátima Bezerra, para tratar desse tema extremamente importante para o Brasil e para o Rio Grande do Norte.

Devo dizer que a Assembleia Legislativa foi a campeã em audiências públicas no ano passado, e este ano, com certeza, haverá de repetir o feito do ano passado. Tratamos de diversos temas, inclusive do tema de prostituição infantil, automaticamente, e é inserido também o problema do tráfico de pessoas.

Portanto, a Assembleia Legislativa dá as boas vindas à senhora e à sua equipe. Devo dizer que são temas como esse que engrandecem o político bra-

sileiro e a sua preocupação com os problemas que afigem realmente a nossa sociedade. Trazer para o plenário da Assembleia Legislativa tema como esse é realmente de grande importância, tendo em vista que, aproximadamente, salvo engano, 60 mil pessoas são transportadas do nosso País ilegalmente, seja para a prostituição, também para a venda de órgãos, conforme o Senador Davim falou, e trabalho escravo. Enfim, fico muito feliz e satisfeito, a Assembleia Legislativa se sente muito honrada em os termos aqui em nosso recinto, principalmente acompanhados do grande Senador, do grande colega e companheiro, que muito honrou esta Casa, o Senador Paulo Davim, e da Deputada Fátima Bezerra.

Muito obrigado e uma grande audiência para todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO MOTA – Peço permissão, Sr. Presidente, para me retirar, porque tenho outros compromissos, e solicitar ao Deputado Fernando Mineiro, por gentileza, para compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Presidente.

Seja bem-vindo, Deputado Mineiro.

Como eu falava há pouco, antes de passar a palavra à Deputada Fátima Bezerra, que o Rio Grande do Norte faz parte das mais de duzentas rotas do tráfico de pessoas existentes no Brasil. Chegou ao conhecimento desta CPI a informação de que existem nove processos criminais em tramitação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Outra informação que temos é a de que, em 2005 – e a Delegada da Polícia Federal pode até nos confirmar isso –, a Polícia Federal desencadeou uma operação chamada Operação Corona, que resultou na prisão de estrangeiros ligados a uma máfia italiana que integrava um grupo especializado em tráfico interno e internacional de mulheres. Em 2010, a Operação Ferrari, também da Polícia Federal, colheu indícios de que cerca de 100 mulheres já teriam sido levadas para a Itália, com fins de exploração sexual. Portanto, o problema é muito grave e, infelizmente, o Rio Grande do Norte figura nessa estatística como um dos Estados onde esse crime aparece de uma forma muito vigorosa, muito robusta.

Passo a palavra à Deputada Federal Fátima Bezerra, para as suas considerações.

A SRª FÁTIMA BEZERRA – Quero, inicialmente, dar o meu bom dia, cumprimentar os telespectadores, os Senadores Paulo Davim e Vanessa Grazziotin, o Deputado Fernando Mineiro, em nome do qual cumprimen-

to os demais Parlamentares desta Casa; cumprimento as demais autoridades aqui que compõem a Mesa.

De forma muito breve, Senadora Vanessa, quero dizer da importância da sua presença hoje aqui. Permita-me inclusive abrir aqui um parêntese para dizer aos meus conterrâneos que Vanessa foi minha contemporânea na Câmara dos Deputados. Chegamos juntas na Câmara dos Deputados. Ela já foi para o Senado e eu continuo na Câmara ainda. Mas quero dizer aos meus conterrâneos, enfim, da Parlamentar brilhante, atuante que é; pertence aos quadros do Partido Comunista do Brasil, do bravo Estado do Amazonas. Foi uma Deputada que deixou sua marca na Câmara dos Deputados. Deputada que tem, na verdade, uma história de luta, de muito compromisso, de muito engajamento na luta em defesa da cidadania, na luta em defesa das causas sociais, populares, e agora dá continuidade ao seu trabalho na outra Casa, que é exatamente o Senado da República.

Então, Vanessinha, seja muito bem-vinda. Para nós e para mim, particularmente, é motivo de muita satisfação a sua vinda aqui.

A presença da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas é muito importante exatamente para demandar também esse debate aqui no nosso Estado.

Senador Paulo Davim, nosso Senador, brilhante, que muito tem honrado o Rio Grande do Norte pela sua atuação competente, séria, pela sua atuação de natureza (*falha na gravação*), presente, enfim, que tem honrado muito os norte-rio-grandenses. Então, quero dizer que o Senador Paulo Davim teve esse cuidado, Senadora Vanessa, de incluir Natal também no debate da CPI do Tráfico de Pessoas, exatamente pelo que ele acabou aqui de mencionar, ou seja, infelizmente, esse problema também existe no Rio Grande do Norte. Temos aqui a Polícia Federal; muito importante o depoimento que a Polícia Federal vai dar aqui na CPI.

O fato, Vanessa, é que esse assunto, o tráfico de pessoas guarda uma relação muito direta com a questão do trabalho escravo; guarda uma relação muito direta com a questão, Deputado Hermano, da exploração sexual infanto-juvenil, e nesse quesito, infelizmente, o Rio Grande do Norte hoje faz parte do mapa onde o problema da exploração sexual infanto-juvenil é gravíssimo, gravíssimo mesmo. Problema que inclusive se torna mais grave ainda em decorrência também da própria realidade, da questão do turismo.

Então, eu quero inclusive aqui aproveitar, Paulinho, esta oportunidade para dizer que, hoje, é a CPI do Tráfico de pessoas que está aqui na nossa Casa, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Na próxima segunda, quero já convidar todos e todas vocês, porque na próxima segunda eu estarei trazendo

a CPI em curso na Câmara dos Deputados, que trata da exploração sexual infanto-juvenil. Vai estar aqui no Rio Grande do Norte, na próxima segunda-feira. Numa atividade, portanto, complementar ao trabalho que a CPI do Tráfico está realizando.

Então, nós esperamos contar, Marcos Dionísio, com a rede social que lida com toda essa questão do enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil e, obviamente, contar com a presença do Governo do Estado, das prefeituras, das secretarias e do Ministério Público. Muito importante, mas muito importante mesmo a participação do Ministério Público.

E acho que esse debate, Vanessa, é oportuno. Esse debate que o Congresso Nacional está fazendo, tanto no Senado, com a CPI do Tráfico de Pessoas, como na Câmara dos Deputados, com a CPI da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, esse debate e essas CPIs, mais do que nunca – vou concluir agora –, são importantes e são necessárias, considerando exatamente o cenário de Copa do Mundo. A Copa do Mundo está aí. Natal, inclusive, Senadora Vanessa, está entre as 12 cidades que vão receber os jogos da Copa do Mundo. E nós sabemos, naturalmente, que a Copa do Mundo, se nós não tivermos o devido cuidado, deve aflorar e muito, e muito, esses problemas já existentes, tanto do ponto de vista, Coronel Araújo, do tráfico de pessoas como da exploração sexual infanto-juvenil.

As CPIs, na verdade, cumprem o papel, fundamentalmente, primeiro, de constatar o problema, de fazer o diagnóstico do problema, de aprofundar as causas que compõem esse problema, para, a partir daí, pedir providências. E, no âmbito do Congresso Nacional, fazermos aquilo que nos compete, que é exatamente a alteração da legislação. Este é o papel mais importante da CPI: que modificações devem ser feitas, no âmbito do Congresso Nacional, naquilo que nos compete, para que nós tenhamos, na verdade, uma legislação mais dura, dura no sentido exatamente de quê? De coibir crimes dessa natureza.

Então, é isso. Um bom trabalho, Senadora Vanessa e Senador Paulo Davim, neste dia de hoje, o dia em que a CPI está aqui em nosso Estado, exatamente para tratar desse assunto que, infelizmente, é também realidade no Rio Grande do Norte, que é a questão do tráfico de pessoas. E deixo, desde já, o convite a todos para, na próxima segunda-feira, vamos fazer na parte da tarde, a audiência da CPI da Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Deputada Fátima. De antemão, confirmo a minha presença, segunda-feira, na audiência pública aqui na Assembleia.

Bom, vamos desfazer essa primeira mesa para começarmos os nossos trabalhos.

Quero agradecer a presença do Deputado Fernando Mineiro, quero agradecer a presença da Deputada Fátima e agradecer a presença do Dr. Alcides, representante aqui da Prefeitura. E os demais membros permanecerão na mesa para que possamos dar início aos nossos trabalhos.

Convidado para participar da mesa também a Delegada Poliana de Medeiros Fernandes, Delegada da Polícia Federal.

Com a chegada da Governadora, eu a convido a ocupar o centro da mesa. (*Palmas.*)

Composta a Mesa, quero registrar a presença da Governadora nesta audiência pública realizada pela CPI. Quero registrar também a presença da Deputada Márcia Maia, que nos honra com sua presença. Grande Deputada Estadual, extremamente competente. Muito obrigado por estar aqui prestigiando esta CPI.

De imediato, quero passar a palavra à Governadora Rosalba Ciarlini para as suas considerações e a sua saudação, até porque, segundo fui informado, a Governadora tem uma agenda bastante cheia hoje pela manhã.

Governadora, muito obrigado por sua presença. Passo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Bom dia. Eu queria cumprimentar o nosso Senador Paulo Davim e dizer à Senadora da alegria de tê-la aqui na nossa terra. Seja sempre muito bem-vinda. E vem com uma missão das mais nobres, de que possamos, nesta audiência pública, com a presença da Deputada Fátima... Não sei se Fátima faz parte da Comissão...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Não, porque esta é do Senado.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – É só do Senado, não é? Você faz parte do grupo da exploração.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – É. Que vem segunda-feira que vem.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Certo.

Cumprimento também o Deputado Mineiro e a Deputada Márcia, Walter Alves, que está aqui, Hermano Morais e Dibson Nasser. Cumprimento o meu representante aqui, que é o Dr. Aldair, Secretário de Segurança, até porque, Senadora, eu pedi inclusive que a Polícia Militar, o Secretário de Segurança e o Diretor da Polícia Civil estivessem todos aqui, para que, com esta audiência, possamos ter mais clareza, mais informações no sentido... Porque sei que não é só tráfico de mulher, tráfico ligado mais à exploração sexual. É tráfico de maneira geral. Nosso Estado precisa realmente, pois sabemos, pelas informações, assim, de maneira

mais geral, que estamos, infelizmente, inseridos nessa rota, e é preciso criar um núcleo. (*Palmas.*)

Então, esse núcleo vai ser criado. É nossa vontade criá-lo. Por isso pedi a todos que estivessem aqui, porque eles vão, vamos dizer, já se inserir nesse contexto, com a participação dos Deputados, e nós termos um avanço nesse sentido. O trabalho que os senhores vêm realizando realmente merece o aplauso de todos nós, pelo despertar para essa questão, de querer elucidar, encontrar caminhos e formas. E a sociedade precisa estar envolvida, precisa participar. Precisamos... E o Governo tem a obrigação de criar os mecanismos necessários para que possamos tentar diminuir e confrontar mesmo esse mal, que é um mal muito grave e que deixa uma mancha que realmente nos envergonha no Brasil.

Então, eu queria, mais uma vez, desejar todo sucesso. E pode ficar certo de que irá contar com o núcleo do Rio Grande do Norte.

Perguntaram-me ali: “Esse núcleo vai ser implantado quando?”. Eu disse: “Olha, a decisão já está tomada”. Quando há vontade política de fazer, tenho certeza de que, conhecendo melhor quais são os mecanismos e como devemos proceder, podemos fazer o mais rápido possível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Governadora. Obrigado por essa notícia, por essa informação.

A Senadora Vanessa, Presidente da CPI, quer inclusive tecer alguns comentários a respeito dessa informação nova que nos chegou agora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço, Senador Davim.

Eu já falei aqui, Governadora, mas com a sua presença eu não posso – ainda mais com a notícia que a senhora nos traz – deixar de fazer o agradecimento e dizer que o Senador Davim, desde que ingressou na CPI, tem feito um belo trabalho na CPI. Porque, geralmente, as pessoas gostam de participar... A senhora já foi Senadora e sabe que, infelizmente, muitos de nossos colegas gostam muito de CPIs, mas daquelas CPIs para as quais os holofotes estão voltados. CPIs como esta, que são muito importantes, mas que não tem tanto interesse por parte da mídia, é difícil que os parlamentares se dediquem ao trabalho. Eu quero dizer às senhoras, aos senhores e à Governadora que, graças a esta CPI, temos conseguido um avanço muito importante.

Na semana passada, conversamos com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que vai à nossa CPI para fazer o lançamento do segundo Plano Nacional de Enfrentamento. São 15 os núcleos já formados, Governadora, no Brasil, dos quais quatro

somente no Nordeste. O Rio Grande do Norte, com a decisão de V. Ex^a, será o quinto. O quinto. São quatro apenas. Será o quinto no Nordeste, o que é muito importante, a senhora vai ver. A Polícia – não apenas a Polícia Estadual, a Polícia Civil ou a Polícia Militar, mas a própria Polícia Federal – poderá perceber que agir no enfrentamento desse delito, desse crime, é agir quase que preventivamente a outros crimes que se manifestam posteriormente. O Rio Grande do Norte é sim, de acordo com os dados nacionais, uma rota. Mas, infelizmente, o Brasil tem muitas rotas. Temos rotas no Norte, via Amazonas, Pará e Amapá, para o Suriname. São muitas rotas, e preocupantes.

E essa realidade contrasta com a estatística de que o crime não aparece. Os inquéritos da Polícia são pouquíssimos, os processos na Justiça menos ainda. O Senador Davim falava, antes de a senhora chegar, que existem apenas nove processos. Só. No meu Estado, três processos. Porque eles não atuam, nem a Justiça brasileira nem a Polícia, no enfrentamento desse crime, que é o segundo do mundo. É o segundo do mundo, de acordo com dados das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e dos Direitos Humanos. O segundo que mais mobiliza recursos no mundo.

Então, a decisão que V. Ex^a adotou – quero repetir, o Senador Davim tem falado muito disso – vai ser muito importante não só para o Rio Grande do Norte, mas para o Brasil como um todo.

Estamos indo a uma atividade do senado americano, do governo americano. O Senador Davim desistiu de ir a essa atividade da nossa CPI, mas é muito importante, porque vamos relatar os avanços que o Brasil tem feito nesse sentido.

Governadora, muito obrigada por sua presença e por sua decisão. Obrigada mesmo, Governadora.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Senadora, eu inclusive queria aqui cumprimentar a Polícia Federal, cumprimentar também a representante do Ministério Público, porque são duas peças fundamentais na formação do núcleo, e cumprimentar também o nosso Marcos Dionísio e os representantes da Prefeitura, que também terão papel significativo, participando desse núcleo.

E quero até dizer que a Secretaria de Justiça... Recebi uma boa notícia do Ministro, que me ligou dizendo. Nós estamos sem o Secretário de Justiça, o Dr. Aldair, que é de Segurança, que é da Polícia Federal, está respondendo pelas duas. Mas o Ministro está cedendo mais um membro da Polícia Federal, que vem para comandar a Secretaria de Justiça. Então, eu acho que aí já se encaixa. Porque, com certeza, será na Secretaria de Justiça que esse núcleo terá, vamos dizer,

mais assento, porque é quem cuida das questões dos direitos humanos. Com isso, eu queria também pedir aqui permissão a todos os presentes...

O Presidente da Assembleia também se encontra aí. Presidente, meus cumprimentos e a todos os demais, porque segunda-feira é um dia... Começa a semana, são muitos problemas, temos que fazer andar algumas coisas. Eu vou ter que me ausentar. Não cheguei mais cedo porque também houve o imprevisto da partida de um amigo, um grande amigo. O Senador Paulo Davim deve ter conhecido. Chamavam-no, tinha o apelido querido de Obama. Ele partiu agora pela manhã e eu tive ainda que fazer essa despedida de Joaquim. Na realidade o nome dele era Joaquim. Joaquim Úrsula, mas nós o tratávamos carinhosamente por esse nome. Então, eu queria aqui pedir desculpas porque não cheguei mais cedo e porque vou ter que correr agora para uma reunião lá no gabinete, porque estão me aguardando, está certo, Senadora?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Nós agradecemos, Governadora. Obrigado.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, aguardando a Governadora se despedir dos convidados, registramos também a presença do Sr. Delegado Chefe da Polícia Civil, José Francisco Correia Júnior. Perdão, Delegado Especializado em Defesa da Criança e do Adolescente. O Fábio Rogério é que é Delegado da Polícia Civil. Desculpe, Correia Júnior. Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente.

Convidado para compor a Mesa a Sr^a Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta.

Bom, a primeira participação da Mesa será a da Delegada da Polícia Federal, Dr^a Polyana de Medeiros Fernandes Pimenta, que fará a sua explanação a respeito desse crime aqui no Estado do Rio Grande do Norte e as informações pertinentes à Polícia Federal, a sua atuação e os dados que poderão enriquecer o nosso relatório final.

A Delegada disporá de dez minutos, prorrogáveis.

A SR^a POLYANA DE MEDEIROS FERNANDES PIMENTA – Bom dia. Bom dia, Senador Paulo Davim, Senadora Vanessa, Secretário de Segurança. Bom dia a todos os presentes, autoridades.

Vamos aos fatos especificamente. Eu sou chefe da Delegacia de Polícia de Migração aqui no Estado. E tenho estado nessa Delegacia há bastante tempo. Já fui chefe por volta de 2006, saí um tempo e voltei novamente. A Delegacia de Migração tem um papel fundamental na apuração e até na prevenção do crime de tráfico de pessoas. Por quê? Primeiro, lá nos chegam muitas denúncias. O contato que a população tem com a Polícia Federal é pela Polícia de Migração,

tirando passaporte, os estrangeiros se registrando... E por volta de 2006, quando eu estava lá, houve muitas denúncias de meninas que vinham tirar passaporte. E nós chamávamos, abordávamos, meninas jovens, que não tinham, assim, aquele perfil de viajar para fazer passeio ou qualquer outra coisa. Víamos que havia um padrão naquelas meninas que estavam chegando para tirar passaporte. E começamos a entrevistá-las, começamos a buscar informações, e, dessas informações, algumas investigações saíram. Era uma coisa... Naquela época, era bastante a incidência, o número de passaportes que tirávamos também era menor, então, víamos bem aquela característica e começamos a fazer entrevistas.

Paralelo a isso, além da Operação Corona e da Operação Ferrari, houve também a Operação Lusa, que ocorreu eu acho que em 2006. É um inquérito de 2006. A Operação Lusa começou com denúncias. Houve denúncia da mãe de uma das vítimas. E essa pessoa terminou não viajando. Mas nós conseguimos prender as pessoas que estavam levando para o exterior. E uma das primeiras operações aqui no Estado foi essa Operação Lusa, embora a Operação Corona tenha sido anterior. Mas a Operação Corona não foi só de tráfico de pessoas. Havia uma investigação também sobre lavagem de dinheiro, até mesmo tráfico interno de pessoas. As mulheres vinham de outros Estados. Terminou sendo uma operação importante em tráfico de pessoas, mas a investigação não era encerrada somente no tráfico.

A Operação Corona é uma operação de 2005. Começou com a investigação de uma boate que tinha *strip tease*, e tinha, aparentemente, um esquema mesmo de prostituição. Essa boate, que era a Ilha da Fantasia, pertencia a um grupo de estrangeiros que realmente trazia mulheres de outros Estados e também tinha uma conexão com o exterior. Essa operação deflagrada, houve a ação penal, as pessoas envolvidas foram condenadas, inclusive a penas muito duras, de 50 anos, 40 anos, 30 anos, porque não era somente o tráfico de pessoas envolvido. Teve também a questão da lavagem de dinheiro. Havia essa característica de que havia uma máfia por trás dela. E a Operação Corona foi um sucesso, coroada com a decisão judicial.

No momento atual – até uma coisa interessante –, o pessoal da Operação Corona está conseguindo a expulsão. A maioria foi decretada a expulsão. O Giuseppe Ammirabile e tudo mais. Judicialmente, ele conseguiu uma autorização para ser expulso, não é? Ele terminou saindo do País, tendo uma pena muito grande para cumprir. São os detalhes da execução da pena, que, às vezes, a pessoa...

(Intervenção fora do microfone.)

(Problemas na gravação.)

A SR^a POLYANA DE MEDEIROS FERNANDES

PIMENTA – Foi. Mas o Ministério da Justiça decidiu em cima de uma decisão judicial. Havia uma decisão judicial liberando para a expulsão. E aí, o Ministério da Justiça teve... Assim, depois que foi, fez uma análise e tudo mais, quando ele estava em regime fechado. Quando ele foi para o...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a POLYANA DE MEDEIROS FERNANDES

PIMENTA – Ele estava no fechado quando veio a decisão. Aí, quando ele foi para o semiaberto, eles autorizaram a expulsão. Porque a expulsão do estrangeiro é interessante acontecer quando ele já estiver pelo menos no regime semiaberto, não mais no presídio. E aí tem toda essa questão. Mas isso aí já é até outro assunto.

Na Operação Lusa também houve a condenação das pessoas envolvidas. Era um grupo menor. Foi menor do que na Corona. Na Corona houve muitos envolvidos. Havia uma boate e muitas mulheres como vítimas.

Outra investigação importante foi a Ferrari. Na Operação Ferrari, cujo destino era a Itália, houve a deflagração, prisão e tudo mais, mas a Justiça, pelo entendimento dela, absolveu os investigados. E por quê? Porque existe uma característica no tráfico de pessoas, principalmente para a exploração sexual, em que a pessoa tem que ser traficada para a exploração sexual. E a exploração sexual não quer dizer necessariamente conjunção carnal. No caso dessas pessoas que eram traficadas, elas iam lá fazer o alterne, que era ficar com os homens, fazê-los consumir, e não exatamente... Não chegou à característica de que elas iam lá se prostituir. Prostituir não, prostituir é amplo. Não iam lá para ter relações sexuais em local preparado para isso. Embora a decisão judicial tenha absolvido as pessoas envolvidas, houve um recurso do Ministério Público Federal, e isso está sendo ainda analisado.

Esses são os casos mais importantes de tráfico de pessoas.

É importante notar que temos algumas dificuldades para investigar esse tipo de crime. Primeiro, a conivência da sociedade. É uma coisa que realmente percebemos quando vamos investigar. As pessoas não têm muito claramente que isso é um crime. Acham que se a pessoa tem a decisão de ir embora que vá, mas não é assim. A pessoa, quando chega a outro país e vai ser levada a uma situação dessa, passa por situações vexatórias, difíceis, em que a liberdade não está envolvida, está certo?

Nós temos aqui uma estatística. Temos cerca de 18 inquéritos, de 2004 para cá. Em 2010 não foi instaurado nenhum inquérito a respeito de tráfico de tráfico de pessoas para exploração sexual. Mas por quê? Houve

uma crise na Europa, que influencia em todos esses aspectos. Além disso, temos trabalhado sempre com o esclarecimento das pessoas. Lá no setor de passaportes nós temos vários *folders*. Eu até trouxe um. Tinha um, há pouco tempo, que era um passaporte. Todo mundo achava... Porque sempre está explicando o que é o tráfico de pessoas, para a pessoa não se envolver, a pessoa não se iludir com essas propostas. Porque se a coisa parece muito boa para ser verdade é porque realmente não deve ser verdade aquilo, não é? Vende-se uma imagem de que a pessoa vai chegar lá e vai se dar muito bem, vai ganhar muito dinheiro, vai casar. E nem sempre a história é essa. Está bom?

Então, além da convivência da sociedade como um todo, da própria família da vítima, que, às vezes, se ela chega... É um dado até interessante. Quem é que vem denunciar? A família, ou porque perdeu contato com a vítima ou porque ela deixou de mandar dinheiro. Enquanto a coisa está fluindo, ela está conseguindo se comunicar e está conseguindo mandar dinheiro, a família até, de certa forma, se cala. Em um caso ou outro é que a pessoa vai em contrariedade à família, mas, em geral, ela tem esse apoio em casa. São coisas com que temos que trabalhar. Não é um problema apenas de polícia, mas um problema social.

A Polícia Federal, por outro lado – vocês imaginem – tem muitas atribuições hoje em dia, não é? A criminalidade está saindo em todas as áreas. Então, para você combater o tráfico de pessoas, você realmente precisa de uma equipe especializada. E isso está acontecendo. Estamos tendo vários treinamentos e cursos, mas ainda é pouco. Nós precisávamos de mais estrutura e de um grupo maior, que pudesse trabalhar não somente no tráfico de pessoas, mas em outras áreas de direitos humanos, tais como pedofilia, que é outra área muito importante, até assemelhada, e para isso, realmente, precisaríamos de uma equipe mais estruturada. O que acontece? A equipe que trabalha com tráfico de pessoas, pedofilia e direitos humanos é a mesma equipe que trabalha com outros assuntos. Então, fica difícil dar essa prioridade.

Além do tráfico de pessoas para a exploração sexual, nós tivemos aqui alguns inquéritos de tráfico de pessoas para trabalho. Tivemos dois inquéritos também – deixe-me ver aqui –, em 2000, mas foram inquéritos de tráfico interno. Pessoas que eram levadas do Nordeste para trabalhar em fazendas, salvo engano, em Mato Grosso, Goiás e Alagoas. Então, esses inquéritos... O interessante é sempre saber: como descobrimos uma coisa dessas? Nesses dois inquéritos, foi a PRF que parou o ônibus e descobriu que, finalmente, aquilo ali não era um ônibus comum, era um ônibus

que estava recrutando trabalhadores para trabalhar em condições desumanas.

O trabalhador, hoje em dia, para ser traficado e ficar em circunstâncias como preso em uma fazenda, é difícil. O que acontece em termos de tráfico de pessoas para trabalho? Ele vai ter condições desumanas de trabalho. Vai trabalhar sem equipamento, vai ter uma jornada de trabalho muito maior, não vai ganhar o que vale, não vai ter direito aos direitos sociais. Isso é o que mais acontece em termos de denúncia, em termos de apuratórios.

Tráfico de órgãos – só para concluir – ainda não tivemos notícia aqui no Estado. Pode até ter, mas não tivemos notícia.

Estive olhando as estatísticas, que mostram o Rio Grande do Norte como um dos Estados que mais têm tráfico de pessoas. Tem muito, tem muito. Mas, graças a Deus, nosso Estado ainda é um Estado pequeno, em que as pessoas denunciam. Talvez não seja o que tenha mais, mas as pessoas aqui se indignam e denunciam. Muita gente não se conforma e vai denunciar o tráfico de pessoas, seja para trabalho seja para fins de exploração sexual. Mas é um crime que fica difícil mapear o que é verdadeiro, porque conta com a convivência... A questão social mascara muito essa situação. Se houver necessidade de fazer inquirição com os delegados que foram presidentes da investigação, podemos marcar para eles virem. A Operação Corona, a Lusa e a Ferrari não foram presididas por mim. Eu tive influência porque sempre estive mostrando informações e tenho conhecimento. Mas as autoridades que fizeram mesmo as investigações não estão aqui. O Dr. Asdrúbal é chefe da Delegacia de Defesa Institucional e é o representante da Divisão de Direitos Humanos aqui em Natal. Ele preferiu que eu viesse falar, mas é uma pessoa importante também, que tem bastante base e que pode dar maiores esclarecimentos.

Eu acho que, por enquanto, é isso, mas, qualquer dúvida, fico à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Drª Polyana.

Inclusive a respeito dessa questão de comercialização de órgãos, em 2005, se não me falha a memória, em Recife, a Polícia Federal desbaratou uma quadrilha que estava levando brasileiros... Parece-me que, no total, foram 50 pessoas, e faziam a conexão Durban, África do Sul e Israel. Lá chegando eles comercializavam rins, por US\$10 mil. E os que chegavam já passavam a ser aliciadores. Portanto, essa questão de comercialização de órgãos é uma realidade também. Porque o tráfico de pessoas não só tem um objetivo, tem vários objetivos, dentre eles também a comercialização de órgãos.

Vou passar a palavra ao Dr. Aldair, que é Secretário de Defesa Social, para as suas considerações.

Registrarmos também a presença da Vereadora Júlia Arruda, aqui representando a Câmara Municipal de Natal.

Muito obrigado por sua presença, Vereadora.

O SR. ALDAIR DA ROCHA – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Paulo Davim, Srª Senadora Vanessa, representante da Polícia Federal, do Ministério Público, do Ministério Público do Trabalho, Dr. Geraldo Wanderley, Srs. Deputados presentes, eu gostaria de fazer um breve resumo daquilo que entendo necessário neste momento.

Primeiramente, parabenizo esta Comissão Parlamentar de Inquérito pela grandeza da causa. Sabemos que nosso País realmente necessita de um aprofundamento dessa questão. E talvez o fórum seja realmente este o adequado para debatermos o assunto, com várias instituições e vários órgãos trabalhando em cima desse problema.

A nossa colega da Polícia Federal – também sou oriundo da Polícia Federal – fez um resumo bastante amplo sobre o aspecto do tráfico internacional de pessoas, e também do tráfico nacional. Eu, como também já trabalhei na Polícia Federal em diversos Estados, comecei em São Paulo, depois fui para o Amapá, Mato Grosso, Brasília, Ceará e, por fim, vim assumir a Secretaria de Segurança Pública aqui no Estado, conheço praticamente o assunto de que ela veio aqui tratar. Quando tratamos do tráfico internacional de drogas, e isso eu digo até com conhecimento de causa, lá em São Paulo, principalmente, encontramos realmente a vinculação com o tráfico de mulheres para o exterior. Como ela disse, o recrutamento é feito exatamente para o carregamento da carga de drogas, que vulgarmente chamamos de mula, e essa mulher, essa moça, infelizmente, ao chegar no exterior, quando consegue passar pelas barreiras, o que hoje se torna cada vez mais difícil, a Polícia Federal tem feito um trabalho muito importante nos aeroportos aqui no Brasil e tem dificultado essa saída, mas, infelizmente, isso ainda ocorre, essas pessoas, quando chegam no exterior, muitas vezes são obrigadas a permanecer por lá e realmente serem exploradas sexualmente. Então, existe realmente uma dificuldade de se mensurar esse número de pessoas que são levadas para o exterior e são destinadas ao tráfico, à exploração sexual.

Outro aspecto que eu gostaria de falar é sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apesar de ser objeto de outra CPI, como a Deputada Fátima Bezerra já falou, mas é um assunto bastante interessante e que faz parte também desse nosso trabalho. Eu acredito que seja muito difícil investigar esse tipo de

crime, pois muitas vezes ele ocorre no interior do núcleo familiar. E muitas vezes com a conivência de suas famílias, em razão, principalmente, do problema social, do problema financeiro que envolve essa questão.

Inclusive, no final do ano passado, fomos surpreendidos por uma reportagem de alcance nacional, se não me engano, no Fantástico, que mostrava uma criança, aqui em Ponta Negra, um bairro muito conhecido de Natal, em cima de uma mesa, dançando, com trajes apropriados para aquela ocasião, que era carnaval, mas não para o horário e o local. Ficamos muito preocupados com aquilo. Desencadeamos uma operação, junto com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar, e procuramos saber exatamente o que estava acontecendo. Felizmente, não encontramos nada parecido em outros locais aqui em Natal, mas aquele caso ficou muito característico porque a mãe da criança que apareceu naquela reportagem estava lá presente e parecia que era tudo normal. Era carnaval, então tudo era válido. Mas, infelizmente, a menina aparecia em trajes não adequados para o horário e o local.

Mas nós temos trabalhado, através do Gabinete de Gestão Integrada, que é um órgão colegiado da Senasp... A Senasp praticamente determina, incentiva a criação desses Gabinetes de Gestão Integrada nos Estados. E o que é o Gabinete de Gestão Integrada? É exatamente o momento em que se reúnem os órgãos do Sistema de Segurança Pública – a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil –, enfim, para debater assuntos relativos à área de segurança pública. E esse assunto sobre exploração sexual de crianças e adolescentes tem sido uma constante. Já fizemos alguns trabalhos aqui no Rio Grande do Norte, nas rodovias principalmente. Eu não sei se temos aqui alguns colegas da Polícia Rodoviária que também foram convocados para esta audiência. Eles podem sim, talvez, se manifestar sobre esse trabalho feito nas rodovias. Mas é um trabalho muito importante.

O trabalho escravo, a que a nossa colega também se reportou. Há um trabalho feito no Brasil todo pela Polícia Federal, em parceria com o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho também. E nós temos, pelo Brasil afora, constatado realmente esta situação: trabalhadores recrutados em regiões menos favorecidas, principalmente no Norte e aqui no Nordeste, e levados para aquelas fazendas, de forma subumana, e aí o trabalho escravo fica concretizado. Temos, realmente, notícia a respeito disso.

Por fim, o tráfico de órgãos, que talvez seja o mais difícil. O nosso Senador Paulo Davim até mencionou uma situação ocorrida aqui no Estado do Rio Grande do Norte, mas é algo pra o que temos que ficar real-

mente atentos. Eu também estou há pouco tempo no Estado, mas tenho notícia de uma situação ocorrida há alguns anos, num bairro aqui da capital, em que algumas crianças simplesmente desapareceram, e, apesar do incessante trabalho realizado pela Polícia Civil, até este momento não temos notícia. Surgiu realmente a notícia de que poderiam ter sido sequestradas e levadas até para o exterior a fim de retirarem os órgãos dessas crianças. Mas, infelizmente, não temos essa investigação concluída. Existem somente – como posso dizer? – boatos, notícias, simplesmente, a respeito disso.

Então, eu acho que é um momento muito oportuno para que possamos discutir esse assunto. E nós aqui da Secretaria de Segurança Pública estamos à disposição para trabalhar e para fazer parte principalmente desse núcleo que a nossa Governadora já se prontificou a rapidamente criar. Todos os órgãos da Segurança Pública estarão participando, com toda vontade, desse núcleo a ser criado.

Muito obrigado. É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Dr. Aldair. Inclusive nesse caso das crianças – no bairro Planalto, foram cinco crianças –, a CPI pensa em fazer não uma diligência, mas uma oitiva com os familiares dessas crianças, enfim, ver em que pé está esse inquérito.

Quero registrar aqui também a presença do Deputado Poti Júnior. Muito obrigado por sua presença, Deputado.

Vamos ouvir a Drª Fernanda Arenhart, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, representando aqui o Ministério Público, para as suas considerações iniciais.

A SRª FERNANDA ARENHART – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Paulo Davim, Senadora Vanessa, em nome de quem cumprimento as demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, eu não preparei estatisticamente dados, até porque estou representando o Dr. Onofre neste ato, já que ele não pôde participar, em virtude de outro compromisso já assumido, uma audiência.

Primeiramente, gostaria de parabenizar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para um tema que é tão pouco discutido e tão pouco conhecido entre nós, especialmente o tráfico interno, que sabemos que existe, não é incomum, mas que está fora das estatísticas oficiais, até pela falta mesmo de conhecimento e de uma atuação mais articulada dos órgãos que representam o sistema de Justiça. Sabemos que aqui no Rio Grande do Norte não é incomum a presença, principalmente para fins de turismo sexual,

de exploração sexual, de mulheres de outros Estados. No ano de 2005, eu me recordo de uma operação que foi feita em parceria com a Delegacia da Criança e do Adolescente, o Ministério Público Estadual, a Polícia Civil e a Polícia Estadual, denominada Operação Senzala, que resultou na denúncia de cerca de sete ou oito pessoas pela prática de vários crimes, dentre eles o de exploração sexual, de manutenção de casa de prostituição e de tráfico interno de pessoas. Ficou constatado que várias mulheres que exerciam a prostituição naquele local tinham sido aliciadas de outros Estados e tinham vindo para cá para esse fim. Infelizmente, o processo prescreveu e houve a extinção da punibilidade dessas pessoas. É outro problema que enfrentamos. Não basta a investigação, a articulação, a apuração dos fatos. Tem que haver também um cuidado, uma atenção maior para evitar esse tipo de situação do processo, de toda aquela operação, de todas aquelas pessoas que foram envolvidas na apuração daquele fato, de não haver uma consequência jurídica efetiva, eficaz, através da aplicação da pena.

Dentre a pesquisa rápida que fiz, esse foi um caso que realmente me chamou a atenção e de que, nos últimos anos, tenho notícia. Mas sabemos, como bem a Senadora colocou aqui, que o tráfico de pessoas não se resume à questão da exploração sexual e da prática da prostituição. Há alguns anos, tivemos aqui o desaparecimento de várias crianças, no bairro Planalto. E não foi esclarecido ainda em que circunstâncias essas crianças desapareceram. Há uma interrogação, há uma incógnita até hoje não resolvida. E nós nos perguntamos até se esse desaparecimento tem relação ou não ao possível tráfico internacional de crianças para efeito de órgãos, enfim, de transplante de órgãos. Então, são questões que realmente...

Recebemos com alegria a notícia da Governadora, da criação do núcleo. Porque isso vai nos trazer elementos, vai nos trazer subsídios. E, mais do que isso, vai nos dar a possibilidade de trabalhar de forma articulada entre os vários órgãos que compõem o sistema de Justiça, as Polícias Civil e Federal, os Ministérios Públicos Federal do Trabalho e Estadual, no sentido de conhecer um pouco mais a realidade do Estado. Porque sabemos que cada Estado tem suas especificidades. Um Estado do Norte, de repente, apresenta um problema mais direcionado para um segmento que talvez não apresentemos aqui, como no caso do trabalho. Enfim, que possamos conhecer mais, que possamos estar mais preparados para enfrentar esse tipo de situação e dar uma resposta melhor à sociedade.

Então, era o que eu queria, em breves linhas, colocar aqui, incitando a todos para que esse trabalho seja realmente um trabalho positivo, e que esse

núcleo, em sendo plantado, colha bons frutos e traga bons resultados para a sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Drª Fernanda.

Registrarmos a presença do Ministro Garibaldi Alves Filho. (*Palmas.*)

E já o convidamos para fazer parte da Mesa. Ministro, por favor.

Drª Fernanda, a despeito dessa informação que a senhora nos passou, e que é pertinente, que o tráfico se dá não só para a exploração sexual, mas para vários outros objetivos, inclusive o trabalho escravo, o trabalho análogo à escravidão, a CPI do tráfico de pessoas esteve em São Paulo. Dentre outras viagens e diligências que realizamos, estivemos em São Paulo para ouvir bolivianos. Porque o Brasil não só envia, exporta, ele também recebe, é um receptor. Não é só exportador, é um receptor também. O Brasil recebeu bolivianos que estavam submetidos a trabalho escravo pela Zara, aquela grife internacional. Fizemos interrogatórios com bolivianos. Realmente, um trabalho degradante. Eu fiquei chocando, em se tratando de uma grife internacional do nome da Zara. Eles trabalhavam num cubículo. Moravam ali. Inclusive com crianças também moravam ali. Eles comiam e dormiam ali, em cima de uma máquina de costura, trabalhando para receber algo em torno de um real e alguma coisa. Um negócio absurdo. O trabalho da Polícia Federal foi eficaz e foram presos os responsáveis pela exploração do trabalho escravo.

Mas, com a presença do Exmº Ministro da Previdência, o Senador Garibaldi, eu passo a palavra para o Senador para as suas considerações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu vim mais para ouvir do que para falar (*Fora do microfone.*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Ah, veio para ouvir, Senador? Então, está ótimo. Dê um bom dia, pelo menos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Não, mas eu falo depois (*Fora do microfone.*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Então, está bom. Está certo.

Então, Senador, em cima disso, do assunto que foi levantado pela Drª Fernanda e pela observação que acabei de fazer, convido o Dr. Rosivaldo da Cunha Oliveira, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho para as suas considerações, oportunamente, já que foi levantado um dos objetivos do tráfico de pessoas, que é o trabalho escravo.

O SR. ROSIVALDO DA CUNHA OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Saúdo a todos na pessoa do Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho.

Julgo muito oportuna esta audiência pública. Parabenizo o Senador Paulo Davim por tê-la trazido para o nosso Estado. Há necessidade de sempre estarmos atentos ao tema, para que possamos trabalhar de forma melhor e fazer com que não se torne uma prática comum, apesar de sabermos da existência, mas que isso não seja uma prática comum em nosso Estado, tanto do tráfico de mulheres para fins sexuais como também o tráfico de pessoas para fins de trabalho.

Com relação a esse último ponto, é o ponto principal no qual atua o Ministério Públíco do Trabalho. Com relação ao tráfico de pessoas para o trabalho, normalmente ocorre para fins de trabalho em condições análogas à de escravo.

Por felicidade nossa, no último dia 22, tivemos a aprovação, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, da PEC nº 438, que trata da expropriação de terras em que é encontrado esse tipo de prática – prática abjeta, prática que devemos de toda forma repudiar e trabalhar para que não continue a ocorrer.

Foi dito aqui da situação encontrada nas fábricas que confeccionavam roupas para a Zara, mas, ao mesmo tempo, tivemos uma boa notícia, que é a aprovação da PEC nº 438. Também, na semana passada, foram encontrados trabalhadores, também bolivianos, costurando roupas para outra grife, a Gregory. Então, esperamos que essa não seja uma forma nova de produção que descobriram e que vai se tornar uma coisa normal. Vamos trabalhar contrariamente a isso. A Zara já assinou perante o Ministério Públíco do Trabalho um termo de compromisso mediante o qual, além de se abster, dará condições para habilitar novos profissionais e exigir que seus fornecedores observem a legislação trabalhista. Esse é o nosso interesse, que essa prática venha, realmente, a deixar de existir.

No nosso Estado, graças a Deus, graças às pessoas, graças às pequenas instâncias também...

Normalmente, a ocorrência maior de trabalho escravo se dá na área da pecuária e também na agricultura – o trabalho escravo rural. O trabalho escravo urbano está sendo bem acentuado nas empresas de confecções.

No nosso Estado, no ano de 2003, tivemos, infelizmente, situações de tráfico de trabalhadores do Estado de Pernambuco para o nosso Estado. Eles laboravam, na época, na região do Baixo-Açu, no perímetro irrigado e com incentivo – infelizmente com incentivo. Não que necessariamente estivesse de acordo com aquilo, mas estavam onde havia o incentivo do nosso Estado para fins de promover a agricultura. Então, os trabalhadores estavam lá em condições degradantes,

estavam dormindo dentro do bananal. Temos as fotos, isso tudo foi registrado. Por conta disso, o Ministério Público do Trabalho ajuizou, na época, duas ações civis públicas, contra os dois empregadores. Eram em torno de sete pessoas que estavam nessas condições. Foi feito um acordo na Vara do Trabalho de Macau, no qual os trabalhadores foram indenizados e tiveram a garantia do retorno ao local de origem.

Tivemos, também, aqui, como já foi informado, situações de transporte irregular de trabalhadores. A atuação da Polícia Rodoviária Federal e, posteriormente, da Polícia Federal, à época, merece elogios. Por conta disso, essas pessoas, que estavam arregimentando trabalhadores de forma irregular para levar, possivelmente, para situações de semiescravidão, foram condenadas no Distrito Federal. Então, temos duas condenações aqui no nosso Estado, já transitado em julgado. O montante da pena foi convertido em prestações de serviços, mas essa atuação firme dos órgãos aqui no nosso Estado faz com que essa prática tenda a senão deixar de existir por completo, pelo menos, reduzir. Aqui estamos atentos.

Estamos atentos e temos outro instrumento aqui, um termo de procedimentos conjuntos no qual vários órgãos se comprometeram a reduzir esse transporte irregular de trabalhadores. Então, aqui temos um termo assinado com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Rodoviária Estadual, com o Ministério do Trabalho e Emprego, com o Ministério Público Estadual.

No ano passado, fizemos um dia de debates, miniseminário, com a presença de vários policiais rodoviários estaduais e federais para passarmos a eles os entendimentos jurídicos, as novidades, o que tinha respeito, no âmbito jurídico, sobre o assunto para qualificarmos melhor, para que eles possam identificar, porque, normalmente, esses trabalhadores não saem em cima de um caminhão. Muitas vezes, eles estão em um ônibus de turismo. E aí, como identificar? Então, informamos a eles da existência. Alguns já sabiam, com certeza, mas vários não tinham conhecimento desse instrumento.

Há uma declaração que deve ser feita junto ao Ministério do Trabalho, e eles devem portar essa declaração, informando o nome de todos os trabalhadores, informando a empresa em que vão trabalhar. Então, eles têm que estar com essa declaração, a certidão. Hoje, é declaratória, antes era liberatória, hoje basta informar, mas eles tem que informar. Eles não podem transportar trabalhadores sem estar garantida a confecção do contrato. Na verdade, o contrato já tem que ser, de imediato, formalizado, mas a carteira pode ser assinada no local onde eles vão estar. Com isso, vão saber para onde estão indo, em que condi-

ções vão trabalhar e permitir melhor fiscalização desse transporte. Então, aqui no Estado, temos esse protocolo de procedimentos e estamos sempre voltando à tona o assunto, discutindo com os agentes envolvidos para que não nos esqueçamos dessa matéria e não venhamos a fiscalizar, efetivamente, o transporte irregular de trabalhadores.

Também em relação à PEC nº 438, como sou do Ministério Público do Trabalho, tenho que voltar a minha fala à questão dos trabalhadores. Nessa área de tráfico de pessoas, ele ocorre comumente para fins de trabalho análogo de escravos. Com relação à PEC nº 438, aproveito aqui a presença dos Senadores, Deputados, Ministros para trazer uma preocupação do Ministério Público do Trabalho.

A PEC nº 438 foi, finalmente, aprovada em segundo turno, na Câmara dos Deputados. Houve um acréscimo, vai para o Senado agora. O acréscimo diz respeito à inserção – antes, não se verificava, mas hoje estamos verificando felizmente – do trabalho análogo de escravos no meio urbano. Então, ótimo, bem proposta a alteração, e vamos esperar que ela seja, logo, logo, aprovada pelo Senado.

Mas, também, há um Projeto de Lei nº 3.842, que foi apresentado agora, salvo engano, no mês de março, já em 2012, com fins de alterar a conceituação do que seja trabalho análogo de escravos. Então, esse projeto de lei, no entender do Ministério Público do Trabalho, vem a ser um retrocesso no avanço já obtido no nosso País. Hoje, o trabalho análogo de escravos é tido como aquele trabalho forçado, com jornadas exaustivas - já tivemos trabalhadores que vieram a falecer por conta da exaustão, principalmente na área da cana-de-açúcar na região de São Paulo - e também o trabalho em condições degradantes, bem como aquele que reduz a capacidade de locomoção do empregado em razão de dívida com o empregador.

Já participei de várias inspeções do Ministério do Trabalho, nos Estados do Maranhão, do Pará, de Tocantins e, infelizmente, defrontei-me com essas situações. Só para fins de os senhores poderem entender o que venha a ser isso, já encontrei situações de o trabalhador menor, junto com o irmão maior, que estavam dormindo, acomodados embaixo de um curral de bodes. Isso é impressionante, choca, mas existe. Então, a questão da condição degradante não pode sair da conceituação, como proposto pelo novo projeto de lei.

O que é o trabalho escravo, hoje, na nossa conceituação? É justamente o tratamento indigno para com o trabalhador: tirar do trabalhador a condição de ser humano, passar para a condição de objeto. O mesmo se dá com relação ao tráfico de pessoas, que é justamente comercializar pessoas. Então, no final,

ele é um objeto, então, no transporte, normalmente, se dá o tráfico de pessoas para fins dessa realização.

Bom, passo essa preocupação do Ministério Público do Trabalho para que esse projeto novo que vem a dizer que trabalho escravo é tão somente o trabalho forçado, ao qual o trabalhador não se ofereceu espontaneamente. Aí é outro ponto que foi tocado aqui pela Senadora. Quanto a essa questão de ser colocado espontaneamente para trabalhar, é preciso dizer que, em uma situação de desemprego, numa situação de fome, qualquer um se coloca para trabalhar, se oferece. Então, isso aí, se colocado no texto legal, traz dificuldades imensas de trabalharmos o assunto.

É sabido que hoje a situação de trabalho tão-somente com relação à ausência de liberdade, não se dá tanto, apesar de que no Pará posso garantir que se dá, porque a gente passa uma hora para chegar à sede de uma empresa. E digo aqui e trago também à tona que, no ano retrasado, em dezembro, estive em uma propriedade onde havia 16 mil cabeças de gado, mas os trabalhadores se alimentavam com o gado que morria no pasto. E pagavam, pagavam por isso. Horripilante a situação, indigna. Esse é um trabalho análogo ao de escravo como está hoje e deve permanecer com essa classificação para que nós venhamos a proteger os trabalhadores. É comum encontrarmos trabalhadores do Ceará, principalmente do Maranhão, trabalhando no Pará, trabalhando em Tocantins. Isso se dá, normalmente, com tráfico de pessoas, tráfico interno, que temos que combater.

Tenho algumas anotações, não sou bom de discurso e algumas coisas são do dia a dia mesmo. Aqui, no nosso Estado, com relação à questão do tráfico de pessoas para fins sexuais, ou mesmo para fins de tráfico de drogas, é bom registrar um trabalho excelente feito pela Polícia Militar, o Proerd, programa que vem a instruir nossos jovens, ainda na escola pública, e que tem surtido efeito. A educação é a solução para quase todos os nossos males. Então, é de elogiar e aproveitar, também, para dizer que eles precisam de recursos para continuar funcionando.

Hoje mesmo à tarde estarei em uma audiência na qual vamos tratar de possíveis recursos para esse programa, mas que fica aqui registrado, já que é a Casa onde fazem as leis e onde, possivelmente, também, pode ser destinados recursos a esse programa. Ao final, esse programa pode influenciar, sim, a questão do tráfico de pessoas, no mínimo, reduzir. A educação é a base de tudo.

Já me prolonguei bastante. Peço desculpas, e vou ter que concluir, me colocando à disposição dos senhores, o Ministério Público do Trabalho, para quaisquer outras explicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV - RN) – Obrigado, Dr. Oswaldo.

Convido para fazer suas considerações o Dr. Marcos Dionísio, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, que disporá de 10 minutos. Registraremos, também, a presença de Camila Rose, Presidente do Comdica. Muito obrigado. Seja bem-vinda, Camila.

O SR. MARCOS DIONÍSIO – Bom dia a todos. Bom dia, pessoal!

Sejam minhas primeiras palavras de saudação ao Senador Paulo Davim e à Senadora Vanessa pela iniciativa de trazerem esse evento para a nossa cidade. Como segundas palavras gostaria de saudar a todos os outros membros presentes na Mesa, Ana Paulo Oswaldo, Senador Garibaldi, Drª Polyana e Drª Fernanda Arenhart.

Talvez a temática de hoje seja uma discussão que faz com que aqueles que nos assistem através da Assembléia Legislativa fiquem achando que estamos escondendo o jogo e os dados, porque é um assunto que sabemos que existe, mas é muito pouco palpável. Talvez, a gente pense que as coincidências e descoincidências da vida vão provocando mudanças qualitativas de comportamento na população e no funcionamento das instituições para que possamos ter uma otimização e até uma organização melhor do combate ao tráfico de seres, o combate ao tráfico de pessoas.

Como alguns oradores anteriores já se referiram, o tráfico de pessoas guarda uma microrrelação com outras temáticas que estão até mais organizadas como, por exemplo, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Temos aqui o Deputado Hermano e a Deputada Márcia, que são históricos no funcionamento do fórum, do comitê parlamentar, da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, mas este assunto, com referência a tráfico de seres, está subjacente. Não é à toa que foi abordado na Convenção de Palermo.

Ele está subjacente. Não é à toa que foi abordado na Convenção de Palermo. Há, na essência, a questão do combate ao crime organizado. Por que eu acho que é histórica a vinda da CPI neste dia, Senador Paulo Davim e Senadora Vanessa Grazziotin? Hoje é um dia histórico também para a nossa cidade, porque estamos acolhendo aqui o maior poeta do nosso povo, o compositor Chico Buarque de Hollanda, e eu resgato o verso do Fado Tropical do Chico Buarque de Hollanda para saudar a governadora pelo anúncio de que o núcleo será constituído no nosso Estado.

Como na terra de Poti temos muitos encontros e desencontros, eu gostaria que esse núcleo, efetivamente, estivesse funcionando até o final do ano, com

orçamento, com pessoal, como eu queria, também, que funcionassem todas as outras organizações no campo do controle social, combatendo o crime que está sendo cometido contra o Conselho da Criança e do Adolescente, como o crime que está sendo cometido contra todos os outros conselhos de controle social.

Vejam aqui pessoas sofridas, pessoas calejadas na luta pelos idosos, pelas pessoas com deficiência, que estão pagando por pecados que não cometaram, pela penúria que o Governo do Estado está condenando ao funcionamento dessas organizações. Então, eu faço valer o verso de Chico Buarque, dizendo que há uma distância entre a intenção e o gesto. E a passagem da Comissão aqui e o compromisso que ela assumiu perante não só ao povo do Rio Grande do Norte, mas perante a CPI, esse compromisso nós iremos cobrar. Temos aqui a Vereadora Júlia Arruda, que, no comitê, na Frente Parlamentar, haverá de cobrar isso.

Nós temos que fazer um caldo cultural cívico para a gente cobrar do Governo do Estado para que as áreas sociais, da justiça e da segurança pública não passem pelo sofrimento que estão passando hoje. Vejam aqui a cara do delegado geral de Polícia Civil, o comandante da Polícia Militar estava aqui há pouco. Na verdade, as instituições do Rio Grande do Norte que atuam na área da justiça, na área da segurança estão trabalhando de teimosos que são, porque esses poderes foram asfixiados por quem está administrando os recursos públicos.

Eu acho que a passagem da CPI nesse dia é histórica porque é no dia em que Chico Buarque está em Natal e é histórica, também, porque já antecede a realização aqui, na própria segunda-feira, da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, como foi bem aqui comunicado pela Deputada Fátima Bezerra. Por quê? O Dr. Aldair - acho que já não está mais aqui - colocou o dedo na ferida. O Rio Grande do Norte não pode falar em democracia. Nós não podemos falar em império do Estado de direito enquanto as nossas instituições não conseguirem identificar, localizar e devolver às suas famílias as cinco crianças que foram surrupiadas, na madrugada, dos casebres da periferia de Natal, no Planalto. (*Palmas.*)

Esse é um compromisso que esta Casa precisa assumir. E é um compromisso que já é redundante e requentado, porque a CPI da Exploração Sexual, quantas vezes já esteve aqui? A própria CPI de Crianças Desaparecidas – e, no Brasil, na última década, foram quase 50 mil crianças desaparecidas – esteve aqui durante o Carnatal de 2009. Foi feito todo um esforço, a Polícia Federal aqui presente, mas o que a gente precisa é ter a humildade de reconhecer é que

em todos os avanços que o País vai tendo nos últimos anos, eles estão sendo absolutamente insuficientes.

Nós, agora, vamos sediar uma Copa do Mundo. Que bom que o Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, que bom que o Ministério Público do Rio Grande do Norte, na pessoa do Promotor do Meio Ambiente, Márcio Diógenes, escutaram o clamor do Comitê Popular Copa 2014, cujo Deputado Fernando Mineiro tão bem tem acompanhado o funcionamento desse comitê.

Nós denunciávamos desde o começo. Todas as obras e serviços da Copa do Mundo estão sendo realizadas no esteio da mais ampla ilegalidade. Assim destruíram o Machadão, assim estavam destruindo vilas de 449 famílias que perderiam seus imóveis no entorno do Viaduto da Urbana, na Avenida Mogoveia, no Km 6, na Rua Industrial João Motta. Mas o Dr. Aderson Silvino foi muito feliz quando, provisoriamente, suspendeu as desapropriações. Neste final de semana, já fomos saudados pelos jornais com o termo de acordo que foi feito entre a Prefeitura e o Ministério Público, em que haverá o resgate da legalidade, e as obras serão feitas dialogando com a sociedade, observando o que diz o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Natal.

Então, essa efervescência precisamos também trazer para esta discussão. Por quê? Porque Natal vai sediar um megaevento como a Copa do Mundo. E, depois de ser sede da Copa do Mundo, vamos atrair um sem-fim de megaeventos, no campo da cultura, no campo do esporte, no campo do lazer. E se nós não otimizarmos a organização da Polícia Civil, do Ministério Público, do Poder Judiciário...

E veja que o Dr. José Correia, que hoje é titular da Delegacia da Criança e do Adolescente, tem uma estrutura que não daria conta do trabalho nem no campo de Natal, o que dizer da responsabilidade que lhe é atribuída em todo o Estado do Rio Grande do Norte, nos crimes cometidos contra a criança e o adolescente.

É esse aperfeiçoamento das nossas instituições que estamos condenados a realizar urgentemente, colocando o dedo na ferida já, agora, com referência a obras e serviços da Copa do Mundo. Todos os trabalhadores envolvidos nas obras e serviços da Copa do Mundo deveriam passar por uma ampla capacitação. Inclusive o pai, que é um trabalhador, um operário da construção civil, e que viola crianças e adolescentes, tivesse a oportunidade de dialogar, de estudar, coisa que não teve na sua vida normal, para reaprender a sua existência e deixar de ser um violador de crianças e adolescentes.

Então, é necessário ter esse trabalho encadeado. Apesar de os dados serem parcos, o pronunciamento da Drª Polyana aqui levantou alguns casos emblemáticos, que foram de bom norte, que chegaram a bom

porto, com os responsáveis sendo punidos, mas existem algumas temáticas que são formidáveis. E aí eu sempre gosto de colocar o dedo na ferida. Centenas de vítimas neste País não têm nem a oportunidade de chegar até uma autoridade para registrar o seu infortúnio. Por exemplo, Programa de Proteção a Testemunha, no nosso Brasil. Nós nunca perdemos uma testemunha protegida. Isso é de cabo a rabo do País. Mas eu sempre digo: o problema é que ficamos saudando que nunca perdemos uma testemunha, mas não estamos vendo as testemunhas que não têm nem a oportunidade de chegar até o programa, que são as fotos que diariamente vemos em todos os jornais.

Então, vendo o educado, singelo e carinhoso toque que Oliveira sempre proporciona nos momentos em que estamos falando, agradecemos a oportunidade dada ao Conselho, que está vivendo sob uma direção provisória, vai realizar sua eleição no próximo mês. Saudamos os dois representantes da Assembleia neste Conselho, que são a Deputada Márcia Maia e o jornalista Oliveira Wanderley. E digo, Senadora Grazziotin e Senador Paulo Davim, que a tarefa de vocês é uma tarefa hercúlea, é uma tarefa que não encontra visibilidade, mas encontra diálogo com todas as grandes violações de direitos humanos em nosso País. Parabenizo os dois pelo trabalho quotidiano que estão realizando. Se conseguirmos, ao final da passagem da CPI por todos os Estados, construir esses núcleos, que não sejam apenas um núcleo, mas que já trabalhem inclusive a parte de estruturas, que já existe no Estado, com os Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente, o do Idoso, o Conselho da Mulher, o Conselho de Direitos Humanos. Precisamos fazer uma corda de caranguejo para combater essa impunidade. Essa impunidade que ainda está invisível, mas que é a realidade. Como dizia o geógrafo Milton Santos, infelizmente, a globalização também globalizou o sofrimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Marcos Dionísio.

Como última oradora da Mesa, passamos a palavra à Drª Ana Paula Felizardo, da ONG Resposta, que disporá de dez minutos.

Em seguida, vamos abrir para a participação da plateia. Já se encontra inscrita a Deputada Márcia Maia.

A SRª ANA PAULA FELIZARDO – Bom dia. É com muita satisfação que a ONG Resposta se faz representar nesta manhã. Gostaríamos de saudar a Mesa, nas pessoas da Senadora Vanessa Grazziotin e do nosso Senador Paulo Davim, com que temos a alegria de contar na nossa casa e na nossa terra, trabalhando pelo nosso Estado.

Primeiro, eu gostaria de contextualizar de que lugar eu estou falando, o que é a ONG Resposta, para alinhar esta informação.

A ONG Resposta, Responsabilidade Social Posta em Prática, foi fundada em 2003 – estamos já caminhando para os dez anos –, tem como missão a promoção dos direitos da criança e do adolescente, e a causa que nós abraçamos é a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. E nós fazemos isso por meio de duas estratégias. Uma é estimular o compromisso público do setor do turismo com essa causa, e a outra área é fortalecer, empoderar e desenvolver mecanismos de autoproteção de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, considerando a ênfase nas especificidades dos meninos. Costumamos falar muito de exploração sexual. Somos formados e deformados pela formação machista que nós temos a sempre associar a condição de exploração a meninas e mulheres. Precisamos ressignificar esse nosso olhar e considerar que meninos também são vulneráveis a se inserirem no mercado sexual.

Então, dentro dessa perspectiva, a Resposta tem desenvolvido dois projetos estratégicos. Um deles é o projeto Aprenda a Dizer Não, que é exatamente nessa perspectiva do fortalecimento dos adolescentes com o autocuidado, em que eles aprendem a identificar os riscos, as vulnerabilidades e a compreenderem o contexto da violência sexual. E o outro é o projeto Turismo e Proteção à Infância, cuja atenção nós estamos centrando no Município de Tibau do Sul. Considerando que a exploração sexual é um fenômeno migratório, segue toda a lógica, realmente, do mercado, então, quando há um esvaziamento num destino turístico, esse fenômeno migra para outros. Considerando que o destino de Tibau do Sul é o segundo destino indutor do turismo no Estado, nós lá já estamos chegando, nos antecipando, trabalhando, conscientizando o setor sobre a causa.

Nesse sentido, nós fizemos um diagnóstico sobre exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Tibau do Sul, considerando o contexto do turismo. Depois, nós fizemos visitas a 102 empresas de turismo do setor, compreendendo bares, restaurantes, meios de hospedagens de grande e de pequeno porte, e estamos implantando o código de conduta do turismo contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes em 40 empreendimentos. Dentre esses, 31 já foram capacitados, numa força-tarefa da nossa equipe, que capacita os funcionários das empresas *in loco*, na própria empresa, criando um ambiente educativo favorável para absorverem boas práticas de proteção à infância. Nós entendemos que, se a violência é

ensinada, a paz também pode ser aprendida e pode ser adotada como referência de proteção à infância.

Então, nesse sentido, gostaríamos de trazer algumas reflexões sobre este tema, gostaríamos de parabenizar a atuação da CPI. Eu acho que é um tema emergente. Precisamos realmente, cada vez mais, voltar a alguns temas que parece que vão ficando esquecidos na nossa pauta, na nossa agenda, dada a roda-viva e a dinâmica, realmente, social do País. Não podemos falar de tráfico de pessoas sem considerar as assimetrias de gênero, sem considerar nossa formação, que coloca homens e mulheres, que retiram as nossas diferenças e geram nossas desigualdades. Então, quando falamos de tráfico, precisamos também olhar para essa formação que nós temos. Nós precisamos olhar para um país que não gera oportunidades de formas iguais. Nós somos um país... Eu digo muito: nós não somos pobres, nós somos um país rico, porém empobrecido por práticas que perpetuam a cadeia hereditária da pobreza. Enquanto não rompermos essa lógica da repetição da pobreza, vamos ter sempre essas anomalias, essas deformações, essas práticas que deveriam nos causar tanta vergonha como causam a corrupção e outras questões no País, que, às vezes, ocupam tanto tempo do trabalho dos nossos parlamentares.

Temos também que olhar para a mercantilização do corpo. Nós estamos em uma sociedade de consumo em que o corpo também passou a ser consumido, em que, às vezes, os recursos que nós temos nas nossas classes mais empobrecidas passam por essa mercantilização, por esse corpo de mulher. Eu sempre digo, vende tudo. Corpo de mulher especialmente. Vende pneu, vende serviço, vende turismo, vende tudo, não é? Vende cerveja, como bem lembrou a nossa Promotora.

Precisamos também olhar para a construção do projeto de vida. Quais são as oportunidades que nós estamos gerando para os jovens. Como diz a canção, lembrando o nosso amigo Marcos Dionísio, que também gostar muito de citar: "O sinal está fechado para nós que somos jovens". Então, precisamos estimular, Deputada Márcia, incrementar sempre essas políticas de oportunidades, de gerar oportunidades para a juventude, para os adolescentes. É extremamente importante que olhemos para isso também. Eu tenho identificado, nos projetos que fazemos, que o projeto de vida de uma adolescente às vezes é – com todas as aspas – "casar com um gringo", para fazer uma escada, uma mobilidade social. Cadê o projeto de vida da juventude? Qual é? Em que base estamos ofertando oportunidades nesse sentido?

Então, não dá, pessoal, para falar do tráfico sem olhar para todas essas questões.

Mas, por outro lado, eu gostaria de convidar a todos para ressignificar o olhar que estamos conferindo e destinando ao turismo. Nós temos que ter muito cuidado com isso. O turismo tem sido, é e se propõe a ser uma atividade que gera resultados, que emprega as pessoas, que inclui socialmente. Basta pensarmos o que seria Natal... Vamos tirar o turismo? Mas volto a dizer: temos um discurso às vezes muito ambivalente do turismo. Ou olhamos para o turismo como uma atividade importante, determinante, que, às vezes, nos discursos dos governantes é o discurso de um gigante, mas, na prática, é um anão. Temos essa questão. De outro lado, tentamos endemonizar o turismo. Eu acho que temos que fazer um convite, Senador Paulo Davim, para ressignificar esse olhar. É uma atividade que tem gerado inclusão social de pessoas, renda, intercâmbio cultural, uma série de coisas. Agora, o que precisamos discutir é que modelo de turismo nós queremos. Porque nós não queremos mais qualquer turismo, nós não aceitamos mais um turismo que não promova... Que tenha o discurso da sustentabilidade, mas que não esteja na prática.

Eu percebo um grande esforço do setor em se ajustar, em se adaptar e conciliar esse clamor da sociedade por um novo modelo de turismo. Precisamos ter o turismo como parceiro. Precisamos encarar o turismo como estratégico. Precisamos evitar canalizar, endemonizando o setor; pelo contrário, trazê-lo para a discussão, tendo em vista que o turismo repercute em outras 52 atividades. Vejam que relevante: quando o turismo abraça uma causa, ele não está só atingindo o seu hotel ou o seu bar, o seu restaurante ou o seu destino. Ele envolve 52 outras atividades. Então, eu faço este apelo para que deixemos este destaque, que consigamos posicionar, Senador, essas diferenças, e contribuir para um modelo sustentável de novas bases.

Veja a importância da profissão do turismólogo, que passou por toda uma precariedade no seu credenciamento como profissão, não é? Então, veja a fragilidade que ainda enfrenta a profissão.

Nesse contexto, gostaríamos de deixar algumas contribuições, até visando ser bem objetivos. Eu pinclei algumas. Eu acho que precisamos realmente revisitar a legislação. Precisamos, como eu digo, conciliar o direito com a vida. É preciso que nós passemos por uma reordenação, sim, da legislação, posicionando melhor essas tipificações do crime. Acho que tivemos um grande avanço, precisamos reconhecer, quando tiramos aquela carga dos crimes contra os costumes e colocamos contra a dignidade sexual. Ou seja, passamos a juntar a sexualidade como um atributo inerente da dignidade da pessoa humana. Quando retiramos aquele conceito de mulher honesta porque atribuímos

alguma conduta que a moral considerava suspeita, nisso nós já avançamos. Eu acho que precisamos fazer esse registro. Mas ainda há muito mais a ser feito.

Penso que precisamos olhar a invisibilidade dos meninos nesse contexto. Não dá mais para continuarmos, neste século, com essa mesma lógica, gerando essa invisibilidade. Penso que o fortalecimento das políticas públicas... Realmente, fiquei bastante contente com o pronunciamento da Governadora de criar o núcleo. Mas que núcleo? Como? Em que condições? Com que orçamento? Composto por quem? Mais do que a criação, temos que gerar condições de trabalho para que isso venha a funcionar de forma efetiva.

É preciso gerar estudos de casos. Que a CPI gere estudos de casos, que pegue alguns casos emblemáticos e estude, que se debruce, para verificar onde estão os gargalos. Será que a Polícia Federal, as Polícias Estaduais, os Ministérios Públicos estão dotados de condições para enfrentar esse tema na forma que ele precisa? Diante do contexto que a realidade impõe? Eu acho que precisamos criar estudos de casos. Que venhamos a estudar os casos e entender o que tem funcionado e o que não tem funcionado, para empreender medidas corretivas.

Penso que gerar as condições de trabalho, Senadores, verificar, sistematizar quais são essas oportunidades de melhoria que as atividades estão impondo para que sejam prestadas em melhores condições de trabalho.

Com relação ao caso do Planalto, eu acho que não poderíamos deixar de citar, porque penso que o caso do Planalto é um caso que clama ainda a nossa atenção. Está sem solução. Eu até conclamo as mães dessas crianças, desses adolescentes, que transformem o luto em luta, que se mobilizem, que se articulem, para que possamos, como sociedade, cobrar das autoridades a devida resolução.

Então, eu gostaria de deixar uma recomendação: que esta CPI encaminhe o caso, peça um apoio, uma força-tarefa, para que o caso das crianças e dos adolescentes do Planalto passe também a ser acompanhado por uma força-tarefa envolvendo a Polícia Federal, tendo em vista a solidariedade que nós temos com a própria DCA, com todo o esforço que foi empreendido pelos delegados que lá trabalharam, especialmente na pessoa da nossa querida Adriana Shirley, mas nós conhecemos a realidade da Delegacia e sabemos o quanto é desafiante trabalhar nas atuais condições de trabalho de lá.

Então, nós deixamos essa recomendação, agradecemos, colocamo-nos à disposição e renovamos o nosso compromisso de voltar aqui segunda-feira para a CPI da Exploração Sexual.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Ana Paula. A nossa queridíssima Ana Paula Felizardo tem um trabalho maravilhoso à frente da ONG Resposta. Suas sugestões já estão aqui catalogadas. A CPI vai acompanhar. No final, a Presidenta Vanessa vai ler os pontos que nós colhemos durante esta CPI. E quero dizer, Ana Paula, que a questão da criação do núcleo, esse núcleo de enfrentamento é ligado ao Ministério da Justiça, e inclusive parte dos recursos é federal. Portanto, precisamos, sobretudo, da disposição política de criar esse núcleo de enfrentamento. Há regras estabelecidas, normas a serem cumpridas, metas a serem cumpridas. E os recursos, parte deles, são oriundos do Ministério da Justiça.

Temos a honra de contar, na Mesa, com a presença do Ministro Garibaldi, que veio prestigiar esta audiência pública e deixou a todos muito felizes. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra ao Ministro para as suas considerações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Bem, quero cumprimentar o nosso Senador Paulo Davim e a nossa Senadora Vanessa Grazziotin; os Parlamentares, Deputada Márcia Maia, Deputado Fernando Mineiro e Deputado Hermano Moraes; a Vereadora Júlia Arruda; a Delegada Federal, Drª Polyana de Medeiros; a Presidente da ONG Resposta, que acaba de falar, Ana Paula; o Dr. Marcos Dionísio; a Drª Fernanda Arenhart, do Ministério Público; o Secretário de Defesa Social, Dr. Odair; e o Dr. Rosivaldo da Cunha, Procurador do Ministério Público do Trabalho.

Claro, nós temos alguma experiência com CPI. Ao longo desses dois mandatos – já estou iniciando o terceiro, mas Paulo Davim não deixou –, eu acumulei alguma experiência em CPIs que se transformaram em CPIs impulsionadoras de manchetes. E poderia dizer que uma delas foi a CPI dos Anões do Orçamento, de que fui Sub-Relator, no que tocou a apuração dos crimes com relação às entidades sociais. Desvios de recursos de entidades sociais, via emendas, através de emendas. Outra CPI foi aquela que disse respeito à apuração de fatos ligados ao FGTS. Também com relação a desvio de recursos do Fundo de Garantia do trabalhador. Outras CPIs de que participei: uma delas foi a CPI do Endividamento Rural. Participei dessas CPIs, mas participei também de uma CPI muito controvertida, que foi alvo de muitas cobranças, que foi a CPI dos Bingos, que apurou muito com relação aos bingos, mas apurou muito mais fatos que não diziam respeito propriamente aos bingos. Por isso mesmo, ela chegou a ser chamada de CPI do Fim do Mundo. Eu fui o Relator dessa CPI. Avaliem a minha tarefa. Da

CPI do FGTS eu fui Presidente. E de outras CPIs eu participei como membro.

Senadora Vanessa, dizem muito, quando começa uma CPI, que se sabe como uma CPI começa e não se sabe como uma CPI termina. Estão dizendo muito isso a propósito dessa CPI que é a CPI do Carlinhos Cachoeira. Eu diria que esta CPI do Tráfico de Pessoas, esta eu acredito que sabemos como vai começar e também, Paulo Davim, sabemos como vai terminar. Porque ela tem que terminar, como disseram todos aqueles que ocuparam a tribuna, com medidas mais eficazes, que digam respeito à punição desse crime que é praticado com relação ao tráfico de pessoas. A CPI já dispõe de muitos dados de operações da Polícia Federal – Operação Corolla, Operação Ferrari. Essas operações trouxeram à luz muitos fatos, até mesmo estarrecedores, com relação ao tráfico de pessoas. Mas o que houve de mais estarrecedor, que foi objeto aqui de denúncia e de lembrança e que nos entristece é esse caso do Planalto. Porque cinco pessoas foram alvo de uma operação criminosa que resultou no desaparecimento dessas crianças, e ainda hoje não há notícia nem das crianças nem dos criminosos. O que se pode dizer é que se cobriu isso com um manto de impunidade total. A Drª Ana Paula, Presidente da ONG Resposta, disse muito bem: é preciso sair do luto – como se encara isso, inclusive as famílias – para a luta, para a tomada de providências mais eficazes.

Por último, eu queria dizer que fui alvo de uma cobrança aqui. O Paulo Davim me cochichou aqui uma cobrança – não quis me trazer algum constrangimento –, dizendo o seguinte: o que o Ministério da Previdência pode fazer para colaborar com os objetivos desta CPI e com a punição desses crimes; o que pode ser feito com relação ao tráfico de pessoas ou ao trabalho escravo. Eu diria que ele me levou agora a que eu possa, juntamente com a equipe de que disponho, que temos lá no Ministério da Previdência, examinar alguma contribuição que possa ser dada. Alguma coisa precisa ser feita para que todos possam colaborar.

Aqui devia estar, Paulo Davim,... Temos aqui muitas pessoas interessadas e abnegadas nas suas funções, mas devia estar toda a sociedade norte-rio-grandense aqui representada, para dizer que o Rio Grande do Norte precisa dar um basta a essa situação. E a Governadora – e louve-se a atitude dela – que esteve aqui, teve que se ausentar, assumiu o compromisso de criação desse núcleo, Paulo. E é um núcleo que é de iniciativa dos governos estaduais. Ou não? É dos governos estaduais. Por isso mesmo é que foi cobrado dela. Já existem 14 deles em todo o território nacional. A Drª Ana Paula – eu até concordo com ela – disse muito bem: que núcleo é esse? Porque falar é

fácil e fazer é difícil. Não que eu esteja, é claro, dizendo que a Governadora apenas falou, porque ela acabou de falar. Seria uma cobrança exagerada.

Mas acho que esta Comissão, que tem à frente esses dois grandes Senadores, um deles é o nosso conterrâneo Paulo Davim e a outra é a Senadora amazonense, que estava me dizendo aqui que é uma admiradora da culinária do Nordeste... Na verdade, nós temos é que aprofundar esse trabalho, que venha a redundar, talvez, numa legislação específica, porque hoje está previsto no Código Penal, uma legislação mais eficaz. Mas precisamos ter cuidado com lei, porque tem lei que pega e lei que não pega. Nós temos um acervo enorme de leis que não pegaram, de leis que ficaram no papel. Uma lei como esta não pode ficar, porque temos que ver restaurada na nossa sociedade a capacidade de se indignar. E que a capacidade de se indignar se transforme na capacidade de atuar, de impedir que esses crimes se tornem impunes porque são crimes difíceis, muitas vezes, de serem punidos, porque envolvem uma conexão internacional, conforme a Polícia Federal já apurou.

Portanto, Paulo Davim, Vanessa e todos aqueles que tiveram a oportunidade de contribuir, os parlamentares estaduais que estão aqui, que é quem pode cobrar providências em âmbito estadual, agradeço a oportunidade de estar aqui mais como Senador, se Paulo Davim deixar, do que como Ministro. Como Ministro da Previdência, pode ser que eu tenha, depois de examinar essa possibilidade, uma contribuição a dar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Ministro.

Só lembrando que o Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico é assinado por vários ministérios, inclusive o Ministério da Previdência. O Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas é assinado por vários ministérios, inclusive pelo Ministério da Previdência. Então, tem muito com que contribuir, inclusive com medidas punitivas para as empresas que, de alguma forma, lançam mão do trabalho escravo. Então, tem muita coisa para contribuir, não é à toa que está aqui.

Mas, dando continuidade, eu agradeço...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Mas não está aqui, não é? Está na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Na Casa Civil. Na Casa Civil. É, mas já estava anunciado que vai assinar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Não, claro. Assinar é fácil

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – E cumprir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Cumprir é que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Deputada Márcia, muito obrigado por sua presença. Por favor, é uma honra para nós ouvir o seu pronunciamento.

A SR^a MÁRCIA MAIA – Senador Paulo Davim, que preside os trabalhos, na manhã de hoje, desta audiência pública envolvendo a CPI de combate ao tráfico de pessoas; Senadora Vanessa Grazziotin, também presente, seja bem-vinda à nossa terra, ao nosso Estado.

Eu queria cumprimentar a todos da mesa. Não vou nominar todos para podermos otimizar o tempo, porque sei que outras pessoas também vão usar a palavra, mas cumprimento a todos do Ministério Público aqui presentes; da representação da Polícia Federal; da representação do Ministério Público do Trabalho, na pessoa do Dr. Rosivaldo; a ONG Resposta, que já falou, já levou sua palavra, a Ana Paula; Marcos Dionísio, militante na área de direitos humanos; a representante da Secretaria de Segurança Pública aqui presente; demais autoridades que aqui estão, Deputados Estaduais, meus colegas; o Deputado Mineiro, que está aqui presente, e outros Deputados; a Vereadora Júlia Arruda, que aqui está representando a Câmara Municipal de Natal, uma Vereadora sempre atuante em defesa dos direitos dos cidadãos, de modo geral.

Eu queria, inicialmente, Senador Paulo Davim, dizer que vamos levar nossa palavra a respeito de tudo que pude ouvir nesta audiência pública, e já colocando também nossa disposição de ajudar, de contribuir, como coordenadora da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, eleita agora para um mandato de um ano. E, claro, em tudo relacionado à violação dos direitos humanos nós temos que estar presentes, temos que dar as mãos, temos que unir forças, porque ninguém faz nada de forma isolada. A Polícia Federal não consegue fazer nada de forma isolada, nem o Governo do Estado, nem o próprio Senado, e muito menos a Assembleia Legislativa. Ou seja, é necessária essa união de esforços. E é claro também que nós sempre participamos de tudo que diz respeito à questão da violência sexual de crianças e adolescentes, pois fazemos parte do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. É importante estarmos nessa luta. Portanto, não poderíamos deixar de estar presentes aqui.

Eu ouvi atentamente. Acho que a audiência pública desta CPI aqui no Rio Grande do Norte obviamente não é apenas para ouvir. Ouvir é importante. Escutar

é importante. Muitas vezes falamos e não escutam. O importante é escutar. Eu fiquei atentamente aqui escutando a palavra de todos com relação a todos que têm autoridade para falar da temática do tráfico de pessoas. E é importante que, além de ouvirmos, possamos ter também algumas medidas efetivas, emergenciais, que devam ser tomadas as providências aqui nesta audiência pública.

Ouvi o anúncio da Governadora de que iria implantar esse núcleo, que já existe em outros Estados também. E é importante que o Rio Grande do Norte não esteja excluído dessa luta em relação à temática do tráfico de pessoas. É claro que ficamos felizes com o anúncio da implantação do núcleo, Senador Paulo Davim, mas é necessário também – não vou repetir, mas apenas reforçar as palavras de Marcos Dionísio e também de Ana Paula – que haja condição para que esse núcleo possa funcionar, que tenha recursos federais, que sejam buscados. Porque, muitas vezes, há programas aqui no Estado financiados com recursos federais, mas não estão acontecendo. Não estão acontecendo. Marcos Dionísio foi muito feliz quando falou na precariedade de funcionamento dos Conselhos Estaduais aqui no Rio Grande do Norte. Com isso, temos, então, um problema relacionado ao controle social, que é feito pela representação da sociedade civil organizada desses Conselhos. Eu tenho participado de vários eventos. Da conferência estadual, agora, dos direitos da criança e do adolescente, participei representando a Assembleia. Estou inscrita para participar da conferência nacional. E os Conselhos estão funcionando mal porque não têm o menor apoio do poder público estadual. Aliás, aqui, a Ana Paula falou sobre a questão das mulheres. É claro que não podemos falar sobre tráfico de pessoas e relacionar as mulheres, mas as mulheres ainda são as vítimas – mulheres e crianças – são as maiores vítimas. Há meninos que são também vítimas? Há meninos que são também vítimas, homens e mulheres, mas, sobretudo, mulheres e crianças são as vítimas do tráfico de pessoas, que envolve tráfico relacionado à questão da sexualidade, que envolve o tráfico de órgãos e por aí vai.

Então, é um assunto extremamente complexo. Eu sei que, quando há conivência da família, torna-se difícil tanto quanto o problema que temos na área familiar e doméstica, ou seja, violência contra a mulher e violência contra a criança. Isso, muitas vezes, fica adormecido, porque não temos como chegar lá, porque, se a família é conivente, fica difícil a Polícia Federal e outros órgãos chegarem a essa situação. Então, é necessário que a sociedade ajude, que a sociedade possa interferir também para que possamos chegar a quem está cometendo esse tipo de crime.

Por isso, essa audiência pública é importante também, porque está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia. Pessoas que estão assistindo – depois, vai ser regrisado – podem ajudar também na CPI do tráfico de pessoas.

Eu queria dizer que vamos acompanhar, Senador Paulo Davim, o funcionamento deste núcleo. Esperamos que ele possa funcionar, que não fique como muitas políticas públicas que estão no nosso Estado. A Ana Paula falou sobre o Turismo, mas nós não temos nenhum secretário titular de turismo, não temos o Presidente do Emprotur também. Então, o Turismo está sem titularidade, assim como a Justiça e Cidadania também está, assim como a Secretaria de Saúde também está, assim como o IDIARN, assim como tantos órgãos do Governo do Estado. Então é preocupante, sim, é muito preocupante.

Participei de um momento, em Fortaleza, do encontro de todos que presidem comissões permanentes da criança e dos adolescentes e de frentes parlamentares, e eu só tinha situações negativas, porque o Rio Grande do Norte tem sido destaque nacional em termos de problemas e negatividade. Então, a gente não se orgulha disso. Pelo contrário, a gente se entristece. Queremos resolutividade, queremos soluções, queremos providências, e essas providências são urgentes. Então, esperamos que esse núcleo funcione com condições, com recursos, com o auxílio e o apoio de todos que aqui estão.

Não sei quem são os componentes deste grupo, mas eu acredito que não será apenas do Governo do Estado. Teremos também outros órgãos que vão auxiliar no funcionamento desse núcleo, e a Assembleia Legislativa espera acompanhar o funcionamento. Também espero que esse núcleo possa até auxiliar na busca de solução do caso do Planalto: crianças desaparecidas. Quantas crianças desaparecidas, não só no Rio Grande do Norte, mas no País todo! Então, é necessário mobilização porque essas crianças estão sendo, quem sabe, Ana Paula, vítimas de tráfico. É uma situação de tráfico de pessoas envolvendo as crianças desaparecidas no Rio Grande do Norte e no Brasil todo.

E eu quero louvar também a iniciativa de um programa de televisão – acho que passa depois da novela das 18h da Globo – que mostra dados sobre crianças desaparecidas. Acho que é importante, porque essas crianças, o destino delas é, muitas vezes, o tráfico. Elas são vítimas de tráfico de pessoas, são as maiores vítimas, crianças e mulheres.

Então, nós esperamos dar a nossa contribuição e acompanhar, principalmente estando aqui na Assembleia, ouvir e acompanhar tudo que vocês têm feito.

Parabéns Senador Paulo Davim, parabéns Senadora Vanessa. Esperamos que vocês tenham muito sucesso e esperamos que vocês tenham resultado de CPI com ações punitivas para os que cometem crimes contra as pessoas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Deputada Márcia, uma baluarte nas questões sociais. Inclusive Deputada, já que a senhora falou na novela, na próxima novela das 18h na Globo, a Glória Peres vai abordar a questão do tráfico de pessoas. Inclusive, recebi agora a informação da Senadora Vanessa de que ela está querendo uma conversa com a CPI do Tráfico. Vai nos procurar e evidentemente receber da CPI as informações necessárias que possam embasar a novela e ajudar. Isso é importante.

Quero também informar que o Conselho Tutelar de Ceará-Mirim, o Instituto Ponte da Vida e a Liga Desportiva de Ceará-Mirim convidam a todos para fazer parte dessa instituição e participar da grande Caminhada contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que será realizada dia 29 – portanto, amanhã –, às 15 horas, defronte à Escola Estadual Ubaldo Bezerra de Melo, e participar também da audiência pública, na Câmara Municipal, às 16 horas.

Com a palavra o nosso querido Deputado Estadual Fernando Mineiro.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Senador Paulo Davim, quero parabenizá-lo e à Senadora Vanessa por estarem aqui na nossa cidade, pela iniciativa. Quero cumprimentar o Dr. Marcos Dionísio, do Conselho de Direitos Humanos; a Ana Paula, que sempre nos ilumina aqui com as suas reflexões; o Dr. Rosivaldo; o Senador e Ministro Garibaldi; a Drª Polyana; o representante do Secretário Silva Júnior; a Vereadora Júlia, que está aqui; a todas as entidades e instituições.

Serei breve, Paulo.

Penso que a vinda da CPI hoje aqui, Deputada Márcia, já cumpriu um papel muito importante: primeiro, a Governadora veio aqui anunciar a criação do núcleo; segundo, o Ministro Garibaldi disse que vai assinar o documento do Plano Nacional. Então, duas ações fundamentais aqui. Qual vai ser o desdobramento dessas questões depende de a sociedade cobrar, mas é um passo. Para que as coisas comecem a andar, é preciso haver a decisão de fazer esses atos, esses gestos aí, digamos, administrativos.

Então, Paulo, quero aqui parabenizá-los por essa questão, além de ter-nos dado visibilidade. Hoje, aqui, nós tivemos a presença dos principais meios de comunicação do Estado; agora mesmo a audiência está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Assembleia. Certamente, investigações que estão em curso não foram – e na

poderiam – ser faladas aqui, mas é um momento de mostrar à sociedade o que está acontecendo.

Eu senti falta do Poder Judiciário aqui, Paulo. Senti falta do Poder Judiciário, porque, às vezes, a polícia faz, o Ministério Público faz, e aí – vou usar um termo assim... –, de acordo com a lei, às vezes o Judiciário desfaz. Então, senti falta aqui. Acho que seria legal, até porque há nove processos aqui no Estado, foi dito aqui, no Tribunal de Justiça. Nove processos no Tribunal de Justiça. E a delegada mesmo falou aqui que a Justiça absolveu toda aquela operação... Não estou entrando aqui no mérito – seria até leviandade da minha parte dizer se estava correto ou não –, mas houve uma absorção; todo um trabalho que foi feito teve um resultado, em termos da Justiça, que não foi para dar sequência.

Então, Paulo, quero dizer aqui da importância que tem e dizer que, nesta Casa – a Deputada Márcia concordará comigo –, estamos à disposição do Governo do Estado para, inclusive, ajudar nessa formulação do núcleo, no sentido de encaminhar a esta Casa um pedido de orçamento para isso e a gente aprovar imediatamente, não é, Márcia? Porque, para o núcleo funcionar, ele precisa, primeiro, ser criado. Espero que a Governadora baixe uma portaria, um ato criando esse núcleo.

Ficou aqui, respondendo pelo Estado, o Dr. Silva Júnior. Vai sobrar para ele! Acho que é porque o delegado, o Secretário de Segurança foi fazer o outro trabalho dele, não é, Garibaldi? Porque ele é Secretário de Segurança de manhã e, de tarde, ele... Ele prende de manhã e, de tarde, ele vigia para não fugir; é o Secretário de Justiça. Eu sempre disse isso. Então, acho que ele deve ter ido lá fazer isso. Vocês imaginem um Secretário ser Secretário de Segurança e, ao mesmo tempo, ser de Justiça e Cidadania, nas duas tarefas. Prende de manhã e, à tarde, vigia para não fugir. Então, sobrou para o Dr. Silva Júnior.

Mas acho que era bom – a sugestão, Paulo – a CPI acompanhar, Vanessa e Paulo, quando vai sair o ato de criação do núcleo. E terá que ser um núcleo administrativo, com todos os níveis, inclusive com órgãos do Governo Federal envolvidos, de todos os órgãos. E tenho certeza, Márcia, de que, se a Governadora mandar para cá uma emenda ao Orçamento, nós vamos votá-la imediatamente para garantir a funcionalidade do núcleo, porque, para funcionar – não é, Garibaldi? – é preciso ter dinheiro. Dinheiro há, mas é preciso ser destinado. Porque o Estado está arrecadando um pouco mais alto, está arrecadando um pouco mais alto.

Se a gente comparar, historicamente, a arrecadação do Estado está até batendo o recorde. Não está havendo é, digamos assim, gestão. O Garibaldi,

inclusive, participa do núcleo do Governo. Como chama? O Conselho. O Garibaldi participa do Conselho do Governo Rosalba, e ele sabe muito bem que está com dificuldade de gestão. Mas, como ele é membro do Conselho lá, aqui também, no Estado... Porque, lá em Brasília, Vanessa, o Garibaldi está em uma luta muito grande no Ministério, mas aqui ele é membro do Conselho de Rosalba e vai ajudar a fazer funcionar. Então, uma sugestão, Senador Garibaldi, é que o senhor paute, também, na reunião do Conselho o núcleo. E a gente está à disposição. Então, é isso. Quero aqui parabenizar a iniciativa e dizer que é o que podemos fazer.

Não sei – aí, a delegada e a representante do Ministério que está aqui, a Drª Fernanda – se haveria espaço para – não sei se a palavra é essa – federalizar, evolver outras forças nessa questão das cinco crianças desaparecidas no Planalto. Porque é uma vergonha; não se tem notícia, não se tem informação, se esqueceu. Na época, até fiz um artigo dizendo: “Quem se importa?”. Esqueceu-se. Então, quem se importa? Há cinco crianças desaparecidas, e não se fala mais nisso. Então, não sei se seria, Paulo, a CPI... É lógico, a gente não pode criar aquela sensação de que a CPI vai resolver as coisas, mas quero dizer que o resultado dela, do meu ponto de vista, para o nosso Estado, já tem uma coisa importante, que é essa questão do núcleo, que é a questão do documento, além de dar visibilidade.

Então, parabéns a você, Paulo, parabéns à Vanessa e a todos que estão acompanhando esse processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RELATOR (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Deputado Mineiro.

Essa questão das crianças do Planalto é uma questão emblemática, inclusive para a CPI. Seguramente, a CPI vai envidar esforços no sentido de exaurir todas as possibilidades de esclarecimento desse caso das crianças do Planalto. Inclusive, já está aqui anotado como providências a serem tomadas pela CPI.

Vamos passar a palavra, ouvir a última oradora inscrita, que é Sayonara Dias, da Casa Renascer.

Seja bem-vinda, Sayonara. Muito obrigado pela sua presença.

A SRª SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu gostaria de saudar a Mesa, por meio da Senadora Vanessa, e, ao mesmo tempo, já parabenizá-la por pautar essa importante temática, sobre essa questão do tráfico de pessoas, que é de grande relevância para a sociedade e também de grande complexidade. E daí a importância de a gente compreender as suas especificidades, tanto locais, regionais, como também nacionais.

Eu gostaria já de começar a minha fala fazendo um destaque em relação a essa especificidade da questão do tráfico, tanto no Nordeste como, inclusive, aqui no Estado do Rio Grande do Norte, porque, ao falar em tráfico de pessoas, os limites em relação à exploração sexual no turismo, à exploração sexual com fins do turismo, é muito tênue. Então, é uma relação que tem um limite, e é importante a gente compreender que, muitas vezes, a questão da exploração sexual no turismo acaba velando essa relação do tráfico, essa questão do tráfico.

Então, eu já gostaria de iniciar, ao mesmo tempo, propondo à CPI que pudesse estar se debruçando, conceitualmente, em relação às diversas caracterizações do tráfico de pessoas, e aí, inclusive, a gente poderá considerar essa especificidade do Nordeste brasileiro, em relação à exploração sexual no turismo, e diferenciar essas questões, porque, inclusive, isso demanda estratégias de ações específicas para essas duas questões diante do enfrentamento.

A Pestraf, em 2002 – uma pesquisa nacional realizada pelo Grupo Violes –, apontou que, em todas as capitais do País, ou melhor, em todos os Estados brasileiros, a situação de tráfico de crianças e adolescentes era realizado, havia esse desenvolvimento.

Em 2004, foi realizada uma Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, e agora foi lançada uma nova revisão dessa matriz. Aí, foi apontado por essa revisão, um estudo analítico dos anos entre 2005 e 2010, que o Estado do Rio Grande do Norte é o terceiro Estado, por cem mil habitantes, que mais denuncia situações de exploração de crianças e adolescentes, o que é um dado muito preocupante para nós. E, quando se fala em capitais, Natal passa a ser a terceira capital que mais denuncia situações de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estou fazendo um destaque aqui em relação à exploração sexual porque o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais é uma das formas de exploração sexual. Então, acho que essa é uma questão extremamente preocupante para a gente estar tratando aqui no nosso Estado e aqui na capital.

Eu gostaria de destacar um outro elemento que é fundamental quando a gente vai discutir a questão do tráfico: é a gente pensar nas questões estruturantes. O que leva a essa questão do tráfico? A gente não pode perder de vista uma sociedade machista, patriarcal, autoritária e adultocêntrica em que a gente vive, e permeada por uma grande lacuna, uma grande desigualdade social e econômica. E aí, muitas das mulheres, por uma falta de opção, por uma falta de leque de oportunidades de escolha de vidas dignas,

considerando suas liberdades e autonomia, acabam entrando nessa condição, nessas situações de tráfico, uma condição que, às vezes, por essa relação tênue com a exploração sexual, é considerada muitas vezes como sendo consentida, quando, na verdade, muitas vezes se cai em grandes armadilhas.

Quando a gente fala na desigualdade social e econômica e, inclusive, nessa desigualdade de gênero, tão forte na sociedade patriarcal, a que está totalmente atrelada, a gente não pode deixar de pontuar aqui a questão da fragilidade ou da ausência do Estado na garantia de políticas sociais efetivas. Não dá para a gente pensar em enfrentamento ao tráfico de pessoas sem a gente pensar na implementação de políticas públicas, e eu trago aqui um destaque para as políticas sociais. E, aí, fortemente, há necessidade, há demanda de políticas sociais de geração de trabalho e renda.

Foi colocado aqui que, muitas vezes, há uma forte convivência da família em relação a essa questão do tráfico e da exploração sexual. Ora, a família... Uma grande preocupação que eu trago é a gente não estar criminalizando as famílias pela sua condição de pobreza. O que o Estado, o que o poder público tem feito, efetivamente, com vistas a romper, com vistas a garantir políticas sociais efetivas para essas famílias pauperizadas? Acho que isso é uma questão fundante para a gente compreender esse enfrentamento ao tráfico de pessoas.

E aí, ao pensar nessas políticas sociais, há uma questão – acho que já foi, em outras falas, trazida aqui – que é a preocupação da situação em que se encontra o Estado do Rio Grande do Norte. E eu não poderia deixar de colocar aqui, na presença do Senador Paulo Davim e do nosso Ministro Garibaldi, um corte orçamentário que o PPA, que o atual PPA apresentou, de mais de 40% nas políticas sociais para o Estado do Rio Grande do Norte. Ora, em um contexto em que se está iniciando, em que se discute, em que há todo um investimento para a Copa de 2014, a gente não pode, de forma alguma, se deparar com recorte, um corte desse montante no orçamento para políticas sociais. E, aí, mais gravemente ainda quando a gente fala na política de promoção e proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Não sei se os senhores e as senhoras têm conhecimento, mas a proposta orçamentária que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou teve um corte orçamentário de, em média, 84% no seu orçamento. Ora, o Conselho de Direitos tem o papel de monitorar, de fiscalizar, de propor políticas públicas, e aí a gente está... E aí eu reforço: em um contexto de Copa do Mundo 2014, a gente sabe que tem muitos impactos positivos um evento dessa

natureza, mas, também, se não for realizado um planejamento na perspectiva de garantia de direitos humanos e pensando em um legado para a população, de uma forma geral, os impactos negativos que essa Copa do Mundo pode trazer serão drásticos para o Estado do Rio Grande do Norte e para a cidade de Natal.

Essa é uma outra questão em que acho que a CPI tem que estar pensando, porque, nessa Matriz Intersetorial foi apresentado que todas as cidades-sede da Copa do Mundo 2014 têm denúncias, do ano de 2005 a 2010, de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, isso já é um dado. Isso já é um fato, já acontece. Então, a gente precisa estar pensando. E esta minha fala, esta minha preocupação é muito trazida no sentido da prevenção, no sentido de pensar ações efetivas de prevenção ao tráfico de pessoas.

E aqui faço um recorte na questão de crianças e adolescentes, porque é exatamente do espaço, do local de onde eu falo, que é do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS

– Por fim, eu gostaria – já tocou duas vezes – de colocar aqui algumas proposições, além das que já falei.

Baseando-me no documento do Observatório Brasileiro do Tráfico de Pessoas, uma associação de várias organizações da sociedade civil – em que temos, em Natal, a participação do Coletivo Leila Diniz, que é uma ONG feminista que também vem discutindo –, eu gostaria de pontuar algumas proposições, a partir desses documentos do Observatório, que acho fundamental registrar aqui nesta audiência: a formulação de legislações mais adequadas para o enfrentamento do tráfico de pessoas, no Congresso Nacional e no Senado; pautar, no Congresso Nacional, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, visando ao monitoramento e à avaliação e, assim, garantindo a sua efetivação; realizar o levantamento do orçamento público, investido no enfrentamento ao tráfico de pessoas nos seus três eixos: prevenção, assistência e repressão. Porque não dá para a gente falar em política, não dá para a gente falar em ações se a gente não falar no orçamento público. Isso já foi colocado também aqui.

Prossigo: garantir que o enfrentamento ao tráfico de pessoas não seja desviado para o combate à prostituição e, dessa forma, perder sua efetividade ou até agravar a situação do tráfico de pessoas. Porque acho que há uma questão muito preocupante: a gente não pode cair no risco de estar criminalizando as profissionais do sexo pela sua ação, pelo seu meio de ocupação.

Prossigo: garantir serviços efetivos, para o enfrentamento ao tráfico, de orientação para migrantes e assegurar fiscalização efetiva nos terminais de transporte, portos e aeroportos; não expor as vítimas do tráfico, tanto pelo perigo de ameaças e violências, quanto de estigmatização e revitimização. Acho que é fundamental a gente garantir, inclusive, os direitos, garantir preservação das pessoas em situação de tráfico.

E ainda, por fim: evitar ações alarmistas, criminalizantes e higienistas das profissionais do sexo. Acho que isso tem que ser uma coisa... A gente não pode perder de vista os riscos em que, muitas vezes, a gente pode cair, em uma sociedade que, muitas vezes, discute a questão da exploração sexual de uma forma meramente moralista.

Essas são algumas recomendações que deixo aqui para a CPI.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. RELATOR (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Sayonara. Eu gostaria apenas que você encaminhasse à Mesa essas sugestões, que serão catalogadas, juntadas às muitas que já recebemos.

Quero apenas informar, Sayonara, quanto a essa solicitação sua de conceituação da CPI, que isso já consta na Convenção de Palermo. A Convenção de Palermo, de 2000, já conceitua o que é tráfico e o que é sequestro. Então, já está bem claro, explicitado, de forma que, acessando o que foi discutido, estabelecido na Convenção de Palermo, vai dirimir-se toda e qualquer dúvida.

Não havendo mais inscritos, nós vamos fazer a leitura de alguns pontos específicos desta audiência no tocante ao Rio Grande do Norte.

Evidentemente, as sugestões de Sayonara são sugestões mais globais, são sugestões universais, e também recebemos sugestões semelhantes ao que você acabou de ler em outras audiências, em outros Estados, em outras cidades, em outras ações que a CPI já realizou. Mas serão anexadas a outras sugestões, e a CPI vai fazer a análise de todas as sugestões que recebemos para consubstanciar o nosso relatório final.

Muito obrigado, Sayonara, pela sua participação, pela sua presença, pela sua sugestão e, sobretudo, pelo trabalho abnegado que você exerce à frente da Casa Renascer.

Muito obrigado, de coração.

Antes de concluir, eu gostaria de ressaltar algumas medidas extraídas desta nossa passagem, desta passagem da CPI aqui em Natal, no Rio Grande do Norte.

Primeiro: a confirmação da criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, assumido, há pouco tempo, há poucos minutos aqui, pela própria

Governadora, que veio, de viva voz, informar à CPI e a todos os presentes o seu compromisso de criar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Rio Grande do Norte.

Segundo: deixar patente que esse caso das cinco crianças do Planalto é um caso emblemático, Ministro. Portanto, a CPI não pode, por hipótese alguma, se omitir. É tanto que nós vamos solicitar para ouvir familiares das crianças que desapareceram aqui no Planalto. A CPI assume esse compromisso de exaurir todas as hipóteses de apuração desse fato. Inclusive, a CPI deverá encaminhar um requerimento ao Ministério da Justiça. E aí nós convidamos o Ministro Garibaldi para, juntamente com os membros da CPI, em audiência com o Ministro Eduardo Cardozo, entregarmos um requerimento da CPI solicitando ao Ministro da Justiça a liberação da Polícia Federal para entrar nesse caso, no sentido de ajudar no esclarecimento desse desaparecimento, que deixou em todos nós, além da indignação natural, a incredulidade diante da falta de dados que nos conduzam à solução desse caso.

Portanto, outra medida assumida pela CPI.

Outra ação: nós encaminharemos, a CPI vai encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte um requerimento, um ofício solicitando daquela instituição celeridade no julgamento dos processos que lá se encontram. São nove processos que se encontram no Tribunal de Justiça, caracterizados nesses processos o tráfico, e nós vamos solicitar celeridade no julgamento desses processos.

E, por último: solicitar ao presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte o Deputado Ricardo Motta, que nos honrou com a sua presença, prestigiando esta CPI, e ao presidente da Câmara Municipal de Natal, o Vereador Edivan Martins, que não pôde vir, mas encaminhou a Vereadora Júlia Arruda, para que haja o estímulo aos Parlamentares das duas Casas na criação da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Tráfico, porque essa frente fará, também, dentre outras coisas, o acompanhamento e a fiscalização, primeiro, na criação e implantação do Núcleo de Enfrentamento, e, terceiro, a fiscalização do seu efetivo trabalho, no sentido de servir à sociedade como instrumento de enfrentamento a esse crime.

Portanto, são cinco medidas que a CPI tomou, vai tomar, vai oficializar, logo que chegaremos a Brasília, no tocante ao Rio Grande do Norte, além, evidentemente, das outras sugestões que foram compiladas durante a exposição dos vários oradores que ocuparam a tri-

bunal, inclusive as sugestões de Sayonara, que foi a última oradora inscrita.

Ademais, queremos agradecer a presença de todos que estiveram aqui, na Mesa, contribuindo com suas informações; ao Ministro Garibaldi; a todos os membros da Mesa; à Governadora, que aqui passou; ao presidente da Assembleia Legislativa; a todas as autoridades que estiveram presentes no plenário, enriquecendo.

Quero agradecer aos funcionários da Assembleia Legislativa, que foram muito dedicados e nos ajudaram muito; agradecer Oliveira Wanderley, que é o presidente do Centro de Estudos e Debates da Assembleia; à TV Assembleia, por estar transmitindo, ao vivo, esta importante audiência pública da CPI; e agradecer a todos os presentes.

Passo a palavra à Presidenta da CPI para o encerramento oficial desta audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa entende que V. Ex^a já fez o encerramento oficial. Eu apenas quero concordar com a palavra de V. Ex^a e anunciar a presença da pró-reitora, que aqui está, a Ceixa, Maria da Conceição Fraga, uma grande amiga, além de tudo. Há algum tempo não nos vemos, não é, Ceixa?

Enfim, agradeço aos nossos convidados, como o Senador Davim já disse; à Governadora, que aqui esteve; ao presidente da Assembleia; e, em especial, ao nosso Ministro, que aqui está, que é uma pessoa muito querida por todos nós, muito querida mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É verdade. Seu fã-clube está grande aqui, Senador! Seu fã-clube está grande.

Quero dizer da nossa alegria de fazer esta audiência aqui. O Senador Davim, tudo que ele relatou aqui, nós já podemos considerar como vitoriosa a participação e a passagem da CPI aqui por Natal, neste velho Estado do Rio Grande do Norte.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a nossa reunião.

Anunciaremos, posteriormente, a data, o horário e o local da nossa próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

Obrigada. – SENADORA **VANESSA GRAZZIOTIN**, Presidente.

(Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

Edição de hoje: 148 páginas
(OS: 13572/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

